

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

LISABELLE MANENTE MAZARO

**HISTÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS EM SOFRIMENTO PSÍQUICO SOBRE A
INCLUSÃO NO TRABALHO NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA: ECOLOGIA DE SABERES REVELANDO QUE RECRIAR É
PRECISO**

SÃO CARLOS

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

LISABELLE MANENTE MAZARO

**HISTÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS EM SOFRIMENTO PSÍQUICO SOBRE A
INCLUSÃO NO TRABALHO NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA: ECOLOGIA DE SABERES REVELANDO QUE RECRIAR É
PRECISO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Terapia Ocupacional.

Área de Concentração: Processos de Intervenção em Terapia Ocupacional

Linha de Pesquisa: Cuidado, Emancipação Social e Saúde Mental

Orientadora: Profa. Dra. Isabela Aparecida de Oliveira Lussi

SÃO CARLOS

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Lisabelle Manente Mazaro, realizada em 25/02/2021.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Isabela Aparecida de Oliveira Lussi (UFSCar)

Profa. Dra. Thelma Simões Matsukura (UFSCar)

Profa. Dra. Regina Yoneki Dakuzaku Carreta (USP)

Profa. Dra. Neli Maria Castro de Almeida (IFRJ)

Profa. Dra. Maria Fernanda de Silvio Nicácio (USP)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional.

Financiamento:

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

AGRADECIMENTOS

Em tempos tão áridos de afeto, exercer a gratidão é nadar contra a correnteza, é andar na contramão... e que nunca me falte a coragem para exercê-la. Estou plenamente convicta que o sucesso nunca seria alcançado se não houvesse pessoas incríveis ao nosso lado, por isso, deixo aqui os meus mais sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar quero expressar minha infinita gratidão à Deus, por ter me concedido saúde, disposição, força de vontade e sabedoria para chegar até aqui. Ele que nunca me desamparou, nunca me deixou fraquejar e me cercou de anjos da guarda, visíveis e invisíveis, que me acompanham e tornam meus dias mais leves e felizes. Hoje eu só quero dizer: Obrigada Deus, por tudo.

Minha eterna gratidão à minha família, meus amores e meus tesouros. Aqueles que são “desde sempre” e “para sempre” o meu porto seguro, o lugar de onde eu saí e para onde eu posso sempre voltar. Eles que me incentivam diariamente a ser uma pessoa melhor, a ir atrás dos meus sonhos e me apoiam incondicionalmente. Eles embarcam comigo em todas as minhas loucuras e não foi diferente com o doutorado. Aos meus pais, Laércio e Marta, obrigada por acreditarem e confiarem em mim. Obrigada por tanto carinho, cuidado e colo fofinho quando mais precisei. Gratidão ao meu irmão, que tanto me incentiva, me apoia e me encoraja. Não poderia deixar de agradecer também todas as suas ajudas técnicas, especialmente com os inúmeros abstracts. À minha cunhada Nívia, pela parceria de sempre e à nossa mascotinha, Manu, que tanto me ensina sobre simplicidade, inocência, sinceridade, pureza e amor genuíno. Seus conselhos, me mandando ser feliz, salvaram meus dias. À vocês, minha mais sincera gratidão e amor incondicional.

Gratidão à minha orientadora, Bel, pela parceria durante todos esses anos, pelo constante incentivo, apoio, direcionamento e encorajamento. Agradeço a confiança em mim depositada e a oportunidade de trabalhar ao seu lado.

Muito obrigada à Banca Examinadora, as professoras Fernanda Nicácio, Neli Almeida, Regina Dakuzaku e Thelma Matsukura pela leitura cuidadosa do texto e pelas preciosas contribuições que tanto contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Uma gratidão especial à uma das minhas “anjas”, profa. Thelma Matsukura. Obrigada por tantas ajudas, tanto cuidado, preocupação, carinho, colo, mensagens encorajadoras e abraços em momentos difíceis. Obrigada pela oportunidade de aprender contigo, não “apenas” sobre Terapia Ocupacional, mas sobre generosidade, humildade, grandeza de alma, reciprocidade e disposição de escuta. Fizeram toda a diferença no meu percurso.

Agraço aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional por tanto aprendizado. Vocês são um time lindo. Quanta honra poder conviver de perto com tamanhos nomes da Terapia Ocupacional.

Um agradecimento especial às docentes do Laboratório LaFollia, professoras Thelma Matsukura, Isabela Lussi, Taís Quevedo, Maria Fernanda Cid e Sabrina Ferigato. Que mulheres! Quanta sabedoria e generosidade concentradas em mulheres lindas e empoderadas.

Gratidão à todos os colegas, mestrandos e doutorandos, do PPGTO. Com vocês, formamos uma linda e potente rede de apoio. Em especial, às lindezas do LaFollia. Obrigada pelo convívio mais próximo, repleto de aprendizado, cuidado e afeto: Mariane, Ana Carolina, Laysla, Thais, Marina Batista, Amandinha, Mayara, Marina Speranza, Érika, Dani, Fernanda Vieira, Bia, Bruninha, Isa Paschoalotto e Mariana Giorgio. Paula Faria, gratidão por tantos anos de convivência. Embarcamos juntas nessa aventura e foi incrível poder dividir contigo as alegrias e os pesares de doutorar.

Às queridas amigas e queridos amigos Ana Cardoso, Clô, Bruno, Marina Leandrini, Marina Jorge, Tati Bombarda, Daniel Dahdah, Débora e Otávio Folha, Jacque, Rodrigo e Vivi. Muito obrigada pelos muitos momentos de apoio, trocas, conhecimentos, descontração, abraços, comidinhas, altos papos e, acima de tudo, por sempre encontrar ânimo em vocês. Vocês foram verdadeiros anjos da guarda.

Um MUITO OBRIGADA pra lá de especial àquelas que foram além, andaram a segunda milha e foram amigas mais chegadas que irmãs: Sossozinha, Bárbara, Giovana Morato e Roberta Justel, o que dizer à vocês? Verdadeiros presentes que Deus colocou no meu caminho. Cada uma com seu jeitinho peculiar de ser, com seu jeito de cuidar e de se fazer presente. Levarei vocês em meu coração, afinal, “amigo é coisa pra se guardar debaixo de sete chaves, dentro do coração”, como diz a canção de Milton Nascimento.

Gratidão aos amigos e amigas que conquistei ao longo da vida e que reconheço como verdadeiros presentes. Em especial àqueles que acompanharam mais de perto meu processo, mesmo estando fisicamente longe. Obrigada por se fazerem presentes.

À Mariane Góes, pela parceria, disponibilidade e contribuições na realização de parte deste trabalho. Sou grata por tê-la conhecido e desejo todo sucesso do mundo em sua vida.

Gratidão também a todos os membros do Recriart, pelos meses de convivência e por tanto aprendizado. Em particular, aos colaboradores deste estudo, meu muito obrigada pela disponibilidade, pela confiança em mim depositada e por dividirem comigo suas histórias. Que vocês nunca desistam de seus sonhos. De maneira especial e única, gostaria de agradecer ao Lírio (nome fictício dado a um dos colaboradores deste estudo) que faleceu há alguns meses e não teve a oportunidade de acompanhar a finalização deste estudo. Sua narrativa que tanto nos emocionou, agora perpetuará e fará história.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

“Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem;
lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize.”

(Boaventura de Sousa Santos)

RESUMO

O cuidado em saúde mental sofreu uma transformação no contexto brasileiro após a eclosão do movimento da Reforma Psiquiátrica, no final da década de 1970, especialmente com a substituição de modelos asilares, violentos e excludentes, ou seja, um modelo hegemônico hospitalocêntrico por um modelo de assistência comunitária mais humanizado, inclusivo e preocupado com os direitos das pessoas em sofrimento psíquico. O trabalho é um dos eixos da Reforma Psiquiátrica, além de ser um direito social garantido a todos os brasileiros pela Constituição Federal de 1988. O que se observa é que o acesso ao trabalho à essa população tem se dado predominantemente por meio da economia solidária, por sua racionalidade mais ética, humana, inclusiva e solidária, que contradiz veementemente o sistema capitalista. A economia solidária, por sua ideologia, princípios básicos, produção e organização sociocultural, tem revelado seu potencial emancipatório no âmbito da saúde mental. Assim, o presente estudo tem como objetivos gerais: compreender como os participantes do Recriart percebem os impactos da sua vivência nesse espaço de trabalho em sua trajetória de vida; e refletir sobre essa inclusão à luz do referencial teórico da Ecologia de Saberes, Sociologia das Ausências e Sociologia das Emergências de Boaventura de Sousa Santos. Os objetivos específicos são: descrever a linha do tempo do Recriart desde sua origem até os dias atuais; e verificar quais mudanças ocorreram na trajetória de vida dessas pessoas a partir da inclusão no trabalho, bem como descrever seus impactos, identificados pelos próprios colaboradores, dialogando com o referencial teórico adotado. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que faz uso da história oral de vida e lança mão da linha do tempo enquanto ferramenta de sistematização da experiência do Recriart, na qual fizeram parte 7 colaboradores, a saber: 1 profissional da equipe de incubação que acompanha o grupo, a fim de traçar a linha do tempo do Recriart e 6 membros trabalhadores do mesmo empreendimento que narraram suas histórias de vida. As narrativas foram analisadas por meio da análise categorial, sob a ótica das sociologias das ausências e das emergências e da ecologia de saberes, referencial teórico-filosófico desenvolvido pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Os resultados apontam que o Recriart é um empreendimento econômico solidário do campo da saúde mental localizado no município de São Carlos/SP, constituído desde 2006, por meio de uma parceria firmada entre o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS II e o Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol) da Universidade Federal de São Carlos, cujo objetivo principal é a inclusão social das pessoas por meio do trabalho. Ao longo de seus 14 anos, o Recriart passou por algumas mudanças e adaptações, conquistou espaço e visibilidade no município, tornando-se uma referência de acesso ao trabalho aos usuários da Rede de Saúde Mental de São Carlos. As narrativas indicam que o Recriart tem um papel fundamental na vida de seus trabalhadores, uma vez que, para além de um espaço de trabalho, significa valorização enquanto ser humano, pertencimento a um grupo, exercício da autonomia, ampliação da independência, (re)estruturação da rotina, oportunidade de realizar trocas sociais, criação de laços e desenvolvimento da afetividade. Os resultados foram submetidos à análise categorial e evidenciaram que os colaboradores estão, progressivamente, transpondo a lógica de doente – aquele sujeito que é assistido e acompanhado por um equipamento de cuidado à saúde mental – e reconhecendo seu lugar social de trabalhador nos espaços destinados ao trabalho cooperado e solidário. Há nítidas diferenças entre o lugar de assistido e o lugar de trabalhador, que são determinantes para o acesso a direitos de cidadania e emancipação social dos sujeitos e os colaboradores deste estudo estão deslocando o trabalho da condição de tratamento e colocando-o como meio de acesso a

um lugar social diferente, de inclusão e de cidadania. Há, ainda, a possibilidade da conquista da autonomia por meio do trabalho desenvolvido na perspectiva da Economia Solidária e os resultados deste estudo apontam que ainda é necessário um maior investimento e incentivo para que a autonomia seja conquistada e exercida mais efetivamente não apenas no ambiente de trabalho, mas que ela tenha repercussão na vida de forma geral. Concluímos este trabalho demarcando o grande potencial de emergência do trabalho na perspectiva da Economia Solidária, uma vez que, para além da questão econômica, ele estabelece um espaço para trocas sociais, culturais e políticas, além de valorizar o ser humano e todo seu conhecimento.

Palavras-Chave: saúde mental; trabalho; economia solidária; inclusão social pelo trabalho; terapia ocupacional.

ABSTRACT

Mental health care transformed the Brazilian context after the outbreak of the Psychiatric Reform movement in the late 1970s, especially with the replacement of asylum, violent and exclusionary models, that is, a hegemonic hospital-centered model with a model of hospitality more humanized, inclusive community care and concerned with the rights of people in psychological distress. Work is one of the axes of Psychiatric Reform, in addition to being a social right guaranteed to all Brazilians by the Federal Constitution of 1988. What is observed is that access to work for this population has been predominantly given through the solidarity economy, due to its more ethical, human, inclusive, and solidarity rationality, which vehemently contradicts the capitalist system. The solidarity economy, due to its ideology, basic principles, production, and socio-cultural organization, has revealed its emancipatory potential in the scope of mental health. Thus, the present study has as its general objectives: to understand how Recriart participants perceive the impacts of their experience in this workspace on their life trajectory; and reflect on this inclusion in the light of the theoretical framework of Knowledge Ecology, Sociology of Absences and Sociology of Emergencies by Boaventura de Sousa Santos. The specific objectives are: to describe the Recriart timeline from its origin to the present day; and to verify which changes occurred in the life trajectory of these people from the inclusion in the work, as well as to describe their impacts, identified by the collaborators themselves, dialoguing with the adopted theoretical framework. This is a research with a qualitative approach, which makes use of the oral history of life and makes use of the timeline as a systematization tool of the Recriart experience, in which 7 employees took part, namely: 1 professional from the incubation team accompanying the group, to trace the Recriart timeline and 6 working members of the same enterprise who narrated their life stories. The narratives were analyzed through categorical analysis, from the perspective of the sociologies of absences and emergencies and the ecology of knowledge, a theoretical-philosophical framework developed by the Portuguese sociologist Boaventura de Sousa Santos. The results indicate that Recriart is an economic solidarity enterprise in the field of mental health located in the city of São Carlos / SP, established in 2006, through a partnership between the Center for Psychosocial Care - CAPS II and the Multidisciplinary and Integrated Nucleus of Studies, Training, and Intervention in Solidarity Economy (NuMI-EcoSol) at the Federal University of São Carlos, whose main objective is the social inclusion of people through work. Over its 14 years, Recriart has undergone some changes and adaptations, conquered space and visibility in the municipality, becoming a reference for access to work for users of the São Carlos Mental Health Network. The narratives indicate that Recriart has a fundamental role in the lives of its workers, since, in addition to a workspace, it means appreciation as a human being, belonging to a group, exercising autonomy, expanding independence, (re) structuring of the routine, opportunity to make social exchanges, create bonds and develop affection. The results were subjected to categorical analysis and showed that employees are progressively transposing the logic of the patient - that subject who is assisted and accompanied by mental health care equipment - and recognizing his social place as a worker in spaces intended for work cooperative and supportive. There are clear differences between the place of assisted and the place of worker, which are decisive for the access to citizenship rights and social emancipation of the subjects, and the collaborators of this study are displacing work from the condition of treatment and placing it as a means of access to a different social place, of inclusion and citizenship. There is also the possibility of conquering autonomy through the work developed from the perspective of the Solidarity Economy and the results of this study point out that there

is still a need for greater investment and incentive for autonomy to be achieved and exercised more effectively, not only in the work environment. work, but that it has repercussions on life in general. We concluded this work by demarcating the great potential for the emergence of work from the perspective of the Solidarity Economy, since, in addition to the economic issue, it establishes a space for social, cultural, and political exchanges, in addition to valuing the human being and all his knowledge.

Keywords: mental health; work; solidarity economy; social inclusion through work; occupational therapy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 SAÚDE MENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA REVISÃO DE ESCOPO	32
3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA IMPORTÂNCIA NA INCLUSÃO DE PESSOAS EM SOFRIMENTO PSÍQUICO NO TRABALHO	73
4 ECOLOGIA DE SABERES, SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS E SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS	84
4.1 Ecologia de Saberes	88
4.2 Sociologia das Ausências e Sociologia das Emergências	93
4.3 Experiências Contra-Hegemônicas e seu Potencial Emancipatório	104
5 PERCURSO METODOLÓGICO	107
6 RESULTADOS	120
6.1 Linha do Tempo do Recriart	120
6.2 Narrativas	131
6.2.1 Gerânio: Das Minhas Experiências, Escolho o Recriart	132
6.2.2 Hibisco: Aqui é Meu Trabalho	139
6.2.3 Lírio: Da Tipografia ao Papel Reciclado (<i>in memoriam</i> : 1958-2020)	143
6.2.4 Alfazema: Onde Eu Gosto de Estar e Tenho Amigos	148
6.2.5 Camélia: Minha Oportunidade de Melhora	150
6.2.6 Begônia: Oportunidade de Ser Ativa e Exercer a Criatividade	153
7 ANÁLISE E DISCUSSÃO	155
7.1 A potência do Trabalho na Vida: sinalização das emergências a partir da Economia Solidária	171
7.2 As Experiências e a Autonomia dos Colaboradores	184
7.3 Lugar Social de Trabalhador e a Transposição da Lógica de Assistido	200
7.4 Quanto Menor o Apoio do Estado, Maior a Autonomia do Grupo?	205
7.5 O Papel e a Importância de Margarida	211
8 PENSANDO O LUGAR DO PESQUISADOR E DO CORPO TÉCNICO	217
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
REFERÊNCIAS	228
APÊNDICES	250
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO - PROFISSIONAL	251

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO - MEMBROS DO RECRIART	253
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PROFISSIONAL	254
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MEMBROS DO RECRIART	257
APÊNDICE E – CARTA DE CESSÃO	260
ANEXO.....	261
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA	262

APRESENTAÇÃO

“Temos formado conformistas incompetentes e precisamos de rebeldes competentes.”

(Boaventura de Sousa Santos)

O presente estudo foi concebido a partir da experiência vivenciada no Mestrado, cursado no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional (PPGTO) da Universidade Federal de São Carlos, no período entre 2015 e 2017.

Ingressei no Mestrado sem experiências prévias na temática, porém, após um estudo aprofundado, com consequente imersão no campo da saúde mental, iniciativas de inclusão social pelo trabalho e economia solidária, foi desenvolvida a dissertação intitulada “Economia solidária e inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental: identificando potencialidades e fragilidades”.

Nesse período participei das reuniões da linha de ação “Inserção laboral de pessoas em desvantagem social por meio da economia solidária”, do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol) da UFSCar, além de cursar a disciplina intitulada “Economia Solidária”, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Após a coleta de dados, com os resultados em mãos, o que me chamou a atenção em um determinado momento foi a escassa participação de usuários de saúde mental, tendo sido o questionário respondido, em sua grande maioria pelos profissionais responsáveis pelos empreendimentos estudados. Foram apenas 3 questionários respondidos pelos próprios usuários em um universo de 17 empreendimentos estudados. Lembrando que eu não havia direcionado o questionário ao “profissional responsável” pelo empreendimento. Quando realizei o contato, deixei explícito que este poderia ser respondido por qualquer participante, independentemente da posição ocupada no empreendimento.

Recorri, então, à literatura da área que me confirmou a realidade das pesquisas nesta área, isto é, a escassez de estudos cujos participantes sejam especificamente os usuários de saúde mental envolvidos nas iniciativas de inclusão social pelo trabalho. Veio daí a motivação para desenvolver um estudo diretamente com essa população,

conferindo-lhes visibilidade e a oportunidade de narrarem suas histórias enquanto protagonistas de si.

Considero que grande parte do interesse pela saúde mental, inclusão social pelo trabalho e economia solidária tenha emergido a partir da minha formação em Terapia Ocupacional.

Os terapeutas ocupacionais vêm, ao longo da história, registrando sua incontestável presença e participação em todas as mudanças ocorridas no cuidado e assistência à saúde mental. Juntamente com profissionais de outras áreas, os terapeutas ocupacionais têm participado ativamente da proposição de práticas de cuidado e da construção dos serviços, além da formulação de políticas públicas. Com isso, vêm ocupando cargos de gestão e aperfeiçoando e legitimando suas intervenções, tanto em nível de prevenção e promoção de saúde, quanto no que diz respeito ao cuidado, reabilitação e inclusão social. Por sua especificidade, são profissionais que contribuem grandemente para proposta do cuidado ampliado, resgate dos direitos e exercício da cidadania das pessoas.

Terapeutas ocupacionais reconhecem que o trabalho é um componente fundamental da vida, pois favorece a ampliação das relações sociais, permite a inclusão da pessoa nas relações de produção e consumo, propicia a conquista da independência e da autonomia e o exercício da cidadania. Nesse sentido é possível afirmar que o terapeuta ocupacional entende o trabalho como um direito e um importante instrumento de inclusão social.

A proposta da inclusão social pelo trabalho dialoga com a prática dos terapeutas ocupacionais, fazendo com que sua contribuição neste campo seja singular. O que interessa aos terapeutas ocupacionais é o processo como um todo, levando sempre em conta as demandas e as necessidades de cada um, atentando para o modo com que a pessoa se relaciona com seu trabalho e com as outras pessoas e entendendo o trabalho como uma das dimensões do cotidiano das pessoas. É o compromisso ético com a emancipação social, com os projetos de vida, com a construção de relações mais horizontalizadas, que sejam ao mesmo tempo compartilhadas e corresponsabilizadas, que torna ímpar a sua atuação.

Todas estas questões dizem respeito à Terapia Ocupacional que é, por sua essência propositiva, que identifica e elabora possibilidades junto com a pessoa, que estimula a participação e a emancipação social, que considera as experiências das pessoas, levando

em conta seus contextos - cultural, econômico, social e político - e a diversidade de saberes.

Pensando nas ações de inclusão social pelo trabalho, uma articulação entre a saúde mental e a economia solidária, destacamos o papel dos terapeutas ocupacionais que incorporam em suas práticas a busca pela valorização da expressão e os preceitos autogestionários, contribuindo, desta forma, para a produção de intercâmbios, valores e trocas sociais das pessoas em sofrimento psíquico. Realçamos aqui os terapeutas ocupacionais, uma vez que se trata da formação profissional da pesquisadora e, portanto, há maior apropriação sobre suas especificidades profissionais. Porém ressaltamos que não se tratam de características e objetivos exclusivos deste núcleo profissional e o que se pretendeu aqui foi refletir a partir desta ótica.

1 INTRODUÇÃO

“Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconhece as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.”

(Boaventura de Sousa Santos)

O modelo de assistência em saúde mental, no cenário brasileiro, sofreu grandes alterações desde o final da década de 1970, com a eclosão do movimento da Reforma Psiquiátrica, que preconizou a superação de modelos asilares, violentos e excludentes de assistência às pessoas em sofrimento psíquico (BRASIL, 2005a). O processo de Reforma Psiquiátrica foi um importante movimento de inclusão social indo além da substituição de hospitais psiquiátricos por um modelo de assistência comunitária mais humanizado, na mudança conceitual acerca da loucura e na construção de um novo lugar social para as pessoas em sofrimento psíquico (DELGADO, 2005). Foi, portanto, um movimento social de inclusão, reintegração social e de construção, ou seja, um processo complexo que ocorreu de forma articulada nos campos assistencial, político-jurídico, conceitual e cultural (AMARANTE, 1998).

O documento do Ministério da Saúde intitulado “Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil” a define da seguinte maneira:

A Reforma Psiquiátrica é um processo político e social complexo, composto de atores, instituições e forças de diferentes origens, e que incide em territórios diversos, nos governos federal, estadual e municipal, nas universidades, no mercado dos serviços de saúde, nos conselhos profissionais, nas associações de pessoas com transtornos mentais e de seus familiares, nos movimentos sociais, e nos territórios do imaginário social e da opinião pública. Compreendida como um conjunto de transformações de práticas, saberes, valores culturais e sociais, é no cotidiano da vida das instituições, dos serviços e das relações interpessoais que o processo da Reforma Psiquiátrica avança, marcado por impasses, tensões, conflitos e desafios (BRASIL, 2005a, p. 6).

O movimento de Reforma Psiquiátrica brasileiro sofreu influência e se inspirou em movimentos de reformas psiquiátricas ocorridos em outros países ao redor do mundo, especialmente no movimento de desinstitucionalização italiana (AMARANTE, 2008;

PEREIRA; COSTA-ROSA, 2012), porém foi uma experiência demarcada pelas singularidades, em especial:

A possibilidade de pensar a construção de políticas públicas a partir das experiências locais. Essa é uma riqueza que, muitas vezes, não colocamos de uma forma mais explícita, mas é uma riqueza desse processo, no qual a formulação das políticas tem como base a construção das experiências locais (NICÁCIO, 2005, p. 75).

Seu início foi marcado por duas vertentes: de um lado a crise da assistência centrada no hospital psiquiátrico e a busca pela superação da violência asilar e, do outro lado o surgimento dos movimentos sociais na busca pelos direitos dos usuários dos serviços de saúde mental (BRASIL, 2005a), incluindo o direito ao trabalho (LUSSI; PEREIRA, 2011).

Os movimentos brasileiros da Reforma Psiquiátrica e da Reforma Sanitária são contemporâneos, tendo eclodido na década de 1970, período caracterizado por ampla luta pela redemocratização do país, momento em que se assistia o combate ao Estado autoritário. Porém, o processo de Reforma Psiquiátrica é caracterizado por sua história própria e singular (BRASIL, 2005a). Apresentam-se aqui de maneira breve, alguns dos eventos e/ou acontecimentos que se destacaram na construção do modelo de cuidado em saúde mental brasileiro e que deixaram suas marcas na história.

Em 1978 foi criado, no Rio de Janeiro, o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) que reivindicava melhorias na assistência em saúde mental, além de melhores condições de trabalho. Tal movimento foi um significativo instrumento social e coordenou vários eventos nos anos seguintes, impulsionando as transformações na assistência em saúde mental pela Reforma Psiquiátrica (AMARANTE, 1995; TENÓRIO, 2002).

Segundo Amarante (1998), o MTSM foi o ator e o sujeito político fundamentais para o projeto da Reforma Psiquiátrica pois, por meio dele, houve consolidação da perspectiva crítica acerca do saber psiquiátrico, além de fazer emergir propostas de mudanças da assistência em saúde mental. A criação deste movimento foi o ponto de partida para o envolvimento de vários outros atores e esferas sociais no movimento da Reforma Psiquiátrica. A partir de sua criação, houve a realização do I Congresso Nacional no Instituto *Sedes Sapientiae* em São Paulo em 1979, organizado pelo próprio MTSM; em 1979 ocorreu também a criação da Sosintra, primeira associação de familiares envolvidos com a causa; realização da I Conferência Nacional de Saúde Mental em 1987;

realização do II Congresso Nacional do MTSM em 1987 na cidade de Bauru, com efetiva participação de usuários e familiares no movimento, cujo lema passa a ser “por uma sociedade sem manicômios” (AMARANTE, 2008).

A I Conferência Nacional de Saúde Mental, que aconteceu em 1987, circunscreve a necessidade de substituição do modelo hospitalocêntrico de assistência, institui a defesa pelos direitos das pessoas em sofrimento psíquico e “elaborou um conjunto de recomendações que estabeleceram as diretrizes iniciais para a constituição de um modelo assistencial extra hospitalar e comunitário” (MÂNGIA; NICÁCIO, 2002, p. 1).

Em 1989, no período entre a ocorrência da I e II Conferências Nacionais de Saúde Mental, foi apresentado o Projeto de Lei nº 3.657/89 pelo então deputado Paulo Delgado, que previa a regulamentação dos direitos das pessoas em sofrimento psíquico, bem como a extinção progressiva dos manicômios no Brasil. Com isso, foram iniciadas as lutas do movimento da Reforma Psiquiátrica nos campos legislativo e normativo (BRASIL, 2005a). Porém, somente após 12 anos de tramitação no Congresso que a então denominada Lei Paulo Delgado é sancionada no país, em 2001 e, apesar de ser um substituto do Projeto de Lei original, acarretou importantes contribuições no texto normativo.

Assim, a década de 1980 foi marcada pelo aumento da participação dos diferentes atores sociais no processo de reivindicações por mudanças, propostas de reformulações legislativas e algumas experiências institucionais bem sucedidas na proposta de um novo modelo de cuidado em saúde mental, o que contribuiu para a consolidação da Reforma Psiquiátrica. Tenório (2002) considera a existência de dois marcos inaugurais e paradigmáticos de uma assistência em saúde mental no contexto brasileiro: o Centro de Atenção Psicossocial Professor Luiz da Rocha Cerqueira, instituído no município de São Paulo em 1987, que se tornou um exemplo irradiador de um novo modelo de cuidado; e a intervenção na Casa de Saúde Anchieta, realizada em 1989 pela administração municipal de Santos, SP, dando início ao complexo e exemplar Programa de Saúde Mental de Santos, com a construção de uma rede de serviços totalmente substitutivos ao manicômio (TENÓRIO, 2002). Fizeram parte desse novo aparato assistencial os Núcleos de Atenção Psicossocial, a Unidade de Reabilitação Psicossocial, o Centro de Convivência Tam-Tam, o Pronto Socorro Psiquiátrico Municipal e o Lar Abrigado. Santos foi a primeira cidade brasileira a trilhar esse percurso (LUZIO; L'ABBATE, 2006; NICÁCIO, 1994).

A II Conferência Nacional de Saúde Mental aconteceu em 1992, com um crescente movimento social e mobilização em relação do Projeto de Lei 3.657/89, além das discussões mais aprofundadas em torno da crítica ao modelo asilar, embasadas em novos referenciais teóricos, éticos e políticos (MÂNGIA; NICÁCIO, 2002).

Já a III Conferência Nacional de Saúde Mental, ocorrida em 2001, foi um evento muito significativo. Foi convocada logo após a promulgação da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001 (BRASIL, 2001) – até então Projeto de Lei 3.657/89, e contou com a participação de aproximadamente 23.000 pessoas em suas etapas estadual e municipal, indicando a maciça participação de usuários dos serviços de saúde mental e seus familiares. Esta foi a Conferência que consolidou a Reforma Psiquiátrica como política e legitimou os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) como dispositivos fundamentais no processo de transformação do modelo de assistência em saúde mental (BRASIL, 2005a). Nesse sentido, os CAPS se tornaram uma estratégia fundamental na implantação dos princípios da Reforma Psiquiátrica e sua regulamentação se deu por meio da Portaria GM nº 336, de 19 de fevereiro de 2002 (BRASIL, 2004a).

Os CAPS são definidos como locais cujo objetivo é acolher as pessoas em sofrimento psíquico, incentivar sua inclusão familiar e social, apoiar a busca pela autonomia, além de oferecer assistência médica e psicológica (COSTA, 2004). Assim, “sua característica principal é buscar integrá-los a um ambiente social e cultural concreto, designado como seu ‘território’, o espaço da cidade onde se desenvolve a vida cotidiana de usuários e familiares” (COSTA, 2004, p. 9).

Entre as atribuições dos CAPS está a promoção da inserção social das pessoas em sofrimento psíquico por meio de articulações intersetoriais com campos tais como o trabalho, a educação, o esporte, a cultura e o lazer (BRASIL, 2004b).

Rodrigues, Marinho e Amorim (2010), em sua reflexão sobre o papel dos CAPS no processo de inclusão social pelo trabalho¹, consideravam necessária maior investigação sobre a articulação entre a clínica e a compreensão do trabalho como direito e como possibilidade concreta de (re)inclusão social que transpusesse o espaço físico deste serviço.

¹ Segundo a Política Nacional de Saúde Mental, que busca construir um efetivo lugar social para as pessoas em sofrimento psíquico, por intermédio de ações que ampliem sua autonomia e melhore as condições concretas de vida, as ações de inclusão social pelo trabalho são atividades laborais de geração de renda, inserção econômica na sociedade e emancipação do usuário (BRASIL, 2005d).

Para tanto, a Portaria nº 854, de 22 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), propôs alguns procedimentos a serem realizados pelos CAPS, que pareciam constituir uma nova relação entre este serviço e a perspectiva da inclusão social pelo trabalho e aqui destacamos alguns deles:

Procedimento 03.01.08.034-8: Ações de Reabilitação Psicossocial

Descrição: Ações de fortalecimento de usuários e familiares, mediante a criação e desenvolvimento de iniciativas articuladas com os recursos do território nos campos do trabalho/economia solidária, habitação, educação, cultura, direitos humanos, que garantem o exercício de direitos de cidadania, visando à produção de novas possibilidades para projetos de vida.

Procedimento 03.01.08.035-6: Promoção de Contratualidade

Descrição: Acompanhamento de usuários em cenários da vida cotidiana – casa, trabalho, iniciativas de geração de renda, empreendimentos econômicos solidários, contextos familiares, sociais e no território, com a mediação de relações para a criação de novos campos de negociação e de diálogo que garantam e propicie a participação dos usuários em igualdade de oportunidades, a ampliação de redes sociais e sua autonomia (BRASIL, 2012, p. 59).

Tais procedimentos apontavam para a responsabilidade dos CAPS, um dos fortes dispositivos estratégicos no processo da Reforma Psiquiátrica, no que diz respeito à proposição e incentivo ao trabalho como elemento fundamental na transformação em nível pessoal, mas também nas relações sociais dos usuários, evidenciando as perspectivas da reabilitação psicossocial.

Nesse ínterim, em 23 de dezembro de 2011, foi instituída a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) por meio da Portaria nº 3.088 (BRASIL, 2011), tendo sido atualizada e republicada, em 21 de maio de 2013 (BRASIL, 2013a), com mudanças bastante significativas, sobretudo, relacionadas à abrangência populacional dos CAPS, de forma que municípios com população menor também pudessem ser contemplados com este tipo de equipamento. Sua finalidade “é a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde” (BRASIL, 2013a, *on-line*). É constituída pelos seguintes componentes: atenção básica em saúde; atenção psicossocial; atenção de urgência e emergência; atenção residencial de caráter transitório; atenção hospitalar; estratégias de desinstitucionalização; e estratégias de reabilitação psicossocial (iniciativas de trabalho e geração de renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais) (BRASIL, 2013a).

Foi assim até 28 de setembro de 2017, quando houve a publicação da Portaria de Consolidação nº 3 que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde

(SUS) e estabelece as redes temáticas de atenção à saúde, as redes de serviço de saúde e as redes de pesquisa em saúde do SUS. Em relação ao componente Reabilitação Psicossocial da Rede de Atenção Psicossocial, o anexo V desta Portaria de Consolidação manteve o que havia sido instituído, em 2013, por meio da portaria nº 3.088 (BRASIL, 2013a): “O componente Reabilitação Psicossocial da Rede de Atenção Psicossocial é composto por iniciativas de geração de trabalho e renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais”.

Seu Art. 12, subdividido em dois parágrafos e prevê:

§ 1º As ações de caráter intersetorial destinadas à reabilitação psicossocial desenvolvidas em iniciativas de trabalho e renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais têm como objetivo a inclusão produtiva e a qualificação para o trabalho de pessoas com transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas.

§ 2º As iniciativas de geração de trabalho e renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais de que trata o §1º deste artigo devem articular sistematicamente as Redes de saúde e de economia solidária com os recursos disponíveis no território para garantir a melhoria das condições concretas de vida, ampliação da autonomia, contratualidade e inclusão social de usuários da rede e seus familiares (BRASIL, 2017a, *on-line*).

Em 21 de dezembro do mesmo ano houve a publicação da Portaria nº 3.588, que altera as Portarias de Consolidação nº 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial. Nela, o Art. 12 do Anexo V da Portaria de Consolidação nº 3 não sofre alterações, permanecendo válido o acima descrito (BRASIL, 2017b).

Apesar do texto não ter sofrido alterações, o que vimos e vivenciamos na prática é um grande desinvestimento, por parte do governo federal, no campo da saúde mental como um todo desde 2017 até os dias atuais, incluindo as ações voltadas ao incentivo da inclusão social pelo trabalho. De maneira geral, o Brasil tem passado por um forte processo de desmonte dos pressupostos que construíram os últimos 30 anos de organização social e comunitária – que preconizam os direitos humanos e o cuidado em liberdade – e de políticas públicas de saúde mental, álcool e outras drogas (ABRASME, 2020).

O conjunto das iniciativas tomadas visando inicialmente os retrocessos nas políticas públicas, foram se aprofundando e iniciaram um processo de **contrarreforma psiquiátrica** no país, tendo como características fundamentais, instrumentos de gestão públicas alheios a exigência constitucional da participação social e a valorização de equipamentos privados que tem como imperativo de “cuidado” o isolamento social (ABRASME, 2020, p. 1)

O Ministério da Saúde prepara a revogação de aproximadamente 100 portarias no âmbito da saúde mental publicadas entre os anos de 1991 e 2014, ameaçando inúmeros programas e serviços de base comunitária da política de saúde mental e drogas do país (ABRASME, 2020). Em sua Nota Técnica sobre o revogaço na política nacional de saúde mental, álcool e outras drogas no Brasil, a Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME) aponta “um conjunto de recomendações visando a garantia o debate democrático e a necessária participação da sociedade e do conjunto de gestores públicos de saúde mental nos estados, previstos na Constituição e na Lei do Sistema Único de Saúde” (ABRASME, 2020, p. 1).

Segundo Andrade, Burali Vida, Fransozio *et al* (2013), o trabalho era destaque como um dos eixos do processo brasileiro da Reforma Psiquiátrica, juntamente com o suporte assistencial dos CAPS, o apoio financeiro do Programa De Volta Para Casa – inaugurado com a Lei nº 10.708/2003 (BRASIL, 2003) e o respaldo à moradia oriundo dos Serviços Residenciais Terapêuticos, instituído pela Portaria nº 3.090/2011 (BRASIL, 2011b).

A III Conferência direcionou, ainda, a estruturação de uma política de saúde mental voltada à população usuária de álcool e outras drogas (BRASIL, 2005a) e é nela que emergem mais delineada e expressivamente as proposições acerca da importância de se pautar a questão do trabalho e da geração de renda no cenário das políticas públicas de saúde mental, tanto que em seu Relatório Final está descrito que o processo de Reforma Psiquiátrica pressupõe a implementação de políticas públicas que “garantam e consolidem a criação de Programas de Geração de Renda e Trabalho e de Cooperativas e Associações de Usuários, visando os processos de produção de autonomia e de direitos de cidadania” (BRASIL, 2002a, p. 45).

O trabalho, então, se configura como um eixo fundamental no processo de reabilitação das pessoas em sofrimento psíquico. Reabilitação aqui entendida como “um processo de reconstrução, um exercício pleno da cidadania, e, também, de plena contratualidade nos três grandes cenários: *habitat*, rede social e trabalho com valor social (SARACENO, 2001, p. 16). Para que a reabilitação psicossocial de fato aconteça são

necessárias condições que permitam o protagonismo e o exercício da autonomia dos usuários por meio do trabalho (CARVALHAES, 2008).

Nesse sentido foram publicadas algumas portarias relacionadas à geração de trabalho e renda no âmbito da saúde mental, assegurando o direito ao trabalho por meio legal. Entre elas, destacamos duas em especial: a Portaria Interministerial nº 353, de 7 de março de 2005, que institui o Grupo de Trabalho de Saúde Mental e Economia Solidária, cuja finalidade é articular ações, parcerias e agendas e também elaborar um marco jurídico para as políticas (BRASIL, 2005b); e a segunda é a Portaria nº 1.169, de 7 de julho de 2005, que destina incentivo financeiro para municípios que desenvolvem projetos de inclusão social pelo trabalho às pessoas em sofrimento psíquico (BRASIL, 2005c).

É nesse cenário de mobilizações em prol de transformações no cuidado em saúde mental que foram criadas algumas associações e cooperativas. Vale lembrar que as primeiras experiências de inclusão social pelo trabalho no âmbito da saúde mental no Brasil tiveram início na década de 1990, muito impulsionadas pelo processo da Reforma Psiquiátrica em curso no país (BRASIL, 2010a). Nesse período despontam, então, algumas experiências nos moldes da economia solidária², que ressurge, no Brasil, como alternativa à economia de mercado no cenário nacional (NICÁCIO; MÂNGIA; GHIRARDI, 2005).

Destacamos a experiência de Santos/SP que, desde 1989, com a intervenção da Casa de Saúde Anchieta, passou a criar projetos de trabalho marcados pela perspectiva do trabalho como direito e pela busca da contratualidade social, coordenados pela Unidade de Reabilitação Psicossocial (NICÁCIO, 1994; NICÁCIO; KINKER, 1997). Todo esse percurso encaminhou para a criação, em 1994, da primeira cooperativa composta por pessoas em sofrimento psíquico, a Cooperativa Paratodos, constituída por participantes de um dos projetos desenvolvidos, chamado Projeto Lixo Limpo e profissionais da Unidade de Reabilitação Psicossocial (MÂNGIA; NICÁCIO, 2001; NICÁCIO; KINKER, 1997).

² Economia Solidária aqui entendida como “um movimento organizado de resposta à exclusão por gênero, raça, idade, estilo de vida e instrução, entre outros fatores, das pessoas do campo do trabalho. É clara neste marco referencial a crítica à dura lógica capitalista de produção incessante de vitoriosos e derrotados. Como horizonte da Economia Solidária está a instauração da solidariedade como norma social e a construção de empreendimentos coletivos e autogestionários como resposta à exclusão do mercado.” (BRASIL, 2005a, p. 37). A economia solidária se desenvolveu a partir do cooperativismo, mas não se limitou a ele. O tema será melhor desenvolvido na seção 3 desta tese.

Em meio às discussões acerca da relevância do trabalho para pessoas em sofrimento psíquico, foi aprovada, no Brasil, a Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999, que dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais a fim de proporcionar integração social dos cidadãos. Segundo a Lei, as cooperativas sociais são “constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagem no mercado econômico, por meio do trabalho, fundamentam-se no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a integração social dos cidadãos” (BRASIL, 1999, *on-line*). Desta forma, a Lei nº 9.867/1999 evidencia os esforços empreendidos para legitimar a proposta de trabalho por meio de iniciativas nos moldes do associativismo e cooperativismo social.

No entanto, tal Lei teve vários vetos, não teve regulamentação jurídica e, portanto, não viabilizou a formalização dos grupos de usuários da saúde mental que desenvolviam atividades, reconhecidas naquela época, como de geração de trabalho e renda. Desta forma, desde o início do processo de Reforma Psiquiátrica até o início dos anos 2000, as iniciativas de inclusão social pelo trabalho eram escassas, porém foram extremamente significativas, tiveram grande visibilidade e demarcaram sua importância e seu lugar na história. Entre elas destacamos: Cooperativa Mista Paratodos em Santos/SP, criada em 1994; Cooperativa da Praia Vermelha no Rio de Janeiro, criada em 1996; Núcleo de Oficinas Terapêuticas em Campinas/SP, criado em 1990; e GerAção-POA em Porto Alegre/RS, criada em 1996 (GIGANTE, 2011; MARTINS, 2019).

Em 2004 aconteceu a primeira Oficina de Experiências de Geração de Renda e Trabalho de Usuários de Serviços de Saúde Mental, que possibilitou o primeiro contato com as iniciativas de geração de trabalho e renda existentes no território nacional e estabeleceu o diálogo entre as políticas de saúde mental e economia solidária (BRASIL, 2005a). Foi esse evento que inaugurou a parceria entre a Área Técnica de Saúde Mental, do Ministério da Saúde e a Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, com a finalidade de estimular o desenvolvimento das experiências de inclusão social pelo trabalho na área da saúde mental (BRASIL, 2005d; BRASIL, 2006a). É a partir disso que ocorre um crescimento exponencial dos grupos de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental.

Foi criado ainda, na primeira Oficina de Experiências de Geração de Renda e Trabalho de Usuários de Serviços de Saúde Mental, um Grupo de Trabalho Interministerial – instituído por meio da Portaria Interministerial nº 353 de 7 de março de 2005 (BRASIL, 2005d; BRASIL, 2006a) – para conceber e efetivar a política de inclusão

social pelo trabalho. “Assim começou o Projeto de Inclusão Social pelo Trabalho em Saúde Mental, dos Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego” (BRASIL, 2006a, p. 3).

De acordo com a Portaria, o Grupo Interministerial apresenta as seguintes atribuições:

I – Propor e estabelecer mecanismos de articulação entre as ações das políticas de saúde mental e economia solidária;

II – Elaborar e propor agenda de atividades de parceria entre as duas políticas;

III – Realizar mapeamento das experiências de geração de renda e trabalho, cooperativas, bolsa-trabalho e inclusão social pelo trabalho, realizadas no âmbito do processo da Reforma Psiquiátrica;

IV – Propor mecanismos de apoio financeiro para as experiências de geração de renda e trabalho em saúde mental;

V – Propor atividades de formação, capacitação e produção de conhecimento na interface saúde mental e economia solidária, bem como do marco jurídico adequado;

VI – Estabelecer condições para a criação de uma Rede Brasileira de Saúde Mental e Economia Solidária; e

VII – Propor mecanismos de parceria interinstitucional, no âmbito nacional e Internacional (BRASIL, 2006a, p. 5).

Nesse mesmo ano, foi publicada a Portaria nº 1.169/GM que destinou incentivo financeiro aos projetos de inclusão social pelo trabalho no âmbito da saúde mental (BRASIL, 2005c), e, “pela primeira vez, estas iniciativas passam a receber recursos federais” (BRASIL, 2005a, p. 38). Dessa forma, a partir de 2008, o Ministério da Saúde realizou chamadas públicas para seleção de projetos de geração de trabalho e renda, a fim de fortalecer e ampliar a Rede Brasileira de Saúde Mental e Economia Solidária a partir de recursos advindos de articulações promovidas como desdobramento dessa Portaria (MARTINS, 2014).

Assim, o ano de 2010 foi marcado por alguns eventos importantes para o Cooperativismo Social. Destacamos a realização da I Conferência Temática de Cooperativismo Social, ocorrida em 28 de maio de 2010 (BRASIL, 2010b), um evento importante, pois integrou a sociedade civil e diferentes órgãos e setores do governo com a finalidade de fomentar e apoiar o cooperativismo social no Brasil, demarcando seu compromisso ético, político e social, com marcos conceitual e jurídico que, de fato, atendessem às reivindicações dos diferentes atores envolvidos. Foi convocada pela Secretaria Geral da Presidência da República, juntamente com os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Saúde, da Justiça e Secretaria Especial de Direitos Humanos, além de representantes da sociedade civil para discutir e elaborar propostas concretas para o cooperativismo social no Brasil.

O tema central da I Conferência Temática de Cooperativismo Social foi “Trabalho e Direitos: Cooperativismo Social como compromisso social, ético e político” (BRASIL, 2010b). As discussões se deram em torno de três eixos temáticos, a saber: marco conceitual do cooperativismo social; marco jurídico; e políticas públicas intersetoriais para o cooperativismo social, e seus objetivos eram:

- Subsidiar a elaboração de políticas públicas intersetoriais de apoio e fomento aos empreendimentos que se organizem nos moldes cooperativistas, formais ou informais, que tenham como objetivo principal a inserção social e econômica de pessoas em situação de desvantagem, por meio do trabalho;
- Promover a intersetorialidade nos debates acerca do cooperativismo social para uma maior integração entre os diferentes segmentos sociais incluídos na Lei 9867/1999, com a finalidade de criar um projeto comum, permitindo o desenvolvimento de uma rede de apoio mútuo entre os diversos grupos envolvidos;
- Subsidiar as Conferências Nacionais de Economia Solidária e de Saúde Mental para contribuir com a formulação e a consolidação de políticas intersetoriais de apoio ao cooperativismo social (BRASIL, 2010b, p.8).

Como reflexo desta articulação, o movimento do Cooperativismo Social ganha forma com a consolidação da Política Nacional de Saúde Mental e Economia Solidária e, em 2013, foi aprovado o Decreto nº 8.163, que instituiu o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social denominado Pronacoop Social (BRASIL, 2013b), com os seguintes objetivos:

- I – incentivar a formalização dos empreendimentos econômicos solidários sociais em cooperativas sociais;
- II – promover o fortalecimento institucional das cooperativas sociais e dos empreendimentos econômicos solidários sociais e a qualificação e formação dos cooperados e associados;
- III – promover o acesso ao crédito;
- IV – promover o acesso a mercados e à comercialização da produção das cooperativas sociais e dos empreendimentos econômicos solidários sociais;
- V – incentivar a formação de redes e cadeias produtivas constituídas por cooperativas sociais e empreendimentos econômicos solidários sociais; e
- VI – monitorar e avaliar os resultados e alcances sociais e econômicos das políticas de apoio ao cooperativismo e ao associativismo social (BRASIL, 2013b, *on-line*).

Para a efetivação do Pronacoop Social e cumprimento de seus objetivos, estavam previstos os seguintes instrumentos a serem utilizados:

- I – programas de formação continuada que atendam às necessidades dos trabalhadores das cooperativas sociais e dos empreendimentos econômicos solidários sociais;
- II – oferta de padrões tecnológicos e gerenciais para a condução de suas atividades;

- III – capacitação tecnológica e gerencial de pessoas em situação de desvantagem que desejam ingressar ou formar cooperativas sociais e empreendimentos econômicos solidários sociais;
- IV – linhas de crédito existentes ou a serem criadas, nos termos da lei;
- V – abertura de canais de comercialização dos produtos e serviços, que possibilitem o acesso das cooperativas sociais e empreendimentos econômicos solidários sociais às compras públicas; e
- VI – transferência de recursos, nos termos da legislação vigente (BRASIL, 2013b, *on-line*).

Na prática, os objetivos acima descritos representam um apoio fundamental para as cooperativas sociais, uma vez que contemplam seus maiores desafios: “a formalização; a qualificação e formação; o acesso a crédito; a comercialização; e a criação de redes e cadeias solidárias” (TYGEL, 2017, p. 58).

Com a criação do Pronacoop Social, houve a nomeação de seu Comitê Gestor que, após profundo debate atualizou, em 2015, a definição de cooperativas sociais, levando em conta a experiência do Cooperativismo Social italiano e a realidade do cooperativismo e associativismo social brasileiros. A nova definição foi publicada no Termo de Referência, elaborado pelo próprio Comitê, que dá diretrizes ao Cooperativismo Social no Brasil (BRASIL, 2015; TYGEL, 2017). Nele, as “Cooperativas Sociais são empreendimentos econômicos solidários que promovem o direito ao trabalho, fundamentando-se na igualdade de oportunidades e no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a inclusão socioeconômica dos cidadãos” (BRASIL, 2015, p. 5).

Porém, o Pronacoop Social, até o ano de 2017, não havia sido implementado, pois os recursos previstos não haviam sido regulamentados nem repassados, apesar dos diferentes esforços empenhados nas inúmeras audiências e atividades organizadas por entidades representativas do cooperativismo (TYGEL, 2017).

Mesmo com o Termo de Referência aprovado pelo conselho Nacional de Economia Solidária e o decreto já publicado, os apoios só chegarão de fato para os empreendimentos solidários do cooperativismo e associativismo social com muita organização e pressão sobre a prefeitura, o governo estadual e o governo federal. Essa pressão só é possível com muita união e organização (TYGEL, 2017, p. 58).

Segundo o Pronacoop Social, o apoio às associações e cooperativas sociais deveria se dar a partir da criação de Bases de Assessoramento em Cooperativismo Social (BASE-Coopsocial), que deveriam ser implementadas por meio de parcerias entre as esferas federal, estadual e municipal, universidades e organizações não governamentais locais

(TYGEL, 2017), porém, em 5 de novembro de 2019, ele foi revogado pelo então presidente do Brasil, por meio do Decreto nº 10.087 (BRASIL, 2019).

As discussões em relação à inclusão social pelo trabalho no cenário brasileiro também sofreram forte influência do modelo italiano, especialmente em relação à importância e às formas de proposição do trabalho no âmbito da saúde mental. A experiência italiana demonstra que o trabalho autogestionário e cooperado é uma experiência positiva e bem sucedida (DELGADO, 2005). Assim, trabalho na perspectiva da saúde mental deve revelar os princípios da inclusão social previstos na Reforma Psiquiátrica e exercer um importante papel no processo de reabilitação psicossocial (ALCÂNTARA, 2007), distanciando-se da concepção terapêutica (LUSSI; MATSUKURA; HAHN, 2010).

Dejours (2004), em sua definição de trabalho, indica que

O trabalho é aquilo que implica, do ponto de vista humano, o fato de trabalhar: gestos, *saber-fazer*, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar, etc. [...] o trabalho não é em primeira instância a relação salarial ou o emprego; é o <trabalhar>, isto é, um certo modo de engajamento da personalidade para responder a uma tarefa delimitada por pressões (materiais e sociais) (DEJOURS, 2004, p. 28).

Por esta ótica, o trabalho quando autogestionário, coletivo, solidário e de responsabilidades compartilhadas se torna produtor de subjetividade.

O trabalho é *locus* do estabelecimento de relações onde as competências cognitivas e afetivas do sujeito são postas a prova, desenvolvidas, intensamente vivenciadas através das múltiplas experiências que o contexto laboral proporciona. É impossível dissociar, nessa perspectiva, psicogênese [origem e evolução das funções psíquicas: atenção, percepção, memória, orientação, pensamento, afetos, emoções, volição, julgamento crítico, simbolização, linguagem] e sociogênese das emoções [origem e evolução dos processos sociais], cognições e ações de um sujeito; são processos concomitantes e os tomamos, articulados, como processos de subjetivação (VERONESE, 2009, p. 155)

A economia solidária, por seu caráter autogestionário, respeita os princípios da solidariedade e valorização humana, colocando o ser humano como sujeito e finalidade das atividades econômicas e, portanto, fomenta espaços de trabalho associado, promovendo aos trabalhadores uma tomada de consciência processual e contínua, levando em conta o contexto e, por consequência, estimula diariamente a emancipação de seus membros (INTERCOOP [s.d.]; MOURA; SILVA; CAMPOS; CANDEIAS,

2015). Tais características destacam o caráter contra-hegemônico da Economia Solidária, tornando-a uma possibilidade concreta de inclusão social pelo trabalho às pessoas em sofrimento psíquico.

Tal proposta opõe-se fortemente à “subjetividade massificada pelos ditames hegemônicos do capitalismo global” (VERONESE, 2009, p. 154), que, englobam também outras dimensões individuais e coletivas que extrapolam os aspectos econômicos. O trabalho, na perspectiva capitalista é reconhecido pela competitividade, busca desenfreada pelo lucro, além da distinção da sociedade em classes, desigualdades, hierarquização, acúmulo do capital e geração de riquezas (INTECOOP, [s.d.]; MOURA; SILVA; CAMPOS; CANDEIAS, 2015).

Embora, na atualidade, seja reconhecida a importância e o aumento significativo das iniciativas de inclusão social pelo trabalho no contexto da saúde mental, a potencialização do trabalho como ferramenta de inclusão social às pessoas em sofrimento psíquico ainda é um desafio a ser enfrentado pela Reforma Psiquiátrica, uma vez que tais experiências ainda se mantêm, caracteristicamente, frágeis institucional e financeiramente, como apontado em documento oficial há 15 anos (BRASIL, 2005a). Diante disso, observamos a necessidade de mais políticas públicas que fomentem, fortaleçam e consolidem tais iniciativas.

De acordo com Delgado (2005), para além da substituição dos manicômios por equipamentos substitutivos, a Reforma Psiquiátrica deve ser capaz de fazer emergir o que há de positivo nas experiências de pessoas que vivenciam o sofrimento psíquico, uma vez que a tendência é focalizar apenas nos aspectos negativos. Desta forma, a proposição da inclusão social pelo trabalho, por meio da geração de trabalho e renda, dos empreendimentos econômicos solidários e das cooperativas sociais tornam-se dispositivos altamente eficazes.

A economia solidária e a geração de trabalho e renda cumprem um significativo papel social na afirmação da cidadania dos usuários da saúde mental (AMARANTE; BELLONI, 2014). A afinidade entre os movimentos da Reforma Psiquiátrica e da Economia Solidária, por compartilharem “princípios fundamentais quando fazem a opção ética, política e ideológica por uma sociedade marcada pela solidariedade”, nos levam a compreender tal fenômeno (BRASIL, 2005a).

Estudos apontam que o trabalho, na perspectiva da economia solidária, tem se mostrado um importante dispositivo de afirmação de cidadania, inclusão e emancipação social das pessoas em sofrimento psíquico (ALVES, 2016; AMARANTE; BELLONI,

2014; BALLAN; ARANHA, 2016; BASSO; LEMES; SILVEIRA, 2010; LUSSI; MORATO, 2012; LUSSI, 2009; MAZARO, 2017; MILIONI, 2009; MORATO, 2014; MOTA, 2007).

No cenário brasileiro, é possível observar que a (re)inserção de pessoas em sofrimento psíquico no trabalho tem se dado de forma expressiva por meio da economia solidária (LUSSI; PEREIRA, 2011). No último levantamento realizado são 140 empreendimentos econômicos solidários (EES) do campo da saúde mental cadastrados no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), banco de dados oriundo do segundo e último mapeamento nacional dos EES, que ocorreu entre 2010 e 2013 (MAZARO; MATSUKURA; LUSSI, 2020).

Assim, o presente estudo nasce do desejo de melhor compreender o fenômeno da inclusão social pelo trabalho no âmbito da saúde mental na perspectiva da economia solidária, além da necessidade de produção de conhecimento que envolva as próprias pessoas em sofrimento psíquico, uma vez que identificamos a escassez de pesquisas, no contexto nacional, que explorem a relação da inclusão social pelo trabalho na perspectiva da economia solidária e processos emancipatórios, a partir da narrativa das próprias pessoas envolvidas. A proposta é, então, analisar essa relação a partir das histórias de vida de pessoas em sofrimento psíquico que vivenciam tal processo por meio da economia solidária.

Para tanto, entendemos que a história oral de vida, como processo de produção de dados, estaria em plena harmonia com tal proposta, a partir do momento em que confere às pessoas o protagonismo de suas histórias - cuja escassez foi identificada em estudos anteriores - além da participação em todo o processo de construção das narrativas de modo horizontalizado, compartilhado e corresponsabilizado – condizente com os pressupostos da Economia Solidária, da Reabilitação Psicossocial e da Ecologia de Saberes, e permite à pesquisadora o registro de tais experiências vividas. Interessava-nos apreender tais narrativas e compreendê-las à luz do referencial teórico elaborado por Boaventura de Sousa Santos, especialmente no que diz respeito à Sociologia das Ausências, Sociologia das Emergências e Ecologia de Saberes.

Assim, este estudo teve como objetivos gerais: compreender como os participantes do Recriart percebem os impactos da sua vivência nesse espaço de trabalho em sua trajetória de vida; e refletir sobre essa inclusão à luz do referencial teórico da Ecologia de Saberes, Sociologia das Ausências e Sociologia das Emergências, de Boaventura de Sousa Santos. Os objetivos específicos foram: descrever a linha do tempo

do Recriart desde sua origem até os dias atuais; e verificar quais mudanças ocorreram na trajetória de vida dessas pessoas a partir da inclusão no trabalho, bem como descrever seus impactos, identificados pelos próprios colaboradores, dialogando com o referencial teórico adotado.

Destarte, a tese está estruturada de maneira a facilitar a compreensão deste fenômeno, tendo delineado a seguinte estrutura: a revisão sistemática de literatura realizada, do tipo *scopingreview*, apresentando os estudos realizados até então nessa temática; a Economia Solidária e sua importância na inclusão de pessoas em sofrimento psíquico no trabalho; o referencial teórico escolhido para conduzir as análises e discussões; o percurso metodológico; os resultados; a análise e a discussão dos resultados; e as considerações finais.

2 SAÚDE MENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA REVISÃO DE ESCOPO

“A desigualdade e a exclusão têm na modernidade um significado totalmente distinto do que tiveram nas sociedades do antigo regime. Pela primeira vez na história, a igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidos como princípios emancipatórios da vida social.”

(Boaventura de Sousa Santos)

Tendo em vista a história recente da articulação entre saúde mental e economia solidária, emergiram as seguintes questões de pesquisa que nos motivaram a realizar um estudo de revisão sistemática na literatura: O que se tem produzido sobre economia solidária e saúde mental? Quais as características das produções sobre economia solidária e saúde mental?

Desta forma, a presente revisão teve como objetivo geral: caracterizar a literatura relevante sobre economia solidária e saúde mental. E como objetivo específico: identificar se os estudos abordam processos de emancipação social.

Trata-se de uma revisão de escopo da literatura nacional e internacional acerca da saúde mental e economia solidária. A revisão de escopo foi eleita com o intuito de alcançar uma área que não foi revisada anteriormente de forma abrangente, além de incluir trabalhos com diferentes desenhos e metodologias.

O estudo de escopo (*scopingstudy ou scopingreview*) tem como objetivo mapear os principais conceitos que apoiam determinada área de conhecimento, examinar a extensão, alcance e natureza da investigação, sumarizar, divulgar os dados da investigação e identificar as lacunas de pesquisas existentes (ARKSEY; O'MALLEY, 2005).

Arksey e O'Malley (2005) relatam cinco passos a serem seguidos para realizar uma revisão de escopo. São eles: identificar a(s) questão(ões) de pesquisa e o que necessita ser explorado; buscar estudos pertinentes; selecionar os estudos relevantes para a(s) questão(s) a ser(em) explorada(s); descrever informações sobre os estudos abordados por meio de gráficos de dados e descrever os resultados.

Os critérios de inclusão das produções levaram em conta a presença e combinação dos descritores no título, palavras-chave ou resumo. Estudos sem relação com a saúde

mental ou com a economia solidária ou que abordam a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho não foram incluídos por não atenderem aos objetivos e foco do estudo.

Não foi determinado um período, em anos, para as produções, tendo sido todas incluídas no estudo.

As buscas foram realizadas no mês de fevereiro de 2019 e atualizada em agosto de 2020 nas seguintes bases de dados: Applied Social Sciences Index & Abstracts (ASSIA); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); Portal de Periódicos da CAPES; Psycinfo (APA); SciELO.org; Scopus (Elsevier); Sociological Abstracts (ProQuest); e Web of Science.

Foram incluídos estudos publicados na íntegra, de forma gratuita nos idiomas inglês, espanhol e português, utilizando descritores, os quais foram combinados aplicando o operador booleano “AND”. As combinações usadas para construir a busca foram: em português “saúde mental” AND “economia solidária”; em inglês “*mental health*” AND “*solidarity economy*”; e em espanhol “*salud mental*” AND “*economia social y solidaria*”.

O quadro abaixo apresenta as etapas de localização das produções que foram analisadas.

Quadro 1: Trajetória de busca das produções.

Descrição	Quantidade
Total de produções encontradas	294
Textos completos não disponíveis	6
Produção de acesso não gratuito	1
Produções duplicadas retiradas do estudo	169
Produções excluídas mediante os critérios de inclusão	67
Artigos publicados em dois idiomas (inglês e português)	2
Tese e/ou dissertação com produção de artigo (analisados os artigos)	4
Total de Produções Pré-Selecionadas	45

Fonte: autora

Na busca foram encontradas 294 produções. Deste total, 6 não disponibilizavam o texto completo e 1 era de acesso não gratuito. Das 287 produções que permaneceram, 169 estavam duplicadas, sendo também excluídas, restando 118 produções. Destas, 67 foram excluídas por não atenderem aos critérios de inclusão, isto é, não apresentarem a combinação dos descritores no título e/ou resumo e/ou palavras-chave ou por se tratarem de lista de colaboradores, editorial e sumário, restando 51 produções. Dentre elas, foram

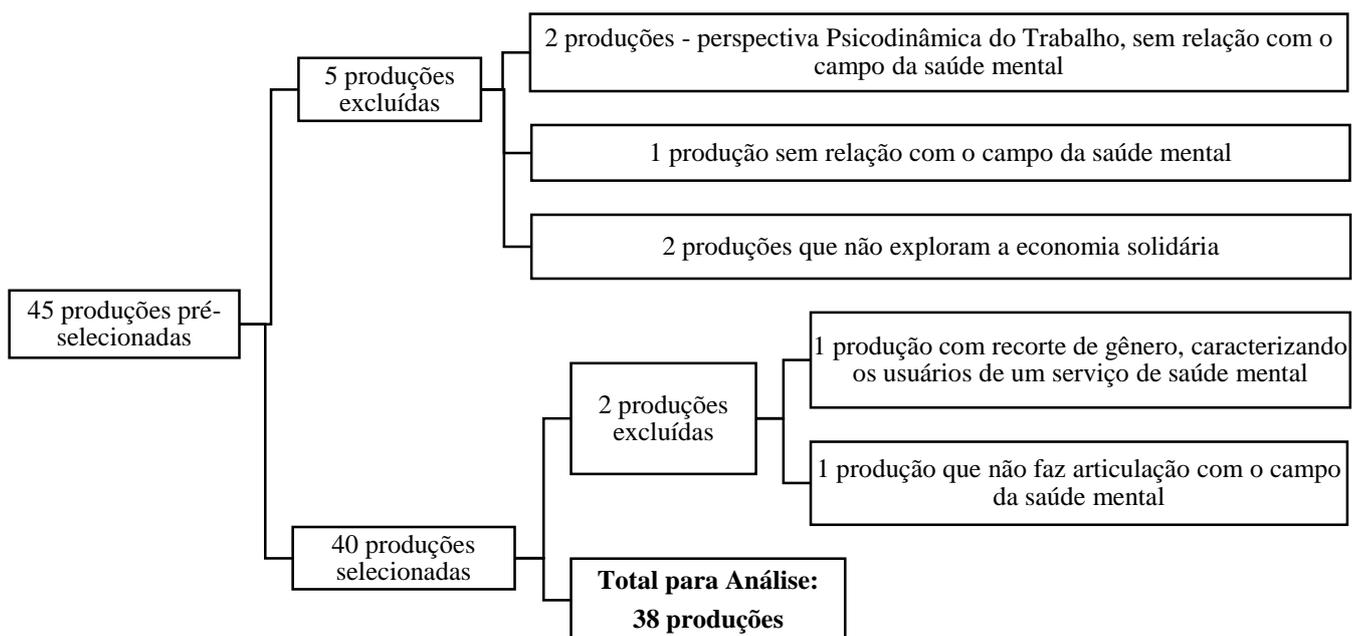
identificadas duas produções que estavam disponíveis em português e em inglês. Assim, as de língua inglesa foram excluídas, permanecendo as produções em português. Foram identificados ainda 3 artigos que são produtos de dissertações e 1 artigo produto de tese. A decisão tomada foi a de que os artigos permaneceriam e as dissertações e a tese seriam excluídos, perfazendo um total de 45 produções.

Após a primeira seleção, foi realizada a leitura criteriosa dos resumos das 45 produções, tendo em vista os objetivos do estudo e os critérios de inclusão pré-estabelecidos. Quando o resumo não era esclarecedor, recorriamos ao texto na íntegra, evitando assim, descartar estudos importantes. Das 45 produções, foram elencadas 40 para a próxima etapa da revisão, de leitura na íntegra e sumarização dos estudos.

Assim, foram pré-selecionadas 40 produções. Posteriormente, foi elaborada uma planilha no *Microsoft Excel* para, após a leitura criteriosa das mesmas na íntegra a fim de finalizar a seleção, categorizar os estudos selecionados. Foram extraídas informações necessárias como: título, autores, tipo de publicação, periódico ou universidade, ano de publicação, palavras-chave, objetivo, metodologia, cidade do estudo, articulações com serviços, população participante, principais conceitos, concepção de trabalho adotada, referenciais teóricos adotados e principais resultados.

Após a leitura criteriosa e sumarização das produções na íntegra, foram excluídos dois estudos: um por se tratar de um recorte de gênero, no qual os autores caracterizam os usuários de um serviço de saúde mental, não fazendo uma discussão sobre trabalho e/ou economia solidária; e um que não faz articulação com a saúde mental, uma vez que os grupos de inclusão social pelo trabalho analisados não são específicos do âmbito da saúde mental, permanecendo 38 produções para análise.

A figura a seguir indica o número de produções excluídas e os motivos desta exclusão:

Figura 1: Fluxograma do processo de seleção dos estudos.

Fonte: autora

A localização das 38 produções nas bases de dados estão apresentadas no quadro 2, lembrando que 6 produções foram localizadas em múltiplas bases de dados.

Quadro 2: Quantidade de produções localizadas em cada base de dados.

Base	Quantidade
BDTD	16
Portal de Periódicos CAPES	22
Psycinfo/APA	1
Scielo	6
Scopus	2
Web of Science	6

Fonte: autora

Como resultados desta revisão, foram selecionadas 38 produções (22 artigos, 13 dissertações e 3 teses) para a análise e as informações preliminares sobre elas estão apresentadas no quadro 3.

Quadro 3: Caracterização das produções analisadas.

Tipo de Produção	Título da Publicação	Autores	Periódico ou Universidade	Ano de Publicação
Dissertação	As necessidades de saúde da perspectiva dos usuários de um serviço comunitário de saúde mental	MOTA, T.D.	Universidade de São Paulo	2007
Dissertação	Saúde mental e trabalho: transversalidade das políticas e o caso de Juiz de Fora	MENDES, S.M.O.	Universidade Federal de Juiz de Fora	2007
Dissertação	A experiência de trabalho de usuários de um CAPS, integrantes de um empreendimento econômico solidário - construindo vidas e possibilidades	MILIONI, D.B.	Universidade Federal de São Carlos	2009
Dissertação	Cooperativas sociais no Brasil: debates e práticas na tecitura de um campo em construção	MARTINS, R.C.A.	Universidade de Brasília	2009
Dissertação	O livro de receitas d'O Bar Bibitã - conquistas e desafios na construção de um empreendimento econômico solidário na rede pública de atenção à saúde mental no município de São Paulo	BALLAN, C.	Universidade de São Paulo	2010
Dissertação	A trajetória do portador de sofrimento psíquico no processo de desinstitucionalização: história oral	SILVA, P.M.C.	Universidade Federal da Paraíba	2012
Dissertação	Interface entre políticas públicas de saúde mental e economia solidária: a inserção socioproductiva de pessoas com transtornos mentais	CANCELA, A.G.R.	Universidade Federal do Pará	2012
Dissertação	Saúde mental e economia solidária: trabalho como dispositivo de autonomia, rede social e inclusão	PACHECO, M.L.	Universidade de Brasília	2013
Dissertação	Economia solidária e a produção de cidadania na saúde mental: um estudo dos dispositivos de inclusão social pelo trabalho no estado de São Paulo	PINHO, K.L.R.	Universidade Federal de São Carlos	2015
Dissertação	Inclusão social pelo trabalho: estudo comparativo entre as políticas públicas de saúde mental do Brasil e da Inglaterra	SANTOS, L.B.H.	Universidade de São Paulo	2016
Dissertação	Saúde mental e economia solidária: construindo estratégias de reabilitação psicossocial	ALVES, G.O.	Universidade Federal de Santa Catarina	2016
Dissertação	Economia solidária e inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental: identificando potencialidades e fragilidades	MAZARO, L.M.	Universidade Federal de São Carlos	2017
Dissertação	Desafios da intersectorialidade entre trabalho e saúde mental	SAYEG, E.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2017

Tese	Análise da política do ministério da saúde do Brasil para a atenção integral dos usuários de álcool e outras drogas	PEREIRA, M.O.	Universidade de São Paulo	2009
Tese	Trabalho, reabilitação psicossocial e rede social: concepções e relações elaboradas por usuários de serviços de saúde mental envolvidos em projetos de inserção laboral	LUSI, I.A.O.	Universidade de São Paulo	2009
Tese	Saúde mental, economia solidária e cooperativismo social - políticas públicas de reconhecimento e acesso ao trabalho (2004-2013)	MARTINS, R.C.A.	Universidade de Brasília	2014
Artigo	Reflexão acerca das políticas públicas brasileiras na óptica do pós-colonialismo	PEREIRA, M.O.; BARROS, S.; OLIVEIRA, M.A.F.	Revista de Enfermagem UFPE <i>Online</i>	2010
Artigo	Saúde mental e economia solidária: a família na inclusão pelo trabalho	FILIZOLA, C.L.A.; TEIXEIRA, I.M.C.; MILIONI, D.B.; PAVARINI, S.C.I.	Revista da Escola de Enfermagem da USP	2011
Artigo	Cooperativismo social: notas etnográficas sobre a invenção e regulação de políticas públicas	SARTORI, L.	Ponto URBE	2011
Artigo	Empresa social e economia solidária: perspectivas no campo da inserção laboral de portadores de transtorno mental	LUSI, I.A.O.; PEREIRA, M.A.O.	Revista da Escola de Enfermagem da USP	2011
Artigo	O significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da economia solidária	LUSI, I.A.O.; MORATO, G.G.	Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar	2012
Artigo	A experiência de incubar um empreendimento solidário formado por usuários de saúde mental	ROJO, P.T.; FILIZOLA, C.L.A.; ZERBETTO, S.R.; CORTEGOSO, A.L.	Revista Ciência & Saúde	2012
Artigo	Articulação saúde mental e economia solidária: relato de projeto de inclusão social	PEDROZA, A.P.; OLIVEIRA, F.B.; FORTUNATO, M.L.; SOARES, P.F.C.	Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste	2012
Artigo	A economia solidária na inclusão de usuários de álcool e outras drogas: reflexões a partir da análise de experiências em Minas Gerais e São Paulo	BARRETO, R.O.; LOPES, F.T.; PAULA, A.P.	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho	2013
Artigo	Economia solidária e reabilitação vocacional no campo da drogadição: possibilidades e limites das práticas atuais	BONADIO, A.N.; SILVEIRA, C.	Saúde e Sociedade	2013
Artigo	Políticas públicas de saúde mental e economia solidária: construção de uma nova concepção	LIMA, I.B.; SILVA, J.E.; CRUZ, S.S.	Revista de Enfermagem UFPE <i>Online</i>	2013
Artigo	Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária	ANDRADE, M.C.; BURALI, M.A.M.; VIDA, A.; FRANZOZIO, M.B.B.; SANTOS, R.Z.	Psicologia: Ciência e Profissão	2013

Artigo	Enfrentamentos e construção de projetos de trabalho para a superação da laborterapia	KINKER, F.S.	Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar	2014
Artigo	Da orientação profissional à inserção laboral de usuários de serviços de saúde mental em empreendimentos econômicos solidários	SILVA, L.G.; CORTEGOSO, A.L.; LUSSI, I.A.O.	Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar	2014
Artigo	O encontro da loucura com o trabalho: concepções e práticas no transcurso da história	ANDRADE, M.C.; COSTA-ROSA, A.	Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia	2014
Artigo	Economia solidária, saúde mental e prática do terapeuta ocupacional: relatos de participantes de um grupo de geração de trabalho e renda	FERRO, L.F.; MACEDO, M.; LOUREIRO, M.B.	Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar	2015
Artigo	Saúde mental e economia solidária: a experiência de usuários e trabalhadores de um CAPS II	CAMPOS, O.O.; MAGALHÃES, Y.B.; KIKUCHI, P.; JABUR, P.A.C.; REBOUÇAS, F.; PINHEIRO, G.M.	Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar	2015
Artigo	Saúde mental e economia solidária: cartografias do seu discurso político	SANTIAGO, E.; YASUI, S.	Psicologia & Sociedade	2015
Artigo	Iniciativas de geração de trabalho e renda, economia solidária e terapia ocupacional: aproximações possíveis e construções necessárias	MORATO, G.G.; LUSSI, I.A.O.	Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar	2015
Artigo	Sentidos e processos psicossociais envolvidos na inclusão pelo trabalho na saúde mental	MORAES, R.C.P.; CASTRO-SILVA, C.R.	Psicologia: Ciência e Profissão	2016
Artigo	Oficinas de geração de trabalho e renda na atenção psicossocial: reflexões sobre um equipamento e suas produções de cuidado	RODRIGUES, A.C.; YASUI, S.	Cadernos Brasileiros de Saúde Mental	2016
Artigo	Saúde mental e trabalho: diálogos sobre direito, desejo e necessidade de acesso	SILVA, A.P.D.; FERIGATO, S.H.	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional da UFSCar	2017
Artigo	Articulação das políticas públicas de saúde mental e economia solidária - iniciativas de geração de trabalho e renda	OLIVEIRA, F.B.; MOREIRA, M.R.C.; LIMA JUNIOR, J.F.; NASCIMENTO, D.C.; SILVA, F.M.S.; ANTUNES, J.	HOLOS	2018

Fonte: autora

Foram analisadas 38 produções, todas publicadas na língua portuguesa. Apesar das buscas terem sido realizadas nos três idiomas, os resultados foram exclusivamente em português.

Além de estarem publicados na língua portuguesa, todos os estudos foram realizados no Brasil e tal achado o coloca em uma posição de destaque, especialmente porque o Brasil é o único país da América Latina cujo idioma oficial é o português.

Existem inúmeras experiências que buscam enfrentar a hegemonia neoliberal das últimas décadas na América Latina, com destaque para a Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Uruguai, Paraguai e Venezuela e, para estes países, a economia solidária se apresenta como um meio possível de afirmação de novos valores nas relações sociais de produção (LIANZA; HENRIQUES, 2012). O interesse pelas cooperativas, na América Latina, foi expresso na reativação da chamada economia solidária, isto é, o setor da economia a que correspondem diversas formas de produção associativa em que se destacam as mutualidades e as cooperativas (SINGER; SOUZA, 2000). Apesar disso, não foram localizados estudos em espanhol, idioma oficial dos demais países da América Latina.

Na América Latina o começo de uma economia com solidariedade foi gestado a partir das estratégias de sobrevivência dos indígenas, dos negros e de parcelas dos imigrantes que estavam marginalizados na lógica produtiva aplicada na região. Logo, as raízes da economia solidária neste continente estão inseridas na busca de sobrevivência e em oposição à dinâmica colonizadora, carregando fortes características das sociedades pré-coloniais (SANTANA JÚNIOR, 2006, p. 2).

Especificamente no cenário brasileiro, Lianza e Henriques já afirmavam, em 2012, que “a política pública de economia solidária não é central no governo federal” (LIANZA; HENRIQUES, 2012, p. 16), tendo perdido ainda mais força nos últimos anos. Apesar dessa conjuntura, pesquisadores brasileiros têm investido em estudos sobre a economia solidária, em detrimento dos outros países da própria América Latina e da Europa, cujo (re)surgimento das práticas de economia solidária relacionam-se à incapacidade da economia social responder à crise de emprego e valores que despontaram a partir da década de 1960 (SANTANA JÚNIOR, 2006).

Em relação aos periódicos onde foram publicados os artigos, têm-se: 6 publicações realizadas nos Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar e 1 artigo publicado nos Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. Lembrando que se trata do mesmo periódico, uma vez que os Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar passou a se chamar Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional a partir de 2017. Assim, este periódico ganha destaque com o total de 7 publicações.

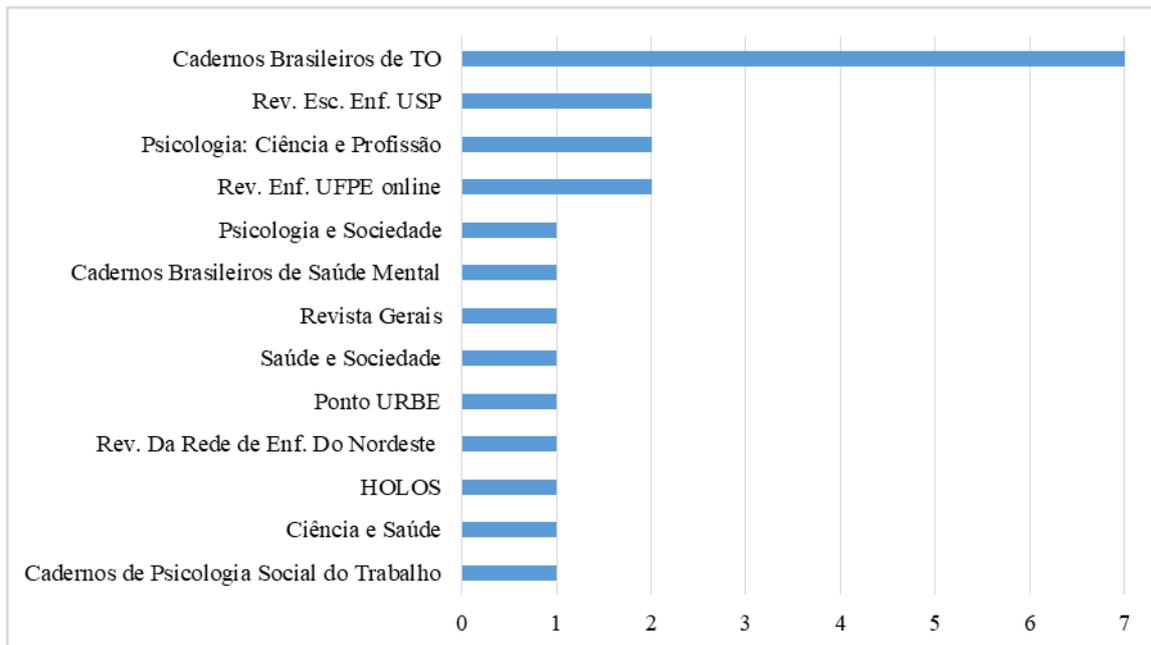
Os Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional destinam-se à publicação de pesquisas científicas originais das áreas da saúde, educação, cultura, assistência social em diálogo com a Terapia Ocupacional, enfatizando, entre outros estudos, aqueles relacionados à participação, à autonomia e à inclusão de pessoas e coletivos na vida social.

Almeja-se com a edição do periódico o aumento da divulgação da produção científica no país, em um veículo que, ao longo de sua existência, se consolidou como meio para a expansão do conhecimento para a área, assim como para a discussão e circulação dessa produção, nacional e internacionalmente, constituindo-se como uma referência para a atualização acadêmica na área e para a formação de terapeutas ocupacionais (CADERNOS BRASILEIROS DE TERAPIA OCUPACIONAL, *on-line*).

Na autoria destes sete artigos há pelo menos um terapeuta ocupacional, profissional que, por sua especificidade, contribui para que a proposição do cuidado seja ampliada, bem como para a possibilidade do resgate dos direitos e cidadania das pessoas em situação de desvantagem social (RIBEIRO; MACHADO, 2008).

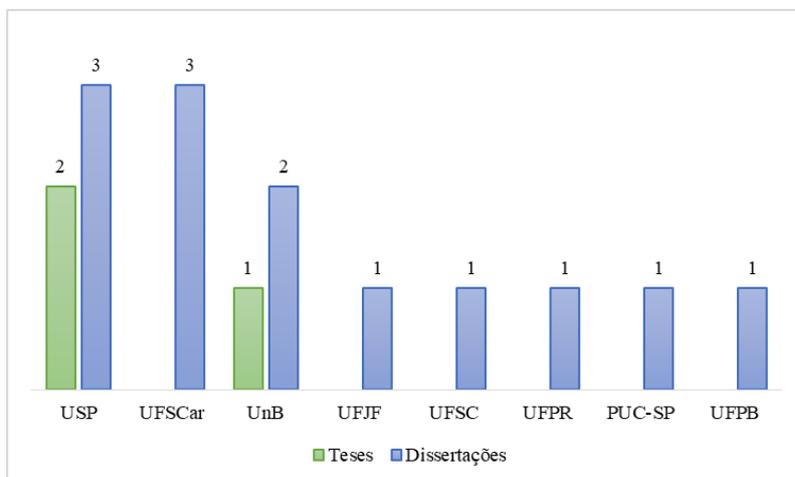
Para além da autoria dos artigos científicos, os terapeutas ocupacionais tem grande potencial na atuação em iniciativas de inclusão social pelo trabalho no âmbito da saúde mental (MORATO; LUSSI, 2015a).

Ademais, são 2 artigos na Revista de Enfermagem da UFPE *Online*; 2 na revista Psicologia: Ciência e Profissão; 2 na Revista da Escola de Enfermagem da USP; 1 nos Cadernos de Psicologia Social do Trabalho; 1 na revista Ciência e Saúde; 1 na revista HOLOS; 1 na Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste; 1 no Ponto Urbe – Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP; 1 na revista Saúde e Sociedade; 1 na revista Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia; 1 nos Cadernos Brasileiros de Saúde Mental; e 1 na revista Psicologia e Sociedade. A figura a seguir apresenta tais resultados, inclusive proporcionalmente.

Figura 2: Periódicos de publicação dos artigos analisados.

Fonte: autora

Sobre as universidades onde foram desenvolvidas as dissertações, têm-se: 3 na Universidade de São Paulo, 3 na Universidade Federal de São Carlos, 2 na Universidade de Brasília, 1 na Universidade Federal de Juiz de Fora, 1 na Universidade Federal de Santa Catarina, 1 na Universidade Federal do Pará, 1 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e 1 na Universidade Federal da Paraíba. Em relação às teses, 2 foram desenvolvidas na Universidade de São Paulo e 1 na Universidade de Brasília. A Figura 3 apresenta graficamente tais resultados.

Figura 3: Universidades de desenvolvimento das teses e dissertações analisadas.

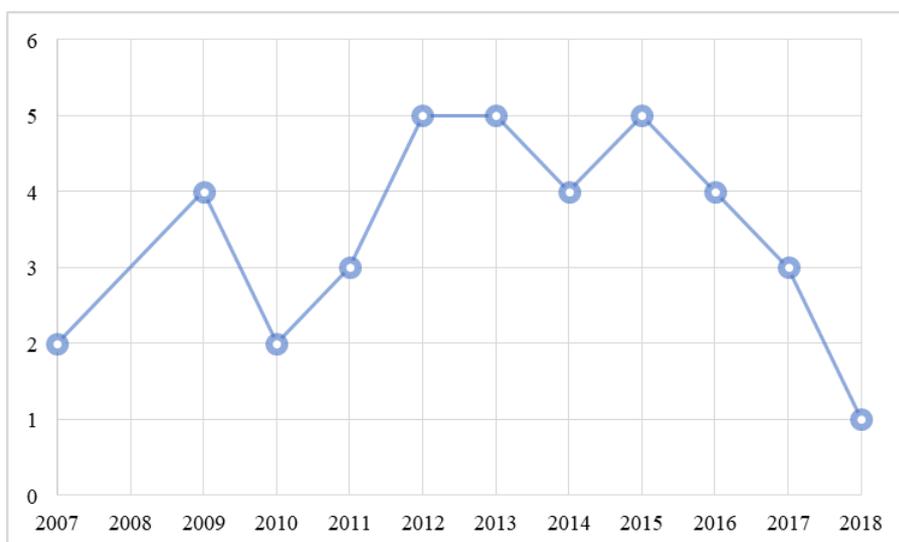
Fonte: autora

Destacamos as 10 produções, entre dissertações e teses, realizadas em universidades localizadas na região Sudeste em contraste com as 3 realizadas no Centro-Oeste, 1 no Sul, 1 no Norte e 1 no Nordeste. Tal resultado nos leva a reflexão e inferência que seja pela forte relação e envolvimento dos profissionais da saúde mental com o movimento da Reforma Psiquiátrica. Vários movimentos e eventos ocorreram nessa região do Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Belo Horizonte (AMARANTE, 1995; BASAGLIA, 2000), o que pode ter impulsionado um grande comprometimento dos profissionais na luta pela defesa dos direitos dos usuários da saúde mental, impressos nas diretrizes políticas da Reforma Psiquiátrica, entre elas, o direito ao trabalho.

Para além disso, há maior concentração de programas de pós-graduação na região Sudeste do Brasil. De acordo com a Plataforma Sucupira, importante ferramenta da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação, são 4.651 programas de pós graduação avaliados e reconhecidos no território brasileiro. Destes, 2008 (43%) estão localizados no Sudeste, 998 (22%) no Sul, 967 (21%) no Nordeste, 394 (8%) no Centro-Oeste e 284 (6%) no Norte (CAPES, 2020).

No que se refere ao ano das publicações, o período variou entre 2007 e 2018. Foram duas produções publicadas em 2007; 4 em 2009; 2 em 2010; 3 em 2011; 5 em 2012; 5 em 2013; 4 em 2014; 5 em 2015; 4 em 2016; 3 em 2017; e em 2018 foi publicada 1 produção, como pode ser visualizado na figura abaixo.

Figura 4: Ano de publicação das produções.



Fonte: autora

Reforçando a necessidade e positividade das políticas públicas, todas as produções são posteriores ao ano de 2004, ano em que houve a aproximação entre os movimentos da Reforma Psiquiátrica e da Economia Solidária, por meio da articulação entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego, e da Coordenação Nacional de Saúde Mental, do Ministério da Saúde (SINGER; SCHIOCHET, 2014).

Vale ainda ressaltar que, de acordo com o segundo e último Mapeamento Nacional da Economia Solidária (SIES 2010-2013), os primeiros empreendimentos econômicos solidários do campo da saúde mental tiveram início na década de 1980 e o período em que mais surgiram novos empreendimentos foram os anos 2000, especialmente a partir de 2004. Dos 140 empreendimentos cadastrados, 70 iniciaram suas atividades entre 2004 e 2013, ano em que o mapeamento foi finalizado (MAZARO; MATSUKURA; LUSSI, 2020). O histórico dos estudos da área acompanhou essa trajetória, uma vez que não foram localizadas produções anteriores a 2007.

Nesse período que foram publicados os estudos, entre 2007 e 2018, também foram disponibilizados três bancos de dados com informações sistematizadas sobre as experiências de inclusão social pelo trabalho na perspectiva da economia solidária. São eles: o Cadastro de Iniciativas de Inclusão Social pelo Trabalho (CIST); o Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES 2005-2007); e o SIES 2010-2013, o que pode ter impulsionado os estudos.

O CIST, um banco de dados exclusivo da saúde mental, se manteve disponível entre abril de 2007 e outubro de 2015 e reunia “experiências organizadas em grupos de produção, associações, cooperativas, oficinas e ONGs” (BRASIL, 2006b, p. 15). O informativo ‘Saúde Mental em Dados’ (BRASIL, 2006b), do Ministério da Saúde, publicou em maio de 2006 que havia um total de 230 iniciativas mapeadas no território nacional. Já em seu último levantamento, ocorrido em 2013, o CIST havia identificado 1.008 iniciativas no país (BRASIL, 2016).

Concomitantemente, a Secretaria Nacional de Economia Solidária realizou dois mapeamentos nacionais dos empreendimentos econômicos solidários: a) o primeiro mapeamento, concluído em 2007, deu origem ao SIES 2005-2007; e b) o segundo mapeamento nacional, concluído em 2013 (SIES 2010-2013). Embora não seja um banco de dados específico da saúde mental, nele é possível identificar as iniciativas de geração de trabalho e renda que são compostas predominantemente por pessoas em sofrimento psíquico, inclusive quando decorrente do uso de álcool e outras drogas.

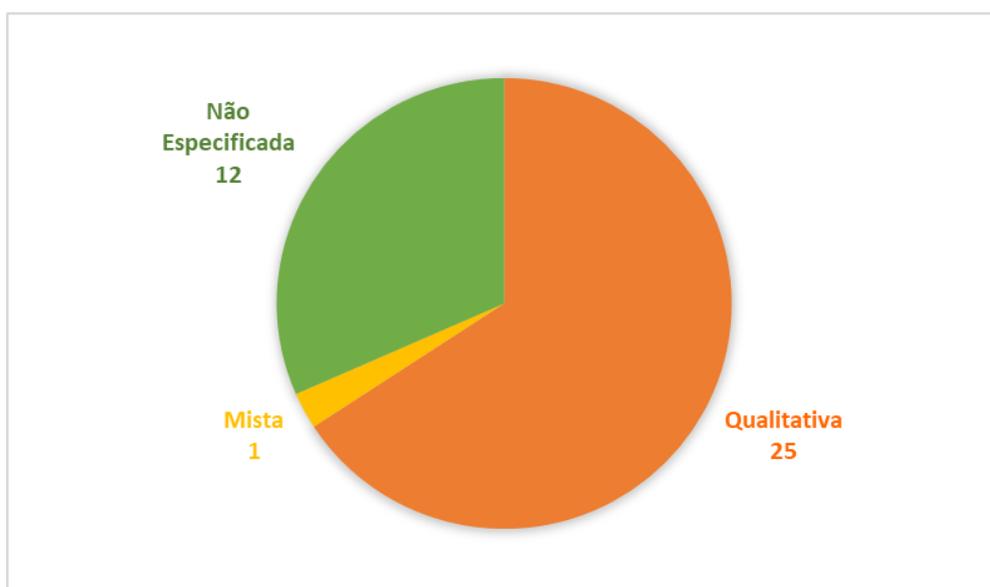
Das produções analisadas, 12 exploram informações desses bancos de dados (ALVES, 2016; ANDRADE; BURALI; VIDA; FRANSOZIO *et al.*, 2013; CANCELA, 2012; MARTINS, 2009; 2014; MAZARO, 2017; MILIONI, 2009; OLIVEIRA; MOREIRA; LIMA JÚNIOR; NASCIMENTO *et al.*, 2018; PACHECO, 2013; ROJO; FILIZOLA; ZERBETTO; CORTEGOSO, 2012; SANTIAGO; YASUI, 2015; SANTOS, 2016) e outros 7 estudos fazem referência a existência de, pelo menos, um deles (ANDRADE; COSTA-ROSA, 2014; BALLAN, 2010; FERRO; MACEDO; LOUREIRO, 2015; LIMA; SILVA; CRUZ, 2013; MENDES, 2007; MORAES; CASTRO-SILVA, 2016; MORATO; LUSSI, 2015b).

Diante deste cenário, ressaltamos a importância dos mapeamentos realizados no contexto nacional e a necessidade de atualização dos dados. Para tanto, se faz necessária a retomada de investimentos nesse sentido, pois, são os bancos de dados que revelam o real cenário dos empreendimentos econômicos solidários no território nacional. Somente a partir dessa identificação é possível elaborar e implementar políticas públicas que estimulem e fortaleçam tais experiências, além do planejamento e distribuição de incentivos técnicos e financeiros.

No que se refere às palavras-chave adotadas pelos autores dos estudos, observamos grande variedade, tendo sido identificados 59 termos que estão representados na figura 5 por meio da nuvem de palavra. Entre eles, destacamos os seguintes: **saúde mental** em 24 estudos (ALVES, 2016; ANDRADE; BURALI; VIDA; FRANSOZIO, *et al.*, 2013; ANDRADE; COSTA-ROSA, 2014; CAMPOS; MAGALHÃES; KIKUCHI; JABUR *et al.*, 2015; CANCELA, 2012; FERRO; MACEDO; LOUREIRO, 2015; KINKER, 2014; LIMA; SILVA; CRUZ, 2013; LUSSI, 2009; LUSSI; MORATO, 2012; LUSSI; PEREIRA, 2011; MAZARO, 2017; MARTINS, 2014; MENDES, 2007; MORAES; CASTRO-SILVA, 2016; OLIVEIRA; MOREIRA; LIMA JUNIOR; NASCIMENTO *et al.*, 2018; PACHECO, 2013; PEDROZA; OLIVEIRA; FORTUNATO; SOARES, 2012; PEREIRA, 2009; PEREIRA; BARROS; OLIVEIRA, 2010; RODRIGUES; YASUI, 2016; SANTIAGO; YASUI, 2015; SAYEG, 2017; SILVA; CORTEGOSO; LUSSI, 2014); **economia solidária** em 20 estudos (ALVES, 2016; ANDRADE; BURALI; VIDA; FRANSOZIO, *et al.*, 2013; ANDRADE; COSTA-ROSA, 2014; BARRETO; LOPES; PAULA, 2013; CANCELA, 2012; FERRO; MACEDO; LOUREIRO, 2015; LIMA; SILVA; CRUZ, 2013; MARTINS, 2014; MAZARO, 2017; MENDES, 2007; MILIONI, 2009; MORAES; CASTRO-SILVA, 2016; MORATO; LUSSI, 2015b; PACHECO, 2013; PINHO, 2015; RODRIGUES;

Em relação à natureza dos estudos, nas produções analisadas, há predomínio da abordagem qualitativa, tendo sido adotada em 25 das 38 produções (ALVES, 2016; ANDRADE; BURALI; VIDA; FRANSOZIO *et al.*, 2013; BALLAN, 2010; BONADIO; SILVEIRA, 2013; CANCELA, 2012; FERRO; MACEDO; LOUREIRO, 2015; FILIZOLA; TEIXEIRA; MILIONI; PAVARINI, 2011; LUSSI, 2009; LUSSI; MORATO, 2012; MENDES, 2007; MILIONI, 2009; MORAES; CASTRO-SILVA, 2016; MORATO; LUSSI, 2015b; MOTA, 2007; PACHECO, 2013; PEREIRA, 2009; PEREIRA; BARROS; OLIVEIRA, 2010; PINHO, 2015; RODRIGUES; YASUI, 2016; ROJO; FILIZOLA; ZERBETTO; CORTEGOSO, 2012; SANTOS, 2016; SAYEG, 2017; SILVA; FERIGATO, 2017; SILVA; CORTEGOSO; LUSSI, 2014; SILVA, 2012). Uma dissertação (MAZARO, 2017) faz uso da abordagem mista. Nas 12 produções restantes (ANDRADE; COSTA-ROSA, 2014; BARRETO; LOPES; PAULA, 2013; CAMPOS; MAGALHÃES; KIKUCHI; JABUR *et al.*, 2015; KINKER, 2014; LIMA; SILVA; CRUZ, 2013; LUSSI; PEREIRA, 2011; MARTINS, 2009; 2014; OLIVEIRA; MOREIRA; LIMA JÚNIOR; NASCIMENTO *et al.*, 2018; PEDROZA; OLIVEIRA; FORTUNATO; SOARES, 2012; SANTIAGO; YASUI, 2015; SARTORI, 2011), embora não esteja denominada a abordagem utilizada, após leitura criteriosa é possível inferir que se tratam de pesquisas de abordagem qualitativa especialmente a partir da análise do percurso metodológico, desenho, resultados e análise dos dados dos estudos. A Figura 6 apresenta graficamente as abordagens adotadas nos estudos.

Figura 6: Abordagem metodológica adotada pelos estudos analisados.



Fonte: autora

Entendemos que a escolha por tal abordagem tenha se dado pela possibilidade de maior apreensão e aprofundamento dos fenômenos sociais estudados (MINAYO, 2014) e, portanto, sendo mais adequada para estudos desta temática. A natureza qualitativa “trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247), o que permite explorar mais profundamente a complexidade dos fenômenos, situações e condições singulares e específicas de grupos minoritários, porém, passíveis de serem contemplados de forma abrangente.

Tal abordagem propicia o conhecimento de processos sociais ainda pouco conhecidos sobre grupos particulares e favorece a construção de conceitos e novas categorias ao longo da investigação. “Caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo” (MINAYO, 2014, p. 57).

No que diz respeito aos referenciais teóricos adotados pelos autores dos estudos, alguns se destacam, tais como **economia solidária** que sustenta 4 produções (LUSSI, 2009; MILIONI, 2009; PACHECO, 2013; SILVA; CORTEGOSO; LUSI, 2014); **desinstitucionalização** referida como referencial teórico em 4 estudos (KINKER, 2014; LUSI, 2009; PACHECO, 2013; SILVA; CORTEGOSO; LUSI, 2014); **Reabilitação Psicossocial** que embasa 2 estudos (PACHECO, 2013; SANTOS, 2016); e a **Reforma Psiquiátrica** adotada em 1 estudo (MILIONI, 2009).

Com exceção da economia solidária, os demais referenciais adotados apresentam interlocução entre si, apontando a mudança de paradigma e as mudanças que ocorreram no cuidado em saúde mental. A desinstitucionalização “implica não apenas num processo de desospitalização, mas de invenção de práticas assistenciais e territoriais; um processo prático de desconstrução dos conceitos e das práticas psiquiátricas” (AMARANTE, 1994, p. 81). Desde o início das discussões a respeito do processo de desinstitucionalização, a reabilitação psicossocial tem sido muito abordada (HIRDES, 2009). “Os princípios, objetivos e pressupostos da reforma psiquiátrica orientam as práticas nos serviços. Da mesma maneira, existem princípios, objetivos e valores que orientam o trabalho de reabilitação psicossocial” (HIRDES, 2009, p. 166).

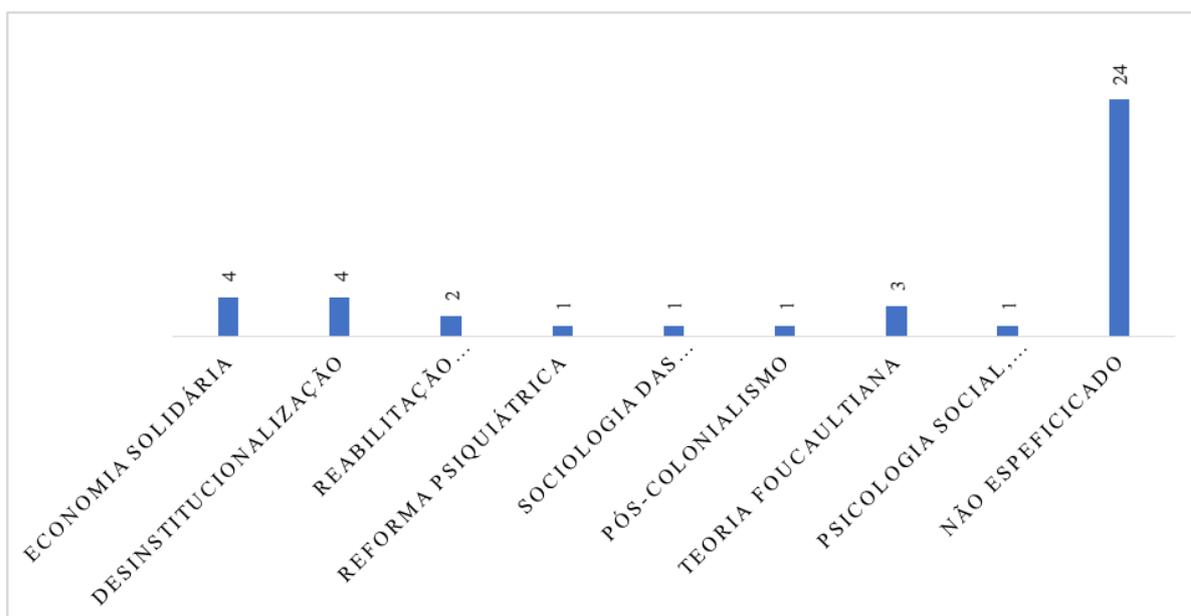
A implementação das políticas de desinstitucionalização revelou várias necessidades das pessoas em sofrimento psíquico que vão além da diminuição de seus sintomas. São necessidades e/ou desejos relacionados aos âmbitos profissional, educacional e social, além do contexto familiar. Esse avanço do cuidado em saúde mental foi possível somente em decorrência do processo de desinstitucionalização, que

promoveu a atenção e investimento da equipe em processos singulares dos usuários (GUEDES; KANTORSKI; PEREIRA; CLASEN *et al.*, 2010).

Essa forma de compreender a pessoa em sofrimento psíquico, que valoriza a influência dos aspectos biopsicossociais no processo de adoecimento, tornou-se necessária frente à percepção do doente como ser humano e cidadão. Juntamente com esses aspectos, encontra-se a promoção da inclusão social, foco da Reabilitação Psicossocial, que deve ser promovida a todo tempo pelos serviços comprometidos com a Reforma Psiquiátrica, auxiliando no fortalecimento da cidadania da pessoa (GUEDES; KANTORSKI; PEREIRA; CLASEN *et al.*, 2010).

Nesse sentido, a inclusão social pelo trabalho encontra na economia solidária uma forte aliada, isso porque os princípios da economia solidária aproximam-se dos valores da Reforma Psiquiátrica, especialmente na busca por uma sociedade mais justa, inclusiva e generosa quanto às diferenças. “O movimento da Reforma Psiquiátrica condiz ideologicamente com o movimento da Economia Solidária” (ALCÂNTARA, 2007, p, 160).

Há outros referenciais teóricos referidos pelos autores, tais como Sociologia das Ausências e Sociologia das Emergências (PEREIRA, 2009) e Pós-Colonialismo (PEREIRA; BARROS; OLIVEIRA, 2010), ambos fundamentados na obra do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos; Teoria Foucaultiana (MARTINS, 2014; SANTIAGO; YASUI, 2015); Psicologia Social Comunitária, Esquizoanálise e Sociologia Crítica (ANDRADE; BURALI; VIDA; FRANZOZIO *et al.*, 2013). Porém, ressaltamos que 24 produções não explicitam os referenciais teóricos adotados pelos autores (ALVES, 2016; ANDRADE; COSTA-ROSA, 2014; BALLAN, 2010; BARRETO; LOPES; PAULA, 2013; BONADIO; SILVEIRA, 2013; CAMPOS; MAGALHÃES; KIKUCHI; JABUR *et al.*, 2015; CANCELA, 2012; FERRO; MACEDO; LOUREIRO, 2015; FILIZOLA; TEIXEIRA; MILIONI; PAVARINI, 2011; LIMA; SILVA; CRUZ, 2013; LUSSI; MORATO, 2012; LUSSI; PEREIRA, 2011; MARTINS, 2009; MAZARO, 2017; MENDES, 2007; MORATO; LUSSI, 2015b; MOTA, 2007; PEDROZA; OLIVEIRA; FORTUNATO; SOARES, 2012; PINHO, 2015; RODRIGUES; YASUI, 2016; SARTORI, 2011; SAYEG, 2017; SILVA; FERIGATO, 2017; SILVA, 2012). A figura a seguir exemplifica a adoção de referenciais teóricos nas produções analisadas.

Figura 7: Referenciais teóricos adotados nos estudos.

Fonte: autora

Diante deste cenário, apontamos que o referencial teórico nem sempre fica explícito no texto, revelando uma lacuna no conhecimento produzido.

Obviamente que não se pode esperar dos estudos de mestrado e das publicações oriundas dos mesmos a adoção de um referencial teórico que ancore as análises, no entanto, indicamos esta lacuna na intenção de estimularmos a reflexão dos pesquisadores sobre tal questão.

Os diferentes conceitos adotados nas produções também foram analisados, perfazendo os objetivos deste estudo e a Figura 8 os apresenta a partir de uma nuvem de palavras.

Figura 8: Nuvem de palavras com os conceitos adotados nos estudos analisados.



Fonte: autora

Os conceitos que merecem destaque são: **economia solidária** em 16 estudos (ALVES, 2016; ANDRADE; BURALI; VIDA; FRANSOZIO *et al.*, 2013; BALLAN, 2010; BARRETO; LOPES; PAULA, 2013; CAMPOS; MAGALHÃES; KIKUCHI; JABUR *et al.*, 2015; FERRO; MACEDO; LOUREIRO, 2015; LIMA; SILVA; CRUZ, 2013; LUSSI; MORATO, 2012; LUSSI; PEREIRA, 2011; MAZARO, 2017; MORATO; LUSSI, 2015b; OLIVEIRA; MOREIRA; LIMA JÚNIOR; NASCIMENTO *et al.*, 2018; PEDROZA; OLIVEIRA; FORTUNATO; SOARES, 2012; PINHO, 2015; ROJO; FILIZOLA; ZERBETTO; CORTEGOSO, 2012; SARTORI, 2011); **reabilitação psicossocial** em 9 estudos (FERRO; MACEDO; LOUREIRO, 2015; FILIZOLA; TEIXEIRA; MILIONI; PAVARINI, 2011; KINKER, 2014; LUSSI, 2009; MILIONI, 2009; PEREIRA, 2009; PINHO, 2015; SILVA; CORTEGOSO; LUSSI, 2014; SILVA, 2012); **trabalho** em 9 estudos (ANDRADE; BURALI; VIDA; FRANSOZIO *et al.*, 2013; BARRETO; LOPES; PAULA, 2013; CAMPOS; MAGALHÃES; KIKUCHI; JABUR *et al.*, 2015; LUSSI; MORATO, 2012; MORAES; CASTRO-SILVA, 2016; MORATO; LUSSI, 2015b; RODRIGUES; YASUI, 2016; SANTIAGO; YASUI, 2015; SILVA; FERIGATO, 2017); **inclusão social** em 6 estudos (BARRETO; LOPES; PAULA, 2013; CAMPOS; MAGALHÃES; KIKUCHI; JABUR *et al.*, 2015; FERRO; MACEDO; LOUREIRO, 2015; PEDROZA; OLIVEIRA; FORTUNATO; SOARES, 2012; ROJO; FILIZOLA; ZERBETTO; CORTEGOSO, 2012; SILVA, 2012); **desinstitucionalização**

em 4 estudos (CANCELA, 2012; MILIONI, 2009; OLIVEIRA; MOREIRA; LIMA JÚNIOR; NASCIMENTO *et al.*, 2018; SILVA, 2012); **reforma psiquiátrica** em 4 estudos (OLIVEIRA; MOREIRA; LIMA JÚNIOR; NASCIMENTO *et al.*, 2018; PEDROZA; OLIVEIRA; FORTUNATO; SOARES, 2012; SILVA; CORTEGOSO; LUSSI, 2014; SILVA, 2012); **empresa social** em 3 estudos (LUSSI; PEREIRA, 2011; MARTINS, 2009; PINHO, 2015); **inclusão social pelo trabalho** em 2 estudos (FILIZOLA; TEIXEIRA; MILIONI; PAVARINI, 2011; OLIVEIRA; MOREIRA; LIMA JÚNIOR; NASCIMENTO *et al.*, 2018); **cooperativismo social** em 2 estudos (SANTIAGO; YASUI, 2015; SARTORI, 2011); **emancipação social** em 1 estudo (LUSSI, 2009); e **tecnologia social** em 1 estudo (PINHO, 2015).

Observamos que alguns referenciais teóricos adotados por determinados estudos são tratados como conceitos embaixadores em outros, no entanto, nem sempre fica explícito no texto quais as incursões teóricas adotadas, o que revela uma lacuna no conhecimento produzido.

Apenas um estudo adota o conceito de tecnologia social (PINHO, 2015), fazendo uma correlação entre o campo Ciência, Tecnologia e Sociedade, as tecnologias sociais, a economia solidária e a inclusão social pelo trabalho na saúde mental. Cabe ressaltar que o estudo foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, o que pode ter impulsionado a análise do tema na vertente da tecnologia social.

Há ainda uma dissertação (SANTOS, 2016) que defende a ideia da economia solidária como uma tecnologia social promotora de geração de renda no campo da saúde mental, porém, de maneira mais superficial, sem aprofundar a reflexão. Para a autora, a interface entre Saúde Mental e Economia Solidária se constitui uma tecnologia social necessária para que, de fato, ocorra a reconstrução dos três eixos fundamentais do indivíduo: habitat, mercado e trabalho, amparados pela reforma psiquiátrica.

Também apenas um estudo aborda o conceito de emancipação social (LUSSI, 2009), explorando o trabalho como uma ferramenta para a emancipação social das pessoas. No entanto, 18 estudos se dedicaram à reflexão sobre os processos emancipatórios (ALVES, 2016; ANDRADE; BURALI; VIDA; FRANZOIO *et al.*, 2013; BALLAN, 2010; BARRETO; LOPES; PAULA, 2013; CANCELA, 2012; LUSSI; MORATO, 2012; LUSSI; PEREIRA, 2011; MARTINS, 2009; 2014; MORATO; LUSSI, 2015b; MOTA, 2007; OLIVEIRA; MOREIRA; LIMA JÚNIOR; NASCIMENTO *et al.*, 2018; PEREIRA; BARROS; OLIVEIRA, 2010; PINHO, 2015; SAYEG, 2017; SILVA, 2012; SILVA; FERIGATO, 2017; SILVA; CORTEGOSO; LUSSI, 2014). Os estudos

fazem menção ou abordam superficialmente tal discussão, reiterando a importância do trabalho, especialmente o cooperado ou nos moldes da economia solidária, como promotor de emancipação social, além de incentivar autonomia, subjetividade, cidadania e trocas sociais; ser um instrumento potente de inclusão social; e um dispositivo de reabilitação psicossocial.

Em 5 produções (FILIZOLA; TEIXEIRA; MILIONI; PAVARINI, 2011; LUSSI, 2009; MAZARO, 2017; PEREIRA, 2009; SANTOS, 2016) a reflexão sobre processos de emancipação social se dá de forma mais abrangente. São elas: duas teses, duas dissertações e um artigo.

Lussi (2009), faz uma reflexão sobre emancipação social a partir dos resultados do estudo, baseando-se nos autores Cattani e Rotelli. Para o primeiro, os conceitos de emancipação social e autonomia estão atrelados e emancipar-se é desprender-se do poder exercido por outros, além da conquista da capacidade civil e de cidadania no estado democrático de direito. Para Rotelli, a emancipação de usuários de serviços de saúde mental relaciona-se ao processo de formação ativado pela inclusão no trabalho.

Pereira (2009) faz uma reflexão sobre emancipação social baseando-se no teórico Boaventura de Sousa Santos, que defende a ideia de que é preciso reinventar a emancipação social, uma vez que não existem respostas modernas para os problemas modernos atuais e todos necessitam de uma sociedade melhor e mais justa.

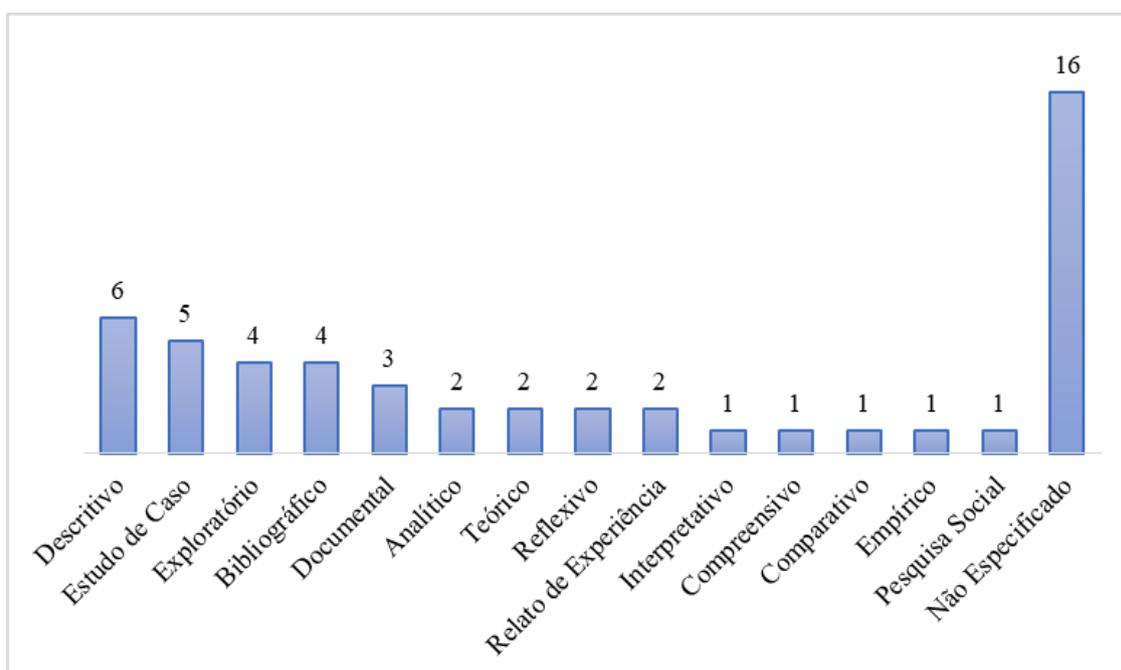
Filizola, Teixeira, Milioni e Pavarini (2011) trazem à tona a tensão sobre o caráter contraditório e desafiador dos empreendimentos econômicos solidários, na qual a promoção da emancipação social ganha destaque. Para as autoras, emancipação social ocorre quando há mudanças nas condições de vida dos usuários-trabalhadores e ampliação dos campos sociais em que existam valores e modos de organização não capitalista, reiterando a necessidade de reinvenção da emancipação social para além da esfera econômica.

Por fim, Mazaro (2017) e Santos (2016) reforçam a importância do trabalho como fator de emancipação social. No empreendimento econômico solidário, a pessoa é reconhecidamente um ser social e o enfoque está no processo de formação no sentido de emancipação e, portanto, nessa perspectiva, o trabalho está diretamente relacionado ao processo de emancipação social.

Quanto à caracterização das produções em relação aos tipos de estudo, observamos uma grande variedade, podendo destacar os **estudos descritivos** (BALLAN, 2010; LIMA; SILVA; CRUZ, 2013; MAZARO, 2017; PEREIRA; BARROS;

OLIVEIRA, 2010; ROJO; FILIZOLA; ZERBETTO; CORTEGOSO, 2012; SANTOS, 2016), os **estudos de caso** (ALVES, 2016; BARRETO; LOPES; PAULA, 2013; MORAES; CASTRO-SILVA, 2016; PACHECO, 2013; PEREIRA, 2009), os **estudos exploratórios** (BARRETO; LOPES; PAULA, 2013; FERRO; MACEDO; LOUREIRO, 2015; MAZARO, 2017; OLIVEIRA; MOREIRA; LIMA JÚNIOR; NASCIMENTO *et al.*, 2018), as **pesquisas bibliográficas** (ANDRADE; BURALI; VIDA; FRANSOZIO *et al.*, 2013; ANDRADE; COSTA-ROSA, 2014; BONADIO; SILVEIRA, 2013; OLIVEIRA; MOREIRA; LIMA JÚNIOR; NASCIMENTO *et al.*, 2018) e os **estudos documentais** (MAZARO, 2017; OLIVEIRA; MOREIRA; LIMA JÚNIOR; NASCIMENTO *et al.*, 2018; PEREIRA; BARROS; OLIVEIRA, 2010). Os tipos de estudos podem ser melhor visualizados na figura que se segue.

Figura 9: Tipos de estudo das produções analisadas.

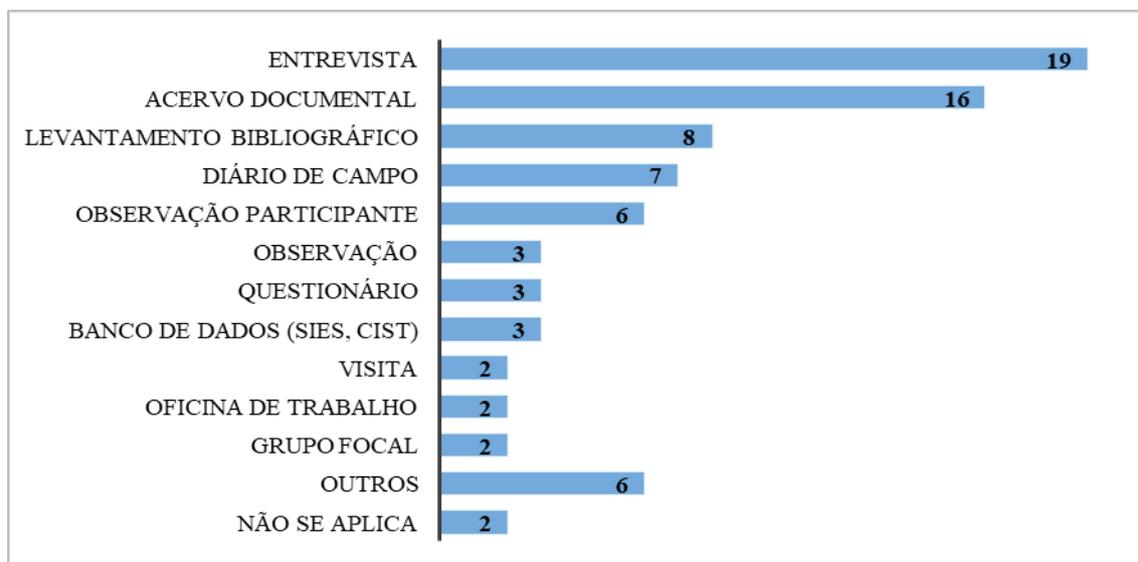


Fonte: autora

Quanto as fontes de produção de dados, evidenciamos o uso de **entrevistas** em 19 estudos (BARRETO; LOPES; PAULA, 2013; CANCELA, 2012; FERRO; MACEDO; LOUREIRO, 2015; FILIZOLA; TEIXEIRA; MILIONI; PAVARINI, 2011; LUSSI; MORATO, 2012; LUSSI, 2009; MARTINS, 2014; MENDES, 2007; MILIONI, 2009; MORAES; CASTRO-SILVA, 2016; MORATO; LUSSI, 2015b; MOTA, 2007; PACHECO, 2013; PEREIRA, 2009; PINHO, 2015; ROJO; FILIZOLA; ZERBETTO;

CORTEGOSO, 2012; SAYEG, 2017; SILVA; CORTEGOSO; LUSSI, 2014; SILVA, 2012), utilização de **fontes documentais** em 16 produções (ALVES, 2016; ANDRADE; BURALI; VIDA; FRANSOZIO *et al.*, 2013; BALLAN, 2010; BONADIO; SILVEIRA, 2013; CANCELA, 2012; LUSSI, 2009; MARTINS, 2009; 2014; MENDES, 2007; MORAES; CASTRO-SILVA, 2016; OLIVEIRA; MOREIRA; LIMA JÚNIOR; NASCIMENTO *et al.*, 2018; PEREIRA; BARROS; OLIVEIRA, 2010; ROJO; FILIZOLA; ZERBETTO; CORTEGOSO, 2012; SANTIAGO; YASUI, 2015; SANTOS, 2016; SILVA; CORTEGOSO; LUSSI, 2014), **levantamento bibliográfico** em 8 produções (ANDRADE; BURALI; VIDA; FRANSOZIO *et al.*, 2013; ANDRADE; COSTA-ROSA, 2014; BONADIO; SILVEIRA, 2013; PEREIRA, 2009; PEREIRA; BARROS; OLIVEIRA, 2010; PINHO, 2015; RODRIGUES; YASUI, 2016; SANTOS, 2016), **diário de campo** em 7 produções (ALVES, 2016; BALLAN, 2010; CANCELA, 2012; LUSSI; MORATO, 2012; MORAES; SILVA, 2016; SAYEG, 2017; SILVA; FERIGATO, 2017) e **observação participante** em 6 produções (ALVES, 2016; BALLAN, 2010; MARTINS, 2014; MORAES; CASTRO-SILVA, 2016; SAYEG, 2017; SILVA; FERIGATO, 2017). Outras fontes de produção de dados foram utilizadas, porém em menor quantidade e a figura 10 as apresenta mais detalhadamente.

Figura 10: Fontes de produção de dados utilizadas nos estudos.



Fonte: autora

Salientamos que 10 das 38 produções referem-se exclusivamente a estudos teóricos e/ou documentais e/ou reflexões críticas, não envolvendo a participação de seres

humanos. São pesquisas extremamente relevantes que ajudam a compor o arcabouço epistemológico do campo, como se observa a seguir.

Pereira, Barros e Oliveira (2010) realizaram um estudo descritivo com revisão bibliográfica dos documentos do Ministério da Saúde e de publicações disponíveis nas bibliotecas virtuais em saúde para descrever as políticas públicas de saúde mental brasileiras e realizar uma reflexão sob a ótica do referencial do Pós-Colonialismo, fundamentada na obra do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Os resultados demonstram que as políticas públicas de saúde mental estão alicerçadas na Reforma Psiquiátrica brasileira; a economia solidária é uma estratégia contra-hegemônica que, para além da geração de renda, possibilita a conquista de autonomia; e estratégias emancipatórias para pessoas em sofrimento psíquico devem ser construídas com a participação de diferentes representantes sociais, considerando as diferenças sociais e culturais do Brasil.

Lussi e Pereira (2011) realizaram um estudo teórico no qual refletem sobre as concepções teóricas relativas à inserção social pelo trabalho, para explorar o campo da inclusão de pessoas em sofrimento psíquico no trabalho. Para tanto, escolheram os conceitos de empresa social e de economia solidária como fundamentais para o estudo e concluem afirmando que, no cenário brasileiro, a (re)inserção destas pessoas no trabalho acontece por meio da economia solidária. Empresa social e economia solidária são conceitos que contribuem, em grande medida, para o processo de inclusão de pessoas em sofrimento psíquico no trabalho.

Sartori (2011) faz um relato etnográfico sobre sua participação no seminário intitulado Reflexões sobre as Diferentes Experiências de Cooperativismo Social, ocorrido em Campinas/SP, no dia 11 de novembro de 2010. Nele, a autora apresenta as relações entre os diferentes atores e suas reivindicações extraídas de suas experiências locais de trabalho e economia solidária. O relato destaca a mobilização dos atores em prol da atualização da Lei de Cooperativas Sociais, uma vez que não condizia com a realidade vivenciada por eles e, por meio da organização de um espaço coletivo, estabelecem mediação entre suas necessidades e o poder público estatal.

Bonadio e Silveira (2013) estudaram as potencialidades do trabalho na recuperação de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas. Para tanto, analisaram os princípios da reabilitação vocacional praticada no contexto internacional e as diretrizes brasileiras para a inclusão social desta população por meio do trabalho. Analisaram, ainda, comparativamente as matrizes conceituais, conceitos de saúde e o

potencial emancipatório em ambos os panoramas. Para tanto, realizaram uma revisão bibliográfica em bases de dados da área da saúde e coletaram informações sobre as diretrizes brasileiras em publicações oficiais disponibilizadas por meio eletrônico pelo Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil. Ao final, concluíram que a reabilitação vocacional adotada na Europa e na América do Norte busca a (re)colocação de usuários de serviços de saúde mental preferencialmente no mercado formal, pelo viés da doença. Por outro lado, as diretrizes brasileiras baseiam-se nos princípios do cooperativismo e da economia solidária, priorizando o ser humano em detrimento de suas limitações.

Lima, Silva e Cruz (2013) realizaram um estudo descritivo sobre o percurso das políticas públicas de saúde mental e economia solidária a fim de discutir a importância do desenvolvimento eficaz de tais políticas como uma proposta alternativa de organização de trabalho orientada à reabilitação psicossocial de pessoas em sofrimento psíquico. Ao final do estudo, foi possível afirmar que a economia solidária, além de possibilitar às pessoas em sofrimento psíquico a oportunidade de se tornarem trabalhadores solidários, viabiliza as tomadas de decisões e a gestão de sua própria vida.

Kinker (2014) tece uma reflexão sobre as contradições e o suposto potencial reabilitador da laborterapia a partir da experiência desenvolvida pelo Núcleo do Trabalho do Programa de Saúde Mental da cidade de Santos/SP, no período de 1989 a 1996. O autor faz uma crítica à laborterapia apontando, em contraposição, as potencialidades dos projetos coletivos de trabalho como uma nova forma de sociabilidade do trabalho, tendo como chave de leitura a perspectiva teórica da desinstitucionalização de Rotelli, De Leonardis e Mauri e a discussão da complexidade de Morin.

Andrade e Costa-Rosa (2014) realizaram um estudo teórico sobre o encontro da loucura com o trabalho nos moldes da atenção em saúde mental. Historicamente, as perspectivas e as práticas de atenção e cuidado foram produzidas tendo o trabalho como um de seus eixos. O objetivo deste estudo foi conhecer e compreender as concepções e práticas produzidas nesse sentido sob a ótica da Psiquiatria, da Psiquiatria Social e de Setor e da Psicoterapia Institucional na França, da Psiquiatria Democrática Italiana e da Reforma Psiquiátrica brasileira. Para além disso, os autores dedicaram-se ainda à articulação entre saúde mental e economia solidária no cenário brasileiro. Na análise dos autores, o trabalho caracterizou-se como uma estratégia de confronto e luta nos períodos de crise nos paradigmas históricos da loucura. Todavia, o cenário brasileiro se contrapõe à essa estratégia, uma vez que, na rotina dos serviços de saúde mental, coexistem práticas

hegemônicas da psiquiatria e práticas das reformas psiquiátricas, que ora associam loucura e trabalho e ora os dissociam. Essa realidade pode ser observada também na articulação entre saúde mental e economia solidária, devendo servir de alerta para a prevenção da reedição de antigas práticas perversas de inclusão no cenário atual que aponta para novas possibilidades de transformação no encontro da loucura com o trabalho.

Santiago e Yasui (2015) refletem sobre o trabalho na perspectiva da economia solidária como estratégia de atenção em saúde mental. Utilizaram-se, para tanto, da cartografia, por meio de documentos, e de alguns operadores analíticos de Foucault (biopolítica, governamentalidade, normalização) e mapearam as forças e enfrentamentos que permearam a constituição da política pública brasileira de saúde mental e economia solidária. As análises demonstram a ambiguidade nos documentos em relação ao conceito de trabalho; a variedade de expressões para denominar o trabalhar; a valorização da inserção no mercado formal de trabalho; e a escassez de estratégias políticas que garantam a sustentabilidade das experiências práticas. Por outro lado, a economia solidária se destaca no campo da saúde mental por valorizar o trabalho enquanto possibilidade de estar no social de maneira mais integral.

Santos (2016) realiza uma análise documental a fim de comparar as leis, portarias, decretos, declarações, resoluções, registros oficiais, estratégias e diretrizes que a Inglaterra e o Brasil utilizaram para incluir socialmente as pessoas em sofrimento psíquico, por meio do trabalho. No contexto inglês, os resultados evidenciam a existência do programa *Individual Placement and Support* (IPS), com essência predominantemente econômica, que realiza a inclusão social no mercado formal e competitivo de trabalho. Já no cenário brasileiro, a inclusão social pelo trabalho no âmbito da saúde mental é norteadada pelos princípios da economia solidária, cujo foco é predominantemente social.

Por fim, Oliveira, Moreira, Lima Júnior, Nascimento *et al.* (2018) identificaram o número de iniciativas de inclusão social pelo trabalho e empreendimentos econômicos solidários do campo da saúde mental, com destaque para a região Nordeste e o estado do Ceará. Para tanto, utilizaram dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde, por meio do Cadastro de Iniciativas de Inclusão Social pelo Trabalho, da Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas/DAPES/MS, Informativo Eletrônico de Dados sobre a Política Nacional de Saúde Mental/2015. Os resultados apontam que havia 1.008 experiências de inclusão social pelo trabalho no Brasil no período entre 2005 e 2013. Destas, 330 localizadas na região Nordeste e 44 no estado do Ceará. Para além dos

números, o estudo assegura que a proposta de inclusão social pelo trabalho na saúde mental é um dispositivo fundamental para a reabilitação psicossocial e de emancipação.

Como parte da caracterização das produções, acerca dos objetivos dos estudos analisados, identificamos que, em linhas gerais, estes relacionam-se a 3 subgrupos: a) os que dedicam às análises documentais, seja de políticas públicas de saúde mental, de trabalho e renda, de economia solidária, de álcool e outras drogas, ou leis, portarias, decretos, declarações, resoluções e registros oficiais; b) os que abordam questões relacionadas aos diferentes atores envolvidos (pessoas em sofrimento psíquico, profissionais, familiares, equipe de incubação) nas experiências de inclusão social pelo trabalho e suas vivências nesse percurso; e c) os que abordam mais especificamente os dispositivos de inclusão social pelo trabalho e/ou empreendimentos econômicos solidários, seja em suas experiências, suas práticas, organização do trabalho, suas potencialidades e fragilidades, processo de incubação e de consolidação.

Partindo deste cenário, foi realizada uma categorização dos objetivos propostos nas produções, que resultou em 3 categorias. São elas:

1. análise de políticas públicas e documentos oficiais: estudos que discorrem sobre a construção, diretrizes, possibilidades e limites de políticas públicas, especialmente àquelas relacionadas à saúde mental e economia solidária e a articulação entre elas. Há ainda aqueles que analisam documentos oficiais, tais como, leis, portarias, decretos, declarações e resoluções que articulam saúde mental e inclusão social pelo trabalho.

Os estudos apontaram que a proposta de geração de trabalho e renda no campo da saúde mental na perspectiva da economia solidária é um importante instrumento de inclusão social pelo trabalho, reabilitação psicossocial e emancipação social, porém, necessita de investimentos e recursos por parte dos governos municipal, estadual e federal e constantes inovações para ser viabilizada. As fragilidades nos marcos conceitual e jurídico e nas políticas públicas de saúde mental e economia solidária atravessam o cotidiano da experiência e trazem desafios para o campo.

Os estudos indicaram, ainda, que as diretrizes brasileiras da inclusão social pelo trabalho estão pautadas nos princípios do cooperativismo e da economia solidária, que privilegia a pessoa enquanto cidadã, focalizando as potencialidades e recursos do trabalho em detrimento das limitações impostas pela doença. Assim, a articulação entre as políticas públicas de saúde mental e economia solidária são essenciais para os processos de Reforma Psiquiátrica e Reabilitação Psicossocial, visto que ambas lutam por uma

sociedade mais inclusiva, ética, justa, solidária, igualitária e substitutiva ao modo de produção capitalista. Vale lembrar que a articulação entre essas duas políticas foi preconizada pela III Conferência Nacional de Saúde Mental, que aconteceu em 2001, e instituída como política intersetorial de inclusão social pelo trabalho, em 2004 (BRASIL, 2002a; 2005d).

2. experiências das pessoas em sofrimento psíquico que trabalham na perspectiva da economia solidária: estudos que se propõem analisar as experiências de dispositivos estratégicos de inclusão social pelo trabalho no âmbito da saúde mental, a partir da concepção e vivência dos diferentes atores envolvidos no processo, sejam eles os próprios usuários-trabalhadores que passam pela experiência do sofrimento psíquico, ou seus familiares ou os profissionais que acompanham tais iniciativas.

No que diz respeito às experiências dos usuários de saúde mental, pessoas em sofrimento psíquico que trabalham em alguma experiência de inclusão social pelo trabalho, os estudos apontam que, de forma geral, são vivências muito positivas. Fazer parte de um empreendimento econômico solidário promove vários aspectos positivos para a vida de seus integrantes, entre eles a oportunidade de trabalhar, de desenvolvimento humano, promoção da saúde mental, autonomia e trocas sociais, culturais, políticas e materiais. No entanto, também foram relatadas algumas dificuldades encontradas no que se refere ao trabalho nesse contexto, tais como aquelas relacionadas à produção e comercialização dos produtos, relacionamento no grupo, necessidade de aumento da renda e de maior apoio de órgãos públicos. Vale ressaltar a escassez de estudos que se dedicam à investigação e análise das experiências destes atores, protagonistas e parte central de toda a política de inclusão social pelo trabalho.

Para os profissionais que acompanham tais iniciativas, os estudos evidenciam que o cuidado em saúde mental deve ser pautado na intersetorialidade e transversalidade. Para eles, o trabalho nessa perspectiva promove a possibilidade de reabilitação psicossocial no seu sentido ampliado, porém relatam escassez de fomento financeiro.

Em relação aos familiares, os estudos apontam que essas pessoas sofrem psicológica e materialmente, além das dificuldades na organização da própria vida. No entanto, as famílias estão dispostas a participar e se envolver nesse processo. Eles reconhecem a importância das redes sociais de apoio na manutenção e promoção da qualidade de vida tanto do usuário quanto da família, além da importância do trabalho como espaço promotor de sentido existencial e de novas relações para a pessoa em

sofrimento psíquico. Reforçando assim, a importância do trabalho como fator de emancipação social e do sentido dado à reabilitação psicossocial como um processo de reconstrução da vida, de sonhos e projetos e um exercício pleno de cidadania.

3. ganhos resultantes do trabalho na perspectiva da economia solidária: estudos que investigam os benefícios e potencialidades advindos da experiência do trabalho cooperado e autogestionário às pessoas em sofrimento psíquico, tais como: inclusão social, estratégias de enfrentamento, conquista de autonomia, ampliação da rede social, conquista de direitos, exercício de cidadania e reabilitação psicossocial.

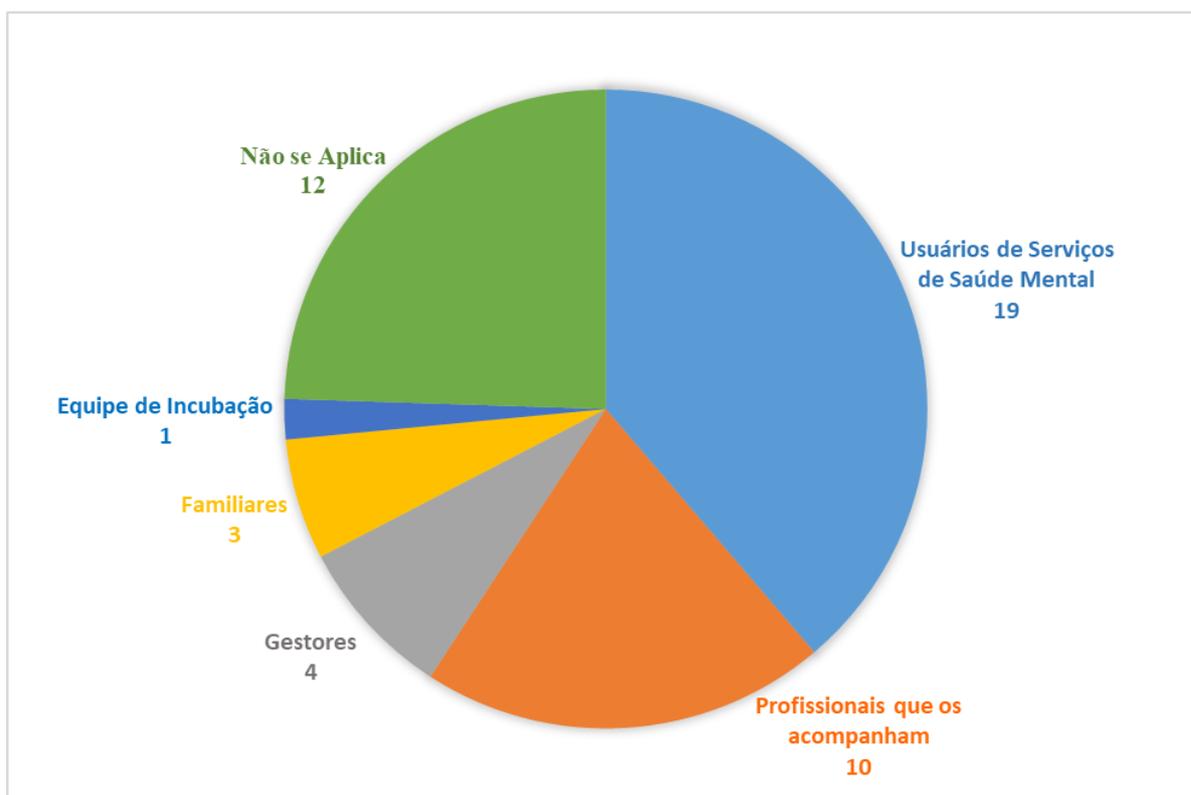
Os estudos demonstram que o envolvimento com a economia solidária possibilita novas experiências às pessoas em sofrimento psíquico, pois viabiliza sua participação nas tomadas de decisão e na gestão de sua própria vida. Possibilita a ascensão às relações sociais mais solidárias e cooperativas entre os seres humanos, valoriza o ser humano, recupera a autoestima e ocasiona mudanças significativas no relacionamento com familiares e amigos.

A participação em empreendimentos econômicos solidários promove benefícios como possibilidade de retorno ao trabalho, inclusão social, acesso a direitos, e resgate da autoestima e da cidadania, melhora na qualidade de vida, possibilita trocas, promove satisfação pessoal e conquista de autonomia, tornando-se uma ferramenta significativa no processo de ressocialização e inclusão social.

Em relação à caracterização dos participantes das produções analisadas, destacamos os 19 estudos realizados, exclusivamente ou não, com **usuários de serviços de saúde mental** que trabalham em alguma experiência de inclusão social pelo trabalho e/ou empreendimento econômico solidário (ALVES, 2016; ANDRADE; BURALI; VIDA; FRANZOZIO *et al.*, 2013; BALLAN, 2010; CAMPOS; MAGALHÃES; KIKUCHI; JABUR *et al.*, 2015; CANCELA, 2012; FERRO; MACEDO; LOUREIRO, 2015; LUSSI; MORATO, 2012; LUSSI, 2009; MAZARO, 2017; MENDES, 2007; MILIONI, 2009; MORAES; CASTRO-SILVA, 2016; MOTA, 2007; PACHECO, 2013; PEDROZA; OLIVEIRA; FORTUNATO; SOARES, 2012; SAYEG, 2017; SILVA, 2012; SILVA; CORTEGOSO; LUSSI, 2014; SILVA; FERIGATO, 2017), 10 estudos cujos participantes foram **profissionais que acompanham as experiências** (BARRETO; LOPES; PAULA, 2013; CAMPOS; MAGALHÃES; KIKUCHI; JABUR *et al.*, 2015; MAZARO, 2017; MORAES; CASTRO-SILVA, 2016; MORATO; LUSSI, 2015b; PACHECO, 2013; PEDROZA; OLIVEIRA; FORTUNATO; SOARES, 2012; SAYEG,

2017; SILVA; CORTEGOSO; LUSSI, 2014; SILVA; FERIGATO, 2017), quatro estudos realizados com **gestores**, tanto de serviços quanto municipais (CANCELA, 2012; MARTINS, 2014; PEREIRA, 2009; PINHO, 2015; ROJO), 3 estudos cujos participantes são os **familiares de usuários de saúde mental** que trabalham em alguma experiência de inclusão social pelo trabalho (CAMPOS; MAGALHÃES; KIKUCHI; JABUR *et al.*, 2015; CANCELA, 2012; FILIZOLA; TEIXEIRA; MILIONI; PAVARINI, 2011) e 1 estudo realizado com a **equipe de incubação** (ROJO; FILIZOLA; ZERBETTO; CORTEGOSO, 2012). Em 12 produções **não houve a participação direta de pessoas** na produção dos dados (ANDRADE; COSTA-ROSA, 2014; BONADIO; SILVEIRA, 2013; KINKER, 2014; LIMA; SILVA; CRUZ, 2013; LUSSI; PEREIRA, 2011; MARTINS, 2009; OLIVEIRA; MOREIRA; LIMA JUNIOR; NASCIMENTO *et al.*, 2018; PEREIRA; BARROS; OLIVEIRA, 2010; SANTIAGO; YASUI, 2015; SANTOS, 2016; SARTORI, 2011). A figura abaixo representa tais resultados.

Figura 11: Caracterização dos participantes dos estudos analisados.

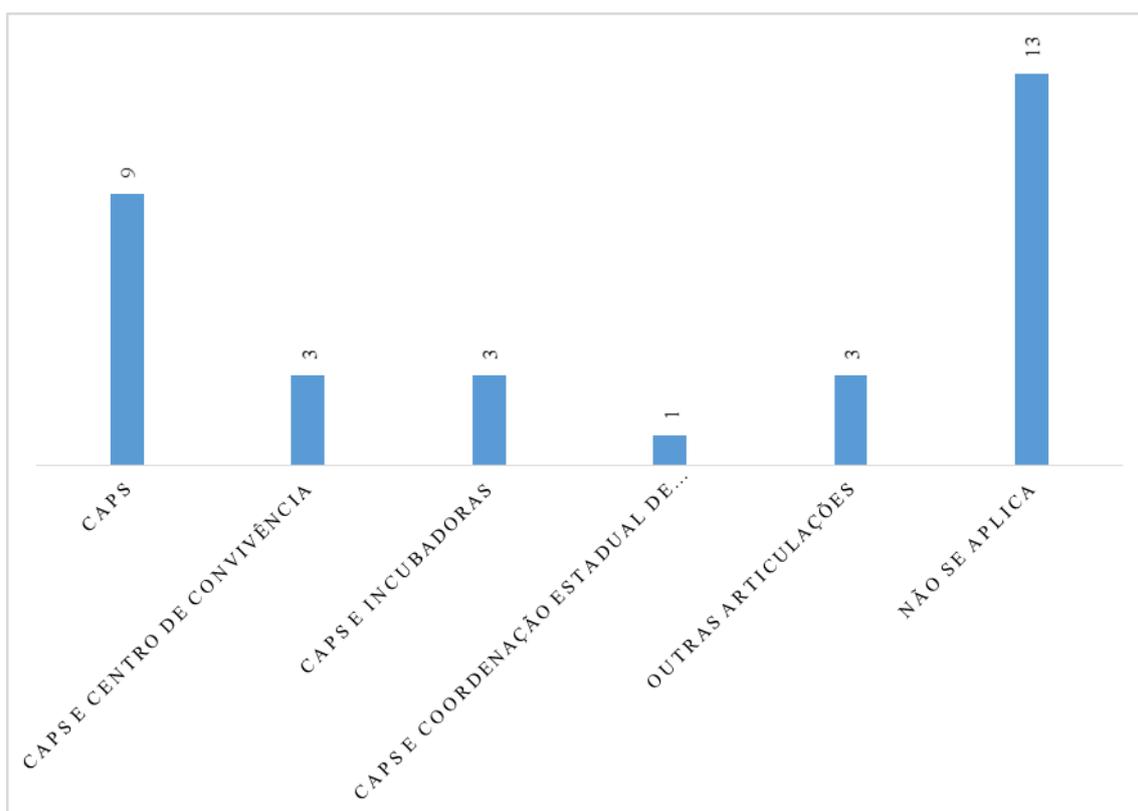


Fonte: autora

Quanto as articulações com serviços, destacamos os 16 estudos cujos participantes estão vinculados aos Centros de Atenção Psicossocial: em 9 deles, a **articulação se dá**

exclusivamente com o CAPS (ALVES, 2016; ANDRADE; BURALI; VIDA; FRANSOZIO *et al.*, 2013; BALLAN, 2010; CAMPOS; MAGALHÃES; KIKUCHI, JABUR *et al.*, 2015; MARTINS, 2009; MILIONI, 2009; MOTA, 2007; SAYEG, 2017; SILVA, 2012); em 3 há parcerias com **CAPS e Centros de Convivência** (BARRETO; LOPES; PAULA, 2013; MAZARO, 2017; MENDES, 2007), em 3 deles há cooperação entre **CAPS e Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares** (FILIZOLA; TEIXEIRA; MILIONI; PAVARINI, 2011; PEDROZA; OLIVEIRA; FORTUNATO; SOARES, 2012; ROJO; FILIZOLA; ZERBETTO; CORTEGOSO, 2012) e em 1 estudo há articulação com **CAPS e coordenação estadual de saúde mental** (CANCELA, 2012). Assim, a figura a seguir apresenta as articulações com os serviços de saúde mental identificadas nos estudos.

Figura 12: Serviços com os quais as iniciativas de inclusão social pelo trabalho se articulam.



Fonte: autora

As articulações com equipamentos de atenção à saúde mental são compreensíveis e, em alguns casos, imprescindíveis para a consolidação e até manutenção de alguns empreendimentos econômicos solidários. A literatura aponta que grande número dessas

experiências nascem dentro desses locais, e “as atividades aparecem, em sua maioria, no formato de oficina, e, com frequência, os locais de realização destas são os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os centros de convivência, que são dispositivos da política pública da reforma psiquiátrica” (ANDRADE; BURALI; VIDA; FRANSOZIO *et al.*, 2013, p. 185). O estudo realizado por Lussi, Matsukura e Hahn (2013) apontou que a maioria das experiências participantes da pesquisa iniciou suas atividades com oficinas específicas, a partir de atividades já desenvolvidas, e foi ampliando ao longo do tempo suas possibilidades de atividades.

Essa tem sido uma maneira concreta que muitas experiências de inclusão social pelo trabalho encontraram para seu desenvolvimento, especialmente a partir da demanda dos próprios usuários dos serviços e iniciativa dos profissionais que os acompanham, movidos pelas proposições da Reabilitação Psicossocial. Isso porque as políticas públicas, apesar de reconhecerem a importância da reabilitação psicossocial, não disponibiliza meios administrativos e burocráticos que viabilizem essas experiências de inclusão social pelo trabalho (LUSSI; MATSUKURA; HAHN, 2010).

Entendemos que o fato dessas experiências serem criadas e aconteçam dentro dos CAPS ou CeCcos não seja necessariamente um problema em si. Ao contrário, pode representar um apoio fundamental para a manutenção e continuidade das atividades de trabalho e geração de renda, uma vez que as políticas públicas são deficitárias e a legislação de cooperativismo é limitada, tornando inviável a implantação das leis. Nesses espaços é possível suprir certas deficiências em relação às condições materiais e de recursos humanos, uma vez que se utilizam da infraestrutura física – e todas as questões implicadas nisso, como a utilização da energia elétrica, água, telefone, internet e o apoio dos profissionais dos serviços. A grande questão que se coloca e que demanda um cuidado especial é identificar sob quais perspectivas essas experiências são criadas. Há uma grande diferença entre criar uma oficina terapêutica que também faz trabalho e criar um projeto de trabalho. Tal diferenciação é fundamental e, acima de tudo, que esteja clara tanto para os profissionais quanto para os usuários na rotina dos serviços.

As oficinas terapêuticas são uma das principais **formas de tratamento** oferecido nos CAPS. Os CAPS têm, frequentemente, mais de um tipo de oficina terapêutica. Essas oficinas são atividades realizadas em grupo com a presença e orientação de um ou mais profissionais, monitores e/ou estagiários. Elas realizam vários tipos de atividades que podem ser definidas através do interesse dos usuários, das possibilidades dos técnicos do serviço, das necessidades, tendo em vista a maior integração social e familiar, a manifestação de sentimentos e problemas, o desenvolvimento de habilidades

corporais, a realização de atividades produtivas, o exercício coletivo da cidadania (BRASIL, 2004b, p. 20, grifo nosso).

As oficinas terapêuticas são parte integrante do projeto terapêutico singular, definido como “um conjunto de atendimentos que respeite a sua particularidade, que personalize o atendimento de cada pessoa na unidade e fora dela e proponha atividades durante a permanência diária no serviço, segundo suas necessidades” (BRASIL, 2004b, p. 16). Nestes espaços, o usuário ocupa o lugar de assistido.

Já um projeto de trabalho ou cooperativas sociais, outra denominação dada às experiências de inclusão social pelo trabalho são “constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagens no mercado econômico, por meio do trabalho, fundamentam-se no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a integração social dos cidadãos” (BRASIL, 2002b, p. 13). Trata-se de um espaço de geração de renda, acesso ao mundo do trabalho, exercício de direitos e de cidadania. Neste espaço o usuário ocupa o lugar de trabalhador.

São instâncias heterogêneas e, portanto, a projetualidade, a perspectiva e o conteúdo de tais experiências devem estar bem demarcados. Nesse sentido, é possível que os CAPS e CeCcos ocupem um lugar de transição, ou seja, que deem todo o suporte para o desenvolvimento das experiências de inclusão social pelo trabalho, e, posteriormente, quando já estiverem melhor estruturadas e consolidadas, os membros busquem outros espaços menos protegidos.

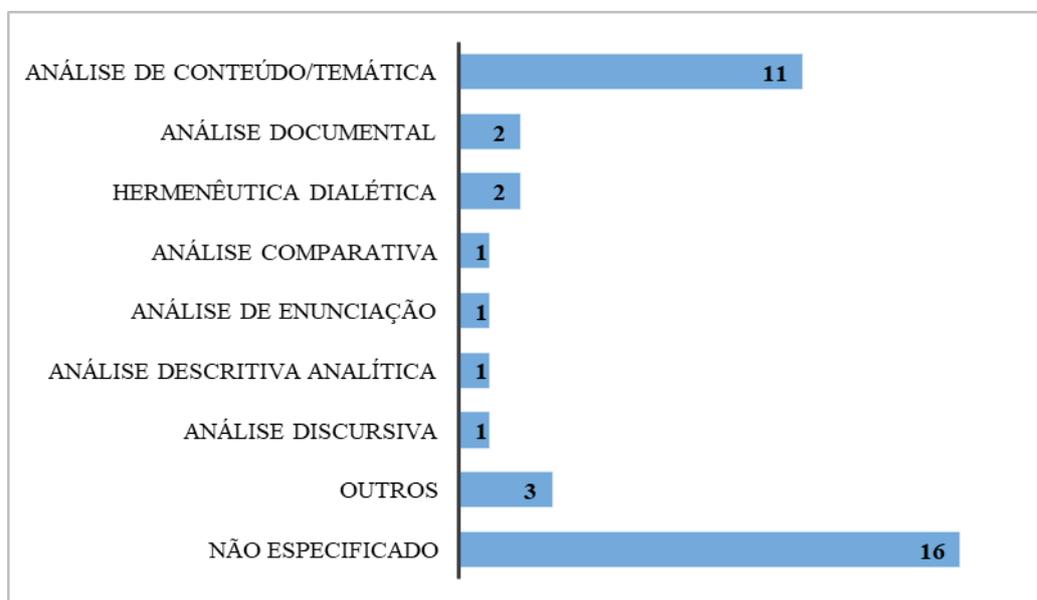
É compreensível entender a origem destas experiências nestes locais e a importância do protagonismo e iniciativa dos usuários, mas é um indicativo importante da ausência de uma política pública mais abrangente, estruturada, contínua e regulamentada em um nível macro-político. Acreditamos que projetos de geração de renda e trabalho não deveriam necessariamente estar atrelados a serviços de saúde ou serem desenvolvidos dentro destas unidades, o local do trabalho e de tratamento são instâncias heterogêneas. Em nossa visão, respeitar e compreender a função de cada lugar favorece o desenvolvimento destes projetos além de possibilitar uma participação e circulação social mais ampliada (CARVALHAES, 2008, p. 84-85).

Acreditamos e defendemos que os projetos de inclusão social pelo trabalho devem ser independentes dos serviços de saúde mental e, portanto, partilhamos da ideia de que se tratam de instâncias heterogêneas. Corroboramos ainda com Lussi, Matsukura e Hahn (2010) que afirmam que os serviços de saúde não estão preparados legal, administrativa e burocraticamente, para lidar com questões de trabalho e geração de renda.

Além disso, quando uma iniciativa de inclusão social pelo trabalho na perspectiva da economia solidária está vinculada a um equipamento de atenção à saúde mental, esta fica submetida às regras da administração pública, o que pode estabelecer uma relação de dependência – dos recursos e infraestrutura - e hierarquia entre as duas iniciativas, colocando em risco a autogestão do grupo, a emancipação e o protagonismo dos usuários no processo de trabalho (MARTINS, 2009).

Em relação aos referenciais de análise de dados adotados pelos autores das produções analisadas, observamos certa pluralidade, com destaque para **análise temática e/ou de conteúdo** adotada em 11 estudos (ANDRADE; BURALI; VIDA; FRANSOZIO *et al.*, 2013; BARRETO; LOPES; PAULA, 2013; FILIZOLA; TEIXEIRA; MILIONI; PAVARINI, 2011; LUSSI; MORATO, 2012; LUSSI; 2009; MAZARO, 2017; MILIONI, 2009; MORATO; LUSSI, 2015b; PACHECO, 2013; PINHO, 2015; SILVA, 2012), **análise documental** (MARTINS, 2014; SANTOS, 2016) e **hermenêutica dialética** (FERRO; MACEDO; LOUREIRO, 2015; PEREIRA, 2009), tal como definidos pelos autores dos estudos. Os resultados sobre os referenciais de análise podem ser melhor visualizados na figura 13 a seguir.

Figura 13: Referenciais de análise adotados pelos autores das produções.



Fonte: autora

Já em relação aos principais resultados das produções, estes foram analisados e categorizados, resultando em 3 categorias. A primeira foi intitulada: **Identificando os**

pontos positivos da interlocução entre saúde mental e economia solidária. Os estudos apontam que o trabalho na perspectiva da economia solidária para pessoas em sofrimento psíquico é uma experiência de impacto positivo (MILIONI, 2009), além de um importante instrumento para efetivação da reforma psiquiátrica (MOTA, 2007) e dispositivo de reabilitação psicossocial (ANDRADE; COSTA-ROSA, 2014; OLIVEIRA; MOREIRA; LIMA JÚNIOR; NASCIMENTO *et al.*, 2018).

Nesse sentido, o trabalho possibilita ganhos materiais e imateriais (BALLAN, 2010), entre eles construção de projetos de vida, acesso e/ou retorno ao trabalho, desenvolvimento de habilidades, aprendizado, crescimento, amadurecimento, responsabilidade, promoção de saúde mental, desenvolvimento humano, autonomia, trocas sociais e materiais, participação em eventos, ganhos afetivos e sociais, resgate para o convívio público, conquista e exercício pleno da cidadania, promove trocas de apoio, carinho e solidariedade (BARRETO; LOPES; PAULA, 2013; FILIZOLA; TEIXEIRA; MILIONI; PAVARINI, 2011; LUSSI; MORATO, 2012; LUSSI; PEREIRA, 2011; MAZARO, 2017; MENDES, 2007; MILIONI, 2009).

A experiência de trabalho no empreendimento econômico solidário “possibilita o acesso a novos itinerários, ao direito ao trabalho e a construção de um novo olhar para a experiência da loucura no imaginário coletivo” (BALLAN, 2010, p. 9).

Os resultados revelam ainda que o trabalho permite aos usuários de saúde mental o acesso a um território aberto para atribuição de novos sentidos na vida, oportunizando a possibilidade de participação social (ALVES, 2016; MORAES; CASTRO-SILVA, 2016). O trabalho solidário é um importante dispositivo para ampliação e fortalecimento do poder contratual, da autonomia, das redes sociais e da inclusão social (PACHECO, 2013).

O trabalho promove autoconhecimento, auto realização, ressocialização, diminui a ociosidade, melhora as relações familiares (ANDRADE; COSTA-ROSA, 2014; LUSSI, 2009), além de ser uma importante ferramenta para emancipação e inclusão social (ANDRADE; BURALI; VIDA; FRANSOZIO *et al.*, 2013; BALLAN, 2010; BARRETO; LOPES; PAULA, 2013; CANCELA, 2012; LUSSI, 2009; LUSSI; PEREIRA, 2011; MARTINS, 2009; 2014; MOTA, 2007; OLIVEIRA; MOREIRA; LIMA JÚNIOR; NASCIMENTO *et al.*, 2018; SAYEG, 2017; SILVA, 2012). É também um fator relevante para a manutenção da qualidade de vida, reconstrução de sonhos e projetos, além do retorno financeiro (FILIZOLA; TEIXEIRA; MILIONI; PAVARINI, 2011).

A segunda categoria de análise dos resultados diz respeito às dificuldades encontradas nesse percurso, tendo sido denominada: **Reconhecendo as fragilidades e desafios do processo de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental.** Embora os estudos ressaltem e valorizem os ganhos advindos do trabalho solidário no âmbito da saúde mental, há aqueles que apontam alguns de seus entraves. O que mais se destaca é o baixo retorno financeiro (BARRETO; LOPES; PAULA, 2013; LUSSI; PEREIRA, 2011; MAZARO, 2017; MILIONI, 2009; PACHECO, 2013). Há ainda a carência de investimento, falta de recursos materiais, financeiros e de infraestrutura (CANCELA, 2012; MAZARO, 2017; OLIVEIRA; MOREIRA; LIMA JÚNIOR; NASCIMENTO *et al.*, 2018).

As experiências de inclusão social pelo trabalho são ainda frágeis e com poucas condições de gerar renda aos usuários (LUSSI; PEREIRA, 2011). Há ainda inúmeros desafios quanto à concretização da autogestão e operacionalização da transformação dos usuários em trabalhadores/sócios (ROJO; FILIZOLA; ZERBETTO; CORTEGOSO, 2012).

Nessa interface entre economia solidária e saúde mental, observa-se que o maior desafio está relacionado à demanda não só de ações setoriais específicas, principalmente, ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) capazes de contribuir para a sustentabilidade dessas experiências e para o processo de autonomia (CANCELA, 2012, p. 119).

Alguns estudos também apresentam como desafio a enraizada concepção dos empreendimentos econômicos solidários como espaços de tratamento (ANDRADE; BURALI; VIDA; FRANSOZIO *et al.*, 2013; LUSSI; MORATO, 2012; MAZARO, 2017). Porém, apesar desses resultados, corroboramos com Andrade, Burali, Vida, Fransozio *et al.* (2013) ao afirmar que o trabalho é um direito humano, produtor de subjetividade, possibilidade concreta de exercício de cidadania e emancipação, além de se afirmar como instrumento de inclusão social. “O trabalho remunerado, não necessariamente assalariado, proporciona o direito de produzir, de reproduzir e de prospectar a vida; assim, promove autonomia, cidadania, emancipação e produção de outros modos de subjetivação” (ANDRADE; BURALI; VIDA; FRANSOZIO *et al.*, 2013, p. 189).

A terceira e última categoria trata especificamente das políticas públicas e foi intitulada: **Observando as políticas públicas e documentos oficiais.** Alguns avanços no

processo de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental foram conquistados por meio da instituição de políticas públicas específicas, porém, os estudos apontam a existência de algumas barreiras para o trabalho cooperativo (SAYEG, 2017).

Martins (2014) analisou o processo de construção da Política de Saúde Mental e Economia Solidária, sua implementação e seus desdobramentos e, para a autora, é necessário ainda superar fragilidades estruturais em ambas as áreas técnicas, “garantindo número suficiente de gestores, com quadro de profissionais de carreira que possam garantir a continuidade dessas políticas” (MARTINS, 2014, p. 265). Constatou ainda uma “falta de sistematização de informações sobre a Política, demonstrando ainda pouco investimento em avaliação e monitoramento no âmbito da administração pública” (MARTINS, 2014, p. 265).

A conexão entre as políticas de saúde mental e economia solidária é fundamental no processo da reforma psiquiátrica e da reabilitação psicossocial, uma vez que ambas almejam uma sociedade inclusiva, ética, justa, solidária e substitutiva ao capitalismo (OLIVEIRA; MOREIRA; LIMA JÚNIOR; NASCIMENTO *et al.*, 2018).

Para Pacheco (2013), as fragilidades nos marcos conceitual e jurídico trazem inúmeros desafios para os empreendimentos econômicos solidários.

Apesar de algumas iniciativas de estruturação de cooperativas no âmbito da saúde mental, as mesmas não se tornaram uma realidade. Um dos motivos desse fato pode ser pela dificuldade gerada pela legislação que regulamenta as cooperativas sociais, que é inadequada (LUSSI; PEREIRA, 2011, p. 520).

É urgente a necessidade de construção de mecanismos de capacitação e apoio para profissionais que atuam nessa área, além de uma estratégia de atuação em rede para empreendimentos econômicos solidários e iniciativas de inclusão social pelo trabalho como um caminho para a consolidação de uma política pública de economia solidária mais consistente (SAYEG, 2017).

Pedroza, Oliveira, Fortunato e Soares (2012) salientam a necessidade de implementação de políticas públicas que promovam articulação entre saúde mental e economia solidária contribuindo para reflexões acerca do cuidado em saúde das pessoas em sofrimento psíquico.

Na análise das produções, também identificamos 4 estudos (KINKER, 2014; PEREIRA, 2009; PEREIRA; BARROS; OLIVEIRA, 2010; SILVA, 2012) cujo foco não está na articulação entre saúde mental e economia solidária, embora tal diálogo aconteça em algum momento.

O objetivo da dissertação de Silva (2012) foi conhecer a trajetória da pessoa em sofrimento psíquico no processo de desinstitucionalização, considerando o processo de reabilitação e inclusão social. A autora apreendeu, por meio das histórias de vida dos usuários de serviços de saúde mental, relatos de dor, abuso, violência, abandono, preconceito e a descoberta do CAPS como um lugar de apoio, cuidado e reabilitação. No âmbito do trabalho, a economia solidária surge como estratégia para o aumento da autonomia, além de ser um espaço para uma gestão descentralizadora e participativa e uma iniciativa que favorece a inclusão social.

A tese de Pereira (2009) analisou a Política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas, por meio da identificação de sua aplicabilidade em Centros de Referência ou CAPS ad – nível II. E, para a autora, a “economia solidária se mostra muito oportuna para a realidade dos usuários dos CAPS ad, por ter grande potencial de emergência, pois envolve não somente a questão econômica, mas estabelece espaço para trocas sociais, culturais e políticas” (PEREIRA, 2009, p. 12).

O artigo de Kinker (2014) faz uma reflexão sobre as contradições e o suposto potencial reabilitador da laborterapia a partir da experiência desenvolvida pelo Núcleo do Trabalho do Programa de Saúde Mental da cidade de Santos/SP. Enquanto a laborterapia se caracteriza “como uma tecnologia disciplinar de controle dos desvios, operando em sintonia com o paradigma psiquiátrico”, projetos de trabalho que fazem interlocução entre saúde mental e economia solidária “são considerados dispositivos de multiplicação de possibilidades, ampliação da rede de relações e transformação das condições concretas de vida, contribuindo para a desconstrução do paradigma psiquiátrico e da sociabilidade da mercadoria” (KINKER, 2014, p. 49).

Por fim o artigo de Pereira, Barros e Oliveira (2010) descreve as políticas públicas de saúde mental do Brasil e faz uma reflexão sob a ótica do referencial do pós-colonialismo fundamentada na obra do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Neste estudo, a promoção à geração de renda por meio de projetos de economia solidária é apresentada como um dos objetivos do Ministério da Saúde, além de ser “uma estratégia contra-hegemônica que concorre para a geração de renda, promovendo a autonomia do sujeito. Emanou dos movimentos sociais e os Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego tomaram-na emprestada ao elaborar a Portaria nº 353, em 2005, e isso a torna legítima e pós-colonial” (PEREIRA; BARROS; OLIVEIRA, 2010, p; 289).

Apontamos que este estudo de revisão atingiu os objetivos propostos, uma vez que foi possível identificar as produções que abordam a interlocução entre saúde mental e economia solidária, além de caracterizá-las segundo a natureza, referenciais teóricos e conceitos adotados, tipo, fonte de dados adotada, objetivos, caracterização dos participantes, articulações com serviços e referencial de análise de dados utilizados, além da identificação sobre articulações com processos emancipatórios.

Ressaltamos que os resultados deste estudo de revisão de escopo são importantes, uma vez que não foram identificados estudos de revisão anteriores a 2020 sobre tal temática específica e foi possível identificar e analisar o que se têm produzido nesse campo. Recentemente Campos e Reis (2020) publicaram um estudo de revisão da literatura, cujo objetivo era conhecer o que tem sido publicado sobre economia solidária, inclusão e saúde mental, especialmente no que diz respeito aos objetivos e métodos de pesquisa, profissionais e populações-alvo e os principais resultados obtidos nos estudos. Analisaram 10 textos publicados em periódicos, nos quais buscaram identificar pesquisas e relatos de experiências que informassem práticas em saúde mental e economia solidária. Foram utilizados os descritores “economia solidária”, “saúde mental” e “inclusão” e as buscas foram realizadas nas seguintes bases de dados: Web of Science, Directory of Open Access Journals (DOAJ), Pub-Med, Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Literatura Latino-Americana do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Assim, tratam-se de estudos distintos, uma vez elencadas as especificidades de cada um.

Ao longo da leitura dos trabalhos que fizeram parte desta revisão de escopo, identificamos algumas lacunas importantes na exposição da metodologia, especialmente no que se refere à utilização instrumental das técnicas e métodos de pesquisa qualitativos. Buscamos, de certa forma, recomendar o necessário exercício de vigilância dos pesquisadores, além do comprometimento com a reflexão autocrítica acerca das condições e limites de técnicas, conceitos, pressupostos e teorias empregadas no conhecimento que se constrói.

Foi possível identificar também algumas lacunas do conhecimento, às quais ficam sugestões para novos estudos na área, tais como:

1. Estudos que deem maior visibilidade às experiências dos usuários de saúde mental enquanto trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários e/ou de experiências de inclusão social pelo trabalho na perspectiva da economia solidária. São escassas as pesquisas que têm como foco a perspectiva destes atores, enquanto protagonistas de suas histórias;

2. Relatos de experiências exitosas de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental sob a ótica da economia solidária, para além dos benefícios já conhecidos, descritos na literatura da área. Sabemos que a oportunidade de pessoas em sofrimento psíquico exercerem o direito ao trabalho é, prioritariamente, pela perspectiva da economia solidária e, portanto, tais relatos ainda são escassos;
3. Atualização do banco de dados dos empreendimentos econômicos solidários do campo da saúde mental. No banco de dados SIES 2010-2013, último realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), foram identificados 140 EES no território nacional porém, Mazaro (2017) em sua coleta de dados da pesquisa de Mestrado, conseguiu contato com apenas 25 deles. A autora descreve, em sua dissertação, os diferentes motivos pelos quais não conseguiu contato com tais empreendimentos, apontando a necessidade de tal atualização para a área. Lembrando que, de 2017 até a atualidade ocorreram muitas mudanças no cenário brasileiro, com retrocessos, perdas de direitos e desmontes, inclusive a extinção da SENAES e do próprio Ministério do Trabalho e Emprego, e a associação dos assuntos relacionados à economia solidária para a Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana, do Ministério da Cidadania;
4. Diante desse cenário, sugerimos pesquisas que nos revelem como está a sustentabilidade dos empreendimentos do campo da saúde mental. Como têm se mantido, quais estratégias adotaram e assim por diante;
5. Estudos que aprofundem as reflexões acerca da economia solidária enquanto uma tecnologia social;
6. Estudos que aprofundem as reflexões acerca da autogestão e processos emancipatórios.

Tendo sido identificadas tais lacunas, a presente tese busca preencher algumas delas, especialmente por sua proposta de protagonismo das pessoas em sofrimento psíquico que vivenciam o trabalho na perspectiva da economia solidária; a identificação de impactos na vida desses sujeitos e o aprofundamento das reflexões sobre economia solidária e processos emancipatórios, à luz do referencial teórico de Boaventura de Sousa Santos.

Após a apresentação dos estudos e reflexões sobre o que se tem produzido de conhecimento sobre saúde mental e economia solidária, passaremos agora à fundamentação teórica do presente estudo, tendo como ponto de partida a economia solidária e sua importância na inclusão social pelo trabalho de pessoas em sofrimento psíquico e, na sequência, a apresentação do referencial teórico.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA IMPORTÂNCIA NA INCLUSÃO DE PESSOAS EM SOFRIMENTO PSÍQUICO NO TRABALHO

“Práticas sociais alternativas geram formas de conhecimento alternativas. Não reconhecer estas formas de conhecimento implica deslegitimar as práticas sociais que as sustentam e, nesse sentido, promover a exclusão social das que as promovam. O genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio: eliminaram povos estrangeiros porque tinham formas de conhecimento estrangeiro e eliminaram-se formas de conhecimento estrangeiro porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estrangeiros.”

(Boaventura de Sousa Santos)

Vivemos em um período da história dominado pela ideia de que não existe alternativa ao capitalismo neoliberal (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005), no entanto, o que existe é um novo imaginário anticapitalista “que não contrapõe apenas ao capitalismo, mas também à proposta de nacionalização da economia como realmente alternativa ao capitalismo” (QUIJANO, 2005, p. 481). Porém, a formulação de alternativas econômicas que sejam ao mesmo tempo, viáveis e emancipatórias, concebem propostas de uma globalização contra-hegemônica.

A emergência de modos mais solidários de produzir, distribuir e consumir evidencia as potencialidades positivas da contemporaneidade, que também engendra seus novos processos de subjetivação num sentido emancipatório, considerando a emancipação como liberdade para criar territórios existenciais singulares através de coletivos potentes. Entender o sujeito dentro da concepção e do projeto de emancipação significa, porém, pensá-lo e inscrevê-lo dentro de *múltiplas possibilidades* (VERONESE, 2009, p. 156-157).

A luta pelo extermínio ou redução drástica da exploração fez com que práticas e teorias críticas ao capitalismo mantivessem a promessa moderna de emancipação social. Tratam-se de alternativas cuja viabilidade depende fortemente da sua capacidade de sobrevivência ao domínio do capitalismo (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005).

Se concordarmos que o sistema capitalista global, por intermédio da hegemonia do mercado, fragmenta e permeia as áreas políticas, culturais e sociais, fica também claro que a sua violência gera a produção de alternativas não exclusivamente em nível econômico, mas abrangendo também as dimensões do social, sendo as suas interligações formas necessárias quer para sua sobrevivência, quer para o seu sucesso (SILVA, 2005, p. 405)

De maneira geral, o pensamento crítico destaca 3 características negativas das economias capitalistas: a) produção de desigualdades de recursos e de poder; b) empobrecimento da sociabilidade, cujo benefício pessoal ocupa o lugar da solidariedade; e c) a exploração progressiva dos recursos naturais, colocando em risco a vida na Terra.

O que se pretende, então, é centrar a atenção simultaneamente na viabilidade e no potencial emancipatório das múltiplas alternativas que têm sido formuladas e praticadas um pouco por todo o mundo e que representam formas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005, p. 25).

O predomínio do capitalismo não diminui a dimensão de possibilidades às suas alternativas. Ao invés disso, essas muitas possibilidades compreendem formas de concepção e organização da vida econômica que demandam reformas radicais dentro do capitalismo, ancoradas em pressupostos não capitalistas ou apontam para uma transição progressiva da economia para formas de produção, troca e consumo não capitalistas (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005). Em suma, “mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa” (SINGER, 2005, p. 86).

Vale ressaltar que essas alternativas ao capitalismo são propostas e experiências frágeis e incipientes e, por isso, podem ser chamadas de “hermenêutica das emergências”, uma vez que tal perspectiva analisa amplamente como os movimentos e comunidades resistem ao predomínio do capitalismo e aderem a alternativas econômicas fundamentadas em princípios não capitalistas. “Essa perspectiva amplia e desenvolve as características emancipatórias dessas alternativas para as tornar mais visíveis e credíveis” (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005, p. 26).

As alternativas econômicas produzem dois grandes efeitos emancipatórios, isso por aderirem a valores e formas de organização que se contrapõem ao capitalismo: no nível individual, acarretam mudanças essenciais nas condições de vida das pessoas envolvidas; no nível social, a propagação de experiências de sucesso implica na ampliação dos campos sociais em que operam valores e formas não capitalistas (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005).

Quijano, em 2005, identificou as duas maiores vertentes, no debate latino-americano daquele momento, sobre as formas alternativas de produção. São elas: 1. A economia solidária, na qual a cooperativa é a sua instituição central alternativa ao capital e o sistema adotado é a autogestão. Com isso possibilita a retomada da autonomia das

peças coletivas à posição de destaque no trabalho vivo e na cidadania; e 2. A economia popular, com suas instituições heterogêneas de organização, constituída por pessoas que mantêm relações primárias entre si, ou seja, grupos não muito numerosos. Nela, as “relações de trabalho e de distribuição de recursos e do produto são fundamentalmente organizadas em torno da reciprocidade e da vida social, das práticas cotidianas – em uma palavra, em torno da comunidade” (QUIJANO, 2005, p. 491).

Santos e Rodríguez (2005) ainda destacam três grandes vertentes do pensamento e experimentação produtiva não capitalista: 1. Formas cooperativas de produção; 2. Economias populares e o desenvolvimento alternativo na periferia e na semiperiferia; e 3. Alternativas ao desenvolvimento econômico.

Como o cooperativismo e os pressupostos associativistas são o foco do presente estudo, é nele que investiremos algumas reflexões. Ressaltando que o trabalho associado autogestionário não se caracteriza como a única opção das pessoas que se encontram excluídas do mundo do trabalho (CUNHA; SANTOS, 2011) e que “teorias e experiências baseadas na associação econômica entre iguais e na propriedade solidária, não é uma tarefa nova” (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005, p. 32-33). O pensamento associativista e a prática cooperativa têm sua origem no século XIX, como alternativas ao individualismo liberal e ao socialismo centralizado (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005).

Como teoria social, o associativismo é baseado em dois postulados: por um lado, a defesa de uma economia de mercado baseada nos princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e, por outro, a crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organização política pluralistas e federalistas que deram um papel central à sociedade civil. Como prática econômica, o cooperativismo inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005, p. 33).

O cooperativismo moldou experiências exitosas de economias solidárias. Tomando a América Latina como exemplo, o interesse pelo cooperativismo foi manifestado na reativação da chamada economia solidária, ou seja, “o setor da economia a que correspondem formas diversas de produção associativa em que se destacam as cooperativas e as mutualidades” (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005, p. 35).

Segundo os mesmos autores, existem quatro razões fundamentais que fazem das cooperativas uma alternativa de produção emancipadora: 1. Elas são unidades produtivas capazes de competir no mercado, apesar de sua organização sob princípios não capitalistas; 2. As cooperativas de trabalhadores respondem com eficácia às condições do

mercado global contemporâneo pois tendem a ser muito produtivas, uma vez que os trabalhadores-proprietários têm uma participação ativa, além de serem diretamente beneficiados com a prosperidade da cooperativa. Aliados a isso, as cooperativas, que são geralmente de pequeno porte, tendem à integração com outras cooperativas ou instituições, formando uma rede de cooperação econômica e se ajustam com maior flexibilidade à demanda; 3. Por seu caráter igualitário, as cooperativas estimulam o crescimento econômico e diminuem os níveis de desigualdade; e 4. As cooperativas produzem benefícios para além do econômico em seus membros e para a comunidade em geral (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005).

As populações excluídas e socialmente marginalizadas têm no cooperativismo uma oportunidade de melhorar sua condição econômica e social (BHOWMIK, 2005). Nas iniciativas econômicas populares emancipadoras, “a luta pela melhoria das condições materiais de vida dos membros dos setores populares está intrinsecamente relacionada à luta pelos direitos e cidadania destes setores” (RODRÍGUEZ, 2005, p. 335). Os trabalhadores que estão marginalizados pela sociedade têm na ação coletiva a oportunidade de garantir o seu direito a um trabalho remunerado (BHOWMIK, 2005).

A economia solidária adota valores do cooperativismo e, portanto, a cooperativa de produção é sua modalidade básica. Indo além, “a economia solidária compõe-se das empresas que efetivamente praticam os princípios do cooperativismo, ou seja, a autogestão” (SINGER, 2005, p. 86). Apesar do cooperativismo ter originado experiências exemplares de economia solidária, não conseguiu se transformar em uma alternativa de destaque frente ao capitalismo na economia mundial e continua sendo “um projeto não concluído de globalização contra-hegemônica, baseado em princípios de solidariedade e democracia participativa” (RODRÍGUEZ, 2005, p. 336).

Assim, economia solidária³ se desenvolveu a partir do cooperativismo, mas não se limitou a ele. Pode ser definida como:

Um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Nessa economia não existem mais exploradores e explorados, pois ninguém pretende levar vantagem sobre os outros e muito menos gerar riquezas através da destruição da natureza. A base da economia solidária é formada pelas relações de cooperação, pelo fortalecimento do grupo e das comunidades sem patrão nem empregado, e todos pensando no bem de todos e no seu próprio bem (BRASIL, 2007, p. 21).

³ Embora não seja possível definir a economia solidária como criação intelectual de alguém, grandes autores merecem destaque pelas contribuições decisivas ao seu desenvolvimento, tais como Robert Owen, Charles Fourier, Claude Saint Simon e Pierre Proudhon (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005; SINGER, 2003a).

A economia solidária se originou juntamente com o capitalismo industrial, tendo sido idealizada por operários em resposta à pobreza e ao desemprego ocasionado pela expansão das máquinas e do motor a vapor, em meados do século XIX. Para retomar o trabalho e a autonomia econômica, os trabalhadores uniram-se em cooperativas valendo-se das forças produtivas e a sua organização seguia valores básicos da igualdade e da democracia (SINGER, 2005).

No Brasil, a economia solidária surgiu em resposta à grande crise industrial de 1981-1983, quando muitas indústrias pediram concordata e entraram em processo de falência. Não é uma prática recente, porém, passou por um processo de ressurgimento durante o século XX (SINGER, 2005).

Foi apenas em 2003, por meio do Decreto nº 4.764, que o Ministério do Trabalho e Emprego criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), fruto da proposição da sociedade civil, com anuência do então presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva (BRASIL, 2003b). Seu primeiro secretário foi o economista e professor Paul Singer, precursor na contribuição teórica sobre economia solidária no Brasil (CANCELA, 2012). Tal decreto foi fundamental para legitimar e incentivar a criação de um maior número de cooperativas de trabalho e empreendimentos econômicos solidários em todo o território nacional (SANTOS, 2016), incluindo as experiências no campo da saúde mental.

Dois anos depois, em 2005, Singer podia afirmar que a economia solidária se desenvolvia muito rapidamente no Brasil e o que impulsionava sua propagação com maior intensidade era a difusão do conhecimento sobre ela e a tecnologia social, econômica e jurídica de sua implementação (SINGER, 2005). Nessa mesma época, era possível afirmar que nascia no Brasil um modo de produção alternativo ao capitalismo e, embora ainda recente, já era possível observar algumas conquistas. Sua proporção era tímida diante da grandeza do país e de sua população, porém “mesmo assim, não há como olvidar que dezenas de milhares já se libertaram pela solidariedade. O resgate da dignidade humana, do respeito próprio e da cidadania destas mulheres e destes homens já justifica todo esforço investido na economia solidária” (SINGER, 2005, p. 127).

Ela é uma “criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo” (SINGER, 2003a, p. 13), constituindo-se como um movimento que provoca mudanças no modo de vida das pessoas, estimulando a democracia, a solidariedade e o respeito ao outro, à natureza e às diferenças. Caracteriza-se como uma alternativa de inclusão social por meio do trabalho às pessoas que se encontram em situação de exclusão

social (LUSSI, 2009), que encontra resistência na medida em que grupos marginalizados se organizam para seguir em frente mediante estratégias econômicas coletivas (RODRÍGUEZ, 2005).

A Economia Solidária é um conceito utilizado em diversos países com distintos significados, porém, sempre alicerçados na ideia central da solidariedade se contrapondo ao individualismo competitivo das sociedades capitalistas (SINGER, 2003b). Para além de uma crítica ao modo capitalista, a economia solidária se caracteriza por ser uma estratégia de enfrentamento a este modo de produção e constitui fundamento para a elaboração de uma alternativa de trabalho e renda (MENDES, 2007). Trata-se de uma alternativa que é superior ao capitalismo porque proporciona às pessoas envolvidas uma vida melhor (SINGER, 2002).

É orientada pelos seguintes princípios básicos: “autogestão, democracia, cooperação, centralidade do ser humano, valorização da diversidade, emancipação, valorização do saber local, valorização da aprendizagem, justiça social na produção e cuidado com o meio ambiente” (BRASIL, 2007, p. 32-33), que assinalam um projeto emancipatório fundamentado na solidariedade, na cooperação e na partilha, considerando as dimensões sociais e culturais de uma atividade econômica (CANCELA, 2012).

Os empreendimentos econômicos solidários são as diversas modalidades de organização econômica cuja origem se dá pela livre associação dos trabalhadores, baseados nos princípios que regem a economia solidária (GAIGER, 2003). Entre as diferentes modalidades encontram-se:

- organizações e grupos de crédito solidário;
- grupos produtivos e/ou culturais informais, associações, cooperativas de produção, comercialização, de trabalho, de consumo solidário ou de serviços;
- cooperativas sociais (pessoas portadoras de necessidades especiais);
- bancos populares e comunitários;
- fundos rotativos e cooperativas de créditos;
- redes de empreendimentos, produtores e consumidores;
- grupos e clubes de troca;
- empresas e indústrias falidas recuperadas pelos trabalhadores, e autogestionárias;
- dentre outras (INTECOOP, [s.d.], p. 15)

Ademais, há um grande número dos EES que optam por se manter na informalidade em consequência do alto custo e a demanda de exaustivos esforços e paciência para o registro, pois são inúmeras as exigências burocráticas (SINGER, 2009). A informalidade dessas experiências relaciona-se, também, ao medo que seus membros-trabalhadores têm de perder o benefício uma vez que “existe uma incompatibilidade

legislativa entre previdência social e geração de renda (pessoas que têm qualquer tipo de benefício da previdência não podem ter nenhum tipo de contrato trabalhista)” (LUSSI; MATSUKURA; HAHN, 2010, p. 289). Trata-se do Benefício de Prestação Continuada (BPC), oferecido pela Assistência Social e corresponde a um tipo de ajuda mensal equivalente a um salário mínimo que o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) proporciona a: idosos com 65 anos ou mais; pessoas com deficiência e incapacitadas para o trabalho (INSS, 2020). Apesar deste entrave já ter sido pauta de inúmeras discussões, em diferentes eventos tais como a I Conferência Temática de Cooperativismo Social (BRASIL, 2010a) e a IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial (BRASIL, 2010c), não houve nenhuma mudança nesse sentido.

Segundo Gaiger (2007, p. 73), “a longevidade dos EES até certo ponto está ligada à sua forma de organização”. Na grande maioria dos casos, os EES surgem como grupos informais e, posteriormente, quando estão melhor estruturados, registram-se como cooperativas ou associações. As cooperativas são mais antigas e representam as iniciativas com potencial mais consolidado, além de, geralmente, caracterizarem-se como empreendimentos maiores (GAIGER, 2007).

Esses empreendimentos são formados por pessoas que estão excluídas do mercado de trabalho e que encontraram na economia solidária alternativas coletivas de sobrevivência (GAIGER, 2003). Eles possibilitam o desenvolvimento de habilidades nos trabalhadores, além do resgate da autoestima e identidade na relação de cooperação e solidariedade. O trabalho, nesses moldes, favorece a produção e geração de renda, o resgate dos saberes e histórias das pessoas, valorizando as potencialidades individuais e coletivas (BALLAN, 2010).

“A economia solidária na saúde mental diferencia-se ao valorizar o trabalho como possibilidade de estar no social de forma mais integral que as simplificadas relações utilitárias e normalizantes que o capitalismo fortemente investe” (ALVES, 2016, p. 66-67). Assim, as iniciativas de inclusão social pelo trabalho solidárias, de acordo com o Relatório Final do Grupo de Trabalho Saúde Mental e Economia Solidária (BRASIL, 2006a) são experiências que:

- Possibilitem o processo de emancipação das pessoas com transtornos mentais;
- Favoreçam a participação de pessoas na comunidade;
- Incentivem a autogestão e a participação democrática;

Permitam a inclusão em redes de comercialização, rede de oportunidades, fóruns de economia solidária;

Busquem o aprimoramento das habilidades profissionais e das técnicas de gestão, produção e/ou comercialização;

Busquem o desenvolvimento local;

Busquem parcerias, tanto de apoio técnico e tecnológico, como de participação na vida social e comunitária;

Operem com a perspectiva da intersetorialidade, articulando a participação de outras entidades/instituições, tais como: incubadoras universitárias, associações comunitárias e de usuários, ONGs, entre outras;

Atuem como multiplicadores locais das proposições de inserção social pelo trabalho;

Fortaleçam a contratualidade social das pessoas com transtornos mentais, promovendo sua efetiva participação na vida social (BRASIL, 2006a, p. 13-14).

No Brasil, desde o princípio do movimento da Reforma Psiquiátrica, existia uma preocupação por parte dos trabalhadores e militantes em discutir a inclusão social e econômica das pessoas em sofrimento psíquico (PINHO, 2015). Tal movimento produziu grandes transformações no modelo assistencial em saúde mental, especialmente pela afirmação dos direitos de cidadania das pessoas em sofrimento psíquico e o direito ao trabalho encontrou na Economia Solidária uma alternativa viável e plausível para que isso de fato aconteça (ALVES, 2016). Assim, no cenário brasileiro, o movimento da Reforma Psiquiátrica mostrou-se radical e inovador com consequentes transformações no cuidado em saúde mental, uma vez que a razão psiquiátrica dá lugar a uma ecologia de saberes e razões da diferença (SANTOS, 2010a).

Em relação à articulação entre saúde mental e economia solidária no contexto do poder público federal, em 2004, teve início a construção de políticas públicas integradas entre o Ministério da Saúde, por meio da Coordenação Nacional de Saúde Mental, e o Ministério do Trabalho e Emprego, via SENAES, com a finalidade de traçar ações e programas intersetoriais voltados à promoção da (re)inserção social e econômica das pessoas em sofrimento psíquico. Nesse mesmo ano, foi realizada a Oficina Nacional de experiências de inclusão social pelo trabalho de usuários de serviços de saúde mental, considerada o marco inaugural da interface entre saúde mental e economia solidária e nela foram construídas as primeiras propostas políticas nesse âmbito (BRASIL, 2006a).

No período entre 2004 e 2019 (ano em que houve a extinção da SENAES e do Ministério do Trabalho e Emprego), foram traçadas políticas públicas que buscavam o protagonismo dos projetos de inclusão social pelo trabalho na área da saúde mental, tendo

em vista o trabalho associado, cooperado e autogerido. Porém, houve pouco avanço no quesito das políticas públicas para o cooperativismo social (PINHO, 2015). Nesse ínterim aconteceram avanços importantes, porém, desde então observamos um desinvestimento em tais projetos.

Apesar desse cenário desanimador, no contexto brasileiro é possível observar que a (re)inclusão de pessoas em sofrimento psíquico no trabalho tem se dado por meio da economia solidária e a articulação entre Saúde Mental e Economia Solidária desenha-se como uma tecnologia social necessária para que ocorra a reconstrução dos três cenários fundamentais do indivíduo: habitat, mercado e trabalho (SANTOS, 2016).

As iniciativas da Economia Solidária “congregam a luta pela renda com a luta pelos direitos sociais” (MARTINS, 2009, p. 31). Isso significa dizer que tais experiências operam a partir de uma lógica ampliada, não ficando apenas restritas a produção imediata de renda subordinada à lógica do capital. Desta forma, as práticas econômicas solidárias “são orientadas pelo compromisso com a sociedade e com a emancipação dos trabalhadores” (MARTINS, 2009, p. 31-32).

Juntas, a saúde mental e a economia solidária se consolidam como alternativas possíveis aos fundamentos hegemônicos, ou seja, para a economia solidária, “a desconstrução da lógica produtivista e alienada como única relação possível no mundo do trabalho” e para a saúde mental, “a oportunidade de arquitetar a inclusão social de sujeitos com vivências de sofrimento psíquico para além de espaços e ações de trabalhos terapêuticos, de ocupação do tempo livre, cerceados e protegidos” (SANTIAGO; YASUI, 2015, p. 709). O trabalho, na perspectiva da Economia Solidária, respeita o desejo individual gerando renda sem aumentar o sofrimento psíquico (SANTOS, 2016).

Em tempos de retrocessos como o atual, a proposta de inclusão social pelo trabalho no âmbito da saúde mental se constitui uma tecnologia transformadora de cuidado, trabalho e organização social, além de construir alternativas de vida que rompem com práticas históricas de exclusão social (SAYEG, 2017). Num contexto cercado de desafios para gerar trabalho com valor social e econômico às pessoas em sofrimento psíquico, o encontro com o movimento e as políticas de economia solidária viabiliza conquistas e avanços aos projetos de inclusão social pelo trabalho (PINHO, 2015).

Alguns estudos nesse sentido foram realizados com os membros do Recriart, um grupo informal que trabalha na perspectiva da Economia Solidária, constituído por pessoas em sofrimento psíquico e objeto de estudo desta pesquisa. Tais estudos apontam vários aspectos positivos advindos da participação no empreendimento, na perspectiva

dos diferentes atores que compõem o grupo, tais como: os próprios usuários (LUSSI; MORATO, 2012; MILIONI, 2009), seus familiares (FILIZOLA; TEIXEIRA; MILIONI; PAVARINI, 2011) e a equipe de incubação (ROJO; FILIZOLA, 2012).

Lussi e Morato (2012) tinham como objetivo identificar o significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental participantes de iniciativas de inclusão social pelo trabalho vinculados ou não ao movimento da economia solidária. Foram selecionados dois projetos de geração de renda, um deles vinculado ao movimento da economia solidária (Recriart) e o outro não vinculado ao movimento (Núcleo de Oficinas e Trabalho – NOT, do Serviço de saúde Dr. Cândido Ferreira do município de Campinas). Assim, foram entrevistados 10 usuários de serviços de saúde mental, 5 de cada projeto. Os resultados revelam que os participantes reconhecem o trabalho como promotor de mudanças pessoais e sociais, além de estimular a construção de projetos de vida e possibilitar trocas materiais e sociais. Especialmente para os participantes do Recriart, algumas características como a questão da coletividade, ajuda mútua, divisão entre todos e solidariedade se destacam. O envolvimento com o movimento da economia solidária possibilita o trabalho autogestionário, promove trocas de apoio, carinho e solidariedade. Já para os participantes do NOT, “o trabalho parece ser concebido como parte do cotidiano, pois o expressam como algo que garante a eles não permanecer em casa o dia todo sem fazer nada” (LUSSI; MORATO, 2012, p. 376).

O objetivo de Milioni (2009) foi apreender a experiência dos integrantes do Recriart no processo de construção desse empreendimento pautado nos princípios da economia solidária. Para tanto, a autora realizou entrevistas semiestruturadas com 16 integrantes do grupo e os resultados evidenciaram que a inserção no Recriart possibilita dimensões positivas tais como o retorno ao trabalho e, conseqüentemente, aprendizado, autonomia, trocas sociais e materiais, protagonismo em um trabalho democrático e participativo.

Já o estudo, desenvolvido por Filizola, Teixeira, Milioni e Pavarini (2011), teve como objetivo identificar a composição e as relações familiares dos integrantes do Recriart, além de conhecer as percepções dos familiares sobre a inclusão pelo trabalho dos usuários e a possibilidade de protagonismo da família nesse processo. Foram entrevistadas 21 famílias e os resultados confirmam o caráter emancipador do processo de inclusão social pelo trabalho das pessoas em sofrimento psíquico, ainda que tal emancipação gerada não possa ser considerada em seu sentido mais estrito. As autoras apontaram ainda que, apesar da sobrecarga vivenciada, a maior parte das famílias está

envolvida e disposta a participar desse processo. As famílias reconhecem a importância do trabalho, enquanto promotor de sentidos, trocas, novas relações e qualidade de vida de seus familiares. “Tais evidências reforçam a importância do trabalho como fator de emancipação social e do sentido dado à reabilitação psicossocial como um processo de reconstrução de vida, de sonhos e projetos de pessoas com transtorno mental e um exercício pleno de cidadania” (FILIZOLA; TEIXEIRA; MILIONI; PAVARINI, 2011, p. 424).

O estudo desenvolvido por Rojo e Filizola (2012), analisou a experiência dos integrantes da equipe no processo de incubação do Recriart, tendo como pano de fundo os referenciais da Reabilitação Psicossocial e da Economia Solidária. Para tanto, foram entrevistadas 7 integrantes da equipe de incubação e os resultados apontam que, embora existam desafios, a equipe reconhece a importância do trabalho para os usuários, apontando conquistas na autonomia, nas habilidades técnicas para o trabalho, de novos sentidos para a vida e, portanto, do seu poder de emancipação.

Tais estudos apontam que o trabalho na perspectiva da economia solidária, como o desenvolvido pelo Recriart, é um caminho possível para conquista de inclusão social de pessoas em sofrimento psíquico, todavia, existem inúmeros desafios e conflitos nas formas de concepção e organização do trabalho coletivo no cotidiano dos empreendimentos. Corroboramos com Mendes (2007) ao afirmar que é preciso considerar que, apesar da significativa importância de tais experiências, tratam-se de ações que demandam reflexões mais aprofundadas e análises mais críticas.

Para tanto, considerando tais colocações e na perspectiva de conseguirmos aprofundar e contribuir neste campo, propomos realizar neste estudo reflexões e análises fundamentadas na obra do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, particularmente, na ecologia de saberes e nas sociologias das ausências e das emergências, descritas a seguir.

4 ECOLOGIA DE SABERES, SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS E SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS

“Para quem, como eu, pense que estamos a entrar num período de transição paradigmática, a utopia é mais necessária do que nunca.”

(Boaventura de Sousa Santos)

Para Santos (2010b), o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal e se destaca pela capacidade de produzir e radicalizar distinções.

Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente (SANTOS, 2010b, p. 31-32).

O conceito de linha abissal refere-se, então, à divisão do mundo em linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos díspares: os visíveis e os invisíveis. “Deste lado da linha” é caracterizado por um mundo humano, de zonas civilizadas e “do outro lado da linha” é marcado por um mundo sub-humano, de zonas selvagens (SANTOS, 2010b).

Esse pensamento opera pela definição unilateral de linhas que dividem as experiências, os saberes e os atores sociais entre os que são úteis, inteligíveis e visíveis de um lado e, do outro lado, os que são inúteis, perigosos e invisíveis. O pensamento abissal caracteriza-se, fundamentalmente, pela impossibilidade da copresença dos dois lados da linha. “Este lado da linha” só predomina na medida em que esgota o campo significativo da realidade e, para além dela há somente inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética. As distinções fortemente visíveis que estruturam a realidade social “deste lado da linha” resumem-se na invisibilidade das distinções entre “este” e o “outro lado da linha” (SANTOS, 2010b).

As linhas abissais não se mantiveram fixas ao longo do período moderno, uma vez que, historicamente, sofreram deslocamentos. Porém, em cada momento da história, elas são fixas e sua posição é fortemente vigiada e guardada e, em se tratando da ciência, o

pensamento abissal se traduz no consentimento à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a filosofia e a teologia. O centro da disputa epistemológica moderna concentra-se entre as formas científicas e não-científicas de verdade. Tais tensões entre ciência, filosofia e teologia são fortemente visíveis, porém, todas elas têm seu espaço “deste lado da linha”. Sua visibilidade é definida na invisibilidade de formas de conhecimento que não se encaixam em nenhuma destas formas de conhecer. É o caso dos conhecimentos populares, indígenas, camponeses, plebeus e leigos “do outro lado da linha”, que são subtraídos dos conhecimentos relevantes ou comensuráveis exatamente por fazerem parte do universo que está além do verdadeiro e do falso. “Do outro lado da linha” estão presentes as opiniões, crenças, magia, intuição, subjetividade e idolatria, que não representam um conhecimento real, sendo, na melhor das hipóteses, temas que podem se transformar em objetos para uma investigação científica (SANTOS, 2010b).

Como fruto do pensamento abissal, o conhecimento científico não está socialmente distribuído de forma igualitária até porque seu intento original foi converter “este lado da linha” em detentor do conhecimento e o “outro lado da linha” em objeto de conhecimento (SANTOS, 2010b). As intervenções no mundo real inclinam-se a ser àquelas que servem os grupos sociais que têm acesso ao conhecimento e, portanto, a luta por justiça cognitiva não deve se basear unicamente na ideia de uma distribuição mais equitativa do conhecimento científico. Além dessa distribuição ser impossível nas condições do capitalismo global, o conhecimento científico tem limites intrínsecos em relação ao tipo de intervenção que promove o mundo real. Tais limites decorrem da ignorância científica e da incapacidade em reconhecer formas alternativas de conhecimento e se interligar com elas em termos de igualdade (SANTOS, 2010a).

Assim, a linha visível que separa a ciência dos seus ‘outros’ modernos está assente na linha abissal invisível que separa de um lado, ciência, filosofia e teologia e, do outro, conhecimentos tornados incomensuráveis e incompreensíveis por não obedecerem, nem aos critérios científicos de verdade, nem aos dos conhecimentos, reconhecidos como alternativos, da filosofia e da teologia (SANTOS, 2010b, p. 34).

A discrepância é tamanha que o “outro lado da linha” torna-se inexistente e, a inexistência, neste contexto, é entendida como “não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível” (SANTOS, 2010b, p. 32). Tudo o que é inexistente é excluído radicalmente porque se encontra fora do campo da realidade relevante e,

portanto, marcada por experiências desperdiçadas, tornadas invisíveis. Assim, quaisquer realidades que se encontrem do “outro lado da linha” são eliminadas definitivamente.

Essa negação radical produz uma ausência radical, ou seja, a ausência de humanidade ou sub-humanidade moderna, tornando a exclusão radical ao passo que seres sub-humanos não são candidatos à inclusão social. “A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal” (SANTOS, 2010b, p. 39).

Nesse contexto, são inúmeros os grupos de pessoas à mercê da negação da humanidade. Entre eles Santos (2010b) destaca alguns, tais como os que sofrem com discriminações sexuais e raciais, presidiários, aqueles submetidos às novas formas de escravidão, trabalho infantil e exploração da prostituição, entre outros. Nunes e Siqueira-Silva (2016), fundamentados nos escritos de Boaventura de Sousa Santos, acrescentam à essa lista as pessoas em sofrimento psíquico, pessoas estigmatizadas pela alienação, insanidade, anormalidade e desajustamento à ordem social. Os “loucos” e “loucas” são exemplos de formas de negação da humanidade, da violência, de constrangimentos e da exclusão.

Seres humanos que foram confinados, isolados, muitas vezes sujeitos a maus-tratos, torturas, abandono, isolamento social ou intervenções alegadamente terapêuticas que os reduziam a uma condição menos-do-que-humana, legitimada pelo direito – em nome da necessidade de lidar com a sua alegada periculosidade, para si próprios e para os outros – e pela ciência – em nome do diagnóstico e da cura de males que eram sempre neles próprios procurados, na sua mente e nos seus comportamentos (NUNES; SIQUEIRA-SILVA, 2016, p. 210).

Os “loucos” que passaram pela experiência de confinamento em instituições asilares, sofreram com a desumanização, a exclusão e a completa segregação do mundo por serem considerados anormais (NUNES; SIQUEIRA-SILVA, 2016). Porém, para Santos e Meneses (2010), toda experiência social (re)produz conhecimento, pressupondo várias epistemologias. Epistemologia aqui entendida como “toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 15). Não há conhecimento sem práticas e atores sociais, que coexistem no interior das relações sociais e, diferentes relações dão origem a diferentes epistemologias.

O pensamento moderno ocidental continua operando por meio de linhas abissais que segregam o mundo humano do sub-humano, tanto que princípios de humanidade não questionam as práticas desumanas. As linhas abissais continuam estruturando o conhecimento moderno e constituem as relações políticas e culturais que o Ocidente protagoniza no interior do sistema mundial. “A injustiça social global está, desta forma, intimamente ligada à injustiça cognitiva global. A luta pela justiça social global deve, por isso, ser também uma luta pela justiça cognitiva global” (SANTOS, 2010b, p. 40).

Diante disso, Santos (2010b) afirma que é necessário um novo pensamento, um pensamento pós-abissal, que parte da ideia de que “a diversidade do mundo é inesgotável e que esta diversidade continua desprovida de uma epistemologia adequada. Por outras palavras, a diversidade epistemológica do mundo continua por construir” (SANTOS, 2010b, p. 51).

A premissa de um pensamento pós-abissal é a copresença radical. Isso quer dizer que práticas e agentes de ambos os lados da linha são contemporâneos em termos igualitários. “A copresença radical implica conceber simultaneidade como contemporaneidade, o que só pode ser conseguido abandonando a concepção linear de tempo” (SANTOS, 2010b, p. 53). Na tentativa de pormenorizar e exemplificar tal premissa, Santos cita um caso hipotético do encontro entre um camponês africano e um funcionário do Banco Mundial em uma visita a um campo africano. Para o pensamento abissal, o encontro seria simultâneo, porém eles seriam não-contemporâneos. Já segundo o pensamento pós-abissal, o encontro é simultâneo e tem lugar entre dois indivíduos contemporâneos. “Além disso, a copresença radical pressupõe ainda a abolição da guerra, que, juntamente com a intolerância, constitui a negação mais radical da copresença” (SANTOS, 2010b, p. 54).

O pensamento pós-abissal pretende a conquista da emancipação dos trabalhadores, conjuntamente com a emancipação de todas as populações descartáveis e oprimidas do Sul global. Igualmente, defende que os direitos dos cidadãos não estarão seguros enquanto os não-cidadãos forem tratados como sub-humanos (SANTOS, 2010b).

Envolve uma ruptura radical com as modernas formas ocidentais de pensar e agir. Significa pensar a partir da perspectiva “do outro lado da linha”, ou seja, da perspectiva do Sul global, especialmente pelo fato desse “outro lado” se caracterizar pelo domínio do impensável na modernidade ocidental. O Sul global aqui concebido como uma metáfora do sofrimento humano sistêmico e injusto provocado pelo capitalismo global e pelo colonialismo (SANTOS, 2010b). Assim, o pensamento pós-abissal pode ser resumido

em um aprendizado com o Sul usando uma epistemologia do Sul, que está assentada em uma tripla orientação: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; e aprender a partir do Sul e com o Sul (SANTOS; MENESES, 2010).

Santos e Meneses (2010) denominam a diversidade epistemológica do mundo como epistemologias do Sul. O Sul não como um conceito geográfico, mas uma categoria sócio-política relativa aos países, regiões, segmentos ou grupos que sofrem processos de exclusão, opressão e discriminação. O Sul simboliza o sofrimento humano, sendo concebido, metaforicamente, como um campo de desafios epistemológicos, que buscam restaurar os impactos e danos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. As epistemologias do Sul são um conjunto de intervenções epistemológicas que “valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 19). Esse diálogo entre saberes é o que Boaventura denomina de ecologias de saberes (SANTOS, 2010c).

O pensamento pós-abissal, assim como a ecologia de saberes têm como premissa a diversidade epistemológica mundial e o reconhecimento de uma pluralidade de formas de conhecimento, para além do conhecimento científico, ou seja, o conhecimento é interconhecimento. Baseiam-se, ainda, no reconhecimento da “pluralidade de conhecimentos heterogêneos e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia” (SANTOS, 2010b, p. 53).

4.1 Ecologia de Saberes

A Ecologia de Saberes pode ser definida como “um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônicas e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer” (SANTOS, 2010c, p. 154).

Ancora-se em dois pressupostos: a) a inexistência de epistemologias neutras e as que assim se denominam são as menos neutras; e b) a reflexão epistemológica deve incidir nas práticas de conhecimento e seus impactos em outras práticas sociais e não nos conhecimentos abstratos. Desta forma, para Santos (2010c) a ecologia de saberes é uma ecologia de práticas de saberes, não ficando restrita aos saberes científicos. Fundamenta-se em práticas de conhecimento que possibilitam ou impedem intervenções no mundo real, não concebendo, desta forma, os conhecimentos em abstrato (SANTOS, 2010b).

Sempre que há intervenções no real que podem, em teoria, ser levadas a cabo por diferentes sistemas de conhecimento, as escolhas concretas das formas de conhecimento a privilegiar devem ser informadas pelo princípio de precaução, que, no contexto da ecologia de saberes, deve formular-se assim: deve dar-se preferência às formas de conhecimento que garantam a maior participação dos grupos sociais envolvidos na concepção, na execução, no controle e na fruição da intervenção (SANTOS, 2010b, p. 60).

Nesse sentido, a ecologia de saberes é, essencialmente, uma contra-epistemologia e seu estímulo básico deriva de dois fatores: a) globalização contra-hegemônica, isto é, o surgimento político de povos e visões do mundo do “outro lado da linha” como parceiros de resistência ao capitalismo global (SANTOS, 2010c). Tratam-se de sociedades periféricas do sistema mundial moderno nas quais a crença na ciência moderna é mais tênue e os conhecimentos não-científicos e não-ocidentais se sobressaem nas práticas cotidianas das populações; e b) proliferação de alternativas que não podem ser agrupadas sob a supremacia de uma única alternativa global (SANTOS, 2010b).

Na ecologia de saberes, enquanto epistemologia pós-abissal, o esforço pela credibilidade nos conhecimentos não-científicos não anula a crença no conhecimento científico, implicando apenas em sua utilização de forma contra-hegemônica. Trata-se, por um lado, de explorar práticas científicas alternativas que têm ganhado visibilidade por meio de epistemologias pluralistas e, por outro lado, de promover a interdependência entre saberes científicos produzidos pela modernidade ocidental e outros saberes não-científicos (SANTOS, 2010a). “A ecologia de saberes procura dar consistência epistemológica ao pensamento pluralista e propositivo” (SANTOS, 2010b, p. 56).

O relativismo não é aceitável para a ecologia de saberes. Na perspectiva emancipatória, o relativismo, enquanto ausência de hierarquia entre saberes, é uma posição insustentável uma vez que inviabiliza qualquer relação entre conhecimento e o sentido da transformação social. “Se tudo tem igual valor como conhecimento, todos os projetos de transformação social são igualmente válidos, ou da mesma forma, igualmente inválidos” (SANTOS, 2010a, p. 107). A ecologia de saberes propõe a criação de uma nova forma de relacionamento entre conhecimento científico e outras formas de conhecimento, concedendo igualdade de oportunidades às diferentes formas de saber envolvidas nas disputas epistemológicas aspirando a otimização de suas respectivas contribuições para a construção de um outro mundo possível, isto é, de uma sociedade mais democrática, mais justa e mais equilibrada com a natureza (SANTOS, 2010a).

Não existe conhecimento que não seja conhecido por alguém, em resposta a alguns propósitos. Todos os conhecimentos confirmam práticas e constituem sujeitos,

além de serem testemunhais, porque o que se conhece sobre o real (dimensão ativa) se reflete sempre no que dão a conhecer sobre o sujeito do conhecimento (dimensão subjetiva) (SANTOS, 2010b).

Uma das premissas básicas da ecologia de saberes é que todos os conhecimentos têm limites internos e limites externos. Os internos dizem respeito aos limites das intervenções no real que permitem. Os externos decorrem do reconhecimento de intervenções alternativas tornadas possíveis por outras formas de conhecimento. Por definição, as formas de conhecimento hegemônico só conhecem os limites internos, portanto, o uso contra-hegemônico da ciência moderna só é possível através da exploração paralela dos seus limites internos e externos como parte de uma concepção contra-hegemônica de ciência. É por isso que o uso contra-hegemônico da ciência não pode limitar-se à ciência. Só faz sentido no âmbito de uma ecologia de saberes (SANTOS, 2010b, p. 57).

Na ecologia de saberes há o cruzamento entre conhecimentos e, conseqüentemente, de ignorâncias. Não há uma unidade de conhecimento, da mesma forma como não existe uma unidade de ignorância. As configurações de ignorância são tão heterogêneas e interdependentes quanto as configurações de conhecimento. Diante dessa interdependência, a aprendizagem de certos conhecimentos pode acarretar no esquecimento de outros ou até mesmo na ignorância destes. Isso significa que na ecologia de saberes, a ignorância não é, necessariamente, um estado original ou um ponto de partida, podendo ser, portanto, um ponto de chegada, resultado do esquecimento ou desaprendizagem implícitos num processo de aprendizagem recíproco. “A utopia do interconhecimento é aprender novos conhecimentos sem esquecer os próprios” (SANTOS, 2010b, p. 56). Para a ecologia de saberes é fundamental questionar se o que está para ser aprendido é válido ou se deverá ser esquecido ou desaprendido (SANTOS, 2010a).

Epistemologicamente, a sociedade capitalista moderna caracteriza-se por beneficiar as práticas decorrentes do conhecimento científico e, portanto, apenas a ignorância destas é verdadeiramente desqualificante. Esse privilégio faz com que as suas intervenções na realidade humana e natural sejam favorecidas e quaisquer crises ou catástrofes delas advindas são socialmente aceitas e encaradas como consequência social inevitável que poderá ser compensado por novas práticas científicas (SANTOS, 2010a).

O ponto de partida para Boaventura é que a modernidade ocidental constituiu-se a partir de duas epistemologias, denominadas por ele de conhecimento-regulação, na qual a ignorância é entendida como caos e o saber como ordem e conhecimento-emancipação,

na qual a ignorância é entendida como colonialismo e o saber como solidariedade (SANTOS, 2010c).

Ao passo que a modernidade ocidental, enquanto paradigma sociocultural, limitou as possibilidades de emancipação àquelas compatíveis com o capitalismo, o conhecimento-regulação predominou sobre o conhecimento-emancipação, neutralizando-o e transformando a solidariedade em caos e, conseqüentemente, em ignorância e o colonialismo em uma forma de saber e, portanto, de ordem. Nesse processo, a ciência moderna, considerada até então um tipo de conhecimento entre outros, destacou-se soberanamente, reivindicando para si o monopólio do conhecimento válido e rigoroso, consagrando, desta forma, a epistemologia positivista e anulando a credibilidade de todas as epistemologias alternativas (SANTOS, 2010c).

Assim, a ciência moderna ocidental foi convertida em conhecimento uno e universal e, ao mesmo tempo que se estabeleceu como intensa e inesgotável fonte de progresso tecnológico e desenvolvimento capitalista, arrasou, marginalizou e anulou a credibilidade de todos os conhecimentos não científicos que lhe eram alternativos, tanto no Norte como no Sul. À esse processo, Boaventura denomina epistemicídio, no qual uma riqueza imensa de experiências cognitivas têm sido desperdiçada, e, é impossível vislumbrar horizontes não-capitalistas no marco exclusivo da ciência após dois séculos de ligação extrema entre ciência moderna ocidental e projeto de desenvolvimento capitalista, por mais persuasivas que sejam as epistemologias da diversidade e da pluralidade adotadas. “Com recurso exclusivo à ciência moderna ocidental, a diversidade e a pluralidade possíveis ou credíveis serão sempre as que são compatíveis com o desenvolvimento capitalista” (SANTOS, 2010c, p. 155). Semelhantemente, a globalização hegemônica neoliberal se converte facilmente na única forma de globalização (SANTOS, 2010c).

Para pensar e promover a diversidade e a pluralidade para além do capitalismo e a globalização para além da globalização neoliberal, em pleno século XXI, é necessário que a ciência moderna se reconfigure em uma ampla gama de saberes, coexistindo com “práticas de saberes não científicos que sobreviveram ao epistemicídio ou que, apesar de sua invisibilidade epistemológica, têm emergido e florescido nas lutas contra a desigualdade e a discriminação” (SANTOS, 2010c, p. 156).

O contexto cultural em que se situa a ecologia de saberes é ambíguo. Por um lado, o reconhecimento da diversidade sócio-cultural do mundo favorece o reconhecimento da diversidade epistemológica de saberes do mundo. Por outro lado, se todas as epistemologias partilham as premissas culturais do seu tempo, talvez uma das mais consolidadas no nosso tempo seja a da crença na ciência como única forma de conhecimento válido e rigoroso (SANTOS, 2010c, p. 156).

Desta forma, a ecologia de saberes é uma epistemologia da corrente e da contracorrente, uma vez que suas condições de possibilidade são também as da sua dificuldade. É ecologia porque baseia-se no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos, da autonomia de cada um deles e da articulação sistêmica, horizontal e dinâmica entre eles. Para Santos (2010c, p. 157), “o conhecimento é interconhecimento, é reconhecimento, é auto-conhecimento”.

A ecologia de saberes é a epistemologia da luta contra a injustiça cognitiva e se fundamenta nas seguintes ideias, que Santos (2010c, p. 157-165) apresenta em forma de teses: 1. “A luta pela justiça cognitiva não terá êxito se assentar exclusivamente na ideia da distribuição mais equitativa do saber científico”; 2. “As crises e as catástrofes produzidas pelo uso imprudente e exclusivista da ciência são bem mais sérias do que a epistemologia científica dominante pretende”; 3. “Não há conhecimento que não seja conhecido por alguém para alguns objetivos. Todos os conhecimentos sustentam práticas e constituem sujeitos”; 4. “Todos os conhecimentos têm limites internos e limites externos”; 5. “A ecologia de saberes tem de ser produzida ecologicamente: com a participação de diferentes saberes e seus sujeitos”; 6. “A ecologia de saberes é uma epistemologia simultaneamente construtivista e realista”; 7. “A ecologia de saberes centra-se nas relações entre saberes, nas hierarquias e poderes que se geram entre eles”; 8. “A ecologia dos saberes pauta-se pelo princípio da precaução”; 9. “A centralidade das relações entre saberes, que caracteriza a ecologia de saberes, impele-a para a busca da diversidade de conhecimentos”; 10. “A ecologia dos saberes exerce-se pela busca de convergências entre conhecimentos múltiplos”; 11. “A questão da incomensurabilidade põe-se também no interior da mesma cultura”; 12. “A ecologia de saberes visa ser uma luta não ignorante contra a ignorância”; 13. “A ecologia de saberes ocupa-se da fenomenologia dos momentos ou tipos de relações”; 14. “A construção epistemológica da ecologia de saberes suscita três questionamentos sobre a identificação dos saberes, sobre os procedimentos para o relacionamento entre eles, sobre a natureza e avaliação das intervenções no real”; 15. “É próprio da epistemologia da ecologia de saberes não conceber os conhecimentos fora das práticas de saberes e estas fora das intervenções no

real que elas permitem ou impedem”; 16. “A ecologia de saberes visa facilitar a constituição de sujeitos individuais e coletivos que combinam a maior sobriedade na análise dos fatos com a intensificação da vontade da luta contra a opressão”; e 17. “Na ecologia dos saberes a intensificação da vontade exercita-se na luta contra a desorientação”.

Por fim, Santos (2010b) conclui afirmando que a construção de uma ecologia de saberes não é uma tarefa fácil e traz consigo inúmeros questionamentos, que ele divide em três subgrupos: 1. Questões relacionadas com a identificação de saberes; 2. Questões relacionadas aos procedimentos que permitem relacionar os saberes entre si e com a natureza; e 3. Questões relacionadas a avaliação das intervenções no mundo real.

Em síntese, o grande questionamento é: como combater as linhas abissais usando instrumentos conceituais e políticos que não as reproduzam? São indagações que não possuem respostas definitivas, porém é peculiar da ecologia de saberes constituir-se por meio de sucessivas perguntas e respostas incompletas. Aí situa-se a sua característica de conhecimento prudente. “A ecologia de saberes capacita-nos para uma visão mais abrangente daquilo que conhecemos, bem como do que desconhecemos, e também nos previne para aquilo que não sabemos é ignorância nossa, não ignorância geral”. (SANTOS, 2010b, p. 66).

4.2 Sociologia das Ausências e Sociologia das Emergências

A sociologia das ausências é um procedimento transgressivo, uma sociologia insurgente para tentar mostrar que o que não existe é produzido ativamente como não existente, como uma alternativa não-crível como uma alternativa descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo (SANTOS, 2007, p. 28-29).

Atualmente há uma disputa epistemológica entre dois paradigmas que Santos (2000) classifica como: a) hegemônico - no que diz respeito às práticas socioeconômicas, e à forma de conhecimento e racionalidade da ciência moderna, dominadas pela racionalidade capitalista; e b) emergente – desenvolvimento de formas diferentes de ser, de se relacionar e de conhecer. Ao longo do tempo, o capitalismo enquanto sistema civilizacional, hegemoniza a produção das presenças e das ausências nas sociedades.

Para Santos (2007; 2010a), existem cinco lógicas de produção da não-existência em nossa racionalidade ocidental, a saber:

1. A primeira procede da *monocultura do saber e do rigor do saber*, tendo sido considerado o mais poderoso entre os modos de produção da não-existência. O único saber rigoroso é o saber científico, invalidando outros conhecimentos. Trata-se da transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios exclusivos da verdade e da qualidade estética, respectivamente. Ambas, arrogantemente, julgam-se cânones exclusivos de produção de conhecimento ou criação artística. E, tudo aquilo que não é reconhecido ou legitimado por elas, é inexistente. A não-existência assume, neste caso, a forma de ignorância ou de incultura;

2. A segunda lógica baseia-se na *monocultura do tempo linear*, para a qual a história tem sentido e direção únicos e conhecidos, formulados de diferentes modos ao longo dos anos: progresso, modernização, desenvolvimento, revolução, crescimento e globalização. O que tais formulações têm em comum é a ideia de que o tempo é linear e que à frente do tempo seguem os países centrais do sistema mundial e, com eles, os conhecimentos, as instituições e as formas de sociabilidade que neles dominam. Esta lógica de produção de não-existência, considera atrasado tudo o que, de acordo com a norma temporal, é dissonante ao que é declarado avançado;

3. A terceira lógica é a *lógica da classificação social*, que apoia-se na monocultura da naturalização das diferenças, ou seja, organização das populações por categorias que naturalizam hierarquias, muito embora esteja baseada em atributos que negam a intencionalidade de tal hierarquia. As classificações desta lógica que mais se destacam são a racial e a sexual. Segundo esta lógica, a não-existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável, na qual o inferior, insuperavelmente inferior, não pode ser digno de credibilidade a quem é superior;

4. A quarta é a *lógica da escala dominante*, que adota a irrelevância de todas as outras possíveis escalas. Na modernidade ocidental, a escala dominante pode ser universal ou global e o universalismo é a escala das realidades ou entidades que prevalecem independente de contextos específicos. A globalização é a escala que ganhou notoriedade sem precedentes nas últimas décadas nos mais diferentes campos sociais. Nesta lógica, a não-existência é produzida sob a forma do particular e do local. As realidades ou entidades locais ou particulares estão aprisionadas em escalas que as impossibilitam de serem alternativas plausíveis ao que existe de modo universal ou global;

5. A quinta lógica é a *lógica produtivista* e fundamenta-se na monocultura dos critérios de produtividade capitalista. Nesta lógica, o crescimento econômico é um objetivo racional tão inquestionável quanto o critério de produtividade. Tal critério pode ser aplicado tanto à natureza quanto ao trabalho humano. A natureza produtiva é aquela altamente fértil em determinado ciclo de produção, enquanto o trabalho produtivo é aquele que potencializa a geração de lucros em um ciclo de produção. De acordo com esta lógica, a não-existência é produzida sob a forma do improdutivo. Para a natureza, sob a forma de esterilidade e para o trabalho, é preguiça ou desqualificação profissional.

Assim, as cinco principais formas sociais de não-existência produzidas ou legitimadas são: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo. Trata-se, então, de formas sociais de não-existência porque as realidades vivenciadas são apenas obstáculos às realidades ditas importantes, sejam elas científicas, avançadas, superiores, globais ou produtivas. São partes desqualificadas de totalidades homogêneas que, como tal, confirmam o que existe e como existe. O que significa dizer que são formas irreversivelmente desqualificadas de existir (SANTOS, 2010a).

O resultado da produção social dessas ausências é a subtração do mundo e a contração do presente, acarretando em desperdício da experiência. A sociologia das ausências tem como finalidade identificar o contexto dessa subtração e contração e fazer com que as experiências produzidas como ausentes sejam desprendidas dessas relações de produção e, assim, se tornem presentes. “Tornar-se presentes significa serem consideradas alternativas às experiências hegemônicas, a sua credibilidade poder ser discutida e argumentada e as suas relações com as experiências hegemônicas poderem ser objeto de disputa política” (SANTOS, 2010a, p. 104-105). Desta forma, a sociologia das ausências tem a finalidade de transformar a inexistência de experiência social em excesso dela, portanto, produz condições para ampliar o campo das experiências admissíveis neste tempo e neste mundo, contribuindo para a ampliar o mundo e dilatar o presente (SANTOS, 2010a).

A ampliação do mundo ocorre não só porque aumenta o campo das experiências credíveis existentes, como também porque, com elas, aumentam as possibilidades de experimentação social no futuro. A dilatação do presente ocorre pela expansão do que é considerado contemporâneo, pelo achatamento do tempo presente de modo a que, tendencialmente, todas as experiências e práticas que ocorrem simultaneamente possam ser consideradas contemporâneas, ainda que cada uma à sua maneira (SANTOS, 2010a, p. 105).

A sociologia das ausências deriva de duas questões: 1. respeito às motivações que fizeram com que uma concepção tão excludente de totalidade tenha predominado nos últimos séculos; e 2. identificação de modelos de confrontação e superação dessa concepção de totalidade e a razão metonímica que a fundamenta. A superação só é possível quando cada uma das cinco lógicas de produção de não-existência são questionadas e o inconformismo com tamanho descrédito e a luta pela credibilidade fazem com que a sociologia das ausências não permaneça uma sociologia ausente. A sociologia das ausências não pretende extinguir as cinco categorias (ignorante, residual, inferior, local ou improdutivo); sua intenção é que elas deixem de ser atribuídas em função de um único critério que não permite questionamentos por outro critério alternativo. Tal monopólio é resultado de uma imposição de quem tem poder para fazê-lo, e não fruto de uma ponderação sensata (SANTOS, 2010a).

Se o objetivo é inverter essa situação, é necessário que se transforme o que está ausente em presente e que as experiências consideradas invisíveis e sem credibilidade estejam disponíveis. A sociologia das ausências substitui as monoculturas pelas ecologias, com as quais é possível inverter essa situação e criar possibilidades para que tais experiências se tornem presentes (SANTOS, 2007). Ecologia aqui entendida como a “prática de agregação da diversidade pela promoção de interações sustentáveis entre entidades parciais e heterogêneas” (SANTOS, 2010a, p. 105). Para tanto, o autor reconhece cinco ecologias, a saber:

1. *Ecologia de saberes*, que defende a confrontação da monocultura do saber e do rigor científico com a identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam nas práticas sociais com credibilidade. A ideia central é que não há saber em geral nem ignorância em geral, isto é, todo saber é a superação de uma ignorância em particular e toda ignorância é ignorante de um certo saber.

O impulso subjacente à emergência da ecologia de saberes, como forma epistemológica das lutas sociais emancipatórias emergentes sobretudo no Sul, reside no fato de tais lutas, ao darem voz à resistência contra o capitalismo global, tornarem visíveis as realidades sociais e culturais das sociedades periféricas do sistema mundial onde a crença na ciência moderna é mais tênue, onde as ligações entre ciência moderna e os desígnios da dominação colonial e imperial são mais visíveis, e onde outras formas de conhecimento não científico e não ocidental persistem nas práticas sociais de vastos setores da população (SANTOS, 2010a, p. 108).

2. *Ecologia das temporalidades*, que confronta a lógica da monocultura do tempo linear, uma vez que esta é apenas uma das muitas concepções do tempo (tem-se ainda o tempo circular, o tempo cíclico, o tempo glacial, entre outros). A soberania do tempo linear não é resultado do seu predomínio enquanto concepção temporal, mas da modernidade ocidental, que a adotou. Ademais, as práticas culturais possuem regras distintas de tempo social e diferentes códigos temporais, tais como a relação entre passado, presente e futuro, definição de cedo/tarde, curto/longo prazo, ciclo de vida, urgência etc. Desta forma, as diferentes culturas formulam diferentes comunidades temporais, nas quais algumas controlam o tempo e outras vivem no interior do tempo; algumas se concentram no tempo mínimo necessário para realização de certas atividades enquanto outras nas atividades necessárias para preencher o tempo; algumas preferem o tempo-horário e outras o tempo-acontecimento; algumas valorizam a continuidade enquanto outras a descontinuidade; algumas incluem-se em uma progressão linear e outras em progressão não linear. “A linguagem silenciosa das culturas é acima de tudo uma linguagem temporal” (SANTOS, 2010a, p. 109).

Para a sociologia das ausências, as sociedades se constituem por diferentes tempos e temporalidades e as diferentes culturas concebem diferentes regras temporais. Portanto, pretende desvincular as práticas atribuídas pela hegemonia temporal, devolvendo-lhes a sua autonomia (SANTOS, 2010a).

3. *Ecologia dos reconhecimentos*, que confronta a lógica da classificação social. A autoridade arrogante do poder capitalista ocidental identifica diferença com desigualdade, ao mesmo tempo que determina quem é igual e quem é diferente. A sociologia das ausências confronta-se a isso, buscando uma nova articulação entre os princípios da igualdade e da diferença, abrindo espaço para a possibilidade de diferenças iguais, ou seja, uma ecologia de diferenças feita de reconhecimentos recíprocos (SANTOS, 2010a).

A ecologia dos reconhecimentos torna-se mais necessária à medida que aumenta a diversidade social e cultural dos sujeitos coletivos que lutam pela emancipação social, a variedade das formas de opressão e de dominação contra as quais combatem e a multiplicidade das escalas (local, nacional e transacional) das lutas em que se envolvem (SANTOS, 2010a, p. 111).

4. *Ecologia das trans-escalas*, que confronta a lógica do universalismo abstrato e da escala global por meio da “recuperação simultânea de aspirações universais ocultas e das escalas locais/globais alternativas que não resultam da globalização hegemônica”

(SANTOS, 2010a, p. 112). O universalismo é visto pelo Sul global como uma (re)convergência do mundo com total respaldo da globalização neoliberal, tornando-se portanto, um falso universalismo. É constituído por alguns princípios gerais, tais como democracia, livre comércio, individualismo e direitos humanos, instituindo um novo tipo de abstração e generalização. Passam a ser concebidos como globalmente contextualizados e incorporados, fornecendo critérios globais para avaliação das particularidades do mundo, porém são descontextualizados e desincorporados de realidades concretas. “A convergência entre universalismo e globalização é assim, simultaneamente a causa e a consequência da convergência do mundo” (SANTOS, 2010a, p. 112).

Neste aspecto, a sociologia das ausências afirma que, mais do que (re)convergir, o mundo (re)diverge. Ao desvelar a existência de uma globalização alternativa, contra-hegemônica, a sociologia das ausências aponta que o novo universalismo é excessivo e fraudulento, fazendo emergir, assim, duas principais formas de ausência: a) o universalismo existe apenas como uma pluralidade de anseios universais, parciais e competitivos, fundamentados em contextos particulares, ignorando a existência de aspirações universais alternativas de justiça social, dignidade, respeito mútuo, comunidade, solidariedade, harmonia entre natureza e sociedade, espiritualidade, etc.; e b) constatação que não há globalização sem localização e, da mesma forma como existem globalizações alternativas, também existem localizações alternativas.

Designo por localismo globalizado a condição local que foi integrada na globalização hegemônica, e, de fato criada por ela, ou seja, o impacto específico da globalização hegemônica no local. A despromoção do local – a sua redução a expressão de um impacto – deriva do seu aprisionamento numa escala que o impede de ir além do impacto e de aspirar a uma globalização autônoma (SANTOS, 2010a, p. 112-113).

Nesse sentido, a sociologia das ausências age ‘desglobalizando’ o local em relação à globalização hegemônica e explorando a possibilidade de ‘reglobalização’ como forma de globalização contra-hegemônica. Portanto, as formações locais deixam de ser inertes aos impactos globais e unem-se como pontos de resistência e geração de globalização alternativa. Esse movimento é o que Santos (2010a) chama de ecologia das trans-escalas. 5. *Ecologia das produtividades*, que confronta a lógica produtivista por meio da recuperação e valorização de sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da

economia solidária, entre outras, que a severidade produtivista capitalista encobriu ou desacreditou.

Santos (2010a) acredita que este seja o domínio mais controverso da sociologia das ausências, uma vez que questiona o paradigma do desenvolvimento, do vasto crescimento econômico e a lógica da acumulação que sustentam o sistema capitalista. As lógicas de produção alternativas são eminentemente prováveis, embora sejam consideradas, pelo capitalismo, invisíveis e desqualificadas.

Tais práticas alternativas de produção e produtividade compartilham duas ideias principais: 1. são práticas que se caracterizam, em sua maioria, por esforços localizados de comunidades e trabalhadores por criar nichos de produção solidária cuja viabilidade depende, em grande parte, de sua capacidade de sobrevivência ao domínio global do capitalismo. Assim, o propósito da ecologia das produtividades é facilitar a aceitação destas formas alternativas de organização econômica e conferir-lhes maior credibilidade; e 2. tais iniciativas compartilham um conceito ampliado de ‘economia’, no qual estão incluídos objetivos como participação democrática, sustentabilidade ambiental, equidade social, racial, cultural e étnica e solidariedade transnacional.

Neste domínio, a sociologia das ausências amplia o espectro da realidade social através da experimentação e da reflexão sobre alternativas econômicas realistas para a construção de uma sociedade mais justa. Ao defender valores organizacionais e políticos opostos ao capitalismo global, as alternativas econômicas expandem o princípio da cidadania para além do limite estreito definido pelo liberalismo político e mantém viva a promessa de eliminar a presente separação entre a democracia política e o despotismo econômico (SANTOS, 2010a, p. 114-115).

O objetivo da sociologia das ausências, em cada um destes cinco domínios, é apresentar a pluralidade de práticas sociais e dar crédito a essa diversidade em contraposição à credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas. O que há de comum em todas as ecologias propostas por Santos é o pensamento de que a realidade não deve ser reduzida ao que existe, propondo uma visão mais ampliada de realismo, que inclui realidades ausentes que foram silenciadas, suprimidas e marginalizadas. Tratam-se de realidades que são ativamente produzidas como não existentes (SANTOS, 2010a).

A racionalidade que predomina no Norte tem influenciado grandemente todas as outras ciências e visões da vida e do mundo. Trata-se de uma racionalidade considerada exclusiva que Santos denomina indolente e preguiçosa, ao passo que não precisa se

exercitar para ver a riqueza inesgotável do mundo. Essa racionalidade que vem sendo alvo de críticas do autor, na medida em que, em sua visão o mundo tem uma diversidade epistemológica inesgotável. Tal razão indolente se apresenta de diferentes formas, mas Santos destaca duas: a razão metonímica e a razão proléptica (SANTOS, 2007).

Metonímia refere-se a uma figura de linguagem que significa tomar a parte pelo todo. Essa racionalidade indolente facilmente toma a parte pelo todo, uma vez que tem um conceito de totalidade feito de partes homogêneas e nada do que esteja externo a essa totalidade interessa. O conceito restrito de totalidade é construído por partes hegemônicas. Esse viés da razão indolente que Santos denomina razão metonímica e caracteriza-se por ser um desperdício da experiência porque contrai/diminui o presente, desperdiçando muita realidade considerada irrelevante. Nesse sentido, a razão metonímica é confrontada pela sociologia das ausências (SANTOS, 2007).

Prolepse refere-se a uma figura literária também conhecida como antecipação. É conhecer no presente a história futura. Nossa razão ocidental é muito proléptica, porque já se sabe qual é o futuro: progresso e desenvolvimento do que já existe, tornando o futuro infinito. A razão proléptica expande demasiadamente o futuro. Assim, a crítica à essa razão é feita pela sociologia das emergências (SANTOS, 2007).

A razão indolente, desta forma, apresenta essa dupla característica: como razão metonímica, contrai/diminui o presente e como razão proléptica expande infinitamente o futuro. O que Santos propõe é uma estratégia oposta: expandir o presente, incluindo nele muito mais experiências e contrair o futuro para prepará-lo (SANTOS, 2007; 2010a).

Nesse sentido, a sociologia das ausências é concebida para dilatar o presente, ou seja, ampliar o mundo por meio da ampliação e diversificação do presente. Somente por meio de um novo espaço-tempo será possível identificar e valorizar a riqueza inesgotável do mundo e do presente. A dilatação do presente é fundamentada em dois pressupostos: proliferação das totalidades, isto é, a coexistência de totalidades; e a heterogeneidade de toda e qualquer totalidade, assumindo que as partes que a compõem têm vida própria fora dela (SANTOS, 2010a).

Enquanto a dilatação do presente é conquistada por meio da sociologia das ausências, a contração do futuro é obtida por meio da sociologia das emergências, que consiste em substituir o vazio do futuro de acordo com o tempo linear por um futuro de variadas e concretas possibilidades, utópicas e realistas, que vão sendo construídas no presente por meio das atividades de cuidado. Assim, a contração do futuro contribui para a dilatação do presente (SANTOS, 2010a).

O conceito que orienta a sociologia das emergências é o Ainda-Não, proposto pelo filósofo alemão Ernst Bloch. Tal conceito situa-se entre o nada e o tudo, maneira muito estática de pensar a realidade, e, por isso propõe o conceito do “Ainda Não”, ou seja, um conceito intermediário e, resume-se em: “o que não existe mas está emergindo, um sinal de futuro” (SANTOS, 2007, p. 37). O Ainda-Não é um futuro concreto, do qual temos pistas e sinais e pessoas envolvidas. Sempre incerto e em constante perigo, distanciando-se da perspectiva de futuro vazio e infinito (SANTOS, 2010a). É a sociologia das emergências que permite renegar a ideia de um futuro sem limites, substituindo-a pela ideia de um futuro concreto, ancorado nas emergências (SANTOS, 2007). O Ainda-Não é a maneira como o futuro se introduz no presente e o dilata. Ele inscreve no presente uma perspectiva incerta, porém jamais neutra, podendo ser a possibilidade da utopia (salvação) ou do desastre (perdição). Esta incerteza faz com que toda a mudança tenha um elemento de acaso, de perigo e, para Santos (2010a), é exatamente essa incerteza que, ao mesmo tempo que dilata o presente, contrai o futuro, transformando-o em escasso e objeto de cuidado (SANTOS, 2010a).

A grande questão é que as sociologias das ausências e das emergências produzem uma vasta quantidade de realidades que não estavam visíveis e que trazem à tona o confronto com uma realidade muito mais rica, ainda mais fragmentada e mais caótica. Porém, um outro mundo é possível, um mundo repleto de alternativas e possibilidades (SANTOS, 2007).

A sociologia das emergências é a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas, somando ao real as possibilidades e expectativas futuras que ele comporta. “Consiste em proceder a uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes de modo a identificar neles as tendências de futuro (Ainda-Não) sobre as quais é possível atuar para maximizar a possibilidade de esperança em relação à probabilidade da frustração” (SANTOS, 2010a, p. 118). Tal ampliação simbólica tem duas finalidades: conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança; e definir princípios de ação que promovam a realização de tais condições (SANTOS, 2010a).

O Ainda-Não, enquanto possibilidade, tem sentido, porém não tem direção, uma vez que pode ser concluído tanto em esperança quanto em desastre. A sociologia das emergências substitui a ideia mecânica de determinação pela ideia do cuidado. Enquanto na sociologia das ausências o cuidado é exercido em relação às alternativas disponíveis, a sociologia das emergências concentra-se nas alternativas possíveis. Desse modo, é possível afirmar que nem a sociologia das ausências nem a sociologia das emergências

são sociologias convencionais, afinal, sua objetividade depende da qualidade da sua dimensão subjetiva (SANTOS, 2010a).

O elemento subjetivo da sociologia das ausências é a consciência cosmopolita e o inconformismo ante o desperdício da experiência. O elemento subjetivo da sociologia das emergências é a consciência antecipatória e o inconformismo ante uma carência cuja satisfação está no horizonte de possibilidades (SANTOS, 2010a, p. 118).

Enquanto a sociologia das ausências caminha no campo das experiências sociais, a sociologia das emergências se desloca no campo das expectativas sociais. A divergência entre experiências e expectativas é inerente à modernidade ocidental e a sociologia das emergências mantém tal discordância, porém, enxergando-a de forma concreta e moderada, independentemente da ideia do progresso. Assim a sociologia das emergências busca uma relação mais equilibrada entre experiência e expectativa, implicando no dilatamento do presente e contração do futuro. “Não se trata de minimizar as expectativas, trata-se antes de radicalizar as expectativas assentes em possibilidades e capacidades reais, aqui e agora” (SANTOS, 2010a p. 119).

As expectativas legitimadas pela sociologia das emergências são contextuais, dadas que são medidas por possibilidades e capacidades concretas e radicais. No campo dessas possibilidades e capacidades há a busca contra a frustração e, são essas expectativas que apontam para novos caminhos da emancipação social ou das emancipações sociais (SANTOS, 2010a).

A amplificação simbólica operada pela sociologia das emergências visa analisar numa dada prática, experiência ou forma de saber o que nela existe apenas como tendência ou possibilidade futura. Ela age tanto sobre as possibilidades como sobre as capacidades. Identifica sinais, pistas ou traços de possibilidades futuros em tudo o que existe. Também aqui se trata e investigar uma ausência, mas enquanto na sociologia das ausências o que é ativamente produzido como não existente está disponível aqui e agora, ainda que silenciado, marginalizado ou desqualificado, na sociologia das emergências a ausência é de uma possibilidade futura ainda por identificar e de uma capacidade ainda não plenamente formada para a levar a cabo (SANTOS, 2010a, p. 120).

As duas sociologias, das ausências e das emergências, estão intimamente relacionadas, posto que quanto mais experiências estiverem disponíveis hoje no mundo, maiores serão as possibilidades no futuro. Quanto maior a pluralidade das experiências possíveis e disponíveis, maior será a expansão do presente e a contração do futuro. Na sociologia das ausências, essa diversificação ocorre pela via das cinco ecologias: de

saberes, dos tempos, das diferenças, das escalas e das produções. Na sociologia das emergências, ela se revela por meio do acréscimo simbólico das pistas ou sinais. Os campos sociais mais importantes, nos quais a diversidade se revelará mais fortemente são (SANTOS, 2010a):

Experiências de conhecimentos. Referem-se aos possíveis diálogos e conflitos entre as diferentes formas de conhecimento e, as experiências mais ricas ocorrem na biodiversidade (entre a biotecnologia e os conhecimentos indígenas ou tradicionais), na medicina (entre medicina moderna e medicina tradicional), na agricultura (entre agricultura industrial e agricultura camponesa ou sustentável), nos estudos de impacto ambiental e tecnológico (entre o conhecimento técnico e os conhecimentos leigos).

Experiências de desenvolvimento, trabalho e produção. Referem-se aos possíveis diálogos e conflitos entre os diferentes modos de produção. Nas extremidades dos modos dominantes (produção capitalista e modelo de desenvolvimento como crescimento infinito), existem, disponíveis e possíveis, modos de economia solidária, de desenvolvimento alternativo, tais como organizações econômicas populares; formas de distribuição social estipuladas na cidadania e não na produtividade; experiências de comércio justo em contraposição ao comércio livre, entre outros.

Experiências de reconhecimento. Referem-se aos possíveis diálogos e conflitos entre sistemas de classificação social. Na periferia dos sistemas dominantes (natureza capitalista, exploração, racismo, sexismo e xenofobia) têm-se firmado experiências de natureza anticapitalista, tais como ecologia anticapitalista, interculturalidade progressista, constitucionalismo multicultural, sob a forma de cidadania e direitos coletivos.

Experiências de democracia. Referem-se aos possíveis diálogos e conflitos entre o modelo hegemônico de democracia e a democracia participativa.

Experiências de comunicação e de informação. Referem-se aos possíveis diálogos e conflitos entre a revolução das tecnologias de comunicação e de informação. De um lado os fluxos globais de informação e os meios de comunicação social globais e, do outro, as redes de comunicação independente transnacionais e os meios independentes alternativos.

Em suma, a sociologia das emergências produz experiências possíveis, que não estão dadas porque não existem alternativas para isso, mas são possíveis e já existem como emergência (SANTOS, 2007).

4.3 Experiências Contra-Hegemônicas e seu Potencial Emancipatório

O que apresentaremos, a seguir, é uma contextualização geral sobre movimentos, organizações e experiências contra-hegemônicas ao capitalismo e seu potencial emancipatório. O pensamento crítico de Boaventura de Sousa Santos firma-se nos mais diferenciados formatos dos movimentos sociais, a fim de enfrentar as várias formas de dominação, opressão e discriminação e, com isso, ele defende uma ciência comprometida com a emancipação (PEREIRA, 2009).

O conceito de emancipação social sofre uma escassez teórica, epistemológica e política e vem enfrentando uma crise e certo descrédito ao longo das últimas décadas, porém vários movimentos e práticas sociais de resistência à lógica dominante vem sendo pensados. “Várias das próprias iniciativas de economia solidária – em particular aquelas mais organizadas e articuladas – têm sido emblemáticas no sentido da ‘reinvenção da emancipação social’.” (CUNHA; SANTOS, 2011, p. 32).

A luta por uma globalização contra-hegemônica consolidou numerosos movimentos e experiências ao redor do mundo, que se mantêm indignados e resistentes aos valores e práticas que constituem o núcleo central do capitalismo, enquanto forma de civilização e sistema econômico. Na luta por uma sociedade sem exploração, ou pela diminuição radical desta, as teorias críticas ao capitalismo mantiveram a promessa de emancipação social (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005).

Por outro lado, tais movimentos e experiências correm um risco muito alto de serem invisibilizados, tornando-se o que Santos (2010a) denomina de ‘desperdício da experiência’. Uma alternativa à lógica hegemônica é constituída por diferentes atores sociais, grande parte deles ocupantes da ‘ausência produzida’ e, como tal, totalmente excluídos epistemologicamente da ciência moderna. Desta forma, tais experiências são desconsideradas ou, na melhor das hipóteses, minimamente consideradas pela tradição científica, uma vez que muitas das questões que não fazem parte da nossa realidade são, de fato, produzidas como inexistentes (CUNHA; SANTOS, 2011).

Contudo, a visibilidade das práticas de emancipação social depende de uma sociologia atenta ao que está emergindo de possibilidades alternativas. Reconhecer e validar as ausências do mundo é um compromisso da ciência aderente a dupla ruptura epistemológica: a primeira ruptura é a que a ciência fez com o senso comum, para constituir-se enquanto conhecimento diferenciado e rigoroso; a segunda é a ruptura com a própria ruptura, ou seja, voltar a hibridar-se com o senso comum, considerando-o um saber importante e nele impactando com vistas a transformá-lo (CUNHA; SANTOS, 2011, p. 33).

Para Santos (2010a), as experiências sociais não hegemônicas são desperdiçadas pela ciência moderna, uma vez que são produzidas como não-existentes gerando cinco principais formas sociais: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo. De tal forma que não sejam consideradas como alternativas à racionalidade dominante.

A economia solidária tem se destacado enquanto experiência localizada que pode ser expandida e, se olharmos para ela sob a ótica da sociologia das ausências, enxergaremos uma realidade contraditória, dialética à realidade hegemônica (CUNHA; SANTOS, 2011). Caracterizada por suas várias esferas: a política, a econômica, a social, a cultural, de inclusão social pelo trabalho, a economia solidária torna-se um campo potencial de emergência de formas de organização social não-hegemônicas (PEREIRA, 2009). “Não sabemos se a economia solidária será capaz de potencializar uma transformação na sociedade, mas o fato é que estes processos não podem ser silenciados ou desperdiçados” (CUNHA; SANTOS, 2011, p. 35).

A economia solidária, em suas práticas, tem tensionado o modo hegemônico de produção e consumo em relação às necessidades humanas e se apresenta como um contraponto ao processo capitalista, fazendo emergir dinâmicas socioeconômicas e sociopolíticas marginalizadas (CUNHA; SANTOS, 2011).

Veronese e Esteves (2011), utilizando-se do pensamento de Boaventura de Sousa Santos, afirmam que

Para recriar a promessa de emancipação social, há que recriar a subjetividade que anima cada pessoa na sua singularidade. Assim, o sócio-tabalhador pode criar, junto com a sua própria identidade, novas maneiras coletivas de viver, pautadas pelos valores da cooperação e da solidariedade (VERONESE; ESTEVES, 2011, p. 164).

Os mesmos autores questionam a maneira como os empreendimentos econômicos solidários são avaliados em relação à sua eficiência e quais os parâmetros para serem considerados bem-sucedidos. Pela lógica avaliativa, a remuneração dos sócios seria a primeira questão a ser considerada, deixando para segundo plano a obtenção de ganhos

subjetivos, como “rupturas nas relações tradicionais de gênero, empoderamento, ampliação dos horizontes intelectuais etc.” (VERONESE; ESTEVES, 2011, p. 165), entendendo que são questões que repercutem no processo de emancipação social do sujeito. Diante dos ganhos significativos nesse aspecto apontados pelos estudos sobre identidades e processos de subjetivação, Veronese e Esteves (2011) sugerem a inversão desta lógica, avaliando o sucesso dos EES para além dos ganhos financeiros.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

“Na minha opinião, temos de partir daqui, da verificação que a teoria da história da modernidade é insustentável e que é, por isso, necessário substituí-la por outra que nos ajude a viver com dignidade este momento de perigo e a sobreviver-lhe pelo aprofundamento das energias emancipatórias.”

(Boaventura de Sousa Santos)

5.1 Tipo de Estudo

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa (MINAYO, 2014), que faz uso da história oral de vida (MEIHY, 2002) e lança mão da linha do tempo enquanto ferramenta de sistematização da experiência (CFES NACIONAL, 2012) do Recriart.

5.1.1 Abordagem Qualitativa

A natureza qualitativa “trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247), o que permite explorar mais profundamente a complexidade dos fenômenos, situações e condições singulares e específicas de grupos minoritários, porém, passíveis de serem contemplados de forma abrangente. A abordagem qualitativa possibilita maior apreensão e aprofundamento dos fenômenos sociais estudados (MINAYO, 2014) e, portanto, torna-se a mais adequada para pesquisas de temáticas como a deste estudo.

Tal abordagem propicia o conhecimento de processos sociais ainda pouco conhecidos sobre grupos particulares e favorece a construção de conceitos e novas categorias ao longo da investigação. “Caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo” (MINAYO, 2014, p. 57).

A abordagem qualitativa caracteriza-se pela empiria e forma de organização do conhecimento produzido, permitindo a compreensão da dinâmica interna de grupos e processos estudados (MINAYO, 2014). Diante disso, é possível afirmar que “é no campo

da subjetividade e do simbolismo que se afirma a abordagem qualitativa” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 244). Assim, o objeto desta abordagem refere-se a uma dimensão mais profunda dos processos e produções sociais, isto é, aqueles expressos rotineiramente em nível de significados, crenças, motivações e valores (MINAYO; SANCHES, 1993).

Vale destacar que o principal material das investigações qualitativas é a palavra que se traduz em discurso cotidiano, tanto em nível intelectual, quanto técnico, afetivo ou político (MINAYO; SANCHES, 1993). Assim,

[...] a fala torna-se reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles), e, ao mesmo tempo, possui a magia de transmitir, através de um porta-voz (o entrevistado), representações de grupos determinados em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 245).

5.1.2 História Oral de Vida

A história oral é utilizada prioritariamente para dar visibilidade aos depoimentos de grupos sociais minoritários, excluídos, oprimidos e marginalizados e propõe, em suas narrativas, uma “outra história” ou “contra-história”, ou ainda uma “história vista de baixo” (MEIHY, 2002, p. 98).

A história oral de vida é um dos gêneros distintos em história oral e pode ser definida como a “narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa” (MEIHY, 2002, p. 130) e seu destaque recai no seu peso subjetivo, uma vez que relata versões individuais dos acontecimentos da vida, sem nenhuma exigência de suportes probatórios (MEIHY; HOLANDA, 2014).

Em particular, a história oral de vida se espalha nas construções narrativas que apenas se inspiram em fatos, mas vão além, admitindo fantasias, delírios, silêncios, omissões e distorções. Porque as histórias de vida são decorrentes de narrativas e estas dependem da memória, dos ajeites, contornos, derivações, imprecisões e até das contradições naturais da fala. Isso talha a essência subjetiva da história oral de vida (MEIHY; HOLANDA, 2014, p. 34-35).

Meihy e Holanda (2014) estabelecem os passos do processo de história oral, a saber: elaboração do projeto; gravação; estabelecimento do documento escrito e sua seriação; sua eventual análise; arquivamento; e devolução social (p. 30). No terceiro

momento, isto é, no estabelecimento do documento escrito, ocorre o processo de passagem do oral para o escrito, que acontece em 3 etapas:

1. transcrição absoluta e literal: as palavras são mantidas em seu estado bruto; permanecem as perguntas e respostas, repetições, erros gramaticais, sons e/ou ruídos e palavras sem peso semântico;
2. textualização: são eliminadas as perguntas, retirados os erros gramaticais, reparadas as palavras sem peso semântico, eliminados os sons e ruídos e estabelecido o “tom vital” – uma frase guia, utilizada para requalificar a entrevista segundo sua essência; e
3. transcrição: a narrativa passa por uma mutação. Esta fase promove uma aproximação com o sentido e da intenção original que o colaborador quer transmitir. “A entrevista transcrita é outra e a mesma” (MEIHY; HOLANDA, 2014, p. 134).

Somente após o exaustivo trabalho em todas as suas etapas, o texto final de cada entrevista estará estabelecido. Este deverá, então, voltar ao colaborador para que ele se reconheça e faça, durante o ato de conferência, a validação que lhe garanta reconhecimento de si mesmo. Neste momento, o colaborador deverá assinar a Carta de Cessão, documento fundamental para definir a legalidade do uso da entrevista (MEIHY; HOLANDA, 2014).

A opção pela história oral se dá por sua ligação com o direito de participação social e, conseqüentemente, com o direito de cidadania. “A história oral respeita as diferenças e facilita a compreensão das identidades e dos processos de suas construções narrativas” (MEIHY, 2002, p. 21).

O objetivo da história oral não está em “comprovar fatos, em acrescentar informações à documentação existente, nem mesmo atestar a veracidade dos relatos” (MEIHY; HOLANDA, 2014, p. 86). Não se trata de exatidões históricas ou realidades comprovadas e sim de conhecer as peculiaridades da vivência, as impressões, a versão de cada colaborador, suas visões, idealizações, construções narrativas, definidas na exposição dos fatos. Assim, acreditamos que a história oral, enquanto método de pesquisa, condiz plenamente com os objetivos do estudo, uma vez que este busca revelar a subjetividade contida nas alternâncias do que é estabelecido como “verdade”.

5.1.3 Sistematização da Experiência do Recriart

Existem diferentes ferramentas e instrumentos de apoio para a sistematização das experiências em Economia Solidária e o Centro Nacional de Formação em Economia Solidária (CFES NACIONAL, 2012) elencou algumas delas: linha do tempo, mapa mental, diário de campo, entrevista, tabelas, planilhas e quadros demonstrativos, iconografias e mapa territorial. Por se tratar de uma pesquisa que se dedicou ao estudo de um empreendimento econômico solidário e teve, entre seus objetivos específicos, relatar a história deste empreendimento – desde seu início até os dias atuais, lançamos mão da linha do tempo como instrumento de sistematização da experiência.

A linha do tempo é um instrumento didático que possibilita a reconstituição e apresentação de uma sucessão de acontecimentos, possibilitando assim, a compreensão da trajetória das experiências vivenciadas coletivamente ao longo de um intervalo de tempo. A linha do tempo, que é originária e amplamente utilizada pela História, passou por mudanças visuais e metodológicas e tem sido utilizada na sistematização das experiências em Economia Solidária (CFES NACIONAL, 2012).

[A linha do tempo] aos poucos, passou a assumir variações metodológicas e de visualização, se tornando instrumento de reconstrução da trajetória de qualquer experiência vivenciada. Assim, pode ser útil também para se reconstituir a caminhada de uma experiência de economia solidária e de seu contexto. Essa reconstituição é fundamental no processo de sistematização. Sem fazer isso, ficará mais difícil realizar a reapropriação crítica do que tenha sido vivenciado (CFES NACIONAL, 2012, p. 40).

Para que sua utilização seja efetiva, a linha do tempo precisa seguir os seguintes princípios e orientações metodológicas, com suas possíveis adequações:

- É importante estabelecer uma periodização, que favoreça uma boa compreensão para o grupo que vivenciou a experiência e busca sistematizá-la. Isso é particularmente necessário quando se trata de uma experiência que durou muitos anos;
- É conveniente discernir “texto e contexto: o “texto” é o desenrolar da própria experiência. O “contexto” é o espaço mais amplo, local, territorial, regional ou nacional, no qual a experiência se desenvolveu;
- É indispensável a capacidade de relacionar fatos e processos, o “ontem” com o “hoje” da experiência, refletindo criticamente sobre ela, extraindo lições e projetando novas estratégias;
- É recomendável o uso de métodos de visualização considerados mais adequados às possibilidades e ao imaginário do grupo que sistematiza sua própria experiência. Em cada imagem ou desenho, haverá sempre a possibilidade de sinalizar algum tipo de periodização e a dimensão cronológica da experiência, para se ter a visualização de sua trajetória;

- É importante adotar a pedagogia da construção coletiva de uma Linha do Tempo, seja qual for a visualização escolhida e projetada. Isso facilitará a reapropriação crítica da experiência, pelo grupo, enquanto sujeito coletivo que a tenha vivenciado, de modo que ele redescubra e fortaleça sua identidade, reprojetoando seu futuro e gerando, dessa forma, novos conhecimentos e saberes (CFES NACIONAL, 2012, p. 30-31).

Por fim, a importância de sistematizar as experiências concentra-se na possibilidade de:

- Registrar e resgatar a trajetória da experiência, para compreender melhor e aprimorar nossa própria prática;
- Valorizar e potencializar a identidade do coletivo e os saberes tradicionais;
- Extrair ensinamentos da experiência, compartilhá-los, de modo que se fortaleça seu potencial multiplicador;
- Servir de base para processos de teorização sobre a prática vivenciada, considerando a relação ação-reflexão-ação;
- Contribuir para fortalecer a autogestão dos grupos das organizações, favorecendo – inclusive – uma melhor compreensão do papel de cada pessoa envolvida;
- Identificar no aprendizado extraído da experiência não somente os aspectos positivos, mas, sobretudo, os desafios, entraves, tensões e contradições, facilitando a identificação de respostas e soluções adequadas;
- Favorecer uma maior participação do poder popular nos momentos de gestão e uma melhor incidência em políticas públicas (CFES NACIONAL, 2012, p. 14).

De modo geral, a essência da sistematização das experiências é a construção coletiva de saberes e conhecimentos que consolidam a ideia de que ‘uma outra economia já acontece’ e auxiliam na busca por um ‘um outro mundo possível’ (CFES NACIONAL, 2012, p. 14).

5.2 Campo do Estudo

O campo do estudo foi composto pelo Recriart – Reciclando e Fazendo Arte, um empreendimento econômico solidário constituído por pessoas em sofrimento psíquico, usuários da Rede de Saúde Mental, localizado no município de São Carlos/SP.

5.3 Procedimentos Éticos

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, tendo sido aprovado sob o parecer número 3.259.508 (ANEXO A), seguindo as especificações da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. Somente após sua aprovação foram realizadas as entrevistas.

Instrumentos para a Produção de Dados

5.4 Instrumentos para a Produção de Dados

Para a produção de dados foram utilizados dois roteiros semiestruturados de entrevista. Um primeiro que foi utilizado para subsidiar a produção de dados sobre o Recriart com a profissional que acompanha o grupo desde seu início até o presente momento, a fim de complementar a história de origem e desenvolvimento do grupo (APÊNDICE A). Um segundo roteiro que foi utilizado junto aos membros do Recriart para obtenção das narrativas de história oral de vida (APÊNDICE B). Neste caso, com perguntas amplas, sempre colocadas em grandes blocos, de forma que indicassem os grandes acontecimentos (MEIHY, 2002).

Um terceiro instrumento foi o diário de campo da pesquisadora, com anotações e reflexões advindas durante todo o período de produção de dados da pesquisa. Nele estão registradas memórias da fase em que a pesquisadora fez uma imersão no campo e também anotações referentes ao andamento da pesquisa e as especificidades de cada entrevista (como ocorreu a gravação, eventuais incidentes, impressões, reflexões pessoais etc.). Trata-se de um elemento de registro de uso e acesso exclusivos da pesquisadora, que garante a trajetória da evolução do trabalho (MEIHY, 2002).

Esse período caracterizado pela imersão no campo compreendeu um intervalo de 8 meses, que foi de setembro de 2017 a maio de 2018. Durante esse tempo, a pesquisadora frequentou quase que diariamente o empreendimento, tendo participado da rotina de produção e assembleias do grupo. Sua participação no cotidiano do Recriart foi aprovada em assembleia, na qual a mesma se apresentou e explicitou seu desejo de estar mais próxima do grupo e desenvolver, juntamente com eles, sua pesquisa.

5.5 Colaboradores

Foram convidados a participar deste estudo: a) a profissional, membro da equipe de incubação⁴, que acompanha o Recriart desde seu início; e b) membros trabalhadores do Recriart que foram indicados pela equipe de incubação.

Para a seleção dos colaboradores foram adotados os seguintes critérios de inclusão:

Profissional da equipe de incubação:

- Fazer parte da equipe de incubação do Recriart e acompanhar o grupo em, pelo menos, 70% do período de sua existência;
- Aceitar participar do estudo;
- Assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE C).

Membros trabalhadores do Recriart:

- Ter sido indicado pela equipe de incubação;
- Aceitar participar do estudo;
- Assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE D).

Em relação aos membros do Recriart, à princípio a equipe de incubação indicou, à pedido da pesquisadora, 6 trabalhadores que estão desde o início, pois este era um dos critérios de inclusão inicial no estudo. Nesse momento inicial, entendíamos que fazer parte desde o início e permanecer trabalhando no Recriart ininterruptamente seria um diferencial nas narrativas, porém, foi um critério que esmoreceu ao longo do processo de produção dos dados, permanecendo como critérios os 3 supracitados.

Estes foram convidados à compor o escopo das entrevistas. Houve três recusas e, após a realização das 3 entrevistas com aqueles que aceitaram participar do estudo, a pesquisadora procurou novamente a equipe de incubação, expôs o ocorrido e o desejo de

⁴ A criação do Recriart se deu a partir da articulação entre duas equipes de incubação. De um lado o NuMI-EcoSol (Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária), unidade de ensino, pesquisa e extensão vinculada diretamente à Reitoria da Universidade Federal de São Carlos que desenvolve trabalhos que visam a promoção da Economia Solidária (NuMI EcoSol/UFSCar, *online*). De outro lado, profissionais da saúde mental do município de São Carlos. Neste caso, a profissional colaboradora deste estudo faz parte da rede de atenção à saúde mental do município e acompanha o grupo desde seu início. A história completa do processo de criação e desenvolvimento do Recriart está descrita na subseção 7.1 desta tese.

novas indicações para agregar ao conjunto de dados do estudo. Nesse momento foram sugeridas mais duas pessoas que, embora estejam no Recriart há bastante tempo, não estão desde o início. A decisão de convidar essas duas pessoas a participarem do estudo se deu por conta das experiências ao longo do tempo e da bagagem de vivências acumuladas ao longo dos anos. O convite foi realizado, ambas aceitaram participar, perfazendo um total de 5 narrativas.

Nesse momento já foi possível observar a regra dos chamados “rendimentos decrescentes”, isto é, quando argumentos e alegações começam a se repetir frequentemente nas narrativas, indicando muita proximidade e até semelhança e é o momento de interromper as entrevistas. O número de entrevistas remete à sua utilidade e aproveitamento (MEIHY, 2002).

Com as 5 narrativas em mãos, havia ainda certa inquietação da pesquisadora em relação aos rendimentos decrescentes. Foi então que houve um terceiro diálogo com a equipe de incubação, que indicou mais uma pessoa. Desta vez, alguém que passou a fazer parte do grupo⁵ mais recentemente, porém, encontra-se bastante integrada ao grupo, apropriada do espaço e do trabalho e com importante potencial reflexivo e juntas, pesquisadora e equipe de incubação, entendemos o valor e o peso de tal narrativa para compor o estudo.

Em suma, o número final de entrevistas foi: uma com a profissional que narrou a história do Recriart e 6 entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras que, posteriormente foram transformadas em narrativas. Lembrando que, no momento da produção dos dados, o Recriart contava com 16 pessoas trabalhando ativamente e 5 pessoas afastadas por diferentes motivos, perfazendo um total de 21 membros.

5.6 Produção dos Dados

A produção de dados se deu ao longo do processo da pesquisa, tendo sido iniciada com o período de imersão no campo, passando pela elaboração da linha do tempo do Recriart e finalizada com a construção das narrativas. Em relação especificamente as

⁵ Grupo, neste caso, referindo-nos aos trabalhadores do Recriart, ou seja, pessoas que passam pela experiência do sofrimento psíquico, usuárias ou não dos equipamentos de atenção à saúde mental do município de São Carlos. Em sua maioria, os trabalhadores são encaminhados pelos Centros de Atenção Psicossocial, porém não é uma regra. Todas as vezes que houver referência ao “grupo”, é referência a este coletivo específico de pessoas.

entrevistas, estas foram agendadas, levando-se em consideração as singularidades dos colaboradores nos seguintes critérios:

5.6.1 Contato com os Colaboradores

A pesquisadora identificou, junto à equipe de incubação do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol), a profissional que acompanha o grupo desde seu início até o presente momento, além dos possíveis colaboradores - membros do Recriart. Após, foi agendado um encontro individual com cada um deles a fim de explicar, detalhadamente, sobre o estudo e realizar o convite à participação. Nesse primeiro contato, foram elucidados os objetivos da pesquisa, quem teria acesso às gravações, bem como o destino delas e os colaboradores foram informados sobre a liberdade para participar, além de terem garantido o direito de retirar seu consentimento a qualquer momento.

Logo após, os encontros destinados às entrevistas foram agendados, tanto com a profissional quanto com cada colaborador individualmente, com total liberdade de escolha quanto ao local, dia e horário das entrevistas.

5.6.2 Local das Entrevistas

A definição do local da realização das entrevistas foi acertada anteriormente de maneira individual, sendo a preferência da escolha sempre uma prerrogativa de cada colaborador. Preferencialmente locais que permitissem privacidade e boas condições de gravação. A profissional que acompanha o grupo e duas colaboradoras optaram pelo Centro Público de Economia Solidária para sua realização; e quatro colaboradores fizeram a opção de as entrevistas serem concedidas em suas próprias residências.

5.6.3 Tempo de Duração da Entrevista

Tanto a profissional quanto os colaboradores tiveram total liberdade para dissertar, o mais livremente possível sobre sua experiência pessoal, porém o tempo máximo de cada encontro não extrapolou o tempo de 2 horas e 30 minutos, no caso da profissional e 1 hora e 30 minutos no caso dos colaboradores, sempre a partir da disponibilidade de cada pessoa, que teve espaço para que sua história fosse narrada segundo a sua vontade e condições.

5.6.4 Número de Entrevistas

A equipe de incubação indicou o nome de uma profissional que acompanha o grupo e, portanto, foi realizada uma única entrevista nesse sentido; e 6 entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras que, posteriormente foram transformadas em narrativas, seguindo os critérios de inclusão explicitados anteriormente.

A entrevista cedida pela profissional que acompanha o grupo teve como finalidade traçar a linha do tempo do Recriart, não sendo, desta forma, transformada em narrativa, segundo a proposta da história oral de vida (MEIHY, 2002).

5.6.5 Conferência e Validação das Narrativas

Assim que cada narrativa foi construída, a partir da(s) entrevista(s) de história oral de vida e, após ter sido trabalhada em todas as suas etapas pela pesquisadora, esta voltou ao colaborador para que nela se reconhecesse. Somente após essa etapa, que é denominada conferência e validação, o texto foi autorizado para uso na pesquisa e foram assinadas as cartas de cessão (APÊNDICE E) com especificações sobre seu uso (MEIHY, 2002; MEIHY; HOLANDA, 2014).

5.7 Análise dos Resultados

A totalidade dos dados – Linha do Tempo, Narrativas e Diário de Campo – foi analisada conjuntamente em profundidade por meio da técnica de Análise Categórica (BARDIN, 2016) e fundamentada no arcabouço teórico elaborado pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, na perspectiva das sociologias das ausências e das emergências e da ecologia de saberes (SANTOS, 2010a; 2010c).

A Análise Categórica é uma das técnicas da Análise de Conteúdo e “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos” (BARDIN, 2016, p. 201). As diferentes etapas da análise de conteúdo são organizadas por meio de três núcleos cronológicos: a) pré-análise; b) exploração do material; e c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2016).

A **pré-análise** consiste na organização dos dados. “Corresponde a um período de intuições, mas, tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 2016, p. 125). Nesta fase também é definido um planejamento, que deve ser preciso, porém flexível, permitindo a introdução de novos procedimentos no decorrer da análise (BARDIN, 2016).

Nesta primeira etapa são elencados os documentos a serem analisados, as hipóteses e os objetivos são formulados, além da elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. Esses três fatores estão interligados entre si, portanto, sem a necessidade do estabelecimento de uma ordem cronológica. “A pré-análise tem por objetivo a organização, embora ela própria seja composta por atividades não estruturadas, “abertas”, por oposição à exploração sistemática dos documentos” (BARDIN, 2016, p. 125-126).

A **exploração do material** consiste na administração sistemática das decisões tomadas na fase de pré-análise. Trata-se de uma etapa longa e maçante que consiste essencialmente em operações de codificação (BARDIN, 2016).

O **tratamento dos resultados obtidos e interpretação** é a etapa na qual os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos. O pesquisador, “tendo à disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (BARDIN, 2016, p. 131). Tratar o material é codificá-lo.

Codificação aqui entendida como um processo de transformação sistemática dos dados brutos do texto em unidades, permitindo uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo (BARDIN, 2016).

Grande parte dos procedimentos de análise utilizam-se da categorização (BARDIN, 2016).

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por agrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (BARDIN, 2016, p. 147).

Segundo Bardin (2016), as categorias são produzidas a partir da codificação produzida pela análise de conteúdo. O principal objetivo da categorização é viabilizar, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. É um processo bem estruturado e composto por duas etapas: o inventário, que consiste em isolar os elementos e a classificação, que reparte os elementos e, assim, confere certa organização às mensagens.

Supõe-se portanto, que a decomposição-reconstrução desempenha determinada função na indicação de correspondências entre as mensagens e a realidade subjacente. A análise de conteúdo assenta implicitamente na crença de que a categorização (passagem de dados brutos a dados organizados) não introduz desvios (por excesso ou por recusa) no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados brutos (BARDIN, 2016, p. 149).

A análise dos dados deste estudo seguiu estas três etapas acima descritas. Assim, na fase da **pré-análise** os dados foram organizados, seguindo a proposta da autora (BARDIN, 2016). Houve a escolha dos documentos a serem analisados, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentaram a interpretação final. Esta fase incluiu a leitura flutuante, na qual foi estabelecido um contato com os documentos a serem analisados, conhecendo o texto e deixando-se invadir por impressões e orientações. “Pouco a pouco a leitura vai se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos” (BARDIN, 2016, p. 126).

Na fase de **exploração do material** houve uma leitura exaustiva do material a fim de apreender seu conteúdo e identificar os núcleos de sentido que emergiram desse processo.

Por fim, a fase de **tratamento dos resultados obtidos e interpretação** deu origem às categorias a partir dos resultados brutos, tratados de maneira a serem significativos e válidos. A partir daí, foram propostas inferências e interpretações baseadas nos objetivos propostos inicialmente. Vale ressaltar que o tratamento dos dados e as interpretações ocorreram sob a perspectiva teórica da ecologia de saberes, sociologia das ausências e sociologia das emergências, de Boaventura de Sousa Santos.

6 RESULTADOS

“Como interrogar de modo que a interrogação seja mais partilhada do que as respostas que lhe forem dadas? Julgo que, hoje, no atual momento de perigo, a interrogação poderosa, para ser amplamente partilhada, deve incidir mais sobre o que nos une do que sobre o que nos separa.”

(Boaventura de Sousa Santos)

Primeiramente será apresentada a linha do tempo do Recriart, contando sua história desde sua concepção até os dias atuais e, na sequência, serão apresentadas as narrativas. Vale ressaltar que todos os participantes tiveram assegurado o direito ao sigilo, previsto nos Termos de Consentimento Livres e Esclarecidos e, portanto, os nomes utilizados são fictícios, tratando-se de nomes de flores.

6.1 Linha do Tempo do Recriart

Para compor a história do Recriart, foram utilizadas algumas fontes de informações, tais como a entrevista realizada com a profissional membro da equipe de incubação que acompanha o grupo desde seu início até hoje, aqui nomeada como Margarida. Tal entrevista fez parte da coleta de dados deste estudo (APÊNDICE A) e é a maior fonte de informações sobre o Recriart.

Foram utilizados também o capítulo de um livro que narra parte da história do Recriart (BARBERIO; BORGES; LUSSI; BULHÕES *et al.*, 2014), informações fornecidas pelo Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol) da UFSCar e consulta à página do *Facebook* do grupo (RECRIART, 2019), uma rede social que é utilizada para divulgação do material, realização de encomendas e passa por constantes atualizações.

O Recriart – “Reciclando e Fazendo Arte” é um empreendimento econômico solidário formado por usuários da Rede de Saúde Mental, localizado no município de São Carlos/SP. O grupo nasceu em agosto de 2006 e desde então o seu principal objetivo é a inclusão social das pessoas por meio do trabalho. O Recriart recicla papel e cria artesanato

com esse material, tais como: agendas, blocos de anotações e rascunho, cadernos, cartões, marcadores de livros, pastas etc. (RECRIART, 2019).

A ideia da criação do Recriart surgiu a partir da preocupação e responsabilidade da equipe de profissionais do CAPS II - São Carlos/SP com o processo de alta e inclusão social dos usuários, além de ser uma demanda constante das famílias, que tinham essa expectativa. A equipe passou a discutir estratégias alternativas de inclusão pelo trabalho, uma vez que as tentativas realizadas no mercado formal não obtiveram sucesso porque as pessoas voltavam destas tentativas em crise. Permaneciam pouco tempo no trabalho, cerca de 2 ou 3 meses e voltavam em situação crítica para o CAPS II. Assim, a equipe iniciou alguns movimentos alternativos ao trabalho formal (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

O ponto de partida foi a criação de um brechó, em 2004, que funcionava dentro do CAPS II, mas que não durou muito tempo porque começou haver certa confusão entre os usuários, que achavam que as roupas eram para uso e/ou doação e não para comercialização. Os próprios usuários-empresendedores sentiram-se desconfortáveis com essa situação e resolveram encerrar as atividades do brechó (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

Uma segunda tentativa foi a panificação, em 2005, cuja fabricação e comercialização de pães aconteciam dentro do CAPS II. Tal atividade também não foi bem sucedida porque os usuários que estavam no serviço queriam comer os pães produzidos e sobrava poucos pães para a comercialização. O grupo entendeu que o desenvolvimento de uma experiência de geração de trabalho no mesmo espaço destinado ao tratamento não seria bem sucedida (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

Após essas duas tentativas, por meio das assembleias e da parceria com uma professora do curso de Enfermagem da UFSCar que acompanhava os usuários do CAPS II, os profissionais do CAPS começaram a pensar e estruturar o Recriart, um empreendimento que nasceria a partir dessas duas experiências e que não poderia ser instalado dentro do serviço. Assim, as pessoas partiram para uma nova experiência, porém, externa ao local de tratamento e esse se torna o grande diferencial do Recriart (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

Nessa época, foi realizada uma assembleia com as 32 pessoas que, além de estarem habilitadas ao trabalho, tinham esse desejo, e nela foram apresentadas 3 propostas para a criação de um novo empreendimento: a) serviços, que incluíam pequenos reparos de jardim, higienização de caixa d'água etc.; b) panificação, que eles haviam gostado; e

c) papel. A opção escolhida foi a de trabalhar com o papel (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

Foi então que a equipe de profissionais do CAPS II iniciou a busca por um espaço físico que comportasse 32 pessoas trabalhando com reciclagem de papel. Nessa procura de local, a equipe visitou um centro comunitário, atualmente CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), que naquele momento já abrigava algumas iniciativas de trabalho, inclusive na perspectiva da economia solidária. Porém, o espaço físico não se mostrou adequado, uma vez que o Recriart iniciaria com 32 pessoas – e lá já aconteciam outras atividades, e necessitava de uma sala fixa, com instalação hidráulica (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

Concomitantemente à essa busca, a professora supracitada iniciou um diálogo com a Incubadora de Cooperativas Populares – INCOOP, da Universidade Federal de São Carlos⁶ que, até então não trabalhava com grupos constituídos por usuários da saúde mental. Foi então que Margarida, gestora do CAPS II à época, procurou a INCOOP/UFSCar e fez uma proposta de parceria para incubação do empreendimento. Essa parceria consistia em: a equipe do CAPS II faria assessoria na área da saúde mental para a equipe da INCOOP/UFSCar e esta, em contrapartida, assessoraria a equipe do CAPS II nas questões relativas à economia solidária e trabalho. Firmaram-se então, duas equipes de apoio - a da Secretaria de Saúde e a da INCOOP/UFSCar. Instaurada a parceria, transcorreram 6 meses de diálogos e, após esse período, em uma fala de um professor da INCOOP/UFSCar sobre economia solidária para os profissionais do CAPS II, foi realizado o convite para aqueles que se sentissem motivados, a integrar a equipe de incubação. Esta ficou composta por: quatro auxiliares de enfermagem, um psicólogo e uma terapeuta ocupacional, que também estava na gestão do CAPS II naquele momento (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

A equipe da INCOOP/UFSCar, então, (re)iniciou, juntamente com a equipe do CAPS, a busca por um espaço físico onde o Recriart pudesse se instalar. Nesse esforço, por intermédio de uma docente vinculada à INCOOP/UFSCar, aposentada do departamento de Engenharia de Materiais da UFSCar, que coordenava o Núcleo de Reciclagem de Resíduos, denominado 3Rs, foi cedido um espaço neste laboratório para

⁶ A INCOOP/UFSCar foi a antecessora do Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária – NuMI-EcoSol/UFSCar. Apesar de ter mudado de nome, utilizaremos neste texto o antigo nome em respeito ao momento a que se refere o texto.

o desenvolvimento das atividades do Recriart, uma vez que trabalharia com reciclagem de papel (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

Após, aproximadamente, um ano do início desse trabalho de formação e incubação, o grupo teve, então, sua origem no dia 06 de agosto de 2006, por meio da parceria entre o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) - Secretaria Municipal da Saúde e a Incubadora de Cooperativas Populares – INCOOP da Universidade Federal de São Carlos, que juntos constituíram a equipe de incubação, responsável pelo assessoramento do grupo em seu surgimento (BARBERIO; BORGES; LUSSI; BULHÕES *et al.*, 2014).

O apoio financeiro para a constituição do empreendimento foi oriundo, principalmente, de projetos desenvolvidos pela INCOOP/UFSCar com foco no fomento de empreendimentos econômicos solidários, da Secretaria Municipal de Saúde de São Carlos e também pela participação do Recriart em editais do Ministério da Saúde com financiamento tanto de materiais de consumo quanto de equipamento (BARBERIO; BORGES; LUSSI; BULHÕES *et al.*, 2014).

Durante os dois primeiros anos, o grupo de trabalhadores do Recriart foi dividido em dois subgrupos por conta da limitação do espaço físico. Cada grupo trabalhava dois dias da semana e, às sextas-feiras aconteciam as reuniões gerais. Os profissionais das equipes de apoio se revezavam e, em todos os períodos havia sempre 1 auxiliar de enfermagem e 1 técnico de incubação (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

Em meados de 2008, a Rede de Saúde Mental do Estado de SP ofereceu um curso de extensão sobre saúde mental e trabalho, na Universidade de São Paulo – USP *campus* São Paulo. Parte da equipe de incubação do Recriart participou desse curso e foi nele que se constatou que a opção de dividir o grupo em dois subgrupos não era a melhor forma de organização do trabalho, pois estava dividindo o grupo, ao invés de uni-los. Foi então que o grupo resolveu que precisava diminuir o número de trabalhadores e, a partir desse momento, os membros que fossem saindo, não seriam substituídos por novos integrantes. Essa era uma forma também de tentar melhorar a renda, pois, quanto maior o número de trabalhadores, menor o valor das retiradas. Conforme as pessoas iam deixando de fazer parte do Recriart, esse número ia diminuindo até que se chegou ao total de 24 pessoas, número que o grupo entendeu que o espaço físico que eles ocupavam comportava (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

Após esse período de transição, o grupo foi unificado e trabalhavam juntos todos os dias da semana. Essa forma de trabalho foi mantida até o início de 2013, com 24 trabalhadores-usuários de saúde mental, 4 auxiliares de enfermagem, um psicólogo, uma

terapeuta ocupacional, que fazia também apoio de gestão e uma docente da INCOOP/UFSCar (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

Desde o início das atividades, o Recriart aprimorou a técnica de reciclagem e confecção de produtos, conheceu outros EES do mesmo âmbito em visitas semestrais ou, quando não, convidava pessoas de outros lugares a fim de capacitar os trabalhadores, sempre em parceria com a INCOOP/UFSCar e também experimentou outras formas de organização, sempre seguindo os princípios da Economia Solidária. O apoio da INCOOP/UFSCar, por meio da cogestão, foi imprescindível para o avanço do Recriart, isso porque, além do incentivo financeiro que vinha por meio de projetos de extensão, também possibilitava acesso à aprendizagem, formação e capacitação de forma interdisciplinar (BARBERIO; BORGES; LUSSI; BULHÕES *et al.*, 2014).

O processo vinha sendo assim construído até meados de 2013, quando ocorreu mudança na gestão municipal e muitos parceiros declinaram de seus cargos de gestão, inclusive a gestora do CAPS II. O Recriart, que sempre foi muito apoiado e incentivado, tanto pela INCOOP/UFSCar, quanto pela gestão municipal, passou a viver um outro momento. Até então, a prefeitura municipal comprava muitos produtos confeccionados pelo Recriart. Na realidade, a prefeitura era o maior comprador e isso foi perdido nesse momento de mudança de gestão. Uma outra perda significativa foi em relação aos profissionais da Secretaria de Saúde que acompanhavam o processo de incubação, que foram retirados nesse momento. Perdeu-se também o suprimento de materiais de consumo, uma vez que a lista de compras do Recriart era, até então, incorporada à lista de compras do CAPS II (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

Em suma, foi no início de 2013 que o Recriart perdeu a contrapartida da prefeitura nessa cogestão, cujo apoio se fazia com a disponibilização dos profissionais, material de consumo e material permanente. E permaneceu apenas com a contrapartida da INCOOP/UFSCar, com um técnico de apoio, alunos dos projetos de extensão, material de consumo e material permanente. Foi nesse momento também que Margarida, até então gestora do CAPS II, foi comunicada sobre a decisão do encerramento das atividades do Recriart, uma vez que o empreendimento não fazia mais parte da hierarquia de prioridades da Secretaria Municipal de Saúde. A única opção ao não fechamento do Recriart era que Margarida assumisse a coordenação das atividades do empreendimento, incorporando tal responsabilidade em um de seus vínculos trabalhistas. Foi um momento crucial, porém, Margarida optou por continuar esse trabalho, que vinha gerando transformações na vida dos trabalhadores (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

A partir daí até 2018, ou seja, durante 5 anos o Recriart contou com o apoio exclusivo da INCOOP/UFSCar, nesse momento já renomeada como Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol/UFSCar). Em maio de 2016, houve a mudança na presidência do Brasil e, com assunção, interinamente, de Michel Temer a presidente da república, ocorreu um desinvestimento em projetos de extensão universitária, o que repercutiu diretamente nas atividades do Recriart. Os projetos de extensão universitária sofreram um corte drástico de recursos e aqueles com financiamento advindo do Ministério da Educação, por meio do Edital PROEXT, deixaram de existir. Nesse momento, os estudantes bolsistas que acompanhavam o grupo na equipe de incubação diminuíram muito e a verba de projetos que era investida no Recriart foi diminuindo até deixar de existir, em meados de 2018, quando foi encerrado o último projeto financiado pelo Edital PROEXT, desenvolvido pelo NuMI-EcoSol, o que conferiu ao empreendimento uma nova conotação. Neste período também foi identificado que o grupo já tinha acumulado experiência como um empreendimento econômico solidário e não necessitava mais de assessoria da equipe do NuMI-EcoSol/UFSCar cotidianamente, ficando decidido, então, que a assessoria se daria em momentos pontuais. Assim, os trabalhadores estão conduzindo o empreendimento apenas com o apoio cotidiano de Margarida (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

Durante este período, paralelamente às atividades de produção de papel e confecção de objetos artesanais com o mesmo, em 2014, um dos trabalhadores do Recriart propôs a criação de um espaço para a reprodução de cópias dentro da UFSCar. O grupo entendeu que essa seria uma forma de melhorar a renda e aceitou o desafio. Uma das bolsistas que acompanhava o grupo era membro do Diretório Central dos Estudantes – DCE/UFSCar, órgão que gerenciava alguns espaços dentro da universidade, informou que um espaço estava prestes a ser desocupado. Foi então que o Recriart alugou tal espaço, alugou as máquinas e trabalharam nesse ramo durante um ano. Precisaram encerrar tal atividade por conta de uma reforma, cujo prazo de término não estava previsto, o que inviabilizaria uma renovação de contrato tanto com o espaço quanto com as máquinas. Desde quando iniciou nesse ramo, o Recriart submeteu um projeto para compra de máquinas de xerox, porém, quando foi contemplado, o espaço já não estava mais ativo. O grupo foi em busca de outros espaços dentro da UFSCar, porque o empreendimento estava sendo bem sucedido nessa atividade, porém, por conta da não-formalização do empreendimento, ficou impossível concorrer a uma licitação, que era o

trâmite exigido pela Universidade para a ocupação destes espaços (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

Nesse período ocorreu também a mudança do espaço físico. A produção era, até então, realizada no Laboratório 3Rs – Núcleo de Reciclagem de Resíduos da Universidade Federal de São Carlos, porém, o prédio estava em situação precária. O grupo entendeu que era muito arriscado permanecer ali. Iniciaram, então, novas buscas por um espaço. À princípio, na própria UFSCar, pois, a intenção era permanecer dentro da universidade, o que não foi mais possível (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

Como a participação do Recriart no movimento da economia solidária no município era consistente, o grupo expôs a necessidade de um local para o desenvolvimento de suas atividades nesse espaço de diálogo. Prontamente o Centro Público de Economia Solidária acolheu o grupo (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

Então, a partir de março de 2017, as atividades passaram a ser realizadas no Centro Público de Economia Solidária do município, onde também se encontra um ponto fixo de venda na perspectiva do comércio justo e solidário (BARBERIO; BORGES; LUSSI; BULHÕES *et al.*, 2014; NuMI-EcoSol/UFSCar, 2019, *on-line*).

O Recriart já participava dos plantões nesse ponto de comércio justo e solidário, em esquema de escala, juntamente com outros 24 empreendimentos, desde dezembro de 2016, antes mesmo de sua mudança para o Centro Público de Economia Solidária. Foi nesse momento que os trabalhadores começam a lidar mais intensamente com a questão da desconstrução do estigma e dos mitos relacionados aos problemas de saúde mental com a rede de economia solidária. Embora já viessem trabalhando juntos em alguns momentos, tal proximidade fez com que algumas questões que se entendiam superadas viessem à tona. Eles entenderam que nesse espaço que vivenciam a verdadeira inclusão, porque vinham de um espaço universitário, mais democrático, inclusivo e, por natureza, mais protegido no sentido das relações. Porém, em dezembro de 2017, o Recriart assumiu exclusivamente a responsabilidade por esse espaço de comércio justo, uma vez que os outros empreendedores foram se retirando pela dificuldade nas vendas e responsabilidade de estar nos dias de plantão. Atualmente, trata-se de um ponto de vendas exclusivo do Recriart (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

A ideia de montar um espaço para reprodução de cópias nesse espaço de comércio justo e solidário encontrou alguns entraves no início, mas foi amadurecendo ao longo do tempo, com vários diálogos. Afinal, as máquinas haviam sido compradas e estavam paradas. Em meados de 2018 foi concedida a autorização e, em abril de 2018, foi

inaugurado o xerox nesse espaço de comércio justo e solidário no Centro Público de Economia Solidária (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

Durante todo o percurso histórico do Recriart, a posição do empreendimento no movimento de economia solidária foi sendo alicerçada. A criação do Recriart foi concomitante ao início do movimento da economia solidária no município de São Carlos. O empreendimento mantém participação ativa no movimento político de Economia Solidária do município, tendo conquistado uma cadeira no Conselho Municipal de Economia Solidária, além de compor dois projetos: a Rede Sanca e Projeto Rede Saúde Mental em conjunto com outros EES do campo da saúde mental do estado de São Paulo (BARBERIO; BORGES; LUSSI; BULHÕES *et al.*, 2014; ENTREVISTA COM MARGARIDA).

Atualmente o Recriart é constituído por 21 pessoas. Destas, 5 estão afastadas por questões pessoais e 16 permanecem frequentando. Não contam com mais nenhum tipo de apoio, nem financeiro e nem de bolsistas. Estão caminhando com as próprias pernas. Trabalham de segunda a sexta-feira, porém, em horários diferenciados. A produção de papel e artesanato funciona sempre em meio período, revezando-se entre matutino e vespertino. O horário de funcionamento está atrelado ao horário de trabalho de Margarida, uma vez que ela também integra a equipe do CAPS ad do município. O xerox e o espaço de comércio justo e solidário funcionam em horário comercial, isto é, das 9h às 17h (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

As assembleias acontecem semanalmente e o trabalho é organizado em comissões, porém a dinâmica de trabalho pode variar conforme a necessidade. Atualmente estão constituídas 7 comissões, a saber: papel, produção, acabamento, feira, finanças, compras e xerox. As retiradas ocorrem mensalmente e é referente aos dias trabalhados no mês anterior, acordado em assembleia (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

Entre as maiores dificuldades que o grupo enfrenta nos dias atuais destaca-se a questão da renda. A retirada mensal é pouco significativa e está bem aquém de ser considerada renda, podendo ser classificada como uma complementação. O desejo, porém, é que ela possa alcançar o valor de, ao menos, um salário mínimo (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

Outros obstáculos para Recriart incluem: a) a idealização e criação de novos produtos, para atender as demandas do mercado e, para tanto, seria fundamental o auxílio de um *designer*; b) a logística das vendas porque o empreendimento participa semanalmente de 4 pontos de vendas externos, dois deles no período noturno, e esse

deslocamento é atualmente realizado apenas com o carro próprio de Margarida. Há necessidade imediata de apoio nesse sentido; c) maior apoio do poder público no sentido de que os espaços e serviços públicos adquiram produtos oriundos da economia solidária. Afinal, esse não é um entrave exclusivo do Recriart. Por exemplo, se todos os eventos organizados pela prefeitura adquirissem o “kit evento” produzido pelo empreendimento, as vendas seriam alavancadas exponencialmente; d) maior fortalecimento das redes de economia solidária, ou seja, a economia solidária adquirir produtos provenientes da própria economia solidária (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

Ao longo desses 14 anos de existência, o Recriart passou por várias fases e o maior avanço observado é a conquista de um lugar social, especialmente nos últimos 3 anos com a mudança de espaço físico, no qual o grupo passou a ocupar um local que não é tão protegido, pelas disputas impostas. Disputas essas tanto pelo espaço físico, que foram muitas vezes bastante hostis, quanto disputa de mercado. O espaço de comércio justo e solidário é aberto ao público, está localizado em região central do município, com grande fluxo de pessoas, que nem sempre são tolerantes com erros (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

Houve também ampliação da iniciativa de seus membros, mais especificamente após a saída dos bolsistas. O grupo que, até então, dependia do incentivo dos bolsistas para a dinâmica do trabalho, retoma a gestão do empreendimento, conferindo-lhe maior autonomia (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

É nítido o crescimento e o amadurecimento do grupo, além da melhora ocorrida nos produtos em termos de qualidade. Hoje em dia o grupo sente-se tranquilo e seguro para assumir qualquer encomenda, por maior que seja. É visível também o quanto o grupo vem incorporando e praticando a autogestão, tanto nas relações do dia-a-dia quanto nas escolhas - de novos membros, dos horários de trabalho, do que querem e não querem fazer, do que gostam ou desgostam. Têm no Recriart um lugar de fala e a oportunidade de poderem questionar e se posicionarem. Mesmo diante de tantos ganhos ao longo dos anos, o grupo entende que ainda há muito a ser construído e aprimorado (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

Quanto às expectativas para o futuro, existem algumas. A primeira é adquirir uma máquina para cortar embalagens de doces, visando adentrar, também, no mercado alimentício. Será uma experiência nova que traz consigo grandes expectativas, por se tratar de um produto de uso permanente e não sazonal e com grande rotatividade. O Recriart pretende incorporar mais esse produto em seu arsenal. Para tanto, o grupo

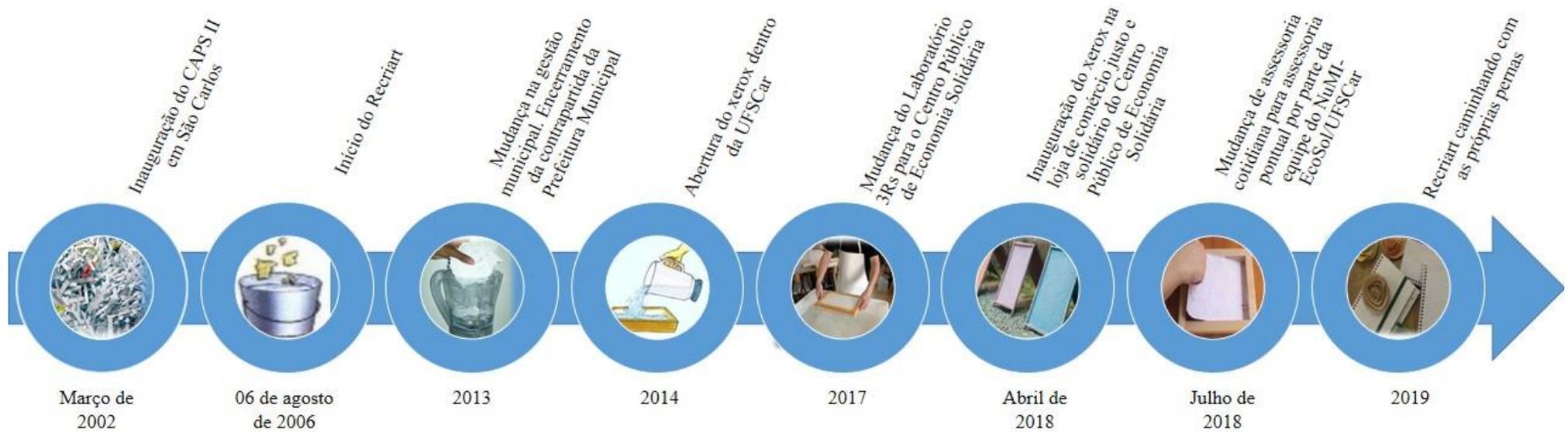
aguarda uma verba proveniente de uma emenda de um deputado para a economia solidária que está prestes a ser recebida (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

O Recriart tem ampliado também seus pontos de vendas externos. Estão negociando a incorporação de mais um ponto de venda fixo, juntamente com a rede de economia solidária do município. A expectativa é que, aumentando as vendas, aumentem também as retiradas mensais para os trabalhadores, melhorando sua renda (ENTREVISTA COM MARGARIDA).

O Recriart vem resistindo à todas as mudanças impostas ao longo desses anos de existência e, embora a atual conjuntura política e econômica seja desfavorável, o grupo segue acreditando na força do movimento da economia solidária que, para além de ganhos materiais, propicia inúmeras outras conquistas e tem se mostrado um importante instrumento de inclusão social por meio do trabalho, como vimos neste relato.

A seguir, apresentamos a Figura 14 com a linha do tempo do Recriart, composta pelos principais e relevantes eventos.

Figura 14: Diagrama com os principais eventos do Recriart.



Fonte: Entrevista com Margarida / **Elaboração:** própria autora

6.2 Narrativas

Serão apresentadas as narrativas, cujas informações foram coletadas por meio das entrevistas que, posteriormente foram transcritas, textualizadas, transcriadas, conferidas e validadas, segundo os pressupostos de Meihy (2002) e Meihy e Holanda (2014). A fim de preservar a identidade dos colaboradores, as narrativas foram identificadas com nomes de flores.

6.2.1 Gerânio: Das Minhas Experiências, Escolho o Recriart

Tenho 41 anos, sou solteiro, não tenho filhos, a minha escolaridade é ensino médio completo e também fiz curso técnico em eletrônica. Atualmente moro com minha mãe e um irmão.

Tive algumas experiências de trabalho anteriores ao Recriart, como por exemplo em uma oficina de um amigo do meu pai, na qual eu trabalhava como ajudante no manuseio de motosserra. Depois eu trabalhei com meu pai de calafetar massa, tentei trabalhar em um mercado de outro amigo do meu pai, mas não deu certo. Aí eu fui fazer estágio de eletrônica, mas o rapaz me mandou embora alegando que eu repetia muito as coisas e, mais uma vez, não deu certo. Tentei trabalhar em uma fabriquinha de aparelho dentário, que também não deu certo. Trabalhei entregando panfletos na época da campanha política, mas por pouco tempo. Aí meu pai abriu uma vidraçaria e eu trabalhei com ele, de ajudante, por um ano, até que ele faleceu. Foi então, depois disso, que comecei a frequentar o CAPS diariamente até entrar no Recriart.

Eu comecei a frequentar o CAPS, em outubro de 2002, a partir de um encaminhamento do posto de saúde onde eu já era atendido e acompanhado. Até o ano de 2004 as minhas idas ao CAPS eram apenas para consulta médica, porém nesse ano meu pai faleceu e eu comecei a frequentar o CAPS diariamente. Foi assim até agosto de 2006, quando surgiu o Recriart, que eu comecei frequentar desde o início. Eu peguei amizade com a Margarida, fui me enturmando com o pessoal e fui ficando, tanto que estou lá até hoje. Do CAPS eu tive alta há 2 anos.

No começo eu confesso que não queria ir para o Recriart, porque eu era muito preguiçoso, mas me convenceram que seria bom pra mim. Na verdade, me falaram que é bom pra quem é interdito. Fui para experimentar e comecei a participar. Confesso que logo no início eu pensei em desistir, mas fui ficando. Nessa época, eu ajudava a fazer o papel, riscava e ajudava a fazer as coisas, além de participar das feiras e fui gostando, fui participando, fui ajudando e fui ficando. Logo no início tinha as enfermeiras que iam com a gente no Recriart, mas eu não gostava muito delas. Tinha as estagiárias também, que nos ajudavam e nos orientavam, mas eu sempre fiquei mais na minha e gosto mais da Margarida, porque ela vai orientando a gente.

Entrar no Recriart fez muito bem pra mim, para eu me sentir valorizado. Eu não me valorizava como pessoa, porque eu lembro que eu tentei trabalhar em alguns locais e fui mandado embora por causa de repetir as coisas. Com isso fui amadurecendo e estou

me valorizando como pessoa e o Recriart está me ajudando nisso, além de desenvolver a mente.

No início, eu também participava das vendas na feira da Praça XV e, mesmo me atrapalhando um pouco com o troco, eu ajudava na comercialização, auxiliava também a carregar as coisas, montar e desmontar a barraca. Em relação à minha dificuldade com o troco, fiz por um tempo a etnomatemática, aprendi bastante e tirei muitas dúvidas porque eu não lembro muita coisa. O bom é que Margarida está sempre por perto e nos ajuda quando precisa.

Quando o Recriart montou um xerox lá dentro da UFSCar, eu também participava, mas sempre com alguém junto, porque eu tinha dificuldade de aprender as coisas, tinha medo de fazer coisa errada, além de esquecer as coisas com facilidade. Então sempre que tinha alguma estagiária ou a própria Margarida por perto eu ficava de plantão no xerox nessa época.

Durante esse tempo, o Recriart também me deu novas oportunidades. Eu fiz um curso de informática e aprendi a mexer um pouco no computador. Fiz cursos de economia solidária que estão me ajudando a fazer bastante coisa. Também conheci pessoas novas, de outras áreas, inclusive pessoas envolvidas com a política do município. Eu namorei uma pessoa lá do Recriart, mas que acabou não dando certo porque a gente pensa de maneiras diferentes. Já apareceram outras moças querendo me namorar, mas eu não quis. Se alguma moça quiser me namorar, terá que vir falar com a minha mãe e, se ela deixar aí só o tempo vai dizer. Se minha mãe não deixar, eu não posso fazer nada. E assim vou levando a vida.

Eu sempre me relacionei bem com todos os membros do Recriart, mas tinha umas pessoas que falavam que eu encho o saco, mesmo eu sempre ficando mais na minha. Eu também não fico jogando um contra o outro. Um dia eu brinquei com um rapaz, chamando ele de um personagem da Escolinha do Professor Raimundo, mas eu vi que ele não gostou e não brinquei mais. Agora eu converso bem pouco lá, não fico falando muito. Quando eu falo muito, Margarida já corta, me alerta que estou falando muito, até porque ela está lá para resolver todos os problemas que acontecem. Todas as dificuldades eu falo para a Margarida, chamo ela num canto e falo. Eu não fico falando pelas costas. Já aconteceu, antes de entrar no Recriart, de eu fazer isso, de falar pelas costas, já briguei, acabei até sendo agredido e humilhado. Mas aprendi que a gente tem que ter caráter. Lá no Recriart eu nunca aprontei nada com ninguém.

Ainda sobre o relacionamento com as pessoas no local de trabalho, eu percebo que as relações são bem diferentes quando se trata da economia capitalista e da economia solidária. Na economia capitalista tinha sempre um que queria ser melhor que o outro, que falava que eu era lento e trabalhava devagar. Quando eu fiz o teste na fabriquinha, o próprio dono ficava em cima de mim, e, por me sentir pressionado, acabei errando. Por fim, ele me dispensou alegando que eu não estava me ambientando. Mas também, em um determinado dia de trabalho, jogaram água em mim enquanto eu usava o banheiro, aí eu briguei e por isso eu não estava me ambientando. Depois, quando tentei fazer estágio de eletrônica, o rapaz me mandou embora porque ele havia mandado eu ir ao banco e sair com uma quantia grande de dinheiro e eu fiquei com medo. Ele me dispensou dizendo que eu ficava muito avoado, distraído e que não estava nem aí com nada. No começo eu sofri, mas depois passou.

No mercado formal eu fui várias vezes mandado embora. Eu não consegui permanecer em nenhum trabalho por causa do meu problema. Tem também algumas questões como ter que cumprir horário, seguir muitas regras e dar satisfação para o patrão, ou dono da fábrica. Já na economia solidária não tem patrão. Trabalhar na economia solidária é bem diferente. A Margarida apoia o projeto, mas quem decide tudo é a gente. O que o grupo resolve, está resolvido. Se a gente resolver que não vai aceitar uma encomenda, a gente não aceita. Agora, se todos acharem que é melhor aceitar, a gente aceita. Lá ninguém força o outro a fazer nada, há respeito mútuo, um ajuda o outro, eu posso falar o que eu penso e a gente está sempre aprendendo. A gente vai se quiser e, se quiser sair, é só dar satisfação pro grupo e sair. Quando alguém lá no Recriart não quer fazer nada, a Margarida pergunta o motivo de estar parado. Eu, por exemplo, fico parado quando não sei o que tenho que fazer, mas ela logo arruma algo para eu fazer.

Eu não tenho vontade de voltar a trabalhar no mercado capitalista, porque já estou com 41 anos, já passei da idade e perdi meu braço. Acho que eu não teria serventia pro trabalho formal. Outra coisa, eu ficaria muito agitado se recebesse muita ordem de patrão e acabaria arrumando confusão, discutindo e não quero isso.

Falando um pouco da história do Recriart, que eu acompanhei desde o início, quando houve a mudança na gestão municipal em 2013, a Margarida saiu da gestão do CAPS e assumiu definitivamente a economia solidária. Com o fim dessa gestão, em 2017, Margarida foi trabalhar no CAPS ad e o Recriart resistiu a tudo isso. Nós não desistimos e continuamos o trabalho.

Durante muito tempo nós ficamos trabalhando na UFSCar, mas depois mudamos para o Centro Público de Economia Solidária. Eu não gostava muito de quando a gente trabalhava lá na UFSCar, porque era muito longe e o ônibus demorava muito. Tinha que pegar um ônibus de casa até a rodoviária e, de lá, outro para a UFSCar. A mesma coisa na volta pra casa. Eu não gosto de fazer baldeação e ficar trocando de ônibus, eu gosto de ir direto. Agora no centro é mais perto, mais fácil de chegar e mais gostoso.

Em 2018 eu fiquei uns meses afastado porque eu sofri um acidente e perdi um braço. Fui atropelado por um ônibus do transporte público municipal no dia 25 de julho de 2018 e vai fazer um ano que eu estou fazendo tratamento em uma clínica particular, cujas despesas são custeadas por essa empresa de ônibus. Lá eu passo com a psicóloga, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional e gerontóloga. O pessoal do CAPS me ligou oferecendo que eu voltasse para lá logo após o acidente, mas eu já estou sendo bem assistido nessa clínica e não quis voltar para lá. Eu vou me virando com as coisas. Em casa, por exemplo, quando estou sozinho e tenho dificuldade em alguma coisa, eu chamo um vizinho. Outro dia eu não consegui abrir uma garrafa de refrigerante e o vizinho me ajudou a abrir. Esse vizinho sempre me diz que se eu precisar de alguma coisa, eu posso chamá-lo.

Eu estou com saudades das feiras. Antes do acidente eu estava indo às feiras e assim que eu voltar a andar de ônibus eu vou retomar minha ida aos poucos, da mesma forma que tenho feito com o Recriart. Estou voltando aos poucos, afinal, está tudo recente ainda. O acidente foi em julho de 2018 e em outubro eu voltei a trabalhar no Recriart. Então, faz um ano que voltei a trabalhar, mas tenho ido apenas 2 dias por semana porque dependo do transporte especial que a empresa disponibiliza pra mim. Só vou voltar andar de ônibus mediante a liberação da equipe que está me atendendo. Por enquanto, vou obedecer e não andar sozinho.

Eu estou em processo para conseguir colocar uma prótese no meu braço e, assim que eu conseguir, a Margarida quer que eu vá tentando sair mais e retomar as coisas que deixei de fazer por conta do acidente.

Atualmente eu fico mais no xerox. Não tiro cópia, mas fico lá tomando conta. Eu ainda não lembro como mexer na máquina, preciso reaprender. Então, quando chega cliente, eu chamo algum colega para tirar cópia. Eu não fico dando palpite, o que pede pra eu fazer, eu faço. A orientação que me foi dada é de quando chegar cliente, ir chamar alguém. É isso que eu faço. Lá ninguém manda e ninguém é patrão. Todo mundo ajuda. Um está sempre ajudando o outro. Margarida pergunta se eu quero ficar no xerox. Eu

sempre respondo que, se ela quiser, eu fico lá e fico olhando a loja. Quando não tem nada pra fazer, eu fico olhando alguma coisa no computador. Quase sempre eu fico olhando miniatura de carrinhos, que eu gosto muito, mas eu não fico mexendo no computador, eu vejo rapidinho e logo saio. Não vejo *site* proibido, não vejo o que não deve. Isso quer dizer que cada um que fica lá resolve à sua maneira. Eu fico na minha.

Às vezes ajudo também na produção, levando os materiais de uma seção para outra, para passar cola ou encadernar. Cada um tem uma função. Eu gosto do Recriart, porque é melhor do que ficar dentro de casa, parado, que era o que acontecia antes de eu começar a trabalhar lá.

Algumas coisas mudaram na minha vida depois que eu comecei a trabalhar no Recriart. Eu fui conhecendo mais gente, fui pegando amizade com a turma da economia solidária e com gente da cidade. Eu ia no supermercado lá perto do Recriart tomar um cafezinho e ver preço de miniaturas. Peguei amizade com a turma do mercadão também. Agora eu tenho mais contato com parentes, vizinhos e amigos do que antes. Eu também adicionei várias pessoas no meu *facebook*, porque fui fazendo amizade. Uma vez eu comprei até uma agenda produzida pelo Recriart e dei pra minha vizinha, em retribuição à ajuda que ela sempre nos dá e ela adorou.

Outra coisa que mudou também é que eu saio mais de casa. Eu gosto de ir passear, de ir nos lugares e visitar amigos. No momento não tenho feito muito isso que, por causa do acidente, minha mãe não deixa eu sair. Ela me dá bronca quando eu saio sozinho. Meu irmão mais novo, que ajuda minha mãe a cuidar de mim, me alertou pra não sair sem ordens porque é perigoso. Um dia eu quis sair sozinho, mas minha mãe não deixou. Um amigo da minha família, que me conhece desde criança falou pra eu ficar mais em casa, pra não me machucar. Até a psicóloga que está me atendendo atualmente orientou para eu ficar mais em casa, obedecer minha mãe e meus irmãos e não arrumar confusão. Se eu tiver que ir em algum lugar comprar miniatura, posso contar com o apoio e companhia do meu cunhado, da minha mãe, do meu irmão ou de uma tia que também se ofereceu. Falaram para eu não ser desobediente, porque se eu cair ou me machucar, a responsabilidade é da minha mãe. Vão culpá-la por isso porque eu sou interditado.

Vou apenas na casa de um amigo, de um tio, na lotérica e no mercado que são lugares próximos e que dá pra ir a pé e voltar logo pra casa. Os lugares que precisam ir de ônibus eu não estou indo, porque não posso mais ir sozinho. Tenho medo que aconteça alguma coisa comigo e a culpa caia na minha mãe, porque estou sob responsabilidade dela. Aí eu acabo ficando mais em casa.

Eu fico pensando que se o Recriart não existisse eu ficaria apenas em casa, na cama, dormindo ou parado, vagabundeando. Eu seria bem diferente do que sou hoje. Eu ficaria enchendo o saco da minha mãe, ficaria brigando com meus irmãos, perturbando os vizinhos, até tomando bordoadas e esporro dos outros.

Eu gosto muito de miniaturas de carros, então eu tenho uma coleção e limpo com frequência. Outra coisa que eu gosto de fazer é ir na lotérica. Eu faço lotofácil e as vezes eu ganho. Quando isso acontece, eu dou o dinheiro para minha mãe. O dinheiro que eu recebo do Recriart eu também dou na mão da minha mãe. O dinheiro do meu benefício eu faço a mesma coisa, dou tudo para minha mãe, para ela pagar as contas, não pego nada pra mim. Quando eu preciso de alguma coisa, minha mãe me dá. As vezes a gente vai passear no shopping e, por exemplo, neste mês nós, eu e minha mãe, vamos passear. Nós vamos fazer uma excursão para conhecer uma fazenda em uma outra cidade e minha mãe pagou a nossa viagem com esse dinheiro.

Quando eu fico em casa, eu fico no quarto, escutando música, assistindo televisão ou mexendo nas miniaturas. Às vezes, quando minha mãe sai e eu fico sozinho, eu vou lá no mercado tomar um cafezinho, conversar com o pessoal. Porém, quando percebo que eles estão trabalhando eu não fico enchendo o saco.

Quando eu não tiver mais minha mãe viva, meus irmãos falaram que vão cuidar de mim. Meu irmão fala que cuidará de mim, porém, que eu tenho que ficar quieto e não poderei ficar falando muito.

Tem algumas coisas que eu não gosto de fazer, como por exemplo, leitura. Só faço isso na igreja que eu frequento. Às vezes eu pego a Bíblia para dar uma lida e, quando tenho alguma dúvida relacionada à ela, eu pergunto para o padre. Mas, ler um livro eu não gosto. Na verdade, eu nunca gostei. Não é meu hobby. Quando eu fiquei na casa dos meus tios, eles mandavam ler livros e eu não gostava. O único livro que eu li e gostei foi o do Harry Potter. Esse eu lia porque é gostoso.

Para mim o Recriart significa melhora. Significa trabalho. Significa evolução. Porque sem ele eu estaria parado. Estaria jogado às traças. Atualmente eu estou tocando a minha vida. Estou trabalhando. Vou duas vezes por semana até eu voltar a andar de ônibus normal e poder ir todos os dias. Com ou sem prótese eu vou continuar trabalhando no Recriart. Se eu estiver inseguro, alguém me leva até o ponto e me põe no ônibus. Eu só preciso tomar muito cuidado para não cair dentro do ônibus.

O que me motiva a continuar no Recriart é a Margarida, que falou para eu continuar porque faz bem pra mim. Lá eu vou desenvolvendo a cabeça, porque cabeça vazia é oficina do diabo. Eu tenho amizade com todo mundo lá.

6.2.2 Hibisco: Aqui é Meu Trabalho

Tenho 38 anos, sou solteiro, não tenho filhos, estudei até a 8ª série e atualmente moro com dois tios, uma tia e dois primos. Eu nunca tinha trabalhado antes de entrar no Recriart, isto significa que esta é a minha primeira experiência de trabalho. Eu não lembro exatamente quando eu entrei no Recriart, mas faz aproximadamente 10 anos que eu estou lá. Na verdade, durante esse período, eu fiquei afastado do grupo por 2 anos mais ou menos, logo que fui contemplado com o benefício, obedecendo a orientação da minha tia, que tinha medo que eu o perdesse. Mas já faz 2 anos e pouco que eu voltei, atendendo ao convite da Margarida, que veio até minha casa me convidar pra voltar e, em consonância com a permissão da minha tia.

Eu retornei na mesma época que o Recriart mudou da UFSCar para o Centro Público de Economia Solidária, onde eu gosto mais de trabalhar. No centro da cidade é melhor e mais gostoso, além de ter mais facilidade de acesso ao transporte público. Tem ônibus que vai direto pra minha casa, sem precisar fazer baldeação. A UFSCar era muito longe, precisava tomar dois ônibus, fazer baldeação, além do prédio estar arruinado, condenado por conta do teto que está desabando e o problema com as pombas.

Minha entrada no Recriart se deu por sugestão da profissional que era a minha referência no CAPS onde eu faço tratamento há muitos anos. Fui encaminhado para o CAPS porque eu brigava muito, tanto em casa com meus familiares como na rua, tacava pedra nos carros, subia na antena das casas e queria pular lá de cima, entrava e tomava banho nas residências de pessoas desconhecidas. Eu aprontava muito e, por conta do meu problema na cabeça, me encaminharam pro CAPS, onde sou acompanhado até hoje. Eu fiz muita loucura na minha vida e, pra ver se melhora, eu tenho que continuar indo no CAPS. Na verdade, eu já melhorei bastante, hoje não faço mais nada disso e esses problemas não me atrapalham mais.

Quando eu comecei a trabalhar no Recriart ele ainda funcionava na UFSCar e o que me motivou a entrar no grupo, a princípio, foi a questão financeira, ou seja, a possibilidade de ganhar um dinheirinho, complementar a renda e comprar algumas coisas para mim. Tinha também a questão que eu ficava o tempo todo em casa e sem nada pra fazer, mas depois eu fui gostando. No início eu ficava só na colagem, depois eu comecei a sair para vender, comecei a ir nas feiras para comercializar os produtos e também ficava no xerox que abriu dentro da UFSCar, perto do restaurante universitário, que era algo que eu gostava muito de fazer. Atualmente eu faço de tudo no Recriart, eu fico na colagem,

corto papel na guilhotina, fico na produção do papel, fico no xerox também e, de tudo isso, o que eu mais gosto de fazer é cortar o papel na guilhotina, que é a máquina que corta o papel.

Eu gosto de trabalhar em todas as atividades e de ficar em todo lugar. Onde mandar, eu vou. O que mandar eu fazer, eu faço. Se quiser que eu fique no xerox, eu fico. Se quiser que eu fique na colagem, eu fico. Se quiser que vá fazer caderno, eu vou. Vou onde estiver precisando. Eu gosto de ficar no plantão do xerox porque é legal atender o público. E não tenho vergonha de conversar com as pessoas, mas tem que saber fazer o troco e tirar cópia certinho. Uma outra atividade que eu também tenho participado assiduamente é a venda nas feiras. Eu vou em todas as feiras. São duas feiras semanais, a da UFSCar e da loja Serena Terra e a feira da Praça XV que é quinzenal. Eu gosto muito de ir vender na Praça XV porque sempre tem bastante gente passeando na praça e música ao vivo. É gostoso ir lá, mesmo quando a gente não vende muito. Eu estava indo também na feira do BEM, mas que está suspensa por enquanto, devendo ser retomada em breve em um outro espaço.

A única coisa que tem me incomodado um pouco, tanto nessa questão das feiras quanto na questão do xerox é que eu tenho me sentido um tanto sobrecarregado porque sempre eu que tenho que ir nas feiras e sempre eu que tenho que ficar no xerox. Na feira da UFSCar tem que ser eu. Na Serena Terra tem que ser eu. Ficar no xerox tem que ser eu. Mas eu não reclamo, não falo nada, fico quieto na minha, porque se eu não for, ninguém vai. Lá na Serena Terra, eu também ajudo o pessoal do caldo de cana a carregar e descarregar as coisas e a dona sempre me dá um copinho de garapa. As vezes o pessoal da verdura me dá um pé de alface ou um maço de rúcula. É muito gostoso.

Eu não encontro dificuldades nem problemas no meu trabalho no Recriart mas, estou me sentindo um pouco incomodado no dia que eu vou para a feira da UFSCar, porque vou sozinho e tem que ficar lá até mais tarde, pois, sempre tem reunião após a feira. A reunião acaba em cima da hora de pegar o ônibus, senão não chego a tempo no Recriart pra guardar as coisas. Quase sempre eu perco o ônibus e fico dependendo de carona. Mas, apesar disso, eu gosto muito do meu trabalho.

Eu estou trabalhando todos os dias, com exceção dos períodos em que estou no CAPS, que são duas manhãs por semana. Fora isso, fico o dia todo lá no Recriart, revezando entre o xerox, a produção do papel e confecção dos produtos. Quando eu fico o dia inteiro lá, eu almoço ali pertinho, no Restaurante de R\$ 1,00 e volto pro Recriart. Eu nunca falto no trabalho, nunca faltei nenhum dia.

Para mim o Recriart significa um serviço, um trabalho e possibilidade de geração de renda. Não fico mais vadiando pela rua. Sinto que algumas coisas mudaram na minha vida depois que eu comecei a trabalhar lá. Eu vou ao CAPS, vou ao Recriart, recebo meu dinheirinho, compro o que eu quiser comprar. Se eu quero comprar um lanche, eu vou e compro. Nesse aspecto, as encomendas são muito bem vindas porque é um dinheirinho a mais que entra e dá pra melhorar o valor das retiradas. Lá é o meu trabalho, afinal, agora eu tenho o meu trabalho, o meu serviço.

Embora eu nunca tenha tido uma experiência de trabalho no mercado capitalista, eu sei que essa lógica difere muito da lógica da economia solidária, porque não tem patrão, a gente trabalha para nós mesmos, todas as coisas são resolvidas coletivamente em reunião e há maior liberdade. No Recriart também eu tenho vários amigos, uma coisa que eu não tinha antes. Os meus amigos atuais, são os amigos que fiz no Recriart. Minha vida melhorou bastante nesse sentido depois que eu comecei a fazer parte do grupo, porque melhorou socialmente. Minha vida social ampliou significativamente, porque antes eu ficava só em casa e agora eu vou no Recriart e em todas as feiras.

Mudou também a forma como minha família me vê. Antes eu vivia na rua, desarrumado, sujo, chegava tarde em casa ou então dormia na rua. Agora eu fico em casa, só saio de casa para ir trabalhar, não brigo, tomo banho e fico limpinho. Tem também a questão da responsabilidade. Meus familiares veem que sou responsável e que melhorei muito. Eles me apoiam em tudo o que diz respeito ao Recriart e permitem que eu saia para fazer as vendas. Deixaram eu ir viajar para Santa Maria/RS, me deram até dinheiro pra levar pra lá. Essa viagem foi uma oportunidade que tive recentemente de ir em uma grande feira de economia solidária. Nós ficamos 3 dias lá na feira, porém, a viagem ao todo durou 7 dias entre a ida e a volta. Foi muito bom, muito legal.

Trabalhar no Recriart abriu uma porta pra mim porque eu nunca tinha trabalhado na vida. Tenho 38 anos e nunca tinha tido uma oportunidade de trabalho. O Recriart é meu primeiro trabalho. Fico pensando que se o Recriart não existisse eu ia estar lascado, porque eu não seria nada, aliás, eu não seria o que sou hoje. Com certeza eu ficaria só em casa e sem fazer nada. Não ia ter trabalho e não poderia fazer nada. Minha vida mudou muito depois que eu comecei a trabalhar lá. Mudou o jeito da vida, o jeito de me vestir, porque com o dinheiro que vem de lá eu consigo comprar roupa. Não ganho muito, mas eu ganho um dinheirinho. Mudou minha rotina também, porque eu tenho os dias certos pra estar lá, horário pra chegar lá e para ir embora pra casa. Eu sei que mudou muita coisa,

embora eu não saiba muito bem como expressar. Essas mudanças foram acontecendo aos poucos, não foi do dia pra noite.

O Recriart significa pra mim uma família, uma casa, um abrigo. Gosto muito de trabalhar. Eu até tenho vontade de trabalhar no mercado formal, porque ganha um salário melhor, isto é, mais dinheiro e a possibilidade de fazer bastante coisa com ele. Mas eu acho que eu não teria chance. Também não sei se daria certo, porque eu nunca trabalhei nesses moldes.

Eu gosto muito de trabalhar no Recriart e o que me motiva a continuar é isso. É porque é um trabalho legal e que eu levo à sério, não levo na brincadeira. O que eu tenho que fazer, eu faço.

6.2.3 Lírío: Da Tipografia ao Papel Reciclado (*in memorian*: 1958-2020)⁷

Tenho 61 anos, sou solteiro, sem filhos e atualmente moro com uma cunhada e uma sobrinha em São Carlos. Tenho ensino fundamental incompleto, porém, fiz Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – MOVA e Educação de Jovens e Adultos – EJA quando comecei a frequentar o CAPS.

Quando eu era bem mais novo, menor de idade, eu trabalhei dentro do sistema de papel, impressão, tipografia gráfica. Atuei como repositor gráfico e tipógrafo durante um período e, por pouco tempo, trabalhei como auxiliar de depósito e também como auxiliar de desenhista. Tenho dois irmãos que eram gráficos e eu comecei a trabalhar com eles de ajudante na gráfica. Porém, eu comecei a cair na extravagância de adolescência e acabei caindo na mão de um médico psiquiatra na cidade que eu morava nessa época. Eu ficava entre dois e quatro meses tomando os remédios que ele passava e na sequência ele fazia guia de internação para mim. Essa era a minha vida, passei alguns anos vivendo dessa forma, tendo sido internado em hospitais psiquiátricos várias vezes. Nessa época de muitas internações, eu recebia um tipo de benefício, uma aposentadoria e precisava de um tutor, um curador para receber meu benefício, porque internado a gente não podia sair né? Precisava ser um parente de confiança, mas eu comecei a ficar solitário, porque os familiares foram todos se afastando. Quando eu tinha alta do hospital, depois de permanecer lá por um determinado tempo, eu não encontrava nenhum parente próximo que pudesse me receber. Meu futuro seria ficar morando definitivamente dentro do hospital ou me tornar um morador de rua.

Foi então que em 2002 meu irmão e sua esposa, que moravam em São Carlos, me convidaram para vir morar com eles. Diante dessa proposta eu pensei bem porque se eu continuasse lá, minha vida continuaria oscilando entre buscar receita em uma consulta e ser internado na próxima. Aceitei o convite e vim morar com eles e, a partir disso, fiquei mais próximo dos meus familiares. Trouxe comigo um encaminhamento para o CAPS, fui avaliado pelos médicos, dei seguimento no meu tratamento no CAPS e desde então eu não tive mais nenhuma internação. Já estou há 15 anos sem ser internado. Ter vindo para São Carlos me trouxe duas coisas boas: me deixou mais próximo dos meus familiares e nunca mais eu fui internado.

⁷ O processo de construção da narrativa de Lírío ocorreu no período entre julho e novembro de 2019, porém em julho de 2020 a pesquisadora foi informada de seu falecimento. Fica aqui registrada nossa gratidão, homenagem e respeito à sua história e trajetória.

Logo quando cheguei no CAPS, comecei a cursar o MOVA e o EJA porque os professores iam até lá para ensinar os usuários. Segui com o meu tratamento e, em 2006 fui convidado para fazer parte do Recriart que estava nascendo, inclusive eu participei da escolha do nome. Consta que eu iniciei no Recriart expondo cartões, telas e cartazes. À princípio, era necessário ter um acompanhamento da enfermeira do CAPS porque eu não andava sozinho. O treinamento ocorria com caminhadas na rua, andar de ônibus e aprender como ir para o Recriart. Assim, ela treinava a gente para só depois liberar.

Minha entrada no Recriart se deu porque ele faz parte de uma rede ligada à saúde mental. Ele faz parte do sistema.

Nós temos um regimento no Recriart que norteia nossas ações e, nele consta que não existe um patrão, ao contrário, todo mundo é patrão. Durante todo esse tempo também nós passamos por algumas reconfigurações, como por exemplo quanto aos critérios das retiradas que já foi igual para todos, já foi por horas trabalhadas, agora estamos reestruturando para que seja pela presença nas atividades porque algumas pessoas não estavam indo.

Nessa época, surgiu a oportunidade de irmos trabalhar na UFSCar e um professor do Departamento de Engenharia de Materiais da UFSCar nos ensinou o passo-a-passo como fazer o papel reciclado. Nós aprendemos lá e demos sequência. Nesse período também tinha os estudantes que nos ajudavam com o trabalho, pois éramos muitos integrantes, tanto que trabalhávamos divididos em duas turmas. Com o tempo, uns foram se afastando, outros se aposentando ou tendo alta do CAPS e esse número foi diminuindo.

O que me atraiu para entrar no Recriart foi a questão financeira, porque no CAPS existiam as oficinas, porém, eram de terapia e não visavam a questão monetária. Nessa outra proposta, a gente ia vender e ter um dinheirinho para nós.

Em 2013, o Recriart teve a oportunidade de montar um xerox perto do restaurante universitário na UFSCar e eu fui uma das pessoas que trabalhei nessa função, sempre acompanhado de uma estagiária responsável. Foi um período que a gente conseguiu ganhar mais dinheiro, porém pagávamos o aluguel do espaço.

O Recriart funcionou durante 12 anos dentro da UFSCar e, durante esse tempo a gente contava com os estagiários. Há dois anos e meio nós mudamos para o Centro Público de Economia Solidária, no centro da cidade e agora contamos apenas com o apoio da Margarida.

Atualmente eu fico na produção do papel. Eu produzo o papel. O combinado é que cada um tem o seu setor e tudo é dividido em departamentos e as pessoas ficam no

seu espaço. Ficou estabelecido assim e a minha atribuição é fazer o papel. Quando chega algum estudante ou estagiária eu tenho que explicar tudo o que acontece no meu setor. Essa rotina só é alterada quando tem alguma encomenda e todos se reorganizam para atendê-la. Por outro lado, quando não tem encomenda e o trabalho está mais tranquilo, eu posso sair mais cedo. Ficou estabelecido que, se tiver encomenda, a gente fica até o horário combinado, mas, se não tiver, a gente vai embora mais cedo. Eu, por exemplo, estou sempre na correria, porque eu tenho que almoçar, ir pro CAPS e dependendo do ônibus.

Outra coisa que eu tenho feito atualmente é frequentar as feiras. Eu não estava indo, porém, agora já estou participando da escala de algumas delas, como a da Praça XV por exemplo. Tem sido bom porque minha cunhada reclamava que eu não saía de casa aos domingos e, agora com a feira, eu saio. Esses dias eu não tenho ido porque precisei renovar minha carteirinha do transporte público, que me assegura gratuidade, e tive um probleminha com o laudo médico. A médica havia colocado apenas F20, não constatando nenhuma deficiência e precisei correr atrás disso. Eu estou enquadrado no relatório da doutora como narcótico, fumante e esquizofrenia. Então sou fumante, mas não sou alcoólatra. Agora está tudo bem, fiz a documentação, peguei a carteirinha, fui lá na empresa e renovei até 2020.

Não estou ficando no xerox porque, assim que abriu esse espaço no Centro Público de Economia Solidária, deram uma explicação ligeira sobre xerox preto e branco, colorido e sobre a impressora, mas eu não me senti preparado para assumir essa tarefa. Também não costumo participar das assembleias porque eu tenho que ficar lá no fundo preparando as coisas para fazer o papel. Tenho não, eu sei que é minha obrigação ficar lá no fundo para encher a cuba e deixar o papel de molho para o dia seguinte.

Em fevereiro de 2019, comecei a fazer um curso de tertúlias e artes, autorizado pela profissional que é a minha referência no CAPS. Estou gostando muito pois se trata de um curso que estuda os pintores nacionais e internacionais e a previsão de seu encerramento é dezembro.

Participar do Recriart é muito importante para mim e eu gosto muito, porque quando eu fico muito tempo em casa, sem nada para fazer, eu tenho crises. E quando estou ativo, trabalhando, eu não fico apenas na cama deitado e eu não tenho as crises. É tão importante para mim que eu costumo me apresentar para as pessoas assim: sou beneficiário do SUS, faço complementação de renda no grupo Recriart e sou membro-paciente do CAPS mental. Não tive alta definitiva do CAPS, eu sou semi-intensivo, ou seja, tenho que estar lá no serviço dois períodos da semana, porém quando o Recriart

modificou seu horário de funcionamento e coincidiu com a minha programação no CAPS, eu consegui um alvarazinho e a minha referência me liberou depois de eu dar uma choradinha.

O Recriart, para mim, é uma terapia, uma ocupação na qual eu obtenho um retorno financeiro. Costumo dizer que é uma terapia monetariamente, mas querendo ou não, lá é meu serviço.

Como eu já trabalhei na indústria gráfica, eu sei o quão puxado é o serviço. Por exemplo, um impressor tem que tirar entre 15 e 17 mil impressos por dia, mas foi onde eu me familiarizei. Já no Recriart o trabalho é bem diferente e, pra mim, no início, foi quase o fim do mundo. Tive algumas dificuldades em relação ao trabalho. Porém, é tudo levado em assembleia, as decisões são tomadas por meio do voto e todos têm oportunidade de falar e expor sua opinião, que são levadas em consideração. Para mim isso representa uma inclusão e uma participação da gente.

Eu não vejo dificuldades em trabalhar no Recriart, a não ser a questão do espaço físico estar mais restrito agora no Centro Público de Economia Solidária. Estamos restritos a três salinhas e a gente tem que se locomover ali dentro. Por outro lado, ali estamos bem localizados né? Se formalizou que a gente não depende mais da prefeitura e agora estamos nos tornando independentes da UFSCar.

Eu não sei se eu tenho vontade de voltar a trabalhar no mercado formal porque eu acho que estou um pouquinho ultrapassado dentro desses critérios. Eu era tipógrafo, de pegar letrinha por letrinha com a mão e colocar no componidor. Agora está tudo diferente. Outra coisa, quer me enervar é ter que ficar lendo. Se começar a ler muito eu não fico legal. Acho que consta aí a minha invalidez dentro do meu ramo.

Eu tenho um bom relacionamento com as pessoas lá no Recriart. Converso com um, converso com outro. Infelizmente, sempre tem um ou outro que fala pelas costas, mas eu nunca estranhei. Na verdade houve apenas uma situação estranha com uma outra participante do grupo no dia que ela me segurou com força pelo pulso e não queria soltar. Então, pra escapar dela um precisei dar um “chega pra lá”. Mas esse foi o único episódio. Nunca houve nenhum tipo de agressão, se houve foi apenas verbal. De resto, é só bate-papo mesmo

Eu gosto de trabalhar com a economia solidária porque eu sempre fui um poupador. Eu pegava um dinheirinho, desde molequinho, eu tinha minha cadernetinha de poupança e, quando sobrava um dinheirinho eu colocava lá. Então economia é isso. Na economia solidária a gente tem que trocar ideia pra chegar a uma solução.

A economia solidária me abriu algumas oportunidades como, por exemplo, outro dia fui convidado para ir na UFSCar falar para os alunos de uma professora. Ela me pôs na frente dos alunos dela e me fez explicar todo o sistema do Recriart. Eu gostei muito de ir lá.

Fico pensando que, se o Recriart não existisse, eu teria uma recaída. Não sairia tanto de casa, aliás, ficaria deitado na cama o dia todo vendo fumacinha em caracóis. Eu sobrevivi porque o Recriart tem uma grande importância na minha vida. Durante esse tempo todo que estou em São Carlos, que já somam 17 anos, a minha vida passou que eu nem senti, foi um vapt vupt, passou muito rápido. E, foi melhor que era antes, embora eu tenha sido repreendido e chamado a atenção em alguns momentos. Mas isso me fez aprender e procurar entender e melhorar.

O Recriart, reciclagem e fazendo arte, representa para mim a convivência. E o que me motiva a continuar no grupo é porque eu saio do ninho, saio da cama onde eu fico apenas olhando para as paredes.

6.2.4 Alfazema: Onde Eu Gosto de Estar e Tenho Amigos

Tenho 79 anos, nasci e fui criada em uma cidade pequena do interior paulista e estudei até a terceira série do ensino fundamental. Sou solteira, não tenho filhos e atualmente moro com meu irmão e cunhada em São Carlos. Eu nunca trabalhei fora de casa, porém sempre estive envolvida com os afazeres domésticos. Eu cozinhava, lavava e passava roupa, costurava, limpava, entre outras atividades da rotina de uma casa. O Recriart é minha primeira oportunidade de trabalho. Não lembro exatamente quanto tempo faz que eu comecei a frequentar o grupo, mas eu sei que faz bastante tempo.

Eu faço tratamento psiquiátrico há mais ou menos 40 anos. Adoeci emocionalmente logo depois que minha mãe faleceu e já passei por duas internações em hospital psiquiátrico, há muitos anos. Atualmente, o tratamento que eu faço é realizado em uma clínica particular, ou seja, não é no CAPS. Na verdade, eu nunca fui usuária deste serviço. Meu irmão, com quem moro, tomou conhecimento da existência do Recriart e solicitou o meu ingresso no grupo e foi assim que eu comecei a fazer parte.

A princípio eu resisti à ideia de trabalhar no Recriart, porém, com meu ingresso no grupo eu passei a gostar de estar nesse espaço. Embora eu não goste de trabalhar com a cola especificamente, eu participo de todas as etapas de confecção dos produtos, ou seja, eu risco, meço, corto e colo também porque eu nunca falo “não” para as pessoas. Eu tenho dificuldade em aprender coisas novas e isso me deixa bastante apreensiva. Me falaram que vão ensinar daqui uns dias um novo tipo de trança, a japonesa, para incorporar nos produtos e, para mim, isso é uma coisa que me deixa angustiada.

Embora eu reconheça que algumas coisas mudaram em minha vida após meu ingresso no grupo, eu não consigo nomeá-las nem descrevê-las, me faltam palavras. O Recriart pra mim é, acima de tudo um passatempo e uma distração. Lá eu encontro com as pessoas, converso e, apesar do trabalho nem sempre ter o andamento esperado, estar lá é uma terapia para mim. Eu aprecio muito a ideologia de trabalho adotada pela economia solidária, onde as decisões são tomadas coletivamente, com as deliberações realizadas em assembleias. Porém, apesar de ter esse espaço, onde a gente pode falar o que pensa e dar opinião, eu nem sempre consigo expor o que me incomoda, como por exemplo, o fato de não gostar de trabalhar com a cola.

Eu gosto muito de trabalhar no Recriart. Lá eu faço de tudo um pouco, o horário é flexível, as pessoas se respeitam e sinto muita falta quando eu não vou trabalhar. Eu que

fico lembrando meu irmão e minha cunhada do horário de ir trabalhar, afinal eles que me levam de carro até lá.

Trabalhar na perspectiva da economia solidária deu para mim algumas oportunidades e, ainda que nem sempre as usufrua, eu as reconheço. Por exemplo, eu tenho a oportunidade de ir vender na praça, mas como eu não gosto, eu não vou. Lá eu posso escolher o que eu quero ou não fazer.

Eu fico pensando que, se o Recriart não existisse, eu ficaria apenas dentro de casa, deitada, sem fazer nada. Mas, com o trabalho, eu tenho motivo para sair de casa e eu gosto disso. E o que me motiva a continuar trabalhando é o fato de me fazer bem. Lá eu trabalho, interajo com as pessoas, converso e troco ideias. Lá eu tenho amigos e quero continuar trabalhando e participando até quando eu conseguir.

6.2.5 Camélia: Minha Oportunidade de Melhora

Tenho 61 anos, não sou casada, mas vivo em uma união estável. Moro em São Carlos há bastante tempo, desde que passei a morar junto com meu marido e atualmente uma irmã dele mora conosco. Sou viúva do meu primeiro marido e, desse casamento tenho 4 filhos e 5 netinhos. Não estudei muito, fui só até a 4ª série do ensino fundamental.

Não tive a oportunidade de fazer nenhum curso profissionalizante, mas já trabalhei em diferentes atividades. Antes de vir morar em São Carlos, eu morava em uma outra cidade do interior paulista e lá eu trabalhei em um restaurante. Depois, já residindo aqui em São Carlos eu trabalhei em uma creche, na qual eu era responsável pelo cuidado dos bebês no berçário. Quando eu saí da creche, fui trabalhar de servente de pedreiro com meu marido. Foram essas as minhas experiências de trabalho antes de entrar no Recriart.

Assim que nós terminamos de construir a nossa casa, minha filha, que estava grávida, veio morar conosco e, quando minha netinha tinha aproximadamente 3 aninhos, elas mudaram de cidade e eu entrei em depressão forte, profunda.

Após os primeiros atendimentos médicos, fui encaminhada para o CAPS. No início eu tomava uma medicação muito forte, era um sossega leão e ficava todos os dias no CAPS. Nesse período, que eu não me lembro ao certo quando foi, mas acredito que tenha sido em 2008, a terapeuta ocupacional do CAPS que eu frequentava me convidou para trabalhar no Recriart. Eu fui, participei um bom tempo, depois eu fiquei um tempinho afastada e retornei porque eu gosto do Recriart. O que me motivou a trabalhar no Recriart foi a crença que o trabalho ajudaria no meu tratamento, que ia ser bom pra mim e que me faria melhorar da depressão. De fato me ajudou muito, mas tenho a impressão que a depressão voltou e parece que pior desta vez.

Quando eu comecei, o Recriart funcionava dentro da UFSCar e eu gostava muito de lá porque tinha mais espaço para realizar as atividades. Lá também eu ajudava a fazer papel, e isso eu adorava fazer. Éramos quatro pessoas responsáveis por essa tarefa e, só depois que a gente fazia o papel é que a gente ia ajudar a fazer as outras coisas. Hoje, no Centro Público de Economia Solidária o espaço é muito reduzido e, atualmente, eu risco o papel, corto, colo, encapo, ajudo a fazer cadernos, bloquinhos, mas nunca mais participei da produção do papel. Gostaria muito de voltar a fazer papel e mexer com a tela e, mesmo tendo várias pessoas trabalhando atualmente na produção do papel, quero muito voltar a fazer isso.

De uns tempos pra cá estou aprendendo a ficar no xerox. Tem uma pessoa que vem nos ensinar e eu estou gostando da ideia de trabalhar lá também. Outra coisa é que eu gosto de ir vender nas feiras. Eu não estava indo porque tinha muita gente fazendo esse trabalho mas, agora vou começar a ir em um espaço novo de comercialização externa que está sendo negociado. Estou muito feliz com essas duas oportunidades, porque eu gosto de lidar com o público e conhecer pessoas novas.

Eu gosto demais de trabalhar no Recriart. Ele significa tudo para mim e na minha vida. Estar lá e fazer parte desse grupo é muito importante para mim. Eu só não vou trabalhar em um dia da semana, porque eu tenho atividades no CAPS e eu preciso estar lá.

Entrar no Recriart fez muito bem pra mim, porque lá eu converso com as pessoas, tenho amigos, tem a Margarida que é muito boa também. Tudo isso é muito bom pra gente. Ainda que eu goste muito de trabalhar lá, eu não consigo identificar grandes mudanças que tenham acontecido na minha vida depois que eu comecei a frequentar o grupo.

Eu reconheço muitas diferenças entre trabalhar na economia capitalista e na economia solidária. Para estar no trabalho formal é necessária muita paciência e força de vontade, senão é impossível. Eu já tive chefes que eram pessoas muito difíceis de lidar, que mandavam e decidiam tudo. Já na economia solidária é bem diferente, as pessoas me tratam bem, me respeitam, nós decidimos juntos o andamento do trabalho. Eu gosto muito mais da economia solidária, tanto que eu não gostaria de voltar a trabalhar no mercado formal porque lá a gente sofre muito, é muito ruim.

A economia solidária me abriu novas oportunidades como conhecer pessoas, ir a alguns lugares mas, acima de tudo, me sinto mais ativa. Antes eu ficava muito parada. Tem algumas coisas que me incomodam ainda. Entre elas está o fato de eu não conseguir tomar nenhuma decisão na vida, especialmente porque sei que meu marido espera isso de mim. Eu sei que ele fica chateado porque eu fico paralisada diante de uma decisão que precisa ser tomada, mas isso é por causa da depressão que está muito forte.

Outra coisa é que eu tenho ouvido muitas vozes⁸ e fico angustiada, com medo e falo algumas coisas que não fazem muito sentido. Só que é tão forte que tem momentos

⁸ Em respeito à Camélia e às questões éticas envolvidas na pesquisa, diante de um fato que tem gerado grande angústia e foi levantado no momento particular da entrevista, a pesquisadora se disponibilizou a auxiliá-la na busca de recursos para minorar o sofrimento. Em resposta, Camélia disse que procuraria o médico. Ao final da entrevista, Camélia solicitou um abraço da pesquisadora e afirmou estar se sentindo melhor. Tal relato está registrado no diário de campo da pesquisadora – setembro/2019.

que eu não consigo me controlar nem desvencilhar delas. Meu marido sempre me fala para tirar isso da cabeça, mas não é nada fácil. A voz parece muito real e fica falando que eu tenho doença grave. Tenho sempre muito nítida a sensação de morte e parece que vou morrer. É muito difícil de controlar porque tá muito forte. É duro demais. Eu levanto, a voz tá falando, vou dormir, fica falando. Eu tô no Recriart, fica falando. Nem o remédio tá fazendo efeito. Preciso passar com o médico logo pra tentar resolver isso.

Eu fico pensando que, se o Recriart não existisse, minha vida seria ruim, viveria num vazio existencial, porque eu não teria nada para fazer e não teria amigos. Eu vou na casa de uma amiga, mas é muito raro. Tem uma amiga do Recriart que antigamente ia bastante na minha casa, mas agora faz tempo que não vai e eu sinto muita falta dela. Então, minha rotina está muito vinculada ao Recriart. Na verdade, ela gira em torno do Recriart.

Meu maior projeto de vida é ver meus netos e meus filhos porque eu sinto muita saudade deles. Esse é o plano maior que eu tenho, além de sarar, ficar boa, pro meu marido ficar contente, porque eu sei que ele fica triste em me ver sofrendo. E o que me motiva a continuar trabalhando no Recriart é o fato de ser bom pra mim, me ajudar muito e eu gostar demais de lá.

6.2.6 Begônia: Oportunidade de Ser Ativa e Exercer a Criatividade

Tenho 37 anos, sou solteira, não tenho filhos e atualmente resido com a minha mãe. Estudei até completar o ensino médio e, posteriormente fiz um curso de fotografia, que eu gosto muito. Inclusive, minha única experiência profissional antes de entrar no Recriart foi nesse ramo. Eu fiz fotos para várias publicações, fiz de casamentos e de bebês, mas era um trabalho autônomo e esporádico.

Eu sofro com a depressão há um bom tempo, mais especificamente, desde quando eu cursava o ensino médio. Nessa época eu tive que ficar várias vezes afastada das minhas atividades para fazer o tratamento. Isso acontecia de tempos em tempos, porém, com o passar dos dias, observei uma boa melhora e a estabilidade da depressão. Porém, no ano de 2010 eu tive uma recaída, meu quadro foi reavaliado e diagnosticado como esquizofrenia. Fui tratando, tratando, mas nunca tive uma melhora efetiva. Em 2014 eu fui encaminhada para o CAPS porque eu tive uma crise e joguei todas as minhas coisas fora, tanto as roupas quanto os objetos pessoais. Seguia com todos os tratamentos indicados, porém, sem evolução. Em 2016 eu fui fazer um curso técnico de fotografia, mas ainda continuava depressiva mesmo gostando muito de fotografia.

Nesse período da minha vida eu dormia demais. Eram muitas horas seguidas dormindo, além de me sentir muito sozinha e inválida, mesmo fazendo todo o acompanhamento com os profissionais do CAPS. Eu fiz terapia, que me ajudou a me sentir melhor. Em 2018 eu fui indicada para trabalhar no Recriart e, com isso fui melhorando até que no início de 2019 eu tive alta do CAPS. E, com a alta, eu tinha mais disponibilidade de tempo e, conseqüentemente, comecei a trabalhar com mais frequência no Recriart. Com isso fui melhorando tanto que agora estou bem.

Ao entrar no Recriart eu tive uma melhora significativa. Deixei de tomar um medicamento antipsicótico, porque não estava mais precisando dele e me sinto melhor a cada dia. Estou mais ativa. Muitas mudanças aconteceram na minha vida desde que comecei a trabalhar no Recriart, pois eu estava inativa e, estando lá eu acabo ocupando meu tempo e saindo mais de casa.

O que me motivou a trabalhar no Recriart foi a questão financeira, a oportunidade de trabalhar, além da possibilidade de me sentir mais ativa. Na entrevista que eu fiz para entrar lá, a Margarida me disse que eu iria melhorar e realmente eu melhorei muito.

Quando eu entrei no Recriart, a proposta era que eu fosse desenhista, isto é, a pessoa responsável por deixar todos os cadernos desenhados. Eu só fico um pouquinho

triste quando meus desenhos não são usados. Porém, eu ajudo em outras atividades realizadas lá.

Eu estou bem e estou gostando do novo trabalho. A experiência que estou tendo está muito boa, afinal, eu comecei a sair mais e ser mais independente. Minha relação com as pessoas que trabalham lá também é muito boa. Eu fiz vários amigos muito especiais no Recriart.

Fico pensando que se o Recriart não existisse, minha vida estaria bem diferente do que está hoje porque eu estaria inativa, ficaria dormindo boa parte do dia e sem expectativas, também não iria exercer a criatividade, pois o Recriart trouxe tudo isso. O Recriart significa algo muito especial para mim, pois me ajudou a ser mais independente, ajudou também a ter mais carinho pelas pessoas, uma vez que lá todas as pessoas têm problemas como eu e assim a gente se identifica e pode falar o que pensa, sem medo de ser julgado, porque lá a gente tem muito respeito.

Embora eu esteja satisfeita e me sinta bem trabalhando no Recriart, eu gostaria de trabalhar no mercado formal, especialmente para me tornar mais independente financeiramente e não depender tanto da minha mãe. Eu gostaria muito de entrar no mercado de trabalho.

O que me motiva a continuar trabalhando no Recriart é o fato dele ocupar meu tempo e ser uma oportunidade de exercer a criatividade cada vez mais. Afinal, trabalhar no Recriart, para mim, é ser mais ativa e ter maiores responsabilidades com o trabalho realizado.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO

“A comunicação e a cumplicidade epistemológica assenta na ideia de que não há uma forma de conhecimento, mas várias, e de que é preciso optar pela que favorece a criação de imagens desestabilizadoras e de atitudes de inconformismo perante elas.”

(Boaventura de Sousa Santos)

Ao longo do desenvolvimento e construção desta tese emergiram alguns elementos fundamentais que serão analisados e discutidos neste capítulo, ainda que não em sua totalidade, uma vez que não se pretende esgotar todas as possibilidades de análises e reflexões acerca do tema, que é amplo e complexo.

Ressaltamos a importância da realização da revisão de escopo, que nos permitiu identificar o que se tem produzido sobre a articulação entre saúde mental e economia solidária. A partir dela e juntamente com todo o conjunto de dados produzidos foi possível analisar e aprofundar a discussão sobre questões fundamentais sobre o tema, especialmente à luz do referencial teórico elencado.

Uma das lacunas do conhecimento identificada é a escassez de estudos que se dedicam à investigação das experiências com estes atores e não sobre eles, a partir da própria perspectiva sobre seu protagonismo e enquanto parte central de toda a política de inclusão social pelo trabalho. Historicamente, o que se observa é a ausência de protagonismo nas histórias de vida das pessoas em sofrimento psíquico, já que “se tratam de sujeitos destituídos de todo e qualquer valor ao receber o atributo de doente mental” (SANTOS; ALMEIDA; VENANCIO; DELGADO, 2000, *on-line*). Pessoas em sofrimento psíquico integram as populações descartáveis e oprimidas do Sul global. Populações essas que sofrem exclusão, opressão e discriminação e, portanto, são produzidas como não-existentes pelo sistema hegemônico. São pessoas que foram subtraídas do mundo e tiveram seu presente contraído, acarretando no desperdício de suas experiências (SANTOS, 2007; 2010a).

Ao contrário do que apregoa o neoliberalismo, vivenciamos uma urgência de fomento de formas alternativas ao capitalismo, tanto no que se refere à produção quanto a distribuição de bens e serviços. As consequências das experiências capitalistas nunca foram tão excludentes nem deixaram os excluídos em condição de tamanha

vulnerabilidade. Tratam-se das populações descartáveis do Sul global e esta produção não capitalista é uma das principais formas de resistência à globalização neoliberal (SANTOS, 2005).

Buscando preencher parte dessa lacuna, o presente estudo se propôs a refletir sobre experiências de transposição da linha abissal que produz e radicaliza distinções, trazendo para visibilidade os saberes, fazendo com que as experiências e os conhecimentos dos colaboradores se tornem presentes e mostrando que o Norte também deve aprender com o Sul. O interesse por metodologias que contribuam para ampliar o conhecimento “sobre” e “com” pessoas em sofrimento psíquico encontra na reflexão epistemológica da Sociologia das Ausências uma possibilidade – atraente e desafiadora – que nos remete a pensar a partir da perspectiva de pessoas que carregam “não existências” e experiências de vida “do outro lado da linha” (BERNARDES; VENTURA, 2017).

Os conflitos entre o Norte e o Sul têm lugar nas mais variadas esferas da atividade social, econômica, política e cultural. Há, portanto, algumas áreas em que as alternativas criadas pela globalização contra-hegemônica são mais visíveis e consistentes. Não apenas porque é nelas que os conflitos são mais intensos, mas também porque é nelas que as iniciativas, os movimentos e as organizações progressistas adquiriram níveis mais elevados de consolidação e densidade organizativa. Entre esses conflitos destacam-se a democracia participativa e os sistemas alternativos de produção (SANTOS, 2005).

Assim, o intuito aqui é transformar o que estava ausente em presente, invisível em visível, sem credibilidade em algo disponível. Isso porque a Sociologia das Ausências “procura identificar os silêncios, as supressões, invisibilizações e desqualificações que negam a existência de outros saberes ou os convertem em formas de ignorância, oposta ao conhecimento alegadamente verdadeiro e rigoroso da ciência” (NUNES; LOUVISON, 2020, p.4). Quando esse diálogo entre o Norte e o Sul acontece, vivencia-se uma experiência de trocas extremamente enriquecedora para ambos os lados.

No contexto deste estudo, as experiências vivenciadas entre a pesquisadora e os colaboradores exprimem essa riqueza de experimentações e alguns colaboradores verbalizaram sobre a gratidão pela oportunidade de poder narrar suas histórias. Entre elas destacamos um trecho do diário de campo da pesquisadora que registra Lírio (*in memorian*) agradecendo tal oportunidade, como se lê no trecho a seguir.

“Encerramos então nosso encontro. Eu o agradeço pela oportunidade de ter ouvido sua história e ele me agradeceu a oportunidade de poder contá-la. Aliás, Lírío me agradeceu várias vezes até nos despedirmos definitivamente. Foi um momento bastante intenso e afetivo”.

(Trecho do diário de campo – novembro/2019)

Como explicitado anteriormente, a análise do conjunto de dados produzidos durante este estudo foi realizada por meio da Análise Categorical (BARDIN, 2016) e fundamentada no arcabouço teórico elaborado pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, na perspectiva das Sociologias das Ausências e das Emergências e da Ecologia de Saberes. Primeiramente, antes de adentrarmos às categorias de análise em si, faremos algumas reflexões mais gerais sobre algumas questões pertinentes e que se destacaram ao longo do processo.

A literatura aponta que o trabalho na perspectiva da economia solidária promove, entre outras coisas, a emancipação social de pessoas em sofrimento psíquico. Para Bhowmik (2005), o trabalho nessa perspectiva transmite maior confiança ao sujeito, uma vez que é possível transformar as relações socioeconômicas por meio da ação coletiva.

Tal constatação foi observada nos resultados da revisão de escopo e, a Linha do Tempo do Recriart, as narrativas dos colaboradores e os relatos do diário de campo corroboram com tal achado. Emancipação social aqui entendida como “resgate da dignidade, sentimento de pertencimento, cidadania e autonomia” (SANTOS, 2016, p. 111).

A emancipação humana tem a ver com a capacidade de o homem desvelar e exercer a expressividade, perceber as contradições dialéticas do contexto social, interagir criativamente nas contingências e restituir como sujeito a todo o momento, mediante o exercício de pensar sua condição humana. Desta forma, este homem tem o desafio de desenvolver um olhar interpretativo, apropriar-se da diversidade de olhares e variedade de perspectivas da realidade social, cultural e política. O olhar emancipado permite possibilidades de caminhos novos, emergência de novas possibilidades e acesso a novas experiências, ampliando, desta forma, o repertório sociológico e filosófico para questionar as evidências do nosso tempo. Em essência, este é um processo de subjetivação, alargamento do espaço perceptivo da realidade, habilidade de confrontação de situações, interagir nas interfaces de saberes, captar energias novas e melhorar a visão do mundo, na perspectiva do inédito viável (SILVA, 2013, p. 753-754).

A economia solidária, em suas várias esferas – política, econômica, social, cultural, de inclusão social pelo trabalho – apresenta-se como um campo com grande potencial emancipatório para os sujeitos que nela se incluem. Ela oportuniza a criação de subjetividade e singularidade de seus trabalhadores, que descobrem novas maneiras

coletivas de viver pautadas em valores como a cooperação e a solidariedade. Além de ser um instrumento que convoca ao resgate da subjetividade, a economia solidária assegura o acesso e a garantia aos direitos, a ampliação das possibilidades de vida, a criação de redes sociais de suporte, incluindo a rede familiar e a emancipação (MANCINI, 2008). Tanto é verdade que, entre os princípios gerais da política de Economia Solidária está incluído o seu caráter emancipatório.

Ainda sobre as definições de emancipação social, para Cattani (2003, p. 130), seu conceito “vincula-se ao de autonomia”, indicando o processo de rompimento com a relação de dependência, tutela e dominação em nível sócio-econômico-cultural.

Já para Rotelli (2000), no tocante à reflexão sobre emancipação e trabalho, a emancipação de pessoas em sofrimento psíquico relaciona-se ao processo de formação impulsionado pelo trabalho. Isso significa dizer que, a partir do momento em que o acesso ao trabalho se torna uma política de formação nas esferas sócio-política-cultural, abre-se o campo dos interesses, dos desejos e das trocas com o mundo que é bastante limitado à maioria das pessoas que vivenciam a experiência do sofrimento psíquico. A emancipação social também relaciona-se ao acesso aos direitos considerados fundamentais aos cidadãos, entre eles destacam-se a moradia, o trabalho, a formação e a socialização, cujo acesso também é bastante restrito à essa população (LUSSI, 2009).

Ressaltamos que a formação, bem como os outros direitos, deve ser uma proposição construída “a partir de” e “com” o Sul, uma vez que são eles quem vivenciam a exclusão e a opressão e só eles podem dizer o que realmente desejam e necessitam. Quando há inversão dessa lógica, vivencia-se uma oferta de formação vinda de “cima para baixo”, reproduzindo a lógica do Norte colonizando o Sul, seja no conhecimento ou nos modos de vida. Seria o Norte pressupondo que o Sul, neste caso referindo-se especificamente às pessoas em sofrimento psíquico, não sabe o que é necessário e precisa ser ensinado.

Para Santos (2010d, p. 279), “pela primeira vez na história, a igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidos como princípios emancipatórios da vida social”. O mesmo autor afirma, ainda, que é a globalização alternativa e seu embate com a globalização neoliberal que constroem os novos caminhos da emancipação social, que deve ser pensada como um processo e não sob a perspectiva teleológica, orientada por um agente social como salvaguarda futura (SANTOS, 2002; 2005).

A emancipação não é mais do que um conjunto de lutas processuais, sem fim definido. O que a distingue de outros conjuntos de lutas é o sentido político das processualidades das lutas. Esse sentido é, para o campo social da emancipação, a ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social (SANTOS, 2008, p. 277).

Boaventura de Sousa Santos não descreve um conceito de emancipação social mas dedica-se ao desenvolvimento de teorias que a envolvem, explorando, sobremaneira a emancipação social em práticas emancipatórias. O potencial emancipatório das práticas sociais requer o desenvolvimento de um pensamento mais amplo, ancorado em uma nova racionalidade, capaz de resgatar aqueles que se encontram invisibilizados pelas classificações e pelas análises políticas tradicionais e capaz de dar visibilidade aos emergentes das lutas e resistências.

Para tanto, o autor propõe a reinvenção da emancipação social, tendo como ponto de partida “a ideia de que nenhuma luta, objetivo ou agente tem a receita geral para emancipação social da humanidade” (SANTOS, 2002, p. 34).

A crise do paradigma da emancipação social desenvolvido pela modernidade ocidental é profunda e irreversível. A emancipação social tem, assim, de ser reinventada. Para isso, é necessário concebê-la como uma forma de globalização contra-hegemônica constituída por alianças locais-globais entre grupos sociais que lutam contra a exclusão, a exploração e a opressão produzidas pela globalização hegemônica neoliberal. Tais lutas traduzem-se na criação de alternativas à lógica monolítica e excludente do capitalismo global, espaços de participação democrática, de produção não-capitalista de bens e serviços, de criação de conhecimentos emancipatórios, de promoção de trocas culturais pós-coloniais e de novas solidariedades internacionais (CES, 2020, *on-line*).

O embate entre a chamada globalização alternativa e a globalização neoliberal é metaforicamente caracterizado como um embate entre o Norte e o Sul e é mais intenso nos países de desenvolvimento intermediário ou países semiperiféricos e, portanto, é neles que o potencial e os limites da reinvenção da emancipação social se revelam mais claramente (SANTOS, 2005).

Nesse sentido, o processo de emancipação humana implica em profundas mudanças nas relações de trabalho, pois é por meio dele que se torna possível a construção das condições de existência e o fazer história. Porém, o trabalho na perspectiva capitalista inviabiliza a realização humana, reivindicando a concepção de novas relações de trabalho que sejam baseadas na solidariedade (SILVA, 2013).

Se, por um lado a emancipação social para o Norte só é possível quando atrelada ao capitalismo, por outro lado, tem-se a economia solidária como forma de resistência e

com grande potencial emancipatório, além de uma possibilidade concreta de tornar visível o Sul. No contexto das Sociologias das Ausências e das Emergências, a economia solidária seria uma forma de expandir o presente, uma vez que reconhece modos contra-hegemônicos de produzir, de ser e de estar no mundo enquanto cidadãos e enquanto trabalhadores.

A sociologia das ausências constitui-se em um procedimento investigativo que intenta demonstrar que aquilo que parece não existir teve essa invisibilidade ativamente produzida por relações sociais injustas e predatórias, ou seja, como uma alternativa não credível em relação ao que existe e é considerado como válido. O seu objetivo é transformar objetos não credíveis em credíveis e, com base nisso, transformar ausências em presenças (PIZZIO; VERONESE, 2008, p. 63).

Portanto, os conceitos e ideias sobre a emancipação social sob a ótica dos autores acima citados se complementam e é sob tal perspectiva que é possível afirmar que o trabalho nos moldes da economia solidária possibilita, para além da geração de renda, processos emancipatórios de seus trabalhadores. Isso porque ele significa o acesso à cidadania e exercício de direitos, além de produção de espaços reais de trabalho para populações excluídas e invisibilizadas do Sul global. Nele, as atividades são cooperadas, a participação é democrática e autogestionária, há prevalência da solidariedade, centralidade no ser humano, fortalecimento do coletivo, valorização dos saberes individuais e dos contextos locais.

O trabalho, na perspectiva da economia solidária pretende a emancipação social das pessoas em sofrimento psíquico, posto que propõe estratégias que promovem cuidado, autonomia, reabilitação psicossocial e a inclusão social, fazendo com que as pessoas se reconheçam como cidadãos, pelo trabalho (PEREIRA, 2009).

As alternativas econômicas contra-hegemônicas produzem dois grandes efeitos emancipatórios: na dimensão individual, acarretam mudanças essenciais nas condições de vida das pessoas envolvidas; na dimensão social, a propagação de experiências de sucesso implica na ampliação dos campos sociais em que operam valores e formas não capitalistas (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005).

Pensando na dimensão individual, algumas narrativas evidenciam mais fortemente tais processos, como é possível verificar nos trechos a seguir:

“Eu estou bem e estou gostando do novo trabalho. A experiência que estou tendo está muito boa, afinal, eu comecei a sair mais e ser mais independente. Minha relação com as pessoas que trabalham lá também é muito boa. Eu fiz vários amigos muito especiais no Recriart. [...] O Recriart significa algo muito especial para mim, pois me ajudou a ser mais independente, ajudou também a ter mais carinho pelas pessoas, uma vez que lá todas as pessoas têm problemas como eu e assim a gente se identifica e pode falar o que pensa, sem medo de ser julgado, porque lá a gente tem muito respeito”.

(Trecho da narrativa de Begônia)

Begônia, que teve uma experiência de trabalho anterior ao Recriart, enquanto autônoma no ramo da fotografia é a mais nova integrante do grupo entre os colaboradores, reconhece que o trabalho autogestionário suscita maior independência, além de acesso a espaços até então pouco explorados, criação de novos laços afetivos, sentimento de pertencimento e liberdade para se colocar sem receio de julgamentos. Nessa mesma direção, Camélia afirma que:

“Entrar no Recriart fez muito bem pra mim, porque lá eu converso com as pessoas, tenho amigos, tem a Margarida que é muito boa também. Tudo isso é muito bom pra gente. [...] A economia solidária me abriu novas oportunidades como conhecer pessoas, ir a alguns lugares mas, acima de tudo, me sinto mais ativa”.

(Trecho da narrativa de Camélia)

Os pontos destacados por estas colaboradoras apontam para, entre outras questões, a criação de vínculos afetivos e, nesse sentido Tykanori (2010) afirma que viver com autonomia depende do estabelecimento de relações e esse conviver e poder fazer parte deve estar pautado no estabelecimento de trocas e negociações que permitam ao sujeito posicionar-se diante das situações e fazer escolhas. O trabalho na perspectiva da economia solidária possibilita ganhos nas habilidades e capacidades para as relações sociais, acarretando em melhora nos relacionamentos interpessoais, com maior habilidade na comunicação (TAGLIAFERRO, 2011).

Estes e outros ganhos podem ser considerados o que Ballan (2010) denomina de ganhos imateriais advindos do trabalho na perspectiva da economia solidária e Santos e Rodríguez (2005) chamam de benefícios não econômicos, que são fundamentais para contrariar os efeitos desiguais da economia capitalista. Tratam-se de ganhos advindos das relações sociais e familiares, da conquista da autoestima, do protagonismo, da independência e da autonomia, que tanto contribuem para as transformações que o trabalho cooperado e autogestionário opera na vida de cada trabalhador.

Pensando esses ganhos sob a perspectiva do pensamento crítico de Boaventura de Sousa Santos, reiteramos a defesa em torno de um compromisso ético com a emancipação, uma vez que alternativas econômicas fundamentadas em princípios não capitalistas promovem, entre outras coisas, a emancipação social de pessoas em sofrimento psíquico. Na luta por uma sociedade sem exploração, ou pela diminuição radical desta, as teorias críticas ao capitalismo mantêm presente a promessa de emancipação social (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005). Nesse sentido, para Rodríguez (2005), os atores sociais que sofrem exploração encontraram caminhos de emancipação.

Retomando as narrativas, Hibisco associa sua experiência na economia solidária à melhora da questão financeira, enquanto possibilidade de aumento do poder aquisitivo e oportunidade de acesso a algumas regalias que não eram possíveis anteriormente. Tratam-se de ganhos materiais (BALLAN, 2010), que são aqueles advindos exclusivamente das retiradas.

“Sinto que algumas coisas mudaram na minha vida depois que comecei a trabalhar lá. Eu vou ao CAPS, vou ao Recriart, recebo meu dinheirinho, compro o que eu quiser comprar. Se eu quero comprar um lanche, eu vou e compro. Nesse aspecto, as encomendas são muito bem vindas porque é um dinheirinho a mais que entra e dá pra melhorar o valor das retiradas. Lá é o meu trabalho, afinal, agora eu tenho o meu trabalho, o meu serviço. [...] Trabalhar no Recriart abriu uma porta pra mim porque eu nunca tinha trabalhado na vida. Tenho 38 anos e nunca tinha tido a oportunidade de trabalho. O Recriart é meu primeiro trabalho. Fico pensando que se o Recriart não existisse eu ia estar lascado, porque eu não seria nada, aliás, eu não seria o que sou hoje. [...] Minha vida mudou muito depois que eu comecei a trabalhar lá. Mudou o jeito da vida, o jeito de me vestir, porque com o dinheiro que vem de lá eu consigo comprar roupa. Não ganho muito, mas eu ganho um dinheirinho”.

(Trecho da narrativa de Hibisco)

Os ganhos materiais procedentes das retiradas têm se mostrado incipientes, porém, de grande valia para os colaboradores. Tal informação aparece não apenas na narrativa de Hibisco como também em alguns trechos do diário de campo, como o exemplo que se lê a seguir:

“Uma coisa que me deixou bastante surpresa e até assustada é o valor a ser retirado pelos membros do Recriart. Esta retirada será dividida entre os 17 participantes e será algo em torno de R\$ 50,00 para cada.”

(Trecho do diário de campo – setembro/2017)

Essa questão não é recente, tanto que alguns estudos anteriores já apontavam que as retiradas são muito baixas, revelando ser este um dos maiores desafios para os empreendimentos (MAZARO, 2017; MORATO; LUSSI, 2015c; TAGLIAFERRO, 2011). A literatura aponta que as iniciativas de inclusão social pelo trabalho são ainda frágeis e com poucas condições de gerar renda aos usuários, porém, com grande potencial emancipatório e potência de vida. Concentrar a análise da eficácia da experiência apenas na questão econômica seria desperdiçar o conhecimento destes atores sociais e toda a experiência produzida por estes grupos. Diante desse cenário, é necessária e urgente a visibilidade e reconhecimento, uma vez que o conhecimento dos principais atores sociais envolvidos, ou seja, os próprios usuários, corre o risco de ser invisibilizado, tornando-se o que Boaventura de Sousa Santos denomina de ‘desperdício da experiência’. Isso significa dizer que tais experiências podem ser desconsideradas ou, na melhor das hipóteses, minimamente consideradas, dado que muitas das questões que não fazem parte da nossa realidade são, de fato, produzidas como inexistentes (SANTOS, 2007; 2010a).

Já em relação à emancipação de pessoas em sofrimento psíquico estar relacionado ao processo de formação impulsionado pelo trabalho, segundo a perspectiva de Rotelli (2000), a narrativa de Gerânio realça tal ideia:

Durante esse tempo, o Recriart também me deu novas oportunidades. Eu fiz um curso de informática e aprendi a mexer um pouco no computador. Fiz cursos de economia solidária que estão me ajudando a fazer bastante coisa. Também conheci pessoas novas de outras áreas, inclusive pessoas envolvidas com a política do município”.

(Trecho da narrativa de Gerânio)

Nesse sentido, Singer (2008, p. 290) afirma que “o trabalho é uma forma de aprender, de crescer, de amadurecer, e essas oportunidades a economia solidária oferece a todos, sem distinção”. Por essas oportunidades, a economia solidária vem se destacando porque vai muito além de “aliviar a situação generalizada de desemprego associada aos efeitos da globalização neoliberal no Brasil” (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005, p. 59). São movimentos assim que mantém viva a luta por uma globalização contra-hegemônica e não podem, sob quaisquer hipóteses, correr o risco de serem invisibilizados. São os valores opostos ao capitalismo que mantém a promessa de emancipação social (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005) e, portanto, a economia solidária torna-se um campo potencial de emergência de formas de organização social contra-hegemônica (PEREIRA,

2009). A formulação de alternativas econômicas que sejam ao mesmo tempo, viáveis e emancipatórias, concebem propostas de uma globalização contra-hegemônica.

Na dimensão social (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005), a Linha do Tempo do Recriart retrata que a preocupação com os processos coletivos de formação sempre foi uma questão importante para o grupo, com ênfase especialmente naqueles ofertados pela INCOOP/UFSCar (atualmente NuMI-EcoSol/UFSCar), como se observa a seguir:

“Desde o início das atividades, o Recriart aprimorou a técnica de reciclagem e confecção de produtos, conheceu outros EES do mesmo âmbito em visitas semestrais ou, quando não, convidava pessoas de outros lugares a fim de capacitar os trabalhadores, sempre em parceria com a INCOOP/UFSCar e também experimentou outras formas de organização, sempre nos princípios da Economia Solidária. O apoio da INCOOP/UFSCar, por meio da cogestão, foi imprescindível para o avanço do Recriart, isso porque, além do incentivo financeiro que vinha por meio de projetos de extensão, também possibilitava o acesso à aprendizagem, formação e capacitação de forma interdisciplinar”.

(Trecho da Linha do Tempo do Recriart)

O Recriart nasce fruto de um processo de incubação e formação de seus membros, incluindo aqui os profissionais, os usuários de serviços de saúde mental e a equipe técnica de incubação para a proposta da economia solidária e é possível identificar na Linha do Tempo do Recriart o reconhecimento pelo apoio e assessoria oferecido pela INCOOP/UFSCar e, posteriormente, pelo NuMI-EcoSol/UFSCar. Destacamos aqui a importância do trabalho realizado pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), que são entidades de apoio, assessoria e fomento à Economia Solidária. “São organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento” (BRASIL, 2006c, p. 13). As ITCPs auxiliam os EES na busca por estratégias a fim de contornarem os principais desafios e, para tanto, fornecem capacitação às pessoas com o intuito de formar um espectro de profissionais aptos a atuarem nos empreendimentos (SINGER, 1999).

Todos estes relatos acima refletem os impactos identificados pelos colaboradores sob os diferentes vieses dos processos emancipatórios e como estes processos impactam suas experiências, ampliando as possibilidades de vida a partir da subjetividade e da singularidade de cada um.

Feitas estas considerações, ressaltamos que das 38 produções analisadas pela revisão de escopo (seção 2 desta tese), 3 delas estudaram o Recriart em suas diferentes perspectivas. São elas: 1. O artigo de Filizola; Teixeira; Milioni; Pavarini (2011), cujos

objetivos foram identificar a composição e relações das famílias de integrantes desse empreendimento; e conhecer as percepções dos familiares sobre a inclusão pelo trabalho dos usuários e a possibilidade de protagonismo da família nesse processo; 2. O artigo de Lussi; Morato (2012), cujo objetivo foi identificar o significado do trabalho para os usuários de serviços da saúde mental participantes de projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da economia solidária; e 3. A dissertação de Milioni (2009) cujo objetivo foi apreender a experiência dos integrantes de um grupo solidário de produção de papel reciclado, o Recriart, em processo de incubação entre a parceria do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) com a Incubadora de Cooperativas Populares – INCOOP da Universidade Federal de São Carlos.

Os caminhos traçados pelo Recriart ao longo de seus 14 anos de existência apontam para a construção de um cuidado mais integral, uma vez que sua idealização partiu dos profissionais trabalhadores do CAPS II do município. Preocupados com questões que vão além da loucura, de um diagnóstico ou do uso abusivo de álcool e outras drogas, esses profissionais preocuparam-se com questões como o acesso ao trabalho e a outros espaços do território, o exercício da cidadania, a vida nos espaços onde ela verdadeiramente acontece e a (re)construção dos laços familiares e de amizade. Os colaboradores vivem tal experiência e trazem relatos nesse sentido em suas narrativas. Pensando especificamente sobre os laços afetivos, a narrativa de Gerânio consegue demarcar bem essa questão, quando se lê:

“As coisas mudaram na minha vida depois que eu comecei a trabalhar no Recriart. Eu fui conhecendo mais gente, fui pegando amizade com a turma da economia solidária e com gente da cidade. [...] Peguei amizade com a turma do mercadão também. Agora eu tenho mais contato com parentes, vizinhos e amigos do que antes. Eu também adicionei várias pessoas no meu facebook, porque fui fazendo amizade. [...] Outra coisa que mudou também é que eu saio mais de casa. Eu gosto de ir passear, de ir nos lugares e visitar amigos”.

(Trecho da narrativa de Gerânio)

Por seu caráter coletivo e sua organização a partir de fatores humanos, a economia solidária mobiliza sentimentos de empatia, solidariedade, lealdade, amizade e confiança, o que favorece e valoriza os laços afetivos por meio da reciprocidade e amplia as relações e as trocas sociais (LECHAT, 2002). Assim, a opção pela economia solidária enquanto ideologia norteadora para a inclusão social pelo trabalho não é por acaso (MARTINS, 2008) e estudos anteriores já revelaram esse potencial do trabalho autogestionário

(BALLAN, 2010; BARFKNECHT; MERLO; NARDI, 2006; LUSSI, 2009; LUSSI; MORATO, 2012; MAZARO, 2017; MILIONI, 2009; TAGLIAFERRO, 2011).

O Recriart foi criado com o objetivo de inclusão social pelo trabalho, emancipação e autonomia de seus membros e os resultados deste estudo apontam que a experiência concreta de trabalho na perspectiva da economia solidária é um instrumento capaz de garantir tanto o direito ao trabalho, como o resgate da subjetividade, criação de vínculos afetivos, ampliação das possibilidades de vida, além de se mostrar uma importante ferramenta para a emancipação social.

A autogestão e a participação democrática são princípios fundamentais praticados pelo empreendimento e a Linha do Tempo do Recriart evidencia isso, especialmente quando se lê:

“É visível também o quanto o grupo vem incorporando e praticando a autogestão, tanto nas relações do dia-a-dia quanto nas escolhas – de novos membros, dos horários de trabalho, do que querem e não querem fazer, do que gostam ou desgostam. Têm no Recriart um lugar de fala e a oportunidade de poderem questionar e se posicionarem”.

(Trecho da Linha do Tempo do Recriart)

Retomamos aqui a ideia da Ecologia de Saberes proposta por Santos (2010c) que tem como objetivo identificar outros saberes e outros critérios de rigor que operam nas práticas sociais com credibilidade, para além da monocultura do saber e do rigor científico. A Ecologia de Saberes reconhece todo o conhecimento desperdiçado pelo Norte e, juntamente com a Sociologia das Emergências, trabalha as experiências plurais, conferindo visibilidade ao que estava invisível. Tratam-se dos saberes inatos e daqueles adquiridos com a prática, no dia-a-dia do trabalho, levando em conta a singularidade de seus membros e a subjetividade do grupo. Nesta perspectiva, busca-se valorizar os conhecimentos de todos os atores envolvidos.

“A ecologia dos saberes se baseia na ideia pragmática de que é necessário reavaliar as intervenções concretas na sociedade e na natureza que os diferentes saberes podem oferecer” (SANTOS, 2018, p. 244). Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos faz duras críticas às formas singulares de conhecimento e defende a ideia de que a sociedade é permeada por ricas experiências. Considera, ainda, que para compreendê-las é válido se apropriar de outras formas de conhecimento. Em seus termos: “A experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante” (SANTOS, 2010a, p. 94).

O Recriart passou por algumas transformações ao longo destes anos de existência, as quais a Linha do Tempo apresenta detalhadamente, sempre na tentativa de se adequar às possibilidades (dos profissionais e usuários), às necessidades e aos desejos de seus membros. É ecologia porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos, da autonomia de cada um deles e da articulação sistêmica, horizontal e dinâmica entre eles. Para Santos (2010b, p. 157), “o conhecimento é interconhecimento, é reconhecimento, é auto-conhecimento”.

A autogestão e a participação democrática – princípios fundamentais da economia solidária – estão presentes também nas narrativas. Nos processos autogestionários todos os saberes são considerados e argumentamos que a autonomia citada nos trechos das narrativas dos colaboradores é produto, sobretudo, da autogestão. Destacamos aqui um trecho da narrativa de Lírio, quando afirmava:

“Nós temos um regimento no Recriart que norteia nossas ações e, nele consta que não existe um patrão, ao contrário, todo mundo é patrão. Durante todo esse tempo também nós passamos por algumas reconfigurações, como por exemplo, quanto aos critérios das retiradas que já foi igual para todos, já foi por horas trabalhadas, agora estamos reestruturando para que seja pela presença nas atividades porque algumas pessoas não estavam indo”.

(Trecho da narrativa de Lírio)

O Recriart também participa ativa e consistentemente do movimento da economia solidária do município, além de integrar sua rede de economia solidária:

“Atualmente o empreendimento mantém participação ativa no movimento político de Economia Solidária do município, tendo conquistado uma cadeira no Conselho Municipal de Economia Solidária, além de compor dois projetos: a Rede Sanca e Projeto Rede Saúde Mental em conjunto com outros EES do campo da saúde mental do estado de São Paulo”.

(Trecho da Linha do Tempo do Recriart)

Reforçamos a importância do estabelecimento e articulação em redes de economia solidária, uma vez que se trata de uma experiência valiosa de inclusão social. As redes favorecem as trocas de apoio e cuidado, além de possibilitarem a participação em feiras, eventos e seminários, princípios que excedem o âmbito do trabalho (PACHECO, 2008). “As Redes de Economia Solidária propiciam um lugar fértil para a construção de ideais sociais que permitem um lugar igualitário para todos os gêneros, privilegiando o compartilhar e não o competir e dominar” (PAULON, 2008, p. 6). Além disso,

O intercâmbio solidário e a geração de cadeias produtivas complementares parecem ser o caminho mais indicado e promissor para o fortalecimento e viabilidade do modelo de Economia Solidária. Isoladamente os empreendimentos solidários dificilmente conseguirão sobrepor-se ao grande capital, além da proposta em torno de mudança socioeconômica mais ampla só poder se viabilizar quando construída em redes capazes de potencializar as ações isoladas de cada empreendimento (BORINELLI; SANTOS; PITAGUARI, 2010, p. 6).

As articulações em redes podem se dar no âmbito local, regional, nacional e até internacional e são elas que fomentam e potencializam o capital social, além de contribuírem diretamente para o fortalecimento do desenvolvimento local e regional sustentáveis (BORINELLI; SANTOS; PITAGUARI, 2010).

Para Melo (2005):

Dadas as restrições existentes quanto às políticas e instituições governamentais, atrevo-me a dizer que a possibilidade de um verdadeiro – justo e sustentável – desenvolvimento global começa em nível local, porque todas as medidas macroeconômicas são forçosamente centradas no crescimento e, dessa forma, são adotados critérios quantitativos, monetários e produtivistas e indicadores incompatíveis com um desenvolvimento centrado nas pessoas. E enquanto o crescimento conduz inexoravelmente à concentração e ao totalitarismo, o desenvolvimento local sustentável é fortemente dirigido para a liberdade, pois tende a propiciar a autonomia, a consciência e a participação cooperativa da maioria (MELO, 2005, p. 466).

Ainda segundo o mesmo autor, a questão não é apenas encontrar respostas economicamente viáveis em nível local, mas envolver-se em um processo que, a longo prazo e com o trabalho em rede de um conjunto de estruturas e experiências locais, produza uma alternativa global (ou alternativas, pois o desenvolvimento local implica diversidade) à destrutiva dominante e às nossas sociedades fragmentadas. Não se trata de um sistema novo que pretende substituir o antigo mas no lento e sólido estabelecimento de uma coexistência criativa e fértil de diversas formas de trabalho, produção, consumo e convivência. Isto é, certamente, um passo decisivo no avanço da democracia: “atingir uma economia plural como parte de uma sociedade verdadeiramente aberta” (MELO, 2005, p. 467).

À exemplo da articulação em rede, Santos e Rodríguez (2005) citam como exemplo o caso exemplar do complexo cooperativo de Mondragón (Espanha) e concluem afirmando que:

Mondragón teve êxito porque conseguiu transformar-se em uma verdadeira cooperativa regional, cuja rede de apoio permitiu a sobrevivência e expansão das cooperativas que fazem parte dela. Além disso, estas redes foram fortalecidas mediante a cooperação do Estado – concretamente, o governo regional basco – e os grupos de Mondragón, em assuntos tão diversos como projetos de pesquisa tecnológica, programas de estímulo ao emprego e estudos periódicos sobre a evolução da economia regional (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005, p. 39).

Boaventura de Sousa Santos, em suas nove teses sobre a lógica de um novo sistema de produção e sociabilidade, destaca que “o êxito das alternativas de produção depende da sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo” (SANTOS, 2005, p. 66) e que “as alternativas de produção devem ser vorazes em termos de escala” (SANTOS, 2005, p. 68), criticando o localismo que caracteriza algumas das propostas de economias alternativas. “Contra esse localismo, propomos alternativas capazes de atuar em diferentes escalas, desde a local até a global, passando pela regional e pela nacional (SANTOS, 2005, p. 68). Essa ambição diante das escalas de ação e de pensamento opõe-se ao fundamentalismo em relação ao privilégio de uma escala particular, como é o caso da quarta lógica de produção da não-existência presente na racionalidade ocidental (SANTOS, 2007; 2010a).

Na perspectiva da Sociologia das Ausências, trata-se da ‘lógica da escala dominante’ que exalta a globalização e o universalismo e ignora ou, no máximo, trata com irrelevância todas as outras possíveis escalas. A ecologia que confronta essa lógica, na perspectiva da Sociologia das Emergências é a ‘ecologia das trans-escalas’ que recupera as aspirações universais ocultas e as escalas locais/globais alternativas que não resultam da globalização hegemônica (SANTOS, 2010a).

Finalizando estas primeiras reflexões mais gerais sobre algumas questões pertinentes e que se destacaram ao longo do processo deste estudo, vale ressaltar que grande parte dos trabalhadores do Recriart são beneficiários do BPC e as retiradas são, para eles, uma complementação da renda. O Benefício de Prestação Continuada garante a eles a subsistência e, por isso, o medo de perdê-lo é uma preocupação constante que permeia com frequência o espaço de trabalho. Hibisco, em sua narrativa, afirma que, ao ser contemplado com o BPC afastou-se do Recriart por medo de perdê-lo.

“Na verdade, durante esse período, eu fiquei afastado do grupo por 2 anos mais ou menos, logo que fui contemplado com o benefício, obedecendo a orientação da minha tia, que tinha medo que eu o perdesse”.

(Trecho da narrativa de Hibisco)

Tal inquietação, tão conhecida na rotina dos EES, é discutida nos estudos sobre o tema e a revisão de escopo nos reforçou isso. No Recriart não é diferente, o que corrobora com a literatura além de apontar que nenhuma política pública supriu tal lacuna ao longo do tempo. No período em que a pesquisadora esteve acompanhando as atividades do Recriart, em seu período de imersão no campo, foram inúmeras as vezes que presenciou tal apreensão por parte dos trabalhadores. Um desses momentos que marcou profundamente foi no mês de setembro de 2017, como se descreve a seguir:

“Hoje a TV UFSCar esteve no Recriart para filmar o passo-a-passo da confecção das cadernetas que serão entregues no evento e alguns participantes sentiram-se constrangidos e inseguros com a presença da câmera. Alguns deles chegaram a se retirar do ambiente onde estava alocada a câmera e verbalizavam que não queriam aparecer na filmagem. Quando interrogados sobre o motivo, era unânime o medo da perda do benefício, que é sempre muito presente”.

(Trecho do diário de campo – setembro/2017)

Realçamos que a informalidade dos EES também está, direta ou indiretamente, relacionada a esse medo coletivo da perda do BPC. O Recriart é um exemplo disso, uma vez que permanece na informalidade exatamente por esse motivo, assumindo todas as consequências advindas dessa escolha, até que a legislação do cooperativismo social não se torne uma possibilidade de formalização para o Recriart e os outros empreendimentos com as mesmas características. Como exemplo, podemos citar o momento em que o Recriart se vê obrigado a fechar o espaço de xerox dentro da UFSCar por motivos de reforma do espaço físico, que havia conseguido via DCE, e não consegue reabri-lo em outro local dentro da universidade, pelo fato de não poder participar de uma licitação.

“O grupo foi em busca de outros espaços dentro da UFSCar, porque o empreendimento estava sendo bem sucedido nessa atividade, porém, por conta da não-formalização do empreendimento, ficou impossível concorrer a uma licitação, que era o trâmite exigido pela Universidade para a ocupação destes espaços”.

(Trecho da Linha do Tempo do Recriart)

Olhando para todas as narrativas, para a Linha do Tempo do Recriart e para o diário de campo da pesquisadora, foi possível tecer as reflexões acima e afirmar que o Recriart é uma iniciativa de inclusão social pelo trabalho condizente com as premissas descritas no Relatório Final do Grupo de Trabalho Saúde Mental e Economia Solidária (BRASIL, 2006a), visto que ele: possibilita o processo emancipatório de seus membros;

favorece a participação destes na comunidade; incentiva a autogestão e a participação democrática; permite a inclusão em redes de comercialização, rede de oportunidades e fóruns de economia solidária; busca o aprimoramento das habilidades profissionais e das técnicas de produção e comercialização; busca parcerias, tanto técnica quanto de participação na vida social e comunitária; e fortalece a contratualidade social de seus trabalhadores promovendo sua efetiva participação na vida social. Porém, reconhece a necessidade de aprimoramento em algumas questões, como se observa a seguir:

“Ao longo desses 14 anos de existência, o Recriart passou por várias fases e o maior avanço observado é a conquista de um lugar social, especialmente nos últimos 3 anos com a mudança de espaço físico, no qual o grupo passou a ocupar um local que não é tão protegido, pelas disputas impostas. [...] É nítido o crescimento e o amadurecimento do grupo, além da melhora ocorrida nos produtos em termos de qualidade. Hoje em dia o grupo sente-se tranquilo e seguro para assumir qualquer encomenda, por maior que seja. [...] Mesmo diante de tantos ganhos ao longo dos anos, o grupo entende que ainda há muito a ser construído e aprimorado”.

(Trecho da Linha do Tempo do Recriart)

Concluindo, os colaboradores deste estudo trazem, em suas narrativas, indícios da inesgotável diversidade da experiência no mundo, evidenciando a premissa da Ecologia de Saberes – a ideia da diversidade epistemológica do mundo – que reconhece a “existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico” (SANTOS, 2010c, p. 54). Diante disso, passaremos agora às reflexões sobre as categorias identificadas a partir da leitura e análise dos dados produzidos por este estudo.

7.1 A potência do Trabalho na Vida: sinalização das emergências a partir da Economia Solidária

O trabalho ocupa um lugar privilegiado e de destaque na vida do ser humano e não é diferente com os colaboradores deste estudo. Para Antunes (1995, p. 123), “o trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o motor decisivo do processo de humanização do homem”.

Segundo Lancman (2007), o trabalho é central na vida das pessoas, pois promove a construção da identidade individual e interfere diretamente na inclusão social. Ele está

ligado à formação das redes sociais dos sujeitos, a suas trocas afetivas e econômicas e orienta a rotina das pessoas. Nesse sentido, o sentimento de pertencimento social se estrutura por meio do trabalho.

Porém, o que se observa são as diferentes dimensões dessa centralidade na vida dos trabalhadores do mercado formal capitalista em dissonância com os trabalhadores da economia solidária. No sistema capitalista, os trabalhadores vendem sua força de trabalho e se submetem à situações que, muitas vezes, ameaçam a própria sobrevivência em troca do salário, que lhe permite a subsistência. Nessa lógica, o trabalho torna-se alienado e destituído de sentido, uma vez que o resultado de sua atividade passa a ser propriedade de outrem (TEIXEIRA; SOUZA, 1985). Apesar desse cenário triste e desanimador, ter um trabalho formal, independente se suas reais condições sejam opressoras ou desumanas, representa, de certa forma, para a sociedade pós-moderna estar “deste lado da linha”.

Por outro lado, têm-se o trabalho solidário que representa a possibilidade de acesso ao mundo do trabalho por uma outra via. Aqui o trabalho ocupa a centralidade na vida do trabalhador porque, além dos ganhos financeiros, ele representa, entre outras tantas coisas, o exercício da cidadania e dos direitos, acesso a espaços antes não explorados, possibilidade de trocas sociais com conseqüente ampliação do círculo de amizades, conquista da autonomia e da independência, oportunidade de fazer parte de um grupo, de exercitar a criatividade e de ser respeitado. Representa, ainda, a possibilidade de transposição da linha abissal que separa invisíveis dos visíveis; os sem credibilidade dos credíveis; os sub-humanos dos humanos.

A construção de um modo de produção alternativo ao capitalismo, no Brasil, conseguiu avançar, embora com dimensões modestas diante da grandiosidade do país e de sua população. Porém, é inquestionável a grande quantidade de pessoas que se libertaram pela solidariedade. “O resgate da dignidade humana, do respeito próprio e da cidadania destas mulheres e destes homens já justifica todo o esforço investido na economia solidária. É por isso que ela desperta entusiasmo” (SINGER, 2005, p. 127).

Segundo Bhowmik (2005), a cooperação é um meio de substituição da exploração capitalista por uma sociedade justa e igualitária, sendo as cooperativas um instrumento de transformação dessas sociedades. Desta forma, os objetivos das cooperativas diferem, não apenas, dos objetivos das empresas privadas, mas também das formas tradicionais de troca e relações interpessoais. O processo desencadeado pela autogestão requer o resgate

do saber acumulado pelos trabalhadores, ressignificando-o agora sob a ótica dos trabalhadores.

Mais especificamente no caso dos colaboradores deste estudo, o trabalho no Recriart significa uma mudança na rotina, uma vez que as narrativas trazem fortemente a ociosidade antes do seu ingresso no grupo e a possível ociosidade caso deixem de fazer parte do mesmo. As narrativas são atravessadas pela importância e centralidade do trabalho na vida, como os exemplos que se observam a seguir:

“Eu gosto demais de trabalhar no Recriart. Ele significa tudo para mim e na minha vida. Estar lá e fazer parte desse grupo é muito importante para mim. [...] Eu fico pensando que, se o Recriart não existisse, minha vida seria ruim, viveria num vazio existencial, porque eu não teria nada para fazer e não teria amigos. [...] Então, minha rotina está muito vinculada ao Recriart. Na verdade, ela gira em torno do Recriart”.

(Trecho da narrativa de Camélia)

Camélia afirma que sua rotina está fortemente vinculada ao Recriart e, além da importância dada ao trabalho, sua ausência associa-se a um vazio existencial. Já Begônia associa a melhora geral que houve em sua vida ao seu ingresso no grupo.

“Com isso fui melhorando tanto que agora estou bem. Ao entrar no Recriart eu tive uma melhora significativa. [...] Estou mais ativa. [...] Fico pensando que se o Recriart não existisse, minha vida estaria bem diferente do que está hoje, porque eu estaria inativa, ficaria dormindo boa parte do dia e, sem expectativas, também não iria exercer a criatividade, pois o Recriart trouxe tudo isso. [...] Afinal, trabalhar no Recriart, para mim, é ser mais ativa e ter maiores responsabilidades com o trabalho realizado”.

(Trecho da narrativa de Begônia)

Podemos afirmar que o trabalho no Recriart é dotado de sentido, uma vez que apresenta algumas características que reverberam, inclusive, em outras áreas da vida, à exemplo de Lírio:

“Participar do Recriart é muito importante para mim e eu gosto muito, porque quando fico muito tempo em casa, sem nada para fazer, eu tenho crises. E quando estou ativo, trabalhando, eu não fico apenas na cama deitado e eu não tenho as crises. É tão importante para mim que eu costumo me apresentar para as pessoas assim: sou beneficiário do SUS, faço complementação de renda no grupo Recriart e sou membro-paciente do CAPS mental. [...] Fico pensando que, se o Recriart não existisse, eu teria uma recaída. Não sairia tanto de casa, aliás, ficaria deitado na cama o dia todo vendo fumacinha em

caracóis. Eu sobrevivi porque o Recriart tem uma grande importância na minha vida”.

(Trecho da narrativa de Lírio)

Lírio reconhecia o trabalho no Recriart como um divisor de águas em sua história de vida ao afirmar que o trabalho não era meramente algo com o que ocupar o seu tempo, mas que sem ele, ficava suscetível e vulnerável às crises que tanto o desestabilizavam. Tal fato também foi relatado pela sobrinha de Lírio por ocasião da realização de uma das etapas da entrevista semiestruturada que ocorreu na residência deles.

“Quando C. [sobrinha de Lírio] se levantou para ir chamar Lírio, ela disse que Lírio não estava falando ‘coisa com coisa’, que ontem à noite estava agressivo, gritando que ia se matar, pegar alguém. Que sempre que ele fica mais ocioso ele entra em crise. E, como o Recriart não funcionou semana passada, ele estava em crise. Que o Recriart é uma maravilha tanto para Lírio quanto para a família. Ontem ele estava tão agressivo que elas [cunhada e sobrinha de Lírio] ficaram com medo dele e trancaram a porta para dormir já que o quarto dele é independente e fica nos fundos da casa”.

(Trecho do diário de campo – julho/2019)

Nesse sentido, observamos a importância do trabalho não apenas para Lírio e, indo além, a relevância do trabalho solidário e seu potencial para ampliar as experiências das pessoas em sofrimento psíquico no processo de apropriação de sua própria realidade, revelando seu grande potencial de emergência, uma vez que envolve não apenas a questão econômica, mas as demais esferas da vida humana.

Retomando um pouco as histórias de vida, destacamos que, dos seis colaboradores, quatro tiveram experiências de trabalho anteriores ao Recriart e, destes, apenas Begônia tem vontade de ingressar oficialmente no mercado formal, visto que sua experiência anterior era como autônoma. Há, ainda um colaborador (Hibisco) que não teve nenhuma experiência anterior e tem o desejo de ingressar em um trabalho formal.

Diante disso, o que se observa é que os colaboradores que apresentam tal desejo são aqueles que não tiveram a oportunidade de vivenciar uma experiência de trabalho nos moldes capitalistas.

“Embora eu esteja satisfeita e me sinta bem trabalhando no Recriart, eu gostaria de trabalhar no mercado formal, especialmente para me tornar mais independente financeiramente e não depender tanto da minha mãe. Eu gostaria de entrar no mercado de trabalho”.

(Trecho da narrativa de Begônia)

Apesar de gostar e sentir-se bem no atual trabalho, Begônia sente o desejo de ingressar no mercado formal e essa vontade é justificada especialmente pelo viés financeiro, com possibilidade de melhora na renda e maior independência nesse sentido. Não é diferente com o que acontece com Hibisco:

“Eu até tenho vontade de trabalhar no mercado formal, porque ganha um salário melhor, isto é, mais dinheiro e a possibilidade de fazer bastante coisa com ele”.

(Trecho da narrativa de Hibisco)

Em ambas as narrativas, o que se observa é que a vontade de ingressar no mercado formal de trabalho está vinculada exclusivamente ao retorno financeiro. Nesse sentido o trabalho formal está sendo avaliado apenas sob o aspecto salarial, não levando em conta todas as demais questões implicadas nisso. Destacamos, entre tais questões, o fato de o trabalho na perspectiva hegemônica na sociedade contemporânea, nos moldes capitalistas, apresentar limites em seu suposto potencial emancipatório.

Sabemos que o trabalho pode influenciar positiva ou negativamente a vida dos trabalhadores (SILVA, 2014) e, em sua dimensão negativa, o trabalho pode causar sofrimentos e angústias. Sabemos que o trabalho na perspectiva capitalista é reconhecido pela competitividade, altas exigências, busca desenfreada pelo lucro, distinção da sociedade em classes, desigualdades, relações hierarquizadas, acúmulo do capital, geração de riquezas e precarização do trabalho. Ele gera uma situação de ansiedade nas pessoas, colocando em teste o próprio senso de caráter pessoal (SILVA, 2014). Uma outra característica do capitalismo são suas relações superficiais e descartáveis, que dissolvem os laços de lealdade, confiança e compromisso mútuo em função das experiências de curto prazo. Essa é a exclusão que grande parte da humanidade vivencia (SENNETT, 2001), incluindo as pessoas em sofrimento psíquico, que vivenciam frequentemente o estigma e a marginalização social.

Tendo ainda em vista a dimensão negativa do trabalho na lógica capitalista, a Linha do Tempo do Recriart menciona alguns obstáculos que os membros do grupo enfrentaram em suas tentativas de acesso ao mercado formal, incluindo a dificuldade de permanência nesses trabalhos:

“A equipe passou a discutir estratégias alternativas de inclusão pelo trabalho, uma vez que as tentativas realizadas no mercado formal não obtiveram sucesso porque as pessoas voltavam destas tentativas em crise. Permaneciam pouco tempo no trabalho, cerca de 2 ou 3 meses e voltavam em situação crítica

para o CAPS II. Assim, a equipe iniciou alguns movimentos alternativos ao trabalho formal”.

(Trecho da Linha do Tempo do Recriart)

A economia solidária apresenta-se como uma estratégia de enfrentamento a tais questões. Ela tem o potencial de incorporar homens e mulheres que foram expulsos ou nunca obtiveram acesso ao mercado de trabalho. “Esses seres sociais veem-se, então, não como desempregados excluídos, mas como realizando atividades efetivas, dotadas de algum sentido social” (ANTUNES, 2000, p. 113).

Na economia solidária há intensa luta pelos direitos dos trabalhadores e contra a precarização das condições de trabalho que acompanham o capitalismo durante os últimos dois séculos (BRASIL, 2007). A economia solidária, por sua lógica que se contrapõe ao capitalismo, propõe mudanças nas relações, fazendo com que a dimensão positiva do trabalho se sobressaia na vida das pessoas. Nela há, implícita e explicitamente, motivos para os seres humanos importarem-se uns com os outros.

As experiências emancipatórias vivenciadas na perspectiva do trabalho solidário e cooperado precisam ser aproveitadas para costurar uma rede de combate ao capitalismo, um sistema incompatível com a dignidade e os direitos humanos e assim, tornarem-se visíveis e presentes. Os empreendimentos econômicos solidários podem formar zonas de contato pluricultural que contribuem para a formação de subjetividades fortes em convivências (SANTOS, 2014).

Entre os colaboradores que vivenciaram as duas formas de trabalho – capitalista e solidária – as narrativas trazem as diferenças entre elas de forma bem demarcada e deixam nítida a total falta de vontade e interesse em retornar ao mercado de trabalho capitalista.

“Eu reconheço muitas diferenças entre trabalhar na economia capitalista e na economia solidária. Para estar no trabalho formal é necessária muita paciência e força de vontade, senão é impossível. Eu já tive chefes que eram pessoas muito difíceis de lidar, que mandavam e decidiam tudo. Já na economia solidária é bem diferente, as pessoas me tratam bem, me respeitam, nós decidimos juntos o andamento do trabalho. Eu gosto muito mais da economia solidária, tanto que eu não gostaria de voltar a trabalhar no mercado formal porque lá a gente sofre muito, é muito ruim”.

(Trecho da narrativa de Camélia)

De acordo com Santos (2010a), a economia solidária desperta certa euforia porque envolve emoções, tão necessárias quando se trata da racionalidade de uma sociologia de emergências. Pensar possibilidades de trabalho para pessoas em sofrimento psíquico não

significa, necessariamente, acesso ao mercado formal, com carteira assinada, mas trabalhar dentro das possibilidades de sua realidade, esperançosos com os resultados que os inclua de fato na sociedade. As experiências narradas pelos colaboradores demonstram o efeito positivo decisivo e o elevado potencial transformador destas experiências (RODRÍGUEZ, 2005).

Gerânio também teve algumas experiências de trabalho no mercado formal anteriores ao Recriart e sua narrativa expressa notoriamente as diferenças entre os dois sistemas:

*“Ainda sobre o relacionamento com as pessoas no local de trabalho, eu percebo que as relações são bem diferentes quando se trata da economia capitalista e da economia solidária. Na economia capitalista tinha sempre um que queria ser melhor que o outro, que falava que eu era lento e trabalhava devagar. Quando eu fiz o teste na fabriquinha, o próprio dono ficava em cima de mim, e, por me sentir pressionado, acabei errando. Por fim, ele me dispensou alegando que eu não estava me ambientando. [...] Depois, quando tentei fazer estágio de eletrônica, o rapaz me mandou embora porque ele havia mandado eu ir ao banco e sair com uma quantia grande de dinheiro e eu fiquei com medo. Ele me dispensou dizendo que eu ficava muito avoado, distraído e que não estava nem aí com nada. No começo eu sofri, mas depois passou. No mercado formal eu fui várias vezes mandado embora. Eu não consegui permanecer em nenhum trabalho por causa do meu problema. Tem também algumas questões como ter que cumprir horário, seguir muitas regras e dar satisfação para o patrão ou dono da fábrica. Já na economia solidária não tem patrão. Trabalhar na economia solidária é bem diferente. **A Margarida apoia o projeto, mas quem decide tudo é a gente. O que o grupo resolve, está resolvido. [...] Lá ninguém força o outro a fazer nada, há respeito mútuo, um ajuda o outro, eu posso falar o que eu penso e a gente está sempre aprendendo**”.*

(Trecho da narrativa de Gerânio, grifo nosso)

Ao olhar especificamente para o fragmento grifado no excerto acima, é possível identificar o potencial emancipatório da autogestão, especialmente porque a própria economia solidária caracteriza-se como uma estratégia de emancipação humana, tanto pela dimensão do conceito, quanto pelo contexto, experiências, metodologia e política pública (NOVAES, 2012). Pelo fato de valorizar o homem em detrimento ao capital, “a principal estratégia nesses processos autogestionários é a de refazer valores de submissão e incentivar a solidariedade e capacidade intelectual do coletivo gestor” (BARBOSA, 2007, p. 135). Gerânio reforça a autonomia e a responsabilidade decisória do coletivo, além da solidariedade e do respeito entre os trabalhadores. Segundo Schuster (2004), a autogestão praticada nas iniciativas de inclusão social pelo trabalho leva os sujeitos envolvidos a refletirem sobre sua própria gestão e os incentiva a buscá-la. Isso

significa dizer que as experiências autogestionárias vivenciadas no local de trabalho reverberam para a realidade extra-muros. Isso porque, para o autor, “a autogestão é um *desejo* permanente e uma *prática* emancipadora constante” (SCHUSTER, 2004, p. 92).

Pela lógica, o capitalismo e a autogestão são sistemas distintos e incompatíveis. As lógicas de produção alternativas são praticadas em meio a hegemonia do sistema atual, embora o capitalismo as considere invisíveis e desqualificadas. A economia solidária possibilita oportunidades àquelas pessoas que se encontram “do outro lado da linha” e que foram silenciadas, suprimidas e marginalizadas pelo Norte global. Isso porque em suas práticas, a economia solidária tem tensionado o modo hegemônico de produção e consumo em relação às necessidades humanas e se apresenta como um contraponto ao processo capitalista, fazendo emergir dinâmicas socioeconômicas e sociopolíticas marginalizadas (CUNHA; SANTOS, 2011). As populações invisibilizadas do Sul global encontram na economia solidária uma possibilidade de exercerem alguns dos direitos básicos, além do acesso ao mundo do trabalho, dado que seus princípios preconizam o sujeito. Enquanto luta contra a opressão, a dominação e a discriminação, a economia solidária compromete-se com a emancipação das pessoas.

Boaventura de Sousa Santos debate sobre as estratégias de emancipação social e defende a ideia de que é preciso reinventá-la, uma vez que não existem respostas modernas para os problemas modernos atuais e todos necessitam de uma sociedade melhor e mais justa. Para tanto, em busca de respostas para tal inquietação, o autor organizou uma coletânea de sete volumes intitulada “Reinventar a emancipação social para nossos manifestos” e, particularmente no segundo volume desta coletânea – Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista – a economia solidária ganha destaque enquanto estratégia de produção não capitalista e como uma expressão da nova emancipação social (SANTOS, 2005). Paul Singer, em seu capítulo, afirma que, apesar das iniciativas econômico-solidárias serem ainda modestas no Brasil, “não há como olvidar que dezenas de milhares já se libertaram pela solidariedade. O resgate da solidariedade humana, do respeito próprio e da cidadania destas mulheres e destes homens já justifica todo esforço investido na economia solidária” (SINGER, 2005, p. 127).

Retomando os resultados deste estudo e pensando no processo emancipatório e todos os ganhos identificados durante o processo de inclusão social pelo trabalho, podemos afirmar que a renda não é, definitivamente, o que mantém esses trabalhadores no Recriart.

“Entre as maiores dificuldades que o grupo enfrenta nos dias atuais destaca-se a questão da renda. A retirada mensal é pouco significativa e está bem aquém de ser considerada renda, podendo ser classificada como uma complementação. O desejo, porém, é que ela possa alcançar o valor de, ao menos, um salário mínimo”.

(Trecho da Linha do Tempo do Recriart)

Este resultado corrobora com a literatura e estudos anteriores e, nesse sentido, Santos e Carneiro (2008) afirmam:

A participação, responsável pelo envolvimento do trabalhador com esse processo é também responsável por um desenvolvimento pessoal dos trabalhadores que se permitem conceber novas representações, por isso, é possível dizer que os benefícios oriundos do trabalho coletivo e cooperativo extrapolam o material e o econômico. É esta mesma categoria, participação, que provoca os trabalhadores a buscarem um envolvimento com uma dinâmica maior que implica num movimento unificado e numa rede de solidariedade (SANTOS; CARNEIRO, 2008, p. 14).

Tendo isso em vista e retomando as reflexões de Veronese e Esteves (2011) sobre a avaliação de um EES, corroboramos com a ideia que, diante dos ganhos significativos narrados pelos colaboradores deste estudo, estas questões passem a ser prioridade na avaliação do sucesso dos empreendimentos, contrariando a lógica avaliativa que subentende o sucesso de um EES a partir da remuneração de seus sócios. Os ganhos subjetivos ocupariam o primeiro lugar na avaliação e a retirada o segundo, passando o sucesso dos EES a ser avaliado por questões que extrapolam os ganhos financeiros.

Partindo desta proposta, podemos afirmar que o Recriart têm se destacado e obtido êxito ao longo de sua existência, uma vez que os colaboradores trazem, em suas narrativas, exemplos destes ganhos subjetivos. Alfazema, por exemplo, reconhece mudanças positivas em sua vida embora não as consiga nomear, evidenciando que tais ganhos não são, necessariamente, fáceis de traduzir em palavras. É aí que se concentra a beleza da subjetividade e os desafios quando os sujeitos e suas necessidades e desejos são a principal motivação para tais experiências. Nesse sentido, Novaes (2012) afirma que a economia solidária é uma estratégia de desenvolvimento e sobrevivência focada no sujeito e em sua realidade de vida e sua finalidade é a reprodução ampliada da vida.

“Embora eu reconheça que algumas coisas mudaram em minha vida após meu ingresso no grupo, eu não consigo nomeá-las nem descrevê-las, me faltam palavras”.

(Trecho da narrativa de Alfazema)

Ainda sobre as experiências contadas pelos membros do Recriart, há um relato no diário de campo da pesquisadora que discorre sobre um trabalhador do Recriart que, embora não tenha participado enquanto colaborador deste estudo, refere-se aos ganhos subjetivos advindos do trabalho autogestionário. Ele (aqui chamado de P) havia entrado no Recriart há pouco tempo, juntamente com mais duas pessoas e, em um dia de assembleia, Margarida os interrogou sobre o que estavam achando do trabalho.

“Eles responderam que estão gostando. P foi além e disse: ‘Aqui tem paz e reconhecimento pelo trabalho. Lá no meu trabalho anterior eu fazia o melhor e nunca estava bom. Aqui eu faço e sempre as pessoas falam que está bom. Aqui eu estou criando confiança em mim’.”

(Trecho do diário de campo – janeiro/2018)

Estes são, para P, alguns dos ganhos subjetivos advindos do trabalho no Recriart e, entre eles é necessário destacar um em especial que remete às relações de respeito e valorização vivenciadas no ambiente de trabalho que impactam na autoconfiança e, certamente, contribuem com os processos de emancipação social. Observamos aqui o efeito emancipatório das alternativas econômicas contra-hegemônicas – em sua dimensão individual – acarretando mudanças essenciais nas condições de vida das pessoas envolvidas, desenvolvendo características emancipatórias e destacando o potencial de emergência destas experiências. Para além da dimensão individual, a dimensão social também é impactada pelos valores e formas não capitalistas (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005) e, nesse sentido, Godoy (2009) afirma que:

A Economia Solidária, nos termos em que se realiza no momento atual, é apenas uma sinalização, entre outras necessárias, do caminho da emancipação social e da autodeterminação. Ela carrega em si o germe de novas relações sociais de produção e que, por se caracterizar por uma prática portadora de uma nova pedagogia social com fundamento na autogestão, é potencialmente criadora de uma nova forma de organização da sociedade, possibilitada pela expansão da democracia, da solidariedade e da autogestão das relações sociais de produção às relações sociais que extrapolam o espaço da economia e atingem toda a sociedade (GODOY, 2009, p. 222).

Acreditamos que sejam ganhos como estes que façam com que a maioria dos colaboradores não sinta vontade de (re)ingressar no mercado formal de trabalho, apesar das dificuldades que precisam ser enfrentadas no dia-a-dia do empreendimento.

As narrativas informam, ainda, sobre a qualidade das relações que estão sendo vivenciadas nos contextos da vida, como se observa a seguir:

*“Eu gosto muito de trabalhar no Recriart. Lá eu faço de tudo um pouco, o horário é flexível, **as pessoas se respeitam** e sinto muita falta quando eu não vou trabalhar. [...] Lá eu tenho amigos e quero continuar trabalhando e participando até quando eu conseguir”.*

(Trecho da narrativa de Alfazema, grifo nosso)

Alfazema destaca o respeito existente nas relações e, apesar de sua idade já avançada, aos 79 anos de idade, reforça seu desejo de continuar trabalhando até quando for possível. Sua narrativa traz à tona também o estabelecimento de vínculos de amizade formados no espaço de trabalho e essa constatação não é exclusiva de Alfazema, estando presente também em outras narrativas, como a de Begônia, por exemplo:

*“Minha relação com as pessoas que trabalham lá também é muito boa. **Eu fiz vários amigos muito especiais** no Recriart”.*

(Trecho da narrativa de Begônia, grifo nosso)

Alfazema e Begônia reconhecem a importância do Recriart, especialmente no que diz respeito à sua dimensão afetiva, que envolve o contato e a proximidade humana, produz subjetividade, redes sociais e vida. Estar junto aos colegas de trabalho possibilita o desenvolvimento de amizade e ampliação da rede social dos trabalhadores (MILIONI, 2009). As experiências de inclusão social pelo trabalho devem ampliar a rede de sociabilidade primária, expandir as relações interpessoais e “estabelecer novas formas de posicionamento em seu interior (através da atribuição de valores positivos e da constituição de relações horizontais de reciprocidade)” (OLIVER; TISSI; AOKI; VARGEM; TAÍSA, 2002, p. 88).

Já a narrativa de Lírio vai além do estabelecimento de vínculos de amizade, associando o relacionamento respeitoso à ausência de agressões físicas. Revela ainda algumas questões do dia-a-dia de um espaço de trabalho com alguns embaraços, como se observa a seguir:

*“Eu tenho um bom relacionamento com as pessoas lá no Recriart. Converso com um, converso com outro. Infelizmente, sempre tem um ou outro que fala pelas costas, mas eu nunca estranhei. [...] **Nunca houve nenhum tipo de agressão, se houve foi apenas verbal.** De resto, é só bate papo mesmo. [...] Durante esse tempo que estou em São Carlos, que já somam 17 anos, a minha vida passou que eu nem senti, foi um vapt vupt, passou muito rápido. E, foi melhor que era antes, embora eu tenha sido repreendido e chamado a atenção em alguns momentos. Mas isso me fez aprender e procurar entender e melhorar”.*

(Trecho da narrativa de Lírio, grifo nosso)

Para além das questões específicas do trabalho, era nítida para Lírío a melhora significativa ocorrida em sua vida a partir do momento em que foi acolhido por seus familiares, mudou de cidade, iniciou um tratamento no CAPS – não necessitando de novas internações – e ingressou em uma atividade de trabalho, na perspectiva da economia solidária. Ele reconhecia a importância destes processos em sua vida, especialmente a oportunidade de poder trabalhar no Recriart.

Uma outra questão que emergiu, foi a ampliação ou até mesmo o estabelecimento do círculo de amizades que está presente em todas as narrativas, mesmo que em diferentes proporções. Mais fortemente aparece na narrativa de Hibisco, no trecho que ele diz:

“No Recriart também eu tenho vários amigos, uma coisa que eu não tinha antes. Os meus amigos atuais, são os amigos que fiz no Recriart. Minha vida melhorou bastante depois que eu comecei a fazer parte do grupo, porque melhorou socialmente. Minha vida social ampliou significativamente, porque antes eu ficava só em casa e agora eu vou no Recriart e em todas as feiras. [...]O Recriart significa pra mim uma família, uma casa, um abrigo. Gosto muito de trabalhar”.

(Trecho da narrativa de Hibisco)

Hibisco traz à tona a questão dos vínculos e dos afetos ao comparar seu trabalho a uma casa e seus colegas de trabalho a uma família. Nesse sentido, Rodríguez (2005) afirma que o trabalho coletivo e solidário tende a gerar laços afetivos e isso diz da importância dos vínculos para além dos vínculos profissionais e diz respeito a vontade de estar junto. Ainda nesse sentido, Gerânio afirma que, após seu acidente, tem se dedicado mais ao trabalho no xerox, ainda que não tirando cópias, mas faz questão de estar lá, junto aos seus pares, integrando o grupo:

*“Atualmente eu fico mais no xerox. Não tiro cópia, mas fico lá tomando conta. Eu ainda não lembro como mexer na máquina, preciso reaprender. Então, **quando chega cliente, eu chamo algum colega para tirar cópia.** Eu não fico dando palpite, o que pede pra eu fazer, eu faço. A orientação que me foi dada é de quando chegar cliente, ir chamar alguém. É isso que eu faço. Lá ninguém manda e ninguém é patrão. Todo mundo ajuda. Um está sempre ajudando o outro”.*

(Trecho da narrativa de Gerânio, grifo nosso)

As narrativas apontam para a importância do estabelecimento de redes sociais, aqui entendidas como um espaço potente para trocas afetivas a partir das relações com diferentes atores e instituições (SARACENO, 2001b). Elas agrupam as pessoas mais significativas pelos processos de reconhecimento e construção da autoimagem das

peças e podem ser de dois tipos: a) tradicional, constituídas por familiares, amigos e vizinhos que proporcionam e facilitam os processos de socialização e apoio; e b) ampliada, quando reúne outros atores e entidades importantes para as pessoas, como por exemplo o trabalho, a escola, a igreja, entre outros. Quanto mais diversificadas forem as redes sociais, mais recursos as pessoas terão, uma vez que o contato com diferentes realidades possibilita novas aberturas que ampliam a contratualidade e o exercício de diferentes funções sociais (BARROS; MÂNGIA, 2007). As redes sociais contribuem para o estabelecimento de novas formas de sociabilidade, que emergem de relações diversas e exigem diferentes maneiras de comunicação para possibilitar a construção de mundos, culturas e sujeitos coletivos, os quais se associam e se transformam (KINKER, 2011).

Esse estabelecimento de novas relações e trocas afetivas entre os membros do Recriart permearam fortemente as impressões da pesquisadora durante todo o processo de produção dos dados e parte dela está retratada no trecho do diário de campo, como o que se lê a seguir:

“O Recriart é composto por um grupo de pessoas que se conhece, em grande parte, há bastante tempo, ou seja, os trabalhadores são capazes de descrever características da personalidade, gostos, preferências e costumes uns dos outros. Eles sabem onde cada um mora, conhecem os familiares e visitam a casa uns dos outros. São laços que vão além das relações de trabalho”.

(Trecho do diário de campo – janeiro/2018)

Aqui destacamos uma das belezas da economia solidária, que não se preocupa exclusivamente com as questões econômicas mas, acima de tudo, valoriza o ser humano e suas relações. Isso faz com que ela se torne um campo potencial de emergência de formas de organização social distintas daquelas geradas pelo capitalismo. As narrativas estão repletas das histórias desses 6 colaboradores – atores sociais ocupantes da ‘ausência produzida’ pelo pensamento moderno ocidental – porém são experiências que não podem ser desperdiçadas nem invisibilizadas. Por meio da sociologia das ausências, é possível:

Captar e compreender o processo pelo qual têm sido produzidos os silêncios sociais nos mais diversos contextos empíricos e, a partir daí, trazer à tona saberes e perspectivas diferenciadas que possam representar toda a riqueza social contemporânea. Nesse processo, os sujeitos fazem-se *autores* da sua própria vida e da vida coletiva” (PIZZIO; VERONESE, 2008, p. 64)

Por suas várias esferas – política, econômica, social, cultural e de inclusão social pelo trabalho – a economia solidária é potencialmente capaz de construir uma

coletividade, na qual a riqueza social seja distribuída de forma justa. “Não sabemos se a economia solidária será capaz de potencializar uma transformação na sociedade, mas o fato é que estes processos não podem ser silenciados ou desperdiçados” (CUNHA; SANTOS, 2011, p. 35).

7.2 As Experiências e a Autonomia dos Colaboradores

A economia solidária se mostra muito favorável para a inclusão no trabalho para a realidade de pessoas em sofrimento psíquico, por seu grande potencial de emergência, uma vez que, para além da questão econômica, estabelece um espaço para trocas sociais, culturais e políticas e valoriza o ser humano e todo seu conhecimento. Segundo Bhowmik (2005), é possível melhorar as condições de vida por meio de ações coletivas e, em se tratando de coletividade, a economia solidária se destaca. Para Singer (2005, p. 106-107), “cada modalidade de cooperação combina em graus diferentes autonomia individual com trabalho coletivo e depende tanto da vontade dos membros quanto das características da produção”.

Tal visão pactua com a Ecologia de Saberes e a Sociologia das Emergências, evidenciando o potencial emancipatório das alternativas econômicas contra-hegemônicas e valorizando todo conhecimento e experiências dos trabalhadores. Valoriza, reconhece e confere visibilidade, declarando que o conhecimento é construído por todos os atores envolvidos.

Nessa direção, a narrativa de Lírio faz referência a dois episódios específicos nos quais ele se vê transmitindo seu conhecimento a outros atores, que ocupam o espaço “deste lado da linha”. O primeiro deles refere-se à explicação do passo-a-passo de como produzir papel reciclado que ele fazia com o maior orgulho e tal cena foi presenciada várias vezes pela pesquisadora em seu período de imersão no campo.

“Ficou estabelecido assim e a minha atribuição é fazer o papel. Quando chega algum estudante ou estagiária eu tenho que explicar tudo o que acontece no meu setor”.

(Trecho da narrativa da Lírio)

O segundo episódio foi quando Lírio foi convidado a participar de uma aula na UFSCar, contando sobre sua experiência no Recriart, como descreve o trecho a seguir:

*“A economia solidária me abriu algumas oportunidades, como por exemplo, outro dia fui convidado para ir na UFSCar falar para os alunos de uma professora. Ela me pôs na frente dos alunos dela e me fez explicar todo o sistema do Recriart. **Eu gostei muito de ir lá**”.*

(Trecho da narrativa da Lírio, grifo nosso)

Vemos, nesse excerto, a partir da perspectiva da ecologia de saberes, que o conhecimento e as experiências dos colaboradores são reconhecidas e valorizadas. A ecologia de saberes é uma ecologia de práticas de saberes e conhecimentos que possibilita intervenções no mundo real. Os conhecimentos e as experiências de todos os atores envolvidos contribuem para a construção de um conhecimento coletivo, uma vez que a ecologia de saberes propõe a criação de uma nova forma de relacionamento entre as diferentes formas de conhecimento, concedendo-lhes igualdade de oportunidades para a construção de um outro mundo possível, uma sociedade mais democrática e mais justa (SANTOS, 2010a).

A ecologia de saberes, por se fundar na pluralidade de conhecimentos heterogêneos e nas interações sustentáveis e dinâmicas entre eles, reconhece e prestigia os saberes locais e, com isso, valoriza as vozes dos sujeitos no cotidiano, no processo de produção dos saberes e para a possibilidade de diálogo entre eles. Isso pode ser observado na narrativa de Lírio em ambos os episódios destacados acima, reforçando a premissa que a ecologia de saberes se baseia na ideia de que o conhecimento é interconhecimento (SANTOS, 2010b).

Por essa perspectiva, tanto a narrativa de Lírio quanto a dos demais colaboradores expressam suas experiências e percepções, além da compreensão daquilo que está sendo vivenciado no contexto do trabalho. A construção dessa percepção é também, e não apenas, produto das relações que estão sendo produzidas no contexto do Recriart.

As narrativas apresentam também algumas outras questões alusivas às relações construídas e ao exercício da autonomia no Recriart, como se observa nos trechos abaixo:

*“Eu sempre me relacionei bem com todos os membros do Recriart, mas tinha umas pessoas que **falavam que eu encho o saco**, mesmo eu sempre ficando mais na minha. Eu também não fico jogando um contra o outro. Um dia eu brinquei com um rapaz, chamando ele de um personagem da Escolinha do Professor Raimundo, mas eu vi que ele não gostou e não brinquei mais. **Agora eu converso bem pouco lá, não fico falando muito**. Quando eu falo muito, Margarida já corta, me alerta que estou falando muito, até porque ela está lá para resolver todos os problemas que acontecem”.*

(Trecho da narrativa de Gerânio, grifo nosso)

Para Gerânio, os possíveis descontentamentos surgem a partir de uma crítica à sua postura, seja em virtude de suas falas repetitivas ou de brincadeiras que não foram bem aceitas pelo grupo e a postura adotada por ele é a de evitar conversar enquanto trabalha. Begônia e alguns outros colaboradores também optam por não expor ao grupo seu descontentamento em relação à alguma questão desconcertante que surja durante o trabalho, como retrata o trecho a seguir:

“Quando eu entrei no Recriart, a proposta era que eu fosse desenhista, isto é, a pessoa responsável por deixar todos os cadernos desenhados. Eu só fico um pouquinho triste quando meus desenhos não são usados”.

(Trecho da narrativa de Begônia)

Essa sensação de tristeza relatada por Begônia deve-se ao fato de seus desenhos não serem utilizados com tanta frequência como era no início, quando ela passou a fazer parte do grupo. Para Begônia, o combinado era que seus desenhos estampariam as capas dos cadernos, porém, ao longo do tempo isso foi sendo alterado por conta das constantes mudanças e dinamicidade do trabalho. Ela, porém, não verbaliza esse descontentamento para o grupo e segue auxiliando nas demais atividades.

Já para Alfazema, o desconforto gerado é em relação a sua aversão à cola. Afirma que, quando o Recriart ainda funcionava dentro da UFSCar, os profissionais que acompanhavam o grupo perguntaram o que cada um gosta e o que não gosta de fazer e Alfazema disse não gostar de trabalhar com cola, mas o tempo passou e as pessoas esqueceram. Ela contou à pesquisadora, por ocasião da entrevista, que chegou a perder peças de roupa porque mancharam com a cola, porém, prefere manter esse fato só para si, não se negando a trabalhar com ela.

*“Embora eu não goste de trabalhar com cola especificamente, eu participo de todas as etapas de confecção dos produtos, ou seja, eu risco, meço, corto e colo também porque eu nunca falo ‘não’ para as pessoas. [...] Eu aprecio muito a ideologia de trabalho adotada pela economia solidária, onde as decisões são tomadas coletivamente, com as deliberações realizadas em assembleia. Porém, **apesar de ter esse espaço, onde a gente pode falar o que pensa e dar opinião, eu nem sempre consigo expor o que me incomoda, como por exemplo, o fato de não gostar de trabalhar com a cola**”.*

(Trecho da narrativa de Alfazema, grifo nosso)

No trecho acima, Alfazema reconhece o espaço para diálogo oferecido durante o trabalho, não sendo exclusivo apenas para os dias de assembleia, porém, admite não fazer

uso desta possibilidade. Da mesma forma, Camélia reconhece este espaço democrático, porém, não se sente plenamente à vontade para contar sobre seus desejos. Um deles refere-se à vontade de retomar sua participação no processo de produção do papel, como se lê:

*“Lá também eu ajudava a fazer papel, e isso eu adorava fazer. [...] **Gostaria muito de voltar a fazer papel e mexer com a tela e, mesmo tendo várias pessoas trabalhando na produção do papel, quero muito voltar a fazer isso**”.*

(Trecho da narrativa de Camélia, grifo nosso)

Quando interrogada sobre os motivos de não expor isso para o grupo, Camélia diz que é pelo fato de já ter várias pessoas envolvidas nesse processo, mas que pretende falar sobre seu interesse em breve. Ainda na narrativa de Camélia, observamos a vontade não-verbalizada de participar das feiras:

“Outra coisa é que eu gosto de ir vender nas feiras. Eu não estava indo porque tinha muita gente fazendo esse trabalho, mas agora vou começar a ir em um espaço novo de comercialização externa que está sendo negociado. Estou muito feliz com essas duas oportunidades, porque eu gosto de lidar com o público e conhecer pessoas novas”.

(Trecho da narrativa de Camélia)

Para Hibisco é a sobrecarga de atividades de trabalho e os deslocamentos que têm feito com que se sinta assoberbado. O fragmento a seguir retrata parte disso:

*“A única coisa que tem me incomodado um pouco, tanto nessa questão das feiras quanto na questão do xerox é que **eu tenho me sentido um tanto sobrecarregado porque sempre eu que tenho que ir nas feiras e sempre eu que tenho que ficar no xerox. Na feira da UFSCar tem que ser eu. Na Serena Terra tem que ser eu. Ficar no xerox tem que ser eu. Mas eu não reclamo, não falo nada, fico quieto na minha, porque se eu não for, ninguém vai**”.*

(Trecho da narrativa de Hibisco, grifo nosso)

Hibisco prefere não levar tais questões para o restante do grupo, nem para Margarida de forma particular, optando por manter-se calado em relação a isso. Até porque, segundo ele, se ele não for, ninguém se disponibiliza a ir.

Diante disso, observamos que se tratam de questões corriqueiras da rotina de um espaço de trabalho, porém, que soam e repercutem de diferentes formas nas pessoas envolvidas. Estes impactos desfavoráveis – quer seja o entristecimento relatado por

Begônia ou a opção por uma postura mais calada de Gerânio, Alfazema, Camélia e Hibisco – poderiam ser acolhidos pelo grupo, caso houvesse maior facilidade para se colocarem diante do grupo, afinal, “a disseminação da informação é a base da democracia interna” (BHOWMIK, 2005, p. 397). Porém, o que se observa é a opção pelo ocultamento desses sentimentos mesmo que a liberdade para falar seja uma realidade presente nos discursos.

Para Silva (2005), os membros de um empreendimento econômico solidário e/ou cooperativa devem ter consciência de sua condição social e lutar pela resolução de seus problemas e o acesso aos direitos deve ser utilizado para superar as dificuldades que os cercam, demarcando assim, um empoderamento de “baixo para cima” a partir da tomada de consciência.

Apesar dos sinais, identificados nas narrativas dos colaboradores, de que os processos autogestionários são uma realidade vivenciada no Recriart, nos questionamos se eles têm sido vivenciados completamente, ou então, o quanto eles têm sido vivenciados por estes trabalhadores no cotidiano das atividades. Para Singer (2005), mudanças nesta filosofia só acontecerão mediante a participação de todos em cursos sobre cooperativismo, já que estes proporcionariam maior autonomia para a tomada de decisões e gestão do empreendimento. Schuster (2004) vai além ao defender, para além da educação formal, o fortalecimento de uma educação emancipadora, que provoque a libertação dos trabalhadores do domínio capitalista que até então eram submetidos. “Mesmo já estando agora vivenciando um trabalho autogestionário, a educação emancipadora precisa ser permanentemente construída e vivenciada dentro das cooperativas” (SCHUSTER, 2004, p. 109).

Concordamos com os autores quanto a importância da educação permanente em economia solidária, porém, vamos além em nossos tensionamentos e reflexões, indagando-nos sobre o tempo que leva para que a autogestão seja realmente absorvida e colocada completamente em prática no dia a dia do grupo.

Entendemos que existem desafios para a prática da autogestão, a começar pelo fato de que, mesmo fazendo parte de um empreendimento econômico solidário, os trabalhadores continuam imersos no mundo capitalista e isso leva a um grande choque de culturas (LOURENÇO, 2008). Para Castanheira e Pereira (2008, p. 117), “tanto a economia solidária quanto a autogestão envolvem proposições que rompem com os pressupostos capitalistas, exigindo a adoção de novos conceitos e valores que não se sustentam somente por artificios econômicos”. Com isso, os trabalhadores apresentam

não apenas dificuldades para obter renda, mas também para dar sentido a essa nova forma de trabalho que se opõe ao predomínio de valores capitalistas – a eficiência econômica e a competição, por exemplo – em que estão imersos e também para se alinharem aos pressupostos da economia solidária (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008).

A autogestão é um dos grandes obstáculos a serem enfrentados pelos empreendimentos econômicos solidários, tanto que no SIES 2010-2013 sua efetivação é citada como um dos principais desafios para 8.611 dos 19.708 EES cadastrados no banco de dados. Um cenário semelhante é identificado nos empreendimentos do âmbito da saúde mental, sendo um desafio para 78 dos 140 EES identificados no banco de dados (MAZARO, 2017).

Trata-se de um desafio não apenas para os membros-trabalhadores mas também para os profissionais que os acompanham. O questionamento que colocamos neste momento, pensando não apenas no caso específico do Recriart, mas das experiências de inclusão social pelo trabalho no âmbito da saúde mental em geral, é o quanto os profissionais que acompanham tais experiências assumem uma postura de direcionamento das ações, diminuindo, por consequência, as vozes dos trabalhadores para que eles consigam a autonomia que tanto se almeja e se pretende. Entendemos que tais iniciativas apresentam uma característica determinante – o sofrimento psíquico – e, por consequência, há um chamamento para o auxílio e o apoio de profissionais da área, colocando a autogestão e demais princípios da economia solidária como um grande desafio a ser transposto no dia-a-dia do trabalho.

A partir destas dificuldades aqui colocadas, tensionamos sobre o papel dos profissionais que acompanham uma experiência de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental que adota a autogestão como princípio, entendendo que seu lugar nesse espaço é de assessorar o grupo na rotina das atividades, trabalhando para a internalização dos princípios da economia solidária, sobretudo, da autogestão, para a conquista da autonomia individual e coletiva e com a apropriação das atividades pelos membros-trabalhadores (BARBERIO; BORGES; LUSSI; BULHÕES *et al.*, 2014).

Apesar de todo apoio e assessoria destes profissionais, vale ressaltar que a gestão dos empreendimentos econômicos solidários deve se dar de forma que haja maior democratização dos processos decisórios e a autoridade maior é a assembleia que adota diretrizes a serem seguidas por todos os membros (SINGER, 2002). Segundo Lechat, Ritter, Lemes e Schirmer (2007), nas assembleias a totalidade dos membros de um EES toma as decisões; todo e qualquer assunto relacionado ao empreendimento e a seus

trabalhadores pode ser discutido; cada membro tem direito à palavra, sem qualquer restrição; e todos têm igual poder de decisão, por meio do voto.

Além de ser um elemento chave do processo democrático, ela é também um momento importante no processo educativo dos trabalhadores. Ela permite a estes se informarem dos diferentes aspectos que integram a gestão do empreendimento, desde a compra da matéria-prima até a venda do produto, passando pelas diversas etapas do processo de produção, incluída a delicada questão da remuneração do trabalho e distribuição do excedente, quando houver (LECHAT; RITTER; LEMES; SCHIRMER, 2007, p. 184-185).

Porém, segundo Torres (2018), é impossível que a autogestão seja efetivada apenas no espaço da assembleia, uma vez que a gestão coletiva de um empreendimento econômico solidário não se resume a estes espaços. É necessária a criação de espaços de apropriação “do que é” fazer isso. A autogestão só deixará de ser uma perspectiva e um discurso utópicos da Economia Solidária se estiver firmada na realidade construída na sua prática contínua e na vivência dos trabalhadores. “É fortalecendo a autêntica práxis que a Economia Solidária se sustenta como alternativa contrária à lógica hegemônica” (TORRES, 2018, p. 5). Nesse sentido, Silva (2011) afirma que a construção de cooperativas verdadeiramente autogestionárias deverá ser fruto da própria classe trabalhadora consciente.

Avançando na discussão e pensando na proposição de caminhos para a superação destes desafios, destacamos o papel fundamental de uma equipe de incubação no processo de assessoria para formação e consolidação de empreendimentos econômicos solidários. “As ITCPs desenvolvem métodos de incubação que abrangem ações educativas, jurídicas e técnico-científicas, que geram instrumentos pedagógicos para gestão e controle das cooperativas ou empreendimentos solidários” (ROJO; FILIZOLA; ZERBETTO; CORTEGOSO, 2012, p. 108).

Destacamos, ainda, a importância da adoção de um referencial de prática como, por exemplo, a educação popular ou outros utilizados na Economia Solidária.

A educação popular constitui-se em uma diversidade de experiências pedagógicas e de formação humana, que convergem para o desafio da emancipação social e da reinvenção nas formas de produzir a vida em sociedade. O trabalho associativo, organizado de forma coletiva nas experiências de Economia Solidária, desponta como uma perspectiva de Educação Popular diretamente engajada na luta por um novo projeto de sociedade para além da lógica capitalista e dos socialismos históricos. Nesse sentido, entende-se por educação os amplos processos socioculturais inerentes às formas de organização da vida comunitária e a construção de saberes, que emergem da luta cotidiana para atingir uma vida mais digna nos grupos

sociais diretamente envolvidos e a relação destes com o contexto sócio-político mais amplo. Educação caracteriza-se, nessa perspectiva, como sinônimo de humanização e de mudança da qualidade de vida a partir da organização social e da efetivação concreta de projetos voltados para o processo de uma vida comunitária e social emancipatória (ZITKOSKI, 2010, p. 98-99).

A educação popular concentra-se na reflexão das condições de vida das classes oprimidas, na possibilidade de transformação social e no protagonismo das pessoas sobre suas próprias histórias (ELY, 2017). Diante disso, afirmamos que se trata de uma educação que dialoga com a perspectiva que defendemos nesta tese, apontando para um caminho possível na prática das iniciativas de inclusão social pelo trabalho. No entanto, frisamos que não é o único referencial adotado no trabalho prático dos EES que promove práticas emancipatórias.

Entendendo que o trabalho na perspectiva da economia solidária, por ser mediado pela autogestão enquanto forma de organização e gestão, incita relações diferenciadas, sua premissa é:

O modo de produção organiza a vida produtiva dos sujeitos e, concomitantemente, organiza a vida social coletiva. Por meio dele, estabelecem-se as relações sociais de produção, que não se restringem ao espaço produtivo, mas se expandem para além de seus limites, isto é, para as relações sociais (GODOY, 2014, p. 261).

Apesar disso, numa análise geral sobre as relações no Recriart e seu impacto na vida dos colaboradores, o saldo é bastante positivo para todos eles. As narrativas informam ainda sobre a qualidade dos processos vivenciados pelos colaboradores desde que ingressaram no Recriart, demarcando as impressões que eles têm sobre os impactos de sua vivência nesse espaço de trabalho, refletindo em sua trajetória de vida, como se observa nos trechos a seguir:

“Em 2018 eu fui indicada para trabalhar no Recriart e, com isso fui melhorando até que no início de 2019 eu tive alta do CAPS. E, com a alta, eu tinha mais disponibilidade de tempo e, conseqüentemente, comecei a trabalhar com mais frequência no Recriart. Com isso fui melhorando tanto que agora estou bem. Ao entrar no Recriart eu tive uma melhora significativa. Deixei de tomar um medicamento antipsicótico, porque não estava mais precisando dele e me sinto melhor a cada dia. Estou mais ativa”.

(Trecho da narrativa de Begônia)

Para Begônia, seu processo de melhora está intimamente relacionado ao seu ingresso no Recriart. Nesse período, ela obteve alta do tratamento realizado no CAPS,

diminuição da medicação, sensação de estar cada dia melhor e mais ativa. Sob uma outra perspectiva, Hibisco associa a qualidade dos processos vivenciados à forma como sua família o vê:

*“Mudou também a forma como minha família me vê. Antes eu vivia na rua, desarrumado, sujo, chegava tarde em casa ou então dormia na rua. Agora eu fico em casa, só saio de casa para ir trabalhar, não brigo, tomo banho e fico limpinho. Tem também a questão da responsabilidade. **Meus familiares veem que eu sou responsável e que melhorei muito**”.*

(Trecho da narrativa de Hibisco, grifo nosso)

Hibisco relata as inúmeras mudanças que ocorreram em sua vida desde seu ingresso no Recriart e, em sua narrativa destaca-se o valor dado à visão que sua família tem sobre ele. Ressaltamos que é a única narrativa que aborda a visão de familiares e os impactos identificados por eles.

O estudo desenvolvido por Filizola, Teixeira, Milioni e Pavarini (2011) com as famílias dos trabalhadores do Recriart apontou que estes reconheciam a importância do trabalho para seus familiares em sofrimento psíquico e relatam a melhora depois do ingresso destes no grupo. Acreditam, ainda, na relevância do trabalho uma vez que os usuários se sentem úteis e valorizados, conferindo ao trabalho autogestionário uma posição produtora de sentido existencial. Indo além, os familiares reconheciam a melhora da autoestima, uma vez que o Recriart evita o isolamento em casa e cria possibilidades de novas relações.

Com isso é possível evidenciar o caráter emancipatório do processo de inclusão pelo trabalho das pessoas em sofrimento psíquico, mesmo que esse movimento nem sempre caminhe a passos largos, isto é, os membros do Recriart estão envolvidos num processo lento e gradual, no qual se observam alguns avanços. O que não significa que o grupo alcançou a autogestão e a autonomia que tanto se almeja e pretende, evidenciando a necessidade de evolução em alguns aspectos como os que estão sendo apontados e discutidos neste estudo.

Já para Gerânio, o impacto de suas vivências recai sobre a autovalorização enquanto pessoa, especialmente quando afirma que:

“Entrar no Recriart fez muito bem pra mim, para eu me sentir valorizado. Eu não me valorizava como pessoa, porque eu lembro que tentei trabalhar em alguns locais e fui mandado embora por causa de repetir as coisas. Com isso fui amadurecendo e estou me valorizando como pessoa e o Recriart está me ajudando nisso, além de desenvolver a mente”.

(Trecho da narrativa de Gerânio, grifo nosso)

A experiência anterior no mercado formal de trabalho, tanto para Gerânio quanto para os demais colaboradores que a tiveram, é marcada por processos de exclusão, discriminação, desvalorização, de pequena permanência e alta rotatividade, característicos do sistema capitalista. À exemplo disso, a própria narrativa de Gerânio relata o fato dele já ter sido agredido e humilhado em um destes trabalhos anteriores. Em contrapartida, estes colaboradores encontraram na economia solidária uma alternativa que os valoriza enquanto seres humanos, cidadãos de direitos e trabalhadores, o que condiz também com as propostas da Reabilitação Psicossocial e as narrativas apontam nitidamente tal diferenciação nas vivências dos colaboradores e suas repercussões na vida.

Com toda a experiência vivenciada no processo de inclusão social pelo trabalho, as narrativas, a Linha do Tempo do Recriart e o diário de campo da pesquisadora contam sobre os processos de conquista de autonomia dos colaboradores. Alguns episódios demarcam de maneira bastante específica o exercício dela, porém, em alguns outros, há uma demonstração nítida da ausência dela. Iniciaremos as reflexões e tensionamentos a partir da autonomia pretendida enquanto cidadãos em todos os aspectos da vida, não ficando circunscritos ao ambiente de trabalho. Em especial, gostaríamos de destacar a autonomia para a não participação neste estudo. Lembrando que o convite foi realizado a mais 3 participantes, que o recusaram, por diferentes motivos e o que há em comum entre essas recusas é o exercício da autonomia.

Uma delas – aqui identificada por K – aceitou de imediato o convite, deixando agendado o dia, horário e local para a entrevista, porém, no dia seguinte enviou uma mensagem à pesquisadora, via aplicativo de conversas, informando que havia desistido de participar da pesquisa.

“Eu perguntei o motivo, mas ela simplesmente disse que é por não estar mais afim de participar e era pra eu escolher outra pessoa. Tentei novo contato com ela algum tempo depois, porém, sem retorno”.

(Trecho do diário de campo – agosto/2019)

Outra participante – identificada como V – recusou imediatamente o convite, porém, sem justificar sua opção.

“Convidei também a V [membro do grupo, indicada pela equipe de incubação], que recusou imediatamente a participar, sem, porém, justificar sua opção”.

(Trecho do diário de campo – agosto/2019)

Por um lado, estas recusas demarcam o exercício da autonomia, uma vez que estas trabalhadoras não consentiram em participar do estudo. Não é porque a pesquisadora – alguém que conviveu um longo período com elas e que esteve mais próxima – as convidou que elas precisariam participar. Por outro lado, essa recusa pode demonstrar o distanciamento entre elas e a ciência e, nesse sentido, interrogamo-nos sobre qual é a ideia que os membros do Recriart têm sobre uma pesquisa científica. Por que em um ambiente regido por princípios solidários e contra-hegemônicos, é possível identificar o pensamento moderno ocidental – que é abissal – que distancia os trabalhadores dos pesquisadores que, por essa lógica, ocupam o lugar “deste lado da linha”? Será que responder a uma entrevista pode ser prejudicial ou até mesmo sinônimo de perigo, como o da exposição, mesmo tendo o sigilo assegurado? Seria o medo de dizer algo errado e a possibilidade de ser reprimido por isso? Seria a insegurança por colocar seu conhecimento numa posição de inferioridade em relação ao conhecimento científico? Afinal, tratam-se de pessoas com histórias de vida marcadas por sofrimento, repressão, violência e exclusão. Não temos respostas a esses questionamentos, porém, ressaltamos que, independente dos motivos pessoais que levaram à recusa em participar do estudo, foi possível identificar e preservar o exercício da autonomia.

No entanto, apontamos contradições nos processos de autonomia, ou seja, os colaboradores têm autonomia para recusarem a participação no estudo, mas talvez esta autonomia está apoiada em relação de extrema dependência e sentimento de inferioridade impostos pelo pensamento moderno ocidental.

Um outro fato que chamou a atenção, ainda em relação ao exercício da autonomia dos colaboradores foi que nenhum deles quis ficar com uma cópia da narrativa. No momento da validação das mesmas, a pesquisadora disponibilizou uma cópia impressa a cada um, porém, nenhum deles aceitou. Gerânio, porém, foi além, solicitando que a mesma fosse entregue para Margarida:

“Ao final, ele pediu para eu deixar a narrativa com a Margarida, para ela guardar junto com a documentação do Recriart”.

(Trecho do diário de campo – outubro/2019)

Mesmo sendo algo do âmbito pessoal, Gerânio insistiu nessa solicitação, transparecendo o lugar de destaque que o Recriart ocupa no cotidiano de seus membros e o quanto suas histórias de vida estão entrelaçadas com este espaço.

Já em relação à terceira trabalhadora que recusou a participação na pesquisa – identificada como L – destacamos que a negação foi movida pela proibição de sua mãe, identificada especialmente pelo medo da perda do benefício, que é algo latente.

“L [membro do grupo, indicada pela equipe de incubação] aceitou de pronto conceder a entrevista, inclusive perguntou se por ocasião de nosso encontro, poderia também desabafar comigo. Deixamos então agendada a entrevista para a semana seguinte no NuMI, por opção de L. Enquanto eu conversava com Lírio, para agendar com ele a segunda rodada de perguntas, L veio me dizer que havia desistido de participar. Disse que havia ligado para sua mãe e ela havia ficado muito preocupada, com medo de perder o benefício e, mesmo eu afirmando que isso não aconteceria e garantindo-lhe o anonimato, ela declinou”.

(Trecho do diário de campo – outubro/2019)

Para além do medo de perder o benefício, apontado no trecho acima e já descrito anteriormente, tensionamos e nos interrogamos sobre como é o exercício de autonomia na vida desses colaboradores. Para Tykanori (2010), autonomia diz respeito à capacidade de produzir normas e ordenamentos frente as diferentes situações que se apresentam no dia-a-dia e ressalta ainda que o estabelecimento dos mais diferentes tipos de relação com as pessoas e coisas é o que possibilita à pessoa poder fazer escolhas, negociar, contratualizar e, portanto, exercer autonomia sobre sua vida. No caso de L, o exercício de autonomia foi completamente tolhido por sua mãe.

Retomamos, agora, as narrativas que contam episódios cotidianos que informam sobre o exercício, ou não, da autonomia e o quanto isso impacta na própria vida e nos processos emancipatórios almejados tanto pela proposta da Reabilitação Psicossocial e da economia solidária, quanto pela perspectiva da Ecologia de Saberes.

*“Tem algumas coisas que me incomodam ainda. Entre elas está **o fato de eu não conseguir tomar nenhuma decisão na vida**, especialmente porque sei que meu marido espera isso de mim. Eu sei que ele fica chateado porque eu fico paralisada diante de uma decisão que precisa ser tomada, mas isso é por causa da depressão que está muito forte”.*

(Trecho da narrativa de Camélia, grifo nosso)

Camélia reconhece sua apatia diante das decisões que precisam ser tomadas na vida, porém, seu descontentamento é muito motivado pela expectativa de seu esposo e o medo de decepcioná-lo. Outras narrativas também trazem a perspectiva dos familiares e os impactos na autonomia dos colaboradores. À exemplo disso, temos o trecho a seguir:

*“Mas já faz 2 anos e pouco que eu voltei, atendendo ao convite de Margarida, que veio até minha casa me convidar pra voltar e, em **consonância com a permissão da minha tia**”.*

(Trecho da narrativa de Hibisco, grifo nosso)

No fragmento acima, Hibisco está contando sobre seu retorno ao trabalho – com permissão de sua tia, com quem mora – após seu afastamento do Recriart, por ter sido contemplado com o BPC e, por medo de perdê-lo, seus familiares exigiram que ele se retirasse do grupo. Apesar de gostar de estar no Recriart, foi submetido a um período de 2 anos de afastamento por conta das exigências familiares e, assim, impedido de exercer sua autonomia. Há um outro trecho de sua narrativa que aponta para a necessidade de permissão da família para a realização das atividades relacionadas ao Recriart:

*“Eles me apoiam em tudo o que diz respeito ao Recriart e **permitem que eu saia para fazer as vendas**. Deixaram eu ir viajar para Santa Maria/RS, me deram até dinheiro para levar pra lá”.*

(Trecho da narrativa de Hibisco, grifo nosso)

A narrativa de Gerânio aponta para outra perspectiva da autonomia e a impossibilidade de exercê-la em decorrência de seus familiares e a necessidade de constante obediência à mãe e ao irmão, como se lê a seguir:

*“No momento não tenho feito muito isso [passear e visitar amigos] que, por causa do acidente, **minha mãe não deixa eu sair**. Ela me dá bronca quando eu saio sozinho. Meu irmão mais novo, que ajuda minha mãe a cuidar de mim, me alertou pra não sair sem ordens porque é perigoso. Um dia eu quis sair sozinho, **mas minha mãe não deixou**. Um amigo da minha família, que me conhece desde criança falou pra eu ficar mais em casa, pra não me machucar. Até a psicóloga que está me atendendo atualmente orientou para eu ficar mais*

em casa, obedecer minha mãe e meus irmãos e não arrumar confusão. [...] Falaram para eu não ser desobediente, porque se eu cair ou me machucar, a responsabilidade é da minha mãe. Vão culpá-la por isso porque eu sou interditado. [...] Tenho medo que aconteça alguma coisa comigo e a culpa caia na minha mãe, porque estou sob responsabilidade dela. Aí eu acabo ficando mais em casa”.

(Trecho da narrativa de Gerânio, grifo nosso)

Ainda na narrativa de Gerânio observamos a necessidade de um pedido de autorização para namorar e nos interrogamos sobre vontades, desejos e singularidade dos sujeitos, além da autonomia pretendida.

*“Se alguma moça quiser me namorar, terá que vir falar com a minha mãe e, se ela deixar aí só o tempo vai dizer. **Se minha mãe não deixar, eu não posso fazer nada.** E assim eu vou levando a vida”.*

(Trecho da narrativa de Gerânio, grifo nosso)

Observamos, também em sua narrativa a falta de autonomia para gerenciar o próprio dinheiro:

*“Outra coisa que eu gosto de fazer é ir na lotérica. Eu faço lotofácil e as vezes eu ganho. Quando isso acontece, **eu dou o dinheiro para minha mãe. O dinheiro que eu recebo do Recriart eu também dou na mão da minha mãe. O dinheiro do meu benefício eu faço a mesma coisa, dou tudo para minha mãe, para ela pagar as contas, não pego nada pra mim.** Quando eu preciso de alguma coisa, minha mãe me dá”.*

(Trecho da narrativa de Gerânio, grifo nosso)

Todo o dinheiro que Gerânio recebe – seja pelo BPC, pelo Recriart ou por jogos de loteria – é destinado à sua mãe, que fica com a responsabilidade de gerenciá-lo e, em caso de alguma necessidade, ele recorre à sua mãe.

Pensando ainda no conceito de emancipação social atrelado ao conceito de autonomia (CATTANI, 2003), refletimos sobre o quanto os processos emancipatórios podem ser comprometidos quando o exercício da autonomia fica aquém do que se pretende ou até mesmo quando ela não é, de fato, exercida. Apesar da autonomia estar presente nos discursos, nem sempre seu exercício é experimentado na prática. À exemplo disso, segue o fragmento retirado da narrativa de Alfazema:

*“Trabalhar na perspectiva da economia solidária deu para mim algumas oportunidades e, **ainda que nem sempre as usufrua, eu as reconheço.** Por*

exemplo, eu tenho a oportunidade de ir vender na praça, mas como eu não gosto, eu não vou. Lá eu posso escolher o que eu quero ou não fazer”.

(Trecho da narrativa de Alfazema, grifo nosso)

Por fim, ressaltamos que uma parte dos colaboradores é interdita judicialmente e o quanto isso afeta diretamente no exercício pleno da autonomia. Afinal, a interdição influencia diretamente no exercício de autonomia da pessoa e é completamente contraditória àquela que se pretende. Embora esta seja também a condição de outros colaboradores, Gerânio é o único que verbaliza tal fato em sua narrativa:

*“No começo eu confesso que não queria ir para o Recriart, porque eu era muito preguiçoso, mas me convenceram que seria bom pra mim. **Na verdade, me falaram que é bom pra quem é interditado.** Fui para experimentar e comecei a participar. Confesso que logo no início eu pensei em desistir, mas fui ficando”.*

(Trecho da narrativa de Gerânio)

Pensando na interdição, Santos (2003a) diferencia os cidadãos em três tipos: a) os não-humanos, aqueles que não acessam os direitos e deveres como, por exemplo, os presidiários e os expatriados; b) os sub-humanos, aqueles considerados minorias e inferiores como, por exemplo, os selvagens à época do colonialismo e os refugiados da atualidade; e c) os humanos disfuncionais e não autônomos, aquelas populações descartáveis por não serem úteis ao capitalismo e que, muitas vezes, estão impedidos de exercerem seus direitos de cidadania como, por exemplo, os interditados. Excluir estas pessoas do convívio social é também retirar sua autonomia, impossibilitar de exercerem seus direitos, impedir de expressarem suas escolhas e submetê-los à vontade alheia.

Nesse sentido, as pessoas em sofrimento psíquico sofrem duplamente o processo de exclusão – de produção de não-existência e de invisibilidade – uma vez que a interdição caracteriza-se pela supressão de direitos e vai em direção contrária à proposta da garantia de direitos. A interdição judicial coloca o sujeito em situação de desigualdade e tutela, negando completamente sua autonomia na determinação de fatores condicionantes de sua própria existência, sendo impedidos de usufruir a liberdade nas esferas da vida civil, política e social (DIMOV, 2016).

“A produção social destas ausências resulta na subtração do mundo e na contração do presente e, portanto, no desperdício da experiência” (SANTOS, 2002, p. 15). As experiências produzidas como ausentes – no caso de pessoas em sofrimento psíquico em situação de interdição judicial – precisam ser libertadas dessas relações de subtração do

mundo e contração do presente para que se tornem presentes. Sob a perspectiva da Ecologia de Saberes e da Sociologia das Emergências, Boaventura de Sousa Santos ressalta a necessidade de questionamentos sobre os modos de produção das ausências e de luta pela definição de novos critérios que contribuam para a ampliação do mundo e dilatação do presente.

A afirmação fundamental do pensamento crítico consiste na asserção de que a realidade não se reduz ao que existe. A realidade é um campo de possibilidades em que têm cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas. Nesse sentido, a função das práticas e do pensamento emancipadores consiste em ampliar o espectro do possível através da experimentação e da reflexão acerca de alternativas que representem formas de sociedade mais justas (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005, p. 25).

Um pensamento emancipador, sob a lógica da Sociologia das Emergências, não concebe a ideia de violação ou retirada de direitos, não coaduna com uma declaração de incapacidade, nem entende a interdição como uma forma de proteção familiar à pessoa em sofrimento psíquico. Trata-se de uma decisão “de cima para baixo” e com inúmeros impactos negativos para o sujeito e o exercício de sua autonomia. Assim,

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (SANTOS, 2003b, p. 56).

Os resultados deste estudo apontam para a riqueza e para a potência dos saberes e das experiências dos colaboradores, evidenciando as capacidades e possibilidades para o exercício de direitos e conquista de autonomia a partir da vivência do trabalho solidário e autogestionário. No entanto, é necessário tensionarmos as contradições em refletir sobre a emancipação social com pessoas interditadas judicialmente. Isso porque um processo de interdição atinge diretamente valores, direitos e garantias fundamentais que estão constitucionalmente assegurados a todos os cidadãos, impactando diretamente no exercício da cidadania da pessoa e, por consequência, em seus processos emancipatórios. Nesse sentido podemos afirmar que se tratam de processos opostos e estas contradições precisam ser enfrentadas para que a autonomia de fato seja alcançada no coletivo e na vida cotidiana.

Barreto (2009) reforça a importância do exercício da cidadania no combate à exclusão e como possibilidade de inclusão daqueles que se encontram do lado de fora da

composição igualitária da comunidade, ou seja, aqueles que se encontram “do outro lado da linha” e sua plena participação na comunidade. Desta forma, cidadania se alcança com participação social.

7.3 Lugar Social de Trabalhador e a Transposição da Lógica de Assistido

Algumas produções analisadas na revisão de escopo (seção 2 desta tese) apresentaram como desafio a superação da concepção das iniciativas de inclusão social pelo trabalho como espaços de tratamento (ANDRADE; BURALI; VIDA; FRANZOZIO *et al.*, 2013; LUSSI; MORATO, 2012; MAZARO, 2017). Apesar destes achados, tal obstáculo não foi identificado nos resultados do presente estudo.

Retomando a Linha do Tempo do Recriart, observamos que ele nasce após duas tentativas anteriores realizadas dentro do CAPS e só se consolida a partir do momento que todos os envolvidos entendem a necessidade de desvinculação entre os espaços de tratamento e de trabalho. Este torna-se um grande avanço para os usuários e profissionais envolvidos, além de favorecer a autonomia do grupo.

“O ponto de partida foi a criação de um brechó, em 2004, que funcionava dentro do CAPS II, mas que não durou muito tempo porque começou haver certa confusão entre os usuários, que achavam que as roupas eram para uso e/ou doação e não para comercialização. [...] Uma segunda tentativa foi a panificação, em 2005, cuja fabricação e comercialização de pães aconteciam dentro do CAPS II. Tal atividade também não foi bem sucedida porque os usuários que estavam no serviço queriam comer os pães produzidos e sobravam poucos pães para a comercialização. O grupo entendeu que o desenvolvimento de uma experiência de geração de trabalho no mesmo espaço destinado ao tratamento não seria bem sucedida. [...] Assim o grupo partiu para uma nova experiência, porém, externa ao local de tratamento e esse se torna o grande diferencial do Recriart”.

(Trecho da Linha do Tempo do Recriart, grifo nosso)

Tendo o grupo se desenvolvido dentro dessa perspectiva de diferenciação entre os espaços destinados ao tratamento (CAPS) e ao trabalho (Recriart), todas as narrativas apontam que os colaboradores apresentam tal clareza, assim como demonstram os fragmentos a seguir:

“O que me atraiu para entrar no Recriart foi a questão financeira, porque no CAPS existiam as oficinas, porém, eram de terapia e não visavam a questão monetária. Nessa outra proposta, a gente ia vender e ter um dinheirinho para

nós. [...] Costumo dizer que é uma terapia monetariamente, mas querendo ou não, lá é meu serviço”.

(Trecho da narrativa de Lírio, grifo nosso)

Apesar de Lírio ter feito uso do termo “terapia” em sua narrativa, este não necessariamente representava o caráter terapêutico expresso na tradição psiquiátrica e no senso comum – que reconhecem o trabalho como tratamento e/ou terapia, no sentido de manter o distanciamento entre o sofrimento e a pessoa que sofre, ou seja, “fazer algo para não pensar na doença” (SILVA, 1997, p. 95). Parece-nos que o termo utilizado por Lírio remetia à sensação de bem-estar proporcionada pelo trabalho e para Rotelli (2000), é possível que o trabalho seja terapêutico e que faça a pessoa se sentir melhor, desde que esteja incluído em um projeto mais abrangente e mais complexo. Para o autor, a terapeuticidade de um instrumento vincula-se ao fato dele ser elemento de valorização; e ser elemento de valorização relaciona-se com os valores que circulam na sociedade em um determinado momento.

Lírio reconhecia o Recriart como sinônimo de inclusão não apenas no mercado econômico, mas social, além de um espaço de geração de renda e acesso ao mundo do trabalho e exercício de direitos e cidadania. As frases abaixo foram retiradas da narrativa de Lírio e exemplificam parte desta visão, que atravessa todo seu discurso.

“O que me atraiu para entrar no Recriart foi a questão financeira [...]. Para mim isso representa uma inclusão e uma participação da gente [...]. Nós temos um regimento no Recriart que norteia nossas ações e, nele consta que não existe um patrão, ao contrário, todo mundo é patrão [...]. O Recriart, reciclagem e fazendo arte, representa para mim a convivência”.

(Trechos da narrativa de Lírio)

Lírio identificava seu lugar de trabalhador nesse espaço e essa conotação atribuída ao trabalho pode ser melhor apreendida quando se explora a afirmação realizada por Tolfo e Piccinini (2007, p. 40): “O trabalho é rico de sentido individual e social, é um meio de produção de vida de cada um ao prover subsistência, criar sentidos existenciais ou contribuir na estruturação da identidade e da subjetividade”.

Ainda nesse sentido, Gerânio e Hibisco expressam o significado do Recriart para eles:

*“Para mim o Recriart significa melhora. **Significa trabalho**, Significa evolução. Porque sem ele eu estaria parado. Estaria jogado às traças.*

Atualmente eu estou tocando a minha vida. Estou trabalhando. [...] Com ou sem prótese eu vou continuar trabalhando no Recriart”.

(Trecho da narrativa de Gerânio, grifo nosso)

Para além do significado atribuído por Gerânio, o trecho acima discorre sobre a vontade e a determinação em continuar trabalhando no Recriart, que independe da possibilidade de ter uma prótese para seu braço amputado e, nesse sentido, apontamos a riqueza de se trabalhar em um espaço regido pelo princípio da solidariedade. Para Santos e Rodríguez (2005), é graças a esse princípio que uma pessoa contribui de acordo com suas capacidades e recebe segundo suas necessidades.

Hibisco também entende o Recriart como um espaço de trabalho, no qual desenvolver uma atividade econômica:

*“Para mim o Recriart **significa um serviço, um trabalho** e possibilidade de geração de renda”.*

(Trecho da narrativa de Hibisco, grifo nosso)

Observamos a partir das narrativas, uma apropriação por parte dos colaboradores, sobre o trabalho desenvolvido. Acreditamos que os princípios da economia solidária, em especial o exercício da autogestão, tenha atribuído ao Recriart um enfoque desvinculado ao terapêutico. Segundo Lussi e Pereira (2011), quando pessoas em sofrimento psíquico vivenciam experiências de trabalho e a possibilidade de realização de trocas materiais, sociais e afetivas, há uma mudança de concepção de trabalho terapêutico para trabalho com sentido, significado e valor social.

O trabalho na perspectiva do cooperativismo caracteriza-se como um movimento para mudanças e melhorias nas condições econômicas e sociais de setores menos desenvolvidos da sociedade, ou seja, aquelas populações excluídas, oprimidas e marginalizadas do Sul global. “O movimento cooperativo nasceu da necessidade de alterar a sociedade existente através de uma ideologia baseada no igualitarismo” (BHOWMIK, 2005, p. 373). Indo além, o mesmo autor declara que os setores mais pobres e socialmente marginalizados podem melhorar sua condição socioeconômica por meio do movimento cooperativo.

Para Begônia, o Recriart significa a oportunidade de trabalho, distanciando-se completamente da perspectiva do trabalho como recurso terapêutico:

“O que me motivou a trabalhar no Recriart foi a questão financeira, a oportunidade de trabalhar, além da possibilidade de me sentir mais ativa. [...] Eu estou bem e estou gostando do novo trabalho”.

(Trecho da narrativa de Begônia, grifo nosso)

Por fim, destacamos o fragmento da narrativa de Alfazema, lembrando que ela nunca foi usuária de um CAPS, também não havia tido uma experiência de trabalho anterior ao Recriart e o quanto sua fala aponta para a apropriação sobre o seu lugar social de trabalhadora.

“Eu gosto muito de trabalhar no Recriart... [...] e sinto muita falta quando eu não vou trabalhar. Eu que fico lembrando meu irmão e minha cunhada do horário de ir trabalhar, afinal são eles que me levam de carro até lá”.

(Trecho da narrativa de Alfazema, grifo nosso)

Diante do exposto, afirmamos que os resultados deste estudo refutam os achados da revisão de escopo em relação à ambiguidade existente no imaginário dos usuários de serviços de saúde mental incluídos em alguma experiência de inclusão social pelo trabalho no que diz respeito ao tratamento oferecido pelos CAPS e trabalho enquanto exercício de direitos, executado nos empreendimentos econômicos solidários. Com isso, podemos afirmar que os colaboradores deste estudo estão, aos poucos, transpondo a lógica de assistido e reconhecendo seu lugar social de trabalhador. Este é um processo que demanda tempo e esforço de todos os atores envolvidos e, para tanto corroboramos com o pensamento de Santos (2000) ao afirmar que são as formas democráticas de gestão e de tomada de decisões que alavancam as transformações e permitem a construção de um saber solidário.

Importante destacar que há diferenças significativas entre o lugar de assistido e o lugar de trabalhador, que são determinantes para o acesso a direitos de cidadania e emancipação social dos sujeitos e os colaboradores deste estudo deslocaram – ou estão deslocando – o trabalho da condição de tratamento e colocando-o como meio de acesso a um lugar social diferente, de inclusão, de cidadania e, portanto, concebido como direito. Os resultados apontam para [a possível] transposição da linha abissal, de modo que “ser assistido” caracteriza o “outro lado da linha”, o Sul global, a “zona selvagem”, a exclusão, a não-cidadania, a invisibilidade, a não-existência e, portanto, a ausência. Para Nunes e Siqueira-Silva (2016, p. 208), “a desumanização associada à atribuição de desrazão, loucura ou alienação e, mais recentemente, de distúrbio ou transtorno mental aparece como expressão dessa linha abissal”.

Os “loucos” e “loucas” aparecem como exemplos precoces de formas de negação da humanidade que são indissociáveis da emergência da modernidade ocidental. O saber psiquiátrico e o asilo constituíram os dois lados de um processo de confinamento daqueles que viriam a ser designados de “alienados” – um termo que concentra sentidos científico-técnicos e jurídico-políticos, paralelo ao de outras formas de desqualificação da humanidade dos “outros” racializados que habitavam os territórios colonizados do que hoje chamamos o Sul global (NUNES; SIQUEIRA-SILVA, 2016, p. 211).

Por outro lado, “uma das respostas mais radicais e criativas a essa desumanização assumiu formas inovadoras de ação coletiva e de redefinição do espaço dos saberes e modos de expressão” (NUNES; SIQUEIRA-SILVA, 2016, p. 208). Encontramos correspondente à tal colocação nesta tese, uma vez que o estudo de uma experiência de iniciativa de inclusão social pelo trabalho, sob a perspectiva da economia solidária, tornou possível a reflexão sobre a ecologia de saberes, descentralizando radicalmente a autoridade dos saberes hegemônicos. Nesse sentido, o lugar de trabalhador faz com que as pessoas assumam o lugar de sujeitos de direitos, a “zona civilizada”, carregando consigo um elemento de motivação, de voz, de visibilidade e a possibilidade de sobrevivência e transposição da linha abissal.

O pensamento do sociólogo Boaventura de Sousa Santos ganhou prestígio em diferentes partes do mundo por apresentar uma nova compreensão da realidade social. Ao longo dos últimos anos, ele se dedicou à elaboração de um conjunto de epistemologias que constituem o paradigma emergente, indicando que é possível pensar o mundo sob uma perspectiva diferente, especialmente a partir das fronteiras em que está situado o pensamento moderno. Indo além, o autor busca encontrar alternativas para pensar um mundo diferente, conferindo visibilidade às ricas experiências que foram descredibilizadas. Trata-se, portanto, da elaboração de um paradigma contra-hegemônico para que, a partir dele, seja possível encontrar alternativas concretas que sejam transformadoras da realidade social. Encerramos as reflexões afirmando que ainda existem alternativas para o hegemônico excludente, para a realidade que parece ser intransponível.

7.4 Quanto Menor o Apoio do Estado, Maior a Autonomia do Grupo?

A Linha do Tempo do Recriart, em sua maior parte narrada por Margarida, deixa transparecer a visão de quanto menos Estado, maior a autonomia conquistada pelo Recriart. Tal perspectiva relaciona a ampliação da autonomia dos trabalhadores ao rompimento da parceria com a prefeitura, a reconfiguração da parceria com o NuMI-EcoSol/UFSCar e a consequente saída dos estudantes bolsistas do dia-a-dia das atividades de trabalho. O fragmento a seguir retrata tal relação que é inversamente proporcional:

“Não contam com mais nenhum tipo de apoio, nem financiamento e nem de bolsistas. Estão caminhando com as próprias pernas. [...] Houve também ampliação da iniciativa de seus membros, mais especificamente após a saída dos bolsistas. O grupo que, até então, dependia das coordenadas e incentivo dos bolsistas para a dinâmica do trabalho, retoma a gestão do empreendimento, conferindo-lhe maior autonomia”.

(Trecho da Linha do Tempo do Recriart, grifo nosso)

Essa visão de quanto menor investimento do Estado, maior a autonomia do grupo, acaba ecoando por meio dos trabalhadores que, por sua vez reproduzem tal perspectiva em suas narrativas. O trecho a seguir é um exemplo disso:

“Se formalizou que a gente não depende mais da prefeitura e agora estamos nos tornando independentes da UFSCar”.

(Trecho da narrativa de Lírio)

Tal problematização se faz necessária uma vez que a autonomia do Recriart é considerada um desdobramento positivo decorrente dos encerramentos dos apoios públicos, seja da prefeitura municipal ou do NuMI-EcoSol/UFSCar, representando a universidade pública. O tensionamento que se pretende parte dos seguintes questionamentos: menos intervenção do Estado significa maior autonomia? No âmbito individual, é possível que tal concepção reverbere na trajetória dos trabalhadores?

De acordo com Santos e Rodríguez (2005), a viabilidade de alternativas contra-hegemônicas depende grandemente da sua capacidade de sobreviver ao domínio capitalista. É preciso centrar a atenção simultaneamente na viabilidade e no potencial emancipatório dessas alternativas que representam formas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente. Sob tal perspectiva, o Recriart se destaca por sua resistência ao longo dos anos, porém, sem

esquecer a importância dos apoios recebidos e das parcerias instituídas que foram fundamentais em todo o processo – desde sua concepção até os dias atuais.

Retomando a história da constituição do Recriart, observamos que ele foi muito apoiado pela prefeitura municipal ao longo de seus 7 primeiros anos de existência, ou seja, do seu início, em 2006, até o ano de 2013, quando houve a mudança na gestão municipal e a Linha do Tempo do Recriart revela isso, especialmente no que se lê a seguir:

*“O Recriart, que sempre foi muito apoiado e incentivado, tanto pela INCOOP/UFSCar, quanto pela gestão municipal, passou a viver um outro momento. [...] Em suma, foi no início de 2013 que o **Recriart perdeu a contrapartida da prefeitura nessa cogestão**, cujo apoio se fazia com a equipe de apoio, material de consumo e material permanente”.*

(Trecho da Linha do Tempo do Recriart, grifo nosso)

Ao olharmos para a realidade atual do Recriart, observamos que a parceria com a prefeitura municipal não foi completamente encerrada – visão retratada pela Linha do Tempo do Recriart – mas que ela sofreu uma reconfiguração. Ressaltamos que alguns vínculos ainda se mantêm concretos e bem estabelecidos e iniciamos nossas considerações nesse sentido partindo da realidade que Margarida é profissional da prefeitura municipal e, dentro de sua jornada semanal de trabalho, estão incluídas as horas destinadas ao Recriart. Seu vínculo trabalhista é com a prefeitura e o Recriart faz parte de suas atribuições profissionais.

Uma outra realidade que corrobora com a ideia de uma reconfiguração do apoio recebido e não um rompimento dele, é o espaço físico que o Recriart ocupa atualmente. O grupo, ao sair do laboratório 3R da UFSCar, passou a trabalhar no Centro Público de Economia Solidária, um espaço público mantido pela prefeitura municipal, tanto no que diz respeito ao aluguel e manutenção do prédio quanto às despesas do tipo água, energia elétrica, telefone e internet. Nesse sentido, reafirmamos que essa ruptura não foi completa e ainda existe uma grande dependência dos recursos públicos, que talvez sejam os possibilitadores da continuidade das atividades.

Ressaltamos aqui que a possibilidade de utilização deste espaço se deu por meio do movimento da Economia Solidária, que acolheu e apoiou o grupo, conforme retratado na Linha do Tempo do Recriart:

“Como a participação do Recriart no movimento da economia solidária no município era consistente, o grupo expôs a necessidade de um local para o desenvolvimento de suas atividades nesse espaço de diálogo. Prontamente o Centro Público de Economia Solidária acolheu o grupo”.

(Trecho da Linha do Tempo do Recriart)

Tal conquista só foi possível por meio da participação e do envolvimento do grupo no movimento da Economia Solidária. Tal movimento é composto por uma série de atores, organizados das mais diversas formas e tem como finalidade um outro projeto de sociedade que alimenta a possibilidade de transformação da mesma a partir da construção de uma outra economia, na qual o trabalhador – e não o capital – seja sujeito e finalidade da atividade produtiva (SANTOS; CARNEIRO, 2008; FBES, 2021). Vale ressaltar que os movimentos sociais são organizações que expressam resistência aos que os oprimem e são forças revitalizadoras para a construção do novo. Tais movimentos e suas lutas são fundamentais para o avanço da sociedade, mesmo em meio ao capitalismo (SANTOS; CARNEIRO, 2008).

Segundo os mesmos autores, as experiências de economia solidária não têm condições de serem legitimadas se não unirem forças com os diferentes sujeitos sociais.

Por conseguinte, percebe-se que as elaborações a respeito da economia solidária transcendem a um processo sócio econômico do cotidiano dos empreendimentos que significa por si só, mas uma construção vinculada a um plano maior que procura legitimar um espaço político na sociedade vigente que caracteriza a luta dos trabalhadores (SANTOS; CARNEIRO, 2008, *on-line*).

Após essa ruptura (de acordo com a Linha do Tempo do Recriart) aqui renomeada pela pesquisadora de reconfiguração da parceria, o Recriart continuou sendo apoiado pela equipe do NuMI-EcoSol/UFSCar de maneira bastante intensa e diária por mais 5 anos, até que, em 2018, por motivos de mudanças políticas no Brasil e consequentes cortes de verbas às universidades federais, mas também, em função das necessidades do Recriart, naquele momento, de assessorias mais pontuais, esse apoio também sofreu uma reconfiguração, como se observa no trecho abaixo:

“Nesse momento, os estudantes bolsistas que acompanhavam o grupo na equipe de incubação diminuíram muito e a verba de projetos que era investida no Recriart foi diminuindo até deixar de existir, em meados de 2018, quando foi encerrado o último projeto financiado pelo Edital PROEXT, desenvolvido pelo NuMI/EcoSol, o que conferiu ao empreendimento uma nova conotação. Neste período também foi identificado que o grupo já tinha acumulado experiência como um empreendimento econômico solidário e não necessitava mais de assessoria da equipe do NuMI-EcoSol/UFSCar cotidianamente,

ficando decidido, então que a assessoria se daria em momentos pontuais. Assim, os trabalhadores estão conduzindo o empreendimento sozinhos, apenas com o apoio cotidiano de Margarida”.

(Trecho da Linha do Tempo do Recriart, grifo nosso)

Tendo em vista a diminuição – e posterior encerramento – das atividades dos estudantes bolsistas no cotidiano do Recriart, nos questionamos sobre a autonomia dos trabalhadores, que atualmente estão assessorados diariamente apenas por Margarida. Isso porque para Tykanori (2010), a autonomia consiste na produção de vínculos e, portanto, quanto mais vinculações os usuários de saúde mental produzirem, mais autônomos eles serão. Mais vínculos, laços sociais, espaços e instituições possibilitam a ampliação das condições de autonomia e, por outro lado, depender de poucas coisas diminuirá a autonomia desses sujeitos.

Dependentes somos todos, a questão do usuário é antes uma questão quantitativa: dependem excessivamente de apenas poucas relações/coisas. Esta situação de dependência restrita/restritiva é que diminui sua autonomia. Somos mais autônomos quanto mais dependentes de tantas mais coisas pudermos ser, pois isto amplia nossas possibilidades de estabelecer novas normas, novos ordenamentos para a vida (TYKANORI, 2010, p. 57).

O NuMI-EcoSol/UFSCar não está participando do processo de incubação cotidianamente como aconteceu durante longos anos, mas ele ainda está muito vinculado ao Recriart. Essa ruptura parcial do apoio, retratada na Linha do Tempo do Recriart, refere-se somente à questão financeira, uma vez que quando acaba o financiamento, inviabilizam-se o trabalho de uma equipe de incubação e as verbas para aquisição de materiais e equipamentos. Porém, da equipe de incubação, permaneceu uma docente da equipe do NuMI-EcoSol/UFSCar que presta assessoria pontual ao grupo a depender da demanda. Vários equipamentos do Recriart, incluindo as máquinas de xerox, foram adquiridos com verbas oriundas de projetos, os quais o NuMI-EcoSol/UFSCar concorreu e ganhou. Tratam-se de equipamentos cedidos, em caráter de empréstimo, para o Recriart. Este é um problema, ou seja, a inviabilidade de demanda de equipamentos que possam ficar de posse dos próprios EES na participação em editais públicos de financiamento de projetos e extensão, que o movimento da Economia Solidária discute há muito tempo e tem tentado apresentar soluções, mas até o momento sem sucesso. Num processo de incubação de um EES constituído por pessoas em vulnerabilidade social é fundamental contar com linhas de financiamento que prevejam a aquisição de equipamentos para o próprio empreendimento, sem os quais se torna inviável a atividade produtiva ou a oferta

de um serviço, por exemplo. Entendemos que as políticas públicas devem possibilitar esta estruturação do EES.

Diante do exposto, é possível afirmar que, embora se reconheçam algumas perdas – mudanças – em relação aos apoios recebidos tanto em relação à prefeitura municipal quanto ao NuMI-EcoSol/UFSCar, o Recriart continua amparado por ambas as instâncias, evidenciando que o grupo conta, ainda que em menor escala, com recursos públicos.

Resgatando os questionamentos que nos levaram a tal tensionamento, corroboramos com o pensamento de Tykanori, ao relacionar a autonomia com o poder contratual das pessoas. E por que não dos coletivos? Não se trata de autossuficiência, mas de vincular-se ao maior número de relações e coisas, ampliando, desta forma, as possibilidades de estabelecimento de novas normas e ordenamentos, fazer escolhas, estabelecer relações e trocas e ser autônomo (TYKANORI, 2010).

Foi por meio de recursos públicos que o Recriart obteve verba e adquiriu equipamentos, teve acesso a capacitações e assessorias, o que possibilitou a continuidade do trabalho e os avanços conquistados ao longo desses 14 anos de história. A dissertação de Milioni (2009) descreve detalhadamente o início do processo de incubação do Recriart e todos os apoios e investimentos públicos a ele destinados por ocasião de sua criação e primeiros anos de existência.

Salientamos a relevância da construção destas parcerias que viabilizaram desde a criação do grupo, sua sustentabilidade econômica, crescimento e desenvolvimento dentro dos princípios da economia solidária. Tais parcerias reforçam, ainda, a diretriz do Ministério da Saúde sobre a importância da intersetorialidade no processo de inclusão social pelo trabalho de pessoas em sofrimento psíquico (BRASIL, 2005b).

Da mesma forma que a criação do Recriart só foi possível mediante o estabelecimento de tais parcerias, sua continuidade está fortemente vinculada a elas. Em caso de rompimento total dessas parcerias, o Recriart estaria fadado à descontinuidade e provável encerramento das atividades, uma vez que o valor advindo da comercialização de seus produtos é pequeno e insuficiente para manutenção das despesas mensais do empreendimento, além das retiradas de seus trabalhadores.

A reconfiguração desses apoios pode ter sugerido à Margarida uma sensação de maior autonomia, especialmente em nível individual, com maior iniciativa por parte dos trabalhadores e menor dependência de outras pessoas a partir da saída dos estudantes bolsistas. Reforçamos, porém, a importância para o grupo a vivência de todo esse processo de construção e todas as mudanças que o Recriart passou ao longo dos anos, que

caracterizam a riqueza do aprendizado, das experiências e a maturidade alcançada pelo grupo.

Vale ressaltar que:

Não nos aproximamos do “fim da história”: as nossas sociedades estão atualmente, e estarão sempre, envolvidas em um processo permanente de criação, de construção do futuro. E o futuro está sendo construído – hoje, sempre – dentro das “fendas” culturais, sociais, econômicas e ambientais do sistema dominante – através de múltiplas e variadas experiências, incluindo aquelas que ocorrem no âmbito das atividades do desenvolvimento local. A adoção da abordagem do desenvolvimento local sustentável nas sociedades contemporâneas implica enfrentar permanentemente a pretensão ilegítima de um sistema econômico e político único e hegemônico e proporcionar, em sua substituição, a eclosão de iniciativas e escolhas mais diversas, assegurando assim pluralismo e diversidade, que são dimensões vitais, não apenas da vida orgânica, mas também da vida social (MELO, 2005, p. 467).

De forma geral, a literatura aponta para a importância dos apoios estatais aos empreendimentos econômicos solidários e/ou iniciativas de inclusão social pelo trabalho, o que não diverge do pensamento de Boaventura de Souza Santos. Tomamos como exemplo seu livro intitulado *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista* (SANTOS, 2005), que se dedica aos sistemas alternativos de produção e descreve estudos de caso exitosos em diferentes partes do mundo. Neles observamos a maciça participação governamental nas experiências, além dos apoios recebidos por sindicatos, organizações não governamentais (ONG), organizações de base e entidades estatais. “Assim sendo, podemos ver que a interligação entre os sindicatos e as cooperativas pode ser um meio efetivo de emancipação dos pobres e socialmente oprimidos” (BHOWMIK, 2005, p. 380-381).

A importância do papel do Estado junto às iniciativas de inclusão social pelo trabalho é inegável. Isso sendo pensado tanto para o desenvolvimento dessas experiências quanto para a superação de situações adversas, que são possíveis somente mediante a intervenção dele (BHOWMIK, 2005). O autor afirma ainda que, apesar de todos os problemas e dificuldades enfrentados pelas iniciativas, se lhes for dada a oportunidade, trabalhadores comuns são capazes de assumir o controle dos meios de produção.

Quijano (2005), referindo-se aos apoios financeiros – especialmente aqueles advindos do Estado – afirma que, quando esse apoio cessa ou diminui, sobrevém grandes dificuldades financeiras que podem conduzir ao desaparecimento da iniciativa. Quando há a diminuição destes, pode haver limitação de seu desenvolvimento e crescimento,

chegando ao ponto de, na ausência desses recursos, tornar-se inviável a manutenção de qualquer atividade contínua e adequadamente rentável.

Olhando para as experiências de outros empreendimentos econômicos solidários do campo da saúde mental, especialmente aquelas retratadas nas produções identificadas e analisadas pela revisão de escopo – seção 2 desta tese – observamos que as parcerias, de modo geral, são fundamentais para estes grupos, com destaque àquelas firmadas com os próprios equipamentos de atenção à saúde mental – CAPS e CeCcos – e com as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. Essa tem sido a estratégia que muitas experiências de inclusão social pelo trabalho no âmbito da saúde mental encontraram para seu desenvolvimento e refletem a importância do apoio do Estado para a conquista da autonomia dos grupos.

7.5 O Papel e a Importância de Margarida

Os resultados evidenciam que Margarida é uma pessoa de extrema importância para o Recriart enquanto empreendimento econômico solidário, mas também para os trabalhadores que dele fazem parte e que merece destaque também nesta tese, especialmente pelos diferentes lugares que ela ocupa e papéis que representa.

Retomando a Linha do Tempo do Recriart observamos que, antes mesmo de seu início formal, Margarida teve participação ativa enquanto profissional do CAPS II no processo de idealização de um projeto de inclusão social pelo trabalho. Juntamente com outros colegas que compunham a equipe multiprofissional, iniciou alguns movimentos alternativos ao trabalho formal tendo como foco aqueles usuários que estavam em processo de alta de seus tratamentos e desejosos pelo acesso ao mundo do trabalho.

Margarida acompanhou ininterruptamente todo o processo de constituição do Recriart, desde sua idealização, passando por duas tentativas anteriores – brechó e panificação – e chegando ao formato atual de produção de papel reciclado, confecção de materiais com esse papel e fotocópias. No início ela fazia parte de uma equipe composta por 6 profissionais da Secretaria Municipal de Saúde interessados e atuantes nesse projeto, mas, ao longo do tempo apenas ela ficou com a responsabilidade de acompanhar diariamente o grupo, junto com a equipe do NuMI-EcoSol. Em 2013, em meio ao dilema entre encerrar as atividades do Recriart ou continuar como única representante da

Secretaria Municipal de Saúde na equipe de incubação, continuou, mostrando que, de certa forma, ela foi o meio pelo qual a história continuasse a ser escrita.

Não tinha experiências anteriores com a economia solidária, mas foi em busca de se aproximar do movimento, fazer cursos e capacitações tentando entender sua lógica, seus princípios e seu modo de enxergar as pessoas e suas relações.

Diante da bagagem acumulada ao longo dos anos e da apropriação sobre o percurso histórico do grupo, ela foi convidada para contar a trajetória do Recriart. Desta forma, vale ressaltar que a Linha do Tempo do Recriart – descrita na seção 6.1 desta tese – foi construída maciçamente por Margarida, sendo a expressão de sua visão e versão dos acontecimentos.

Nas narrativas ela também aparece como alguém de grande importância para os colaboradores, tanto em nível individual quanto coletivamente. À exemplo de Gerânio, que demonstra afeto por Margarida especialmente pela proximidade que ela representa:

*“Logo no início tinha as enfermeiras que iam com a gente no Recriart, mas eu não gostava muito delas. Tinha as estagiárias também, que nos ajudavam e nos orientavam, mas eu sempre fiquei mais na minha e gosto mais da Margarida, porque ela vai orientando a gente. [...] O bom é que Margarida está sempre por perto e nos ajuda quando precisa. [...] **O que me motiva a continuar no Recriart é a Margarida, que falou para eu continuar porque faz bem pra mim. Lá eu vou desenvolvendo a cabeça, porque cabeça vazia é oficina do diabo**”.*

(Trecho da narrativa de Gerânio, grifo nosso)

Gerânio afirma que o motivo que o faz continuar trabalhando no Recriart é a própria Margarida, com seus constantes incentivos e estímulos, que também aparecem na narrativa de Hibisco, quando descreve sua volta ao Recriart após uma ida de Margarida à sua casa.

*“Mas já faz 2 anos e pouco que eu voltei, **atendendo ao convite da Margarida, que veio até minha casa me convidar pra voltar** e, em consonância com a permissão da minha tia”.*

(Trecho da Narrativa de Hibisco, grifo nosso)

Esses são alguns dos fragmentos das narrativas que revelam a importância e o respeito que os colaboradores sentem por Margarida, que também está expresso em algumas cenas retratadas no diário de campo da pesquisadora.

“Os trabalhadores têm em Margarida uma forte referência não apenas para as questões de trabalho. Eles recorrem frequentemente à ela com questões e dilemas da vida pessoal, cenas corriqueiras do dia-a-dia, conflitos familiares e afetivos entre outras questões. O respeito, a confiança e a consideração em relação à Margarida é extrema e a opinião dela parece soar como norma ou diretriz para a vida como um todo”.

(Trecho do diário de campo – julho/2018)

Tais sentimentos parecem emanar de um senso de gratidão pela parceria estabelecida ao longo dos anos, pela caminhada compartilhada e pela luta em favor do bem-estar, da qualidade de vida, da cidadania e do exercício de direitos dos trabalhadores. Essa relação de confiança que foi estabelecida é sólida a ponto de Margarida aparecer, em diferentes momentos, como ponto de sustentação e suporte que ecoa em diferentes dimensões em cada um dos colaboradores e também no próprio Recriart.

Com isso, Margarida é importante não apenas dentro do Recriart, nas atividades que dizem respeito exclusivamente ao trabalho; ela permeia os espaços individuais e familiares da vida dos trabalhadores, tal como pode ser observado no fragmento a seguir:

“Eu estou em processo para conseguir colocar uma prótese no meu braço e, assim que eu conseguir, a Margarida quer que eu vá tentando sair mais de casa e retomar as coisas que deixei de fazer por conta do acidente. O que me motiva a continuar no Recriart é a Margarida, que falou para eu continuar porque faz bem pra mim”.

(Trecho da narrativa de Gerânio)

Gerânio, em uma das etapas da entrevista, relatou quão significativo foi o apoio oferecido por Margarida no período em que se recuperava do acidente que levou à amputação de um braço. Ela se fez presente durante todo o processo, desde visitas constantes nos dias em que ele esteve hospitalizado, orientações aos seus cuidadores e toda parte burocrática envolvida, com intervenções e diálogos junto a empresa de ônibus. Foi Margarida quem solicitou que a empresa disponibilizasse transporte para Gerânio em todos os deslocamentos necessários – pensando nos tratamentos ambulatoriais e no trajeto casa-Recriart-casa. Com isso, a mãe de Gerânio também externa grande admiração e respeito por Margarida, o que não é diferente do que acontece também com a cunhada de Lírio, quando afirmou gostar muito de conversar com Margarida pela proximidade que ela representa.

Especificamente em relação às atividades de trabalho, Margarida é a coordenadora do grupo e, como única profissional nesse papel atualmente, observamos que a rotina das atividades estão fortemente atreladas às (im)possibilidades de Margarida. O horário de funcionamento do Recriart depende do horário de trabalho dela, a participação nos eventos depende da disponibilidade de Margarida e o transporte dos materiais depende de seu carro particular:

“[...] o empreendimento participa semanalmente de 4 pontos de vendas externos, dois deles no período noturno, e esse deslocamento é atualmente realizado apenas com o carro próprio de Margarida”.

(Trecho da Linha do Tempo do Recriart)

O trabalho no Recriart está a todo tempo sujeito aos compromissos e imprevistos de Margarida e, nesse sentido, tanto a Linha do Tempo do Recriart quanto o diário de campo da pesquisadora apresentam relatos elucidativos:

“O horário de funcionamento está atrelado ao horário de trabalho de Margarida, uma vez que ela também integra a equipe do CAPS ad do município”.

(Trecho da Linha do Tempo do Recriart)

“Na próxima sexta e segunda-feira o Recriart não funcionará porque Margarida estará em viagem”.

(Trecho do diário de campo – setembro/2017)

“O Recriart passou a funcionar no período da tarde às sextas-feiras por conta da adequação de horário da Margarida, porém teve pouca aderência dos usuários. Hoje, por exemplo, vieram apenas 5 participantes”.

(Trecho do diário de campo – outubro/2017)

Se por um lado fica evidente que Margarida é mais do que uma profissional que acompanha o grupo, ela realmente faz parte do grupo, por outro, cabe refletir sobre o quanto seu papel e relação com os demais membros do Recriart pode influenciar nas decisões do grupo. Diante de tais questões que nos sugerem fragilidades para a autonomia do grupo é importante, urgente e saudável que haja um número maior de profissionais que possam dividir as tarefas e responsabilidades, descentralizando, assim, os encargos de Margarida e ampliando o leque de possibilidades para o desenvolvimento das atividades do Recriart. Pensando em médio e longo prazo, numa perspectiva futura, o

Recrutar estaria completamente desamparado com um possível afastamento de Margarida do trabalho por alguma questão pessoal ou até mesmo por ocasião de sua aposentadoria. Tal realidade nos faz reforçar, uma vez mais, a necessidade de incorporação de um número maior de profissionais, que sejam comprometidos com os princípios da reforma psiquiátrica, da Reabilitação Psicossocial e da economia solidária. Profissionais que estejam disponíveis e dispostos a valorizarem os diferentes saberes, o diálogo horizontal, a pluralidade das formas de conhecimentos heterogêneos e as interações sustentáveis e dinâmicas entre eles e, acima de tudo, que estejam comprometidos com a emancipação dos trabalhadores.

Tykanori (2010) reforça a importância da forma como a pessoa em sofrimento psíquico é percebida pelo profissional que a acompanha, destacando que este pode estabelecer uma relação que permita o aumento do poder contratual desse sujeito e o desenvolvimento de sua autonomia. Pode também, por outro lado, atuar de modo a anular ainda mais esse sujeito.

Por essa ótica, é possível afirmar que, entre o leque de profissionais, os terapeutas ocupacionais são profissionais altamente habilitados para a atuação em iniciativas de inclusão social pelo trabalho, especialmente pelo perfil de formação profissional e pelos fundamentos que embasam a prática e contribuem para a sua atuação, incluindo fortemente a dimensão do trabalho na vida das pessoas e os processos de autonomia e participação social. Segundo Ribeiro e Machado (2008), o terapeuta ocupacional, por sua especificidade, contribui para que a proposição do cuidado seja ampliada, bem como a possibilidade do resgate, pelos sujeitos, de seus direitos de cidadania. O terapeuta ocupacional possui uma forma particular de entender o cotidiano, lidar com a pessoa em atividade, avaliar como a atividade pode ser realizada por diferentes pessoas, identificar as adaptações que podem ser necessárias para sua execução, bem como o fazer junto (MORATO; LUSSI, 2015a). Para além destas habilidades, o terapeuta ocupacional considera as demandas e as necessidades das pessoas, atentando para a forma como elas se relacionam com as outras pessoas, com seu trabalho e com sua atividade (LOPES; LEÃO, 2002).

Neste sentido, sobretudo, pela característica da Terapia Ocupacional do fazer junto, do fazer compartilhado, ela “é um campo fértil para que práticas emancipatórias possam ser desenvolvidas junto com as pessoas, na perspectiva de se construir coletivamente” (LUSSI, 2020, p. 1344).

O terapeuta ocupacional pode realizar importantes contribuições no que se refere ao fomento e constituição dos grupos de geração de renda, colaborando para o desenvolvimento de uma postura mais ativa e participativa de seus integrantes frente aos processos de decisão e realização de ações, para uma maior apropriação do empreendimento pelos cooperados e para uma maior autonomia destes tanto na cooperativa, quanto na (re)construção de suas vidas (CARRETA; LOBATO, 2008, p. 92).

Ressaltamos que não se tratam de saberes exclusivos do núcleo da Terapia Ocupacional e que as iniciativas de inclusão social pelo trabalho podem e devem contar com a atuação ou coordenação de outros profissionais, porém, reforçamos a afinidade e a facilidade destes profissionais em função de sua formação, conhecimentos e habilidades relacionados ao trabalho como uma das dimensões do cotidiano das pessoas. É necessário que a atuação profissional seja, acima de tudo, construída no plano da horizontalidade, ou seja, de construção coletiva e com relações ancoradas na parceria, produtoras de protagonismo, autonomia e que viabilize a emancipação das pessoas. Que os profissionais se coloquem no papel de apoiadores e facilitadores dos processos de trabalho enquanto os trabalhadores – usuários de saúde mental – possam assumir com maior apropriação e autonomia nas atividades e responsabilidades nos empreendimentos econômicos solidários (MORATO; LUSSE, 2015a).

Ressaltamos a possibilidade da Terapia Ocupacional, por atuar com pessoas e coletivos que vivenciam a exclusão social, desenvolver com eles processos de emancipação, “na medida em que as práticas e saberes construídos coletivamente considerarem o conhecimento de todos os envolvidos” (LUSSE, 2020, p. 1340), além de contribuir no processo de transformar as ausências em presenças.

8 PENSANDO O LUGAR DO PESQUISADOR E DO CORPO TÉCNICO

“Do que necessitamos com mais urgência é de uma nova capacidade de espanto e de indignação que sustente uma nova teoria e uma nova prática inconformista, desestabilizadora, em suma, rebelde.”

(Boaventura de Sousa Santos)

O que nos propomos nesta seção é refletir sobre o papel dos profissionais que acompanham, de diferentes formas, as iniciativas de inclusão social pelo trabalho. Quer sejam os técnicos da área da saúde mental que acompanham o dia-a-dia das atividades produtivas nos empreendimentos econômicos solidários, quer sejam os membros das equipes de incubação em sua assessoria, quer sejam os estudantes de graduação em atividades de projetos de extensão universitária ou até mesmo os pesquisadores que se propõem a estudar estes espaços com seus diferentes atores, colocando-se como parceiros de alguma forma, em algum momento.

Para tanto, partiremos do princípio que o pensamento moderno ocidental é abissal, produtor de distinções radicais, divisor do universo em pólos completamente distintos – os visíveis e os invisíveis, no qual os invisíveis são produzidos como inexistentes a partir de lógicas de produção da não-existência. Como visto anteriormente, o mais poderoso modo de produção da não-existência é a monocultura do saber e do rigor do saber, que reconhece como fonte exclusiva do conhecimento o saber científico, invalidando os demais saberes. Assim, seria a ciência moderna a detentora exclusiva da verdade e da produção de conhecimento. Por outro lado, tudo aquilo que não é reconhecido ou legitimado por ela, torna-se inexistente e a não-existência assume, neste caso, a forma de ignorância.

Do ponto de vista epistemológico, as sociedades capitalistas modernas se caracterizam por favorecer as práticas em que prevalecem as formas de conhecimento científico. Isto significa que só se considera desqualificadora a ignorância destas formas. Como consequência deste status privilegiado que se outorga às práticas científicas, a intervenção destas na realidade humana e social é favorecida (SANTOS, 2018, p. 224).

Nesta lógica, os profissionais estão “deste lado da linha”, uma vez que fazem parte da elite científica e educacional do Brasil e, portanto, são detentores do conhecimento

considerado legítimo e se apropriam da ciência como forma de produzir e utilizar o conhecimento. Ocupam, via de regra, uma posição privilegiada pensando na detenção do conhecimento e, por ocuparem uma posição dominante, tendem a impedir o diálogo entre os conhecimentos do Norte e os do Sul e a reprimir as demais formas de conhecimento, especialmente aquele inato das populações oprimidas e descartáveis do Sul global e aquele advindo de suas experiências práticas.

Por outro lado, os usuários de serviços de saúde mental, membros de um empreendimento econômico solidário, estariam do “outro lado da linha”, ou seja, os não-existentes ou ignorantes. Trata-se de um grupo de pessoas excluídas que se encontra no Sul global e que encontrou outros meios de estar no mundo e existir.

Olhando para essa polarização e suas conseqüentes radicalizações, Santos (2010b) propõe uma outra lógica, mais inclusiva, democrática e igualitária, o pensamento pós-abissal, considerando toda a inesgotável diversidade epistemológica do mundo. O pensamento pós-abissal pretende a conquista da emancipação das populações descartáveis e oprimidas do Sul global.

Os enfoques intercultural e pós-colonial tornaram possível o reconhecimento da existência de sistemas plurais de conhecimento que são alternativos à ciência moderna ou que com ela se dedicam a novas configurações do conhecimento. A acessibilidade a diversas formas de saber e novos tipos de relações entre elas está aberta há certo tempo com férteis resultados, sobretudo no Sul global, onde o encontro entre os conhecimentos hegemônicos e não hegemônicos é mais desigual, e são mais evidentes os limites entre ambos. É nestas regiões onde os conhecimentos não hegemônicos, concebidos como formas de autoconhecimento, mobilizam-se para organizar a resistência contra as relações desiguais provocadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado (SANTOS, 2018, p. 237).

Para Santos (2018), todos os atores e práticas de ambos os lados da linha coexistem e são contemporâneos em termos igualitários e, partindo desse pressuposto – que todos os diferentes tipos de conhecimento são igualmente válidos – todos os projetos de transformação social também o serão. Igualdade de oportunidades aqui deve ser entendida como cada tipo de conhecimento participando do diálogo e colaborando com a ideia que tenha de um outro mundo possível. Nesse sentido, “a interculturalidade emancipadora pressupõe o reconhecimento de uma pluralidade de conhecimentos e diferentes concepções de mundo e de dignidade humana” (SANTOS, 2018, p. 238-239) e, portanto, “o futuro pode ser encontrado no cruzamento de diferentes conhecimentos e diferentes tecnologias” (SANTOS, 2018, p. 239).

Na ecologia dos saberes, buscar credibilidade para os conhecimentos não científicos não leva a desacreditar o conhecimento científico. Implica, pelo contrário, utilizá-lo em um contexto mais amplo de diálogo com outros conhecimentos. Nas condições atuais, tal uso do conhecimento científico é contrahegemônico. Trata-se, por um lado, de explorar concepções alternativas que estejam no interior do conhecimento científico e que tenham se tornado visíveis por meio de epistemologias pluralistas de diversas práticas científicas e, por outro lado, de promover a interdependência entre os saberes científicos produzidos pela modernidade ocidental e saberes diferentes não científicos (SANTOS, 2018, p. 224).

Para Santos (2018), não há um único tipo de conhecimento que possa explicar todas as intervenções possíveis no mundo, motivo pelo qual todos os tipos de conhecimento são incompletos em diferentes formas. Da mesma forma que não existe conhecimento que não seja conhecido por alguém com algum fim. Todas as formas de conhecimento sustentam práticas e constituem sujeitos.

Essa lógica de incompletude dos saberes é o ponto de partida para os diálogos e debates epistemológicos entre os diferentes conhecimentos. “Confrontação e diálogo entre saberes é confrontação e diálogo entre os diferentes processos por meio dos quais as práticas que forem diversamente ignorantes se transformam em práticas que sejam também diversamente conhecedoras” (SANTOS, 2018, p. 225). Nesse sentido, o uso contra-hegemônico da ciência só tem sentido dentro da ecologia de saberes.

Tal lógica dialoga diretamente com os princípios da economia solidária – o que faz dela uma alternativa contra-hegemônica – por seu caráter democrático, autogestionário, cooperativo e que valoriza a diversidade. Desta forma, alguns tensionamentos e questionamentos se colocam, porém, para os quais não existem respostas prontas e o que se pretende é uma reflexão mais crítica sobre a conduta daqueles que acompanham, de alguma forma e por algum período, as experiências de inclusão social pelo trabalho na perspectiva da economia solidária.

Seriam os profissionais uma ponte entre estes dois mundos abissais? São estes profissionais os responsáveis pelo diálogo e intercâmbio entre a ciência e os outros saberes? Estariam os profissionais estabelecendo um novo tipo de relação entre o conhecimento científico e outros tipos de conhecimento? Estariam estes profissionais assegurando a igualdade de oportunidades aos distintos tipos de conhecimento? Têm estes profissionais valorizado os conhecimentos – inatos e aqueles derivados das experiências – dos trabalhadores usuários da saúde mental? Têm estes profissionais pensado “com” e “a partir da” perspectiva “do outro lado da linha”? Estaria nas mãos destes profissionais a tarefa de maximizar as contribuições de todos os atores envolvidos com a construção

de um outro mundo possível? Quanto estes profissionais têm demonstrado disponibilidade de escuta às vozes dos trabalhadores para que eles consigam a autonomia que tanto se almeja e se pretende?

Tomando o arcabouço teórico da Ecologia de Saberes como base para as reflexões, Santos (2018) afirma que ela se alicerça na ideia da copresença radical, isto é, as práticas e os agentes de ambos os lados da linha abissal são sempre contemporâneos. “Copresença radical significa equiparar simultaneidade com contemporaneidade, o qual só se pode conseguir caso se abandone a concepção linear do tempo” (SANTOS, 2018, p. 227).

Estas e outras características fazem da Ecologia de Saberes uma contraepistemologia, posto que há uma renúncia a qualquer epistemologia geral. O entendimento é que no mundo existem inúmeras formas de conhecimento da matéria, da sociedade, da vida e do espírito, além de inúmeros e variados conceitos do que conta como conhecimento e dos critérios utilizados para validá-lo (SANTOS, 2018).

Segundo Santos (2018), a construção epistemológica de uma Ecologia de Saberes não é uma tarefa fácil, tanto que existem inúmeras perguntas colocadas, para as quais não existem respostas definidas. Uma característica da Ecologia de Saberes é que ela se constitui mediante incessantes questionamentos e respostas incompletas. Entre eles, destacam-se:

Como se deve distinguir o conhecimento científico do conhecimento não científico? Como se constrói o interconhecimento? Como distinguir entre muitos saberes não científicos? Qual é a diferença entre o conhecimento ocidental e não ocidental? Se há vários saberes ocidentais, como distinguir entre eles? De que perspectivas se deve identificar os diferentes saberes? Quais são as possibilidades e os limites de reconhecer um determinado tipo de conhecimento do ponto de vista de outro? Que tipos de relações ou articulações são possíveis entre os diferentes saberes? Com que tipos de procedimentos poderiam se colocar em prática estas relações? Como devemos distinguir, nas lutas sociais concretas e práticas, a perspectiva e o conhecimento dos oprimidos da perspectiva e o conhecimento dos opressores?” (SANTOS, 2018, p. 246).

Diante de tantos questionamentos, Santos (2018) descreve algumas de suas conclusões, mas também sugere que sejam entendidas como orientações plausíveis sobre como proceder com um conhecimento prudente e como avançar nessa direção. São elas:

1. “Não existe justiça social global sem justiça cognitiva. Não haverá sucesso se tudo depender exclusivamente de uma distribuição mais equitativa do conhecimento científico” (SANTOS, 2018, p. 246);

2. As crises e os desastres provocados pelo uso imprudente e exclusivo da ciência são muito mais graves do que a epistemologia científica dominante reconhece” (SANTOS, 2018, p. 246-247);

3. “Não existe nenhum conhecimento social que não seja conhecido por algum grupo social com um determinado objetivo social”. (SANTOS, 2018, p. 247);

4. “Todos os saberes têm limites internos e externos” (SANTOS, 2018, p. 247);

5. “A ecologia dos saberes é construtivista no que se refere à representação, e realista no que se refere à intervenção” (SANTOS, 2018, p. 247);

6. “A ecologia dos saberes se centra nas relações entre os saberes, nas hierarquias e nas forças que emergem entre eles” (SANTOS, 2018, p. 248);

7. “A ecologia dos saberes se rege pelo princípio de precaução” (SANTOS, 2018, p. 248);

8. “A diversidade do conhecimento não se limita ao conteúdo nem ao tipo de sua intervenção privilegiada na realidade social” (SANTOS, 2018, o. 248);

9. “O problema da incomensurabilidade não só é relevante quando os saberes em questão procedem de diferentes culturas; também é um problema dentro da mesma cultura” (SANTOS, 2018, p. 248-249);

10. “A ecologia dos saberes pretende ser uma luta docta contra a ignorância ignorante” (SANTOS, 2018, p. 249);

11. “A história da relação entre diferentes saberes é fundamental na ecologia dos saberes” (SANTOS, 2018, p. 249); e

12. “A ecologia dos saberes pretende facilitar a constituição de sujeitos individuais e coletivos, combinando a sobriedade na análise dos fatos com a intensificação da vontade contra a opressão” (SANTOS, 2018, p. 250).

A ecologia de saberes, por sua natureza polifônica, “pretende fomentar subjetividades rebeldes competentes. O que está em jogo é a formação de uma espontaneidade que cimente uma vontade constituinte sobre uma atitude de suspeita *a respeito da* realidade social já constituída” (SANTOS, 2018, p. 251).

Hoje em dia, ninguém questiona o valor geral das intervenções práticas que a produtividade tecnológica da ciência moderna fez possíveis. Mas isto não deve impedir que reconheçamos o valor de outras intervenções práticas que outras formas de conhecimento permitem (SANTOS, 2018, p. 239).

Os resultados do presente estudo evidenciam a relevância destas outras formas de conhecimentos e saberes inatos e desenvolvidos por meio da participação no Recriart – que estão para além do conhecimento científico – e o quanto estes impactam na vida dos colaboradores. Destacam, ainda, a importância do diálogo entre as diferentes formas de conhecimento e entre os diversos atores que estiveram presentes no Recriart em determinado momento: Margarida em seu acompanhamento diário ao longo dos anos; os membros do NuMI-EcoSol/UFSCar nas diferentes estratégias de assessoria e incubação; os profissionais da Secretaria Municipal de Saúde que estiveram presentes no início da história; os diferentes estudantes de graduação envolvidos em atividades de projetos de extensão universitária; os pesquisadores que se propuseram a estudar o empreendimento.

Todo esse histórico ofereceu a possibilidade de reconhecimento da pluralidade de conhecimentos em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles, sem comprometer a autonomia de todos, tornando o conhecimento coletivo uma verdadeira ecologia de saberes.

A aproximação com a Sociologia das Ausências possibilitou a reflexão sobre o processo de construção de conhecimento, identificando a importância de se pensar ciência sem menosprezar a forma científica de se buscar o conhecimento, mas alertando para o fato de que não se deve ignorar nenhuma forma de conhecimento. Na perspectiva da Ecologia de Saberes, os colaboradores deixaram de ser considerados destinatários passivos das diferentes atuações profissionais a que foram submetidos ao longo da vida para serem cidadãos protagonistas que participam da construção do Recriart e do conhecimento coletivo ali produzido. Passaram a ter voz ativa, visibilidade social e a possibilidade de transposição da linha abissal que separa “este lado da linha” do “outro lado da linha”. Há, portanto, coerência com a proposta da Sociologia das Ausências uma vez que se valorizam as experiências até então desperdiçadas, fazendo com que se tornem presentes dilatando a percepção do presente e tornando possível pensar o futuro como possibilidade e não mais como algo indeterminado.

Entretanto, há muito trabalho a ser feito para que a academia possa melhor assimilar a ideia recente de que a Ecologia de Saberes, ao valorizar a importância de reconhecimento das não existências sociais, propõe sua superação por intermédio de um pensamento ecológico que possa contribuir para os avanços do conhecimento. O desafio está posto (BERNARDES; VENTURA, 2017, p. 10).

Desta forma, retomando a afirmação de Bernardes e Ventura (2017), corroboramos com a ideia de que o desafio está colocado.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Se o sentido e a direção da transformação social não estão pré-definidos, se, por outras palavras, não sabemos ao certo se um mundo melhor é possível, o que nos legitima e motiva a agir como se soubéssemos? E se estamos legitimados e motivados, como definir esse mundo melhor e como lutar por ele? Por outras palavras, qual é o sentido das lutas pela emancipação social?”

(Boaventura de Sousa Santos)

O presente estudo teve como objetivos gerais compreender como os participantes do Recriart percebem os impactos da sua vivência nesse espaço de trabalho em sua trajetória de vida e refletir sobre essa inclusão à luz do referencial teórico da Ecologia de Saberes, Sociologia das Ausências e Sociologia das Emergências, de Boaventura de Sousa Santos.

Nesse sentido, um primeiro aspecto a ser pontuado é que a revisão de escopo realizada e descrita na seção 2 desta tese auxiliou na identificação e caracterização da literatura relevante sobre economia solidária e saúde mental. Ressaltamos a importância desse estudo de revisão, uma vez que apontou algumas lacunas e sugeriu uma agenda de pesquisa.

Respalda nessa fundamentação, a produção de dados se deu a partir de alguns instrumentos e destacamos que a construção da Linha do Tempo do Recriart permitiu, além da elaboração do percurso histórico do empreendimento, identificar a preocupação de uma equipe profissional comprometida com as propostas da Reabilitação Psicossocial e o esforço para a implantação de uma experiência de inclusão social pelo trabalho nos moldes da economia solidária. O empenho e a dedicação da equipe, aliados ao apoio de duas parcerias – prefeitura municipal e NuMI-EcoSol/UFSCar – foram fundamentais para a construção e transformações do Recriart ao longo dos anos. Apesar da Linha do Tempo do Recriart deixar transparecer a visão de quanto menor o apoio oferecido pelo Estado, maior a autonomia conquistada pelo Recriart, entendemos que esses apoios foram e ainda são imprescindíveis para o desenvolvimento e manutenção das atividades. Reconhecemos que ocorreram algumas mudanças ao longo da trajetória do grupo, muitas delas em decorrência das perdas significativas de recursos, porém, o Recriart continua amparado

por ambas as instâncias, evidenciando que o grupo conta, ainda que em menor escala, com o investimento de recursos públicos.

Passando para as narrativas – construídas a partir das histórias de vida – elas apontam, por um lado, para o elevado potencial transformador, emancipatório e de emergência de uma experiência de inclusão social pelo trabalho na perspectiva da economia solidária e, por outro lado, mostram algumas das dificuldades enfrentadas por uma população altamente marginalizada, oprimida e invisibilizada.

Os dados do presente estudo foram analisados em categorias e os resultados apontam que o trabalho representa uma potência na vida dos colaboradores, uma vez que possibilita o exercício da cidadania e dos direitos, torna-se uma alternativa à ociosidade, uma oportunidade de (re)inclusão no mundo do trabalho, amplia os círculos de amizade e proporciona acesso a lugares antes não explorados. Com isso, destacamos o potencial de emergência do trabalho nos moldes da Economia Solidária, uma vez que permite às pessoas em sofrimento psíquico a vivência de alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas, somando ao real as possibilidades e expectativas futuras que ele comporta. Para tanto, vale ressaltar que, apesar dos benefícios oriundos dos projetos de inclusão social pelo trabalho de pessoas em sofrimento psíquico, frequentes reflexões, discussões e atualizações se fazem necessárias para que essa temática promova transformações sociais, inclusão e emancipação social de fato.

Enquanto o trabalho nos moldes da economia solidária apresenta potencial emancipatório, por seus princípios e características inclusivas e solidárias, o trabalho na perspectiva capitalista é excludente, opressor e discriminatório, limitando e até impedindo os processos emancipatórios dos sujeitos. Pensando, então, a partir da perspectiva do trabalho autogestionário, demarcamos seu grande potencial de emergência, uma vez que, para além da questão econômica, estabelece um espaço para trocas sociais, culturais e políticas e valoriza o ser humano e todo seu conhecimento.

Há, ainda, a possibilidade da conquista da autonomia por meio do trabalho sob esta lógica e os resultados deste estudo apontam que ainda é necessário um maior investimento e incentivo para que a autonomia seja conquistada e exercida mais efetivamente não apenas no ambiente de trabalho, mas que ela tenha repercussão na vida de forma geral. Entre eles destacamos a necessidade de maior incentivo, por parte dos técnicos e/ou coordenadores que acompanham tais experiências, para que os trabalhadores consigam se colocar diante do grupo, favorecendo a comunicação e os

acordos entre todos os participantes. É necessário que a liberdade para falar e expor suas ideias seja uma realidade, saindo do discurso e sendo experienciada na prática.

Pensando, ainda, sobre a autonomia que se pretende aos colaboradores deste estudo, destacamos que uma parte deles é interdita judicialmente e o quanto isso afeta diretamente o exercício pleno da autonomia e cidadania. Pensar autonomia e processos emancipatórios das pessoas que se encontram interditas judicialmente torna-se um desafio e uma questão completamente contraditória. Por um lado, os resultados deste estudo apontam a potência do trabalho autogestionário para o exercício de direitos e conquista da autonomia. Porém, por outro lado nos questionamos sobre as contradições e empecilhos que uma interdição judicial acarreta para estas pessoas, impactando diretamente no exercício da cidadania. Estas contradições precisam ser enfrentadas para que a autonomia seja de fato alcançada no coletivo e na vida cotidiana.

Seguindo com o panorama geral dos resultados do presente estudo, destacamos que os colaboradores estão, progressivamente, transpondo a lógica de doente – aquele sujeito que é assistido e acompanhado por um equipamento de cuidado à saúde mental – e reconhecendo seu lugar social de trabalhador nos espaços destinados ao trabalho cooperado e solidário. Tais resultados refutam alguns achados da revisão de escopo, que identificaram na realidade das iniciativas de inclusão social pelo trabalho, a concepção terapêutica. Nesse sentido, vale ressaltar que há nítidas diferenças entre o lugar de assistido e o lugar de trabalhador, que são determinantes para o acesso a direitos de cidadania e emancipação social dos sujeitos e os colaboradores deste estudo estão deslocando o trabalho da condição de tratamento e colocando-o como meio de acesso a um lugar social diferente, de inclusão e de cidadania.

Por fim, sublinhamos a importância que Margarida ocupa tanto para o empreendimento em si quanto para as pessoas que nele trabalham. A Linha do Tempo do Recriart foi construída por ela, transparecendo sua visão e versão dos acontecimentos. Indo além, ela aparece nas narrativas como alguém de grande importância na vida dos colaboradores e altamente respeitada por eles e por seus familiares.

Diante do exposto, é possível afirmar que o trabalho nos moldes da economia solidária torna-se uma alternativa contra-hegemônica, uma vez que, para além da geração de renda, caracteriza-se pela produção de espaços reais de trabalho às populações excluídas e invisibilizadas do Sul global. Também por suas características, ou seja, as atividades são cooperadas, a participação é democrática e autogestionária, há prevalência da solidariedade, centralidade no ser humano, fortalecimento do coletivo, valorização dos

saberes individuais e dos contextos locais. Tais aspectos contribuem, conseqüentemente, para a emancipação social das pessoas em sofrimento psíquico.

Esperamos que o presente estudo contribua para a produção de conhecimento sobre as iniciativas de inclusão social pelo trabalho na perspectiva da economia solidária, especialmente a partir das experiências e do conhecimento dos usuários de saúde mental – os principais atores sociais envolvidos no processo – expressando a visibilidade e protagonismo destes atores historicamente inviabilizados pelo pensamento abissal. Reforçamos, uma vez mais, a necessidade de pensarmos “com” e “a partir da” perspectiva destas pessoas, que se encontram “do outro lado da linha”. Esperamos, ainda, que esta tese estimule a produção de novos estudos neste campo respondendo às lacunas apontadas pela revisão de escopo e outras evidenciadas pela pesquisa de campo, sobretudo, aquelas relacionadas à dificuldade de alguns colaboradores de transpor a autonomia conquistada na experiência de trabalho para a vida familiar.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, L. C. Economia solidária e oficinas de trabalho na saúde mental. In: MERHY, E. E.; AMARAL, H. (org.). **A reforma psiquiátrica no cotidiano II**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007. p. 151-181.

ALVES, G. O. **Saúde mental e economia solidária: construindo estratégias de reabilitação psicossocial**. 2016. 126f. Dissertação (Mestrado em Saúde Mental e Atenção Psicossocial) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/174448/344577.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 06 fev. 2019.

AMARANTE, P. Asilos, alienados e alienistas: pequena história da psiquiatria no Brasil. In: AMARANTE, P. (org.). **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994, p. 73-84.

AMARANTE, P. Novos sujeitos, novos direitos: o debate em torno da reforma psiquiátrica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 491-494, set., 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v11n3/v11n3a11.pdf>. Acesso em 04 mar. 2020.

AMARANTE, P. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

AMARANTE, P.; BELLONI, F. Ampliando o direito e produzindo cidadania. In: PINHO, K. L. R.; PINHO, L. P.; LUSSI, I. A. O.; MACHADO, M. L. T. (org.). **Relatos de experiências em inclusão social pelo trabalho na saúde**. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2014.

ANDRADE, M. C.; BURALI, M. A. M.; VIDA, A.; FRANZOZIO, M. B. B. *et al.* Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 1, p. 174-191, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n1/v33n1a14.pdf>. Acesso em 06 fev. 2019.

ANDRADE, M. C.; COSTA-ROSA, A. D. O encontro da loucura com o trabalho: concepções e práticas no transcurso da história. **Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 27-41, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v7n1/v7n1a04.pdf>. Acesso em 06 fev. 2019.

ANTUNES, T. **Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas: Cortez, 1995.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ARKSEY, H.; O'MALLEY, L. Scoping studies: towards a methodological framework. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 8, n. 1, p. 19-32, 2005.

Disponível em: <http://web-b-eb.scohost.ez31.periodicos.capes.gov.br/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=d6e37849-8fa7-408e-b467-2d06f040f30e%40pdc-v-sessmgr01>. Acesso em 31 jan. 2019.

BALLAN, C. **O livro das receitas d'O Bar Bibitantã: conquistas e desafios na construção de um empreendimento econômico solidário na rede pública de atenção à saúde mental no município de São Paulo**. 2010. 195f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7134/tde-11082010-094922/publico/Caroline_Ballan.pdf. Acesso em 06 fev. 2019.

BALLAN, C.; ARANHA, A. L. O livro das receitas d'O Bar Bibitantã: conquistas e desafios na construção de um empreendimento econômico solidário na rede pública de atenção à saúde mental no Município de São Paulo. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 8, n. 18, p. 184-205, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69262/41581>. Acesso em 14 maio 2019.

BARBERIO, I. C.; BORGES, E. S.; LUSSI, I. A. D. O.; BULHÕES, L. D. S. *et al.* Incubação do Recriart: parceria entre a prefeitura municipal e a Universidade Federal de São Carlos. In: PINHO, K. L. R.; PINHO, L. P.; LUSSI, I. A. O.; MACHADO, M. L. T. (org.). **Relatos de experiências em inclusão social pelo trabalho na saúde**. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2014. p. 209-224.

BARBOSA, R. N. C. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BARFKNECHT, K. S.; MERLO, A. R. C.; NARDI, H. C. Saúde mental e economia solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 54-61, ago. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000200008. Acesso em 26 out 2020.

BARRETO, R. O.; LOPES, F. T.; PAULA, A. P. P. A economia solidária na inclusão social de usuários de álcool e outras drogas: reflexões a partir da análise de experiências em Minas Gerais e São Paulo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 16, n. 1, p. 41-56, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v16n1/a05v16n1.pdf>. Acesso em 06 fev. 2019.

BARRETO, S. M. G. **O processo de inclusão social dos portadores de transtornos mentais: discursos e práticas em um CAPS**. 2009. 172f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10907/1/5555555555.pdf>. Acesso em 23 nov. 2020.

BARROS, J. O.; MÂNGIA, E. F. Rede social e atenção às pessoas com transtornos mentais: novo desafio para os serviços de saúde mental. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 135-142, set./dez., 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/14017/15835>. Acesso em 14 set. 2020.

BASAGLIA, F. **Conferenze brasiliane**. Milano: Raffaello Cortina Editore, 2000.

BASSO, D.; LEMES, F. R. M.; SILVEIRA, D. C. Economia Solidária e dinâmica de desenvolvimento local: um estudo de empreendimentos econômicos solidários no município de Ijuí-RS. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 327-340, 2010. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/Emancipacao.v.10i1.327340/967>. Acesso em 17 ago. 2019.

BERNARDES, E. M.; VENTURA, C. A. A. A sociologia das ausências como referencial teórico para a pesquisa em enfermagem psiquiátrica e em saúde mental. **Texto Contexto Enferm**, v. 26, n. 4, p. 1-11, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v26n4/0104-0707-tce-26-04-e00720017.pdf>. Acesso em 18 jan. 2021.

BHOWMIK, S. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de duas cidades na Índia. *In*: SANTOS, B. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 369-400.

BONADIO, A. N.; SILVEIRA, C. Economia solidária e reabilitação vocacional no campo da drogadição: possibilidades e limites das práticas atuais. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 99-108, mar., 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v22n1/10.pdfso> em 06 fev. 2019.

BORINELLI, B.; SANTOS, L. M. L.; PITAGUARI, S. O. (orgs.). **Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e experiência institucional**. Londrina: UEL, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.867**, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme específica. Brasília, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9867.htm. Acesso em 08 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.216**, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10216.htm. Acesso em 23 jul. 2019.

BRASIL. Sistema Único de Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Organizadora da III CNSM. **Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental**. Brasília, 11 a 15 de dezembro de 2001. Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2002a. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/povos/povos/legislacao/Relat_final_III_Conf_Nac_Saude_Mental.pdf. Acesso em 15 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Legislação em saúde mental 1990-2002**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002b. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/legislacao_saude_mental.pdf. Acesso em 03 set. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.708**, de 31 de julho de 2003a. Institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.708.htm. Acesso em 15 jun. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 4.764**, de 24 de junho de 2003b. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4764.htm. Acesso em 22 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM nº 336, de 19 de fevereiro de 2002. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. **Legislação em saúde mental: 1990-2004**. 5.ed. ed. ampl. Brasília, 2004a, p. 125-136. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/legislacao_mental.pdf. Acesso em 28 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde Mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004b. Disponível em: http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/SM_Sus.pdf. Acesso em 13 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, 2005a. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf. Acesso em 14 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005b. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/SAUDE_MENTAL_ECONOMIA_SOLIDARIA.pdf. Acesso em 13 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria Interministerial nº 353**, de 07 de março de 2005. Institui o Grupo de Trabalho de Saúde Mental e Economia Solidária e dá outras providências. Brasília, 2005c. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/70004-institui-o-grupo-de-trabalho-de-saude-mental-e-economia-solidaria-e-du-outras-providencias.html>. Acesso em 13 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1.169/GM** de 7 de julho de 2005. Destina incentivo financeiro para municípios que desenvolvam projetos de Inclusão social pelo Trabalho destinados a pessoas portadoras de transtornos mentais e/ou de transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas, e dá outras providências. Brasília, 2005d. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1169_07_07_2005.html. Acesso em 15 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Coordenação de Saúde Mental. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Relatório Final do Grupo de Trabalho Saúde Mental e Economia Solidária**, instituído pela Portaria Interministerial nº 353, de 7 de março de 2005. Brasília, 2006a. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1208.pdf>. Acesso em 13 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de ações Programáticas Estratégicas. Coordenação de Saúde Mental. **Saúde mental em dados**. Ano I, n. 2, jan./jul. Brasília: Ministério da Saúde, 2006b.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006c. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.pdf. Acesso em 27 out. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. SENAES. **Economia solidária, outra economia acontece**: cartilha da campanha nacional de mobilização social. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/cartilha-32pg-economia-solidaria-fbes-cecip-web-071002.pdf>. Acesso em 11 set. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Secretaria Nacional de Economia Solidária**. Brasília, 2010a. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria/>. Acesso em 15 out. 2017.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. **Conferência temática de cooperativismo social**: caderno temático. Brasília, 2010b.

BRASIL. Sistema Único de Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Organizadora da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial. **Relatório Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial**, 27 de junho a 1 de julho de 2010. Brasília: conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2010c. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_final_IVcnsmi_cns.pdf. Acesso em 03 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 3.088**, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2011a.

Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html.

Acesso em 17 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 3.090**, de 23 de dezembro de 2011. Altera a Portaria nº 106/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2000, e dispõe, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial, sobre o repasse de recursos de incentivo de custeio e custeio mental para implantação e/ou implementação e funcionamento dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT). Brasília, 2011b. Disponível em

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3090_23_12_2011_rep.html.

Acesso em 15 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Portaria nº 854**, de 22 de agosto de 2012. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2012/prt0854_22_08_2012.html. Acesso

em 23 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 3.088**, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, n. 96, seção 1, 21 de maio de 2013a. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=21/05/2013&jornal=1&pagina=37&totalArquivos=176>. Acesso em 16 mar. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 8.163**, de 20 de dezembro de 2013. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social – Pronacoop Social, e dá outras providências. Brasília, 2013b. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8163.htm.

Acesso em 26 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Comitê Gestor do Pronacoop Social. **Marco Conceitual e Política de Assessoramento Técnico em Associativismo e Cooperativismo Social**: Termo de Referência. Brasília, 2015. Disponível em:

<http://saudeecosol.org/wp-content/uploads/2016/04/TR-MARCO-CONCEITUAL-E-ASSESSORIA-T%C3%89CNICA-CG-PRONACOOP-SOCIAL.pdf>. Acesso em 24 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPES. Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. **Saúde Mental no SUS: cuidado em liberdade, defesa de direitos e rede de atenção psicossocial**. Relatório de Gestão 2011-2015. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em:

<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/junho/27/Relat--rio-Gest--o-2011-2015---.pdf>. Acesso em 15 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria de Consolidação nº 3**, de 28 de setembro de 2017a. Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html. Acesso em 14 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 3.588**, de 21 de dezembro de 2017b. Altera as Portarias de Consolidação nº 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências.

Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html. Acesso em 14 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 10.087**, de 5 de novembro de 2019. Declara a revogação de decretos normativos. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2019-2022/2019/Decreto/D10087.htm#art1. Acesso em 22 jun. 2020.

CADERNOS BRASILEIROS DE TERAPIA OCUPACIONAL. **Foco e Escopo**.

Internet. Site. Disponível em:

<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/about/editorialPolicies#focusAndScope>. Acesso em 27 ago. 2020.

CAMPOS, I. D. O. C.; MAGALHÃES, Y. B.; KIKUCHI, P.; JABUR, P. D. A. C. *et al.* Saúde mental e economia solidária: a experiência de usuários e trabalhadores de um CAPS II. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 411-415, 2015.

Disponível em

<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/986>. Acesso em 06 fev. 2019.

CAMPOS, I. O.; REIS, R. M. Economia solidária, saúde mental e inclusão: uma revisão da literatura. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 674-687, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/28134>. Acesso em 08 out. 2020.

CANCELA, A. G. R. **Interface entre políticas públicas de saúde mental e economia solidária**: a inserção socioproductiva de pessoas com transtornos mentais. 2012. 142f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4309>. Acesso em 06 fev. 2019.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plataforma Sucupira. **Cursos Avaliados e Reconhecidos**, 2020. Internet. Site. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.jsf>. Acesso em 05 de maio de 2020.

CARRETA, R. Y. D.; LOBATO, B. C. A experiência de um projeto de extensão multidisciplinar no fomento à geração de renda cooperativa e solidária: a contribuição da terapia ocupacional. **Revista Cultura e Extensão USP**, v. 4, p. 89-97, 2008.

Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/001292568322824405302>. Acesso em 13 out. 2020.

CARVALHAES, A. G. **O lugar do trabalho solidário na reforma psiquiátrica brasileira**. 2008. 109f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade

CASTANHEIRA, M. E. M.; PEREIRA, J. R. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. **Revista Katálysis**, v. 11, p. 116-122, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802008000100011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 05 jan. 2021.

CATTANI, A. D. A outra economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 9-14.

CES. Centro de Estudos Sociais. Reinvenção da emancipação social: projeto de investigação dirigido por Boaventura de Sousa Santos, Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. **Apresentação**. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/ces/emancipa/pt/index.html>. Acesso em 16 set. 2020.

CFES NACIONAL. Centro Nacional de Formação em Economia Solidária. **Sistematização de experiências da economia solidária**: referenciais, etapas e ferramentas para o processo de sistematização. Brasília: CFES Nacional, 2012. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/caderno_sistematizacao_cfes_nacional_parte1.pdf. Acesso em 14 set. 2019.

COSTA, H. Apresentação. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde Mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004, p. 9. Disponível em: http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf. Acesso em 27 out. 2019.

CUNHA, G. C.; SANTOS, A. M. Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: desafios epistemológicos e metodológicos. In: HESPANHA, P.; SANTOS, A. M. (org.). **Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas**. Coimbra: Almedina, 2011, p. 15-56.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Prod.**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27-34, dez. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132004000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 31 ago. 2020.

DELGADO, P. G. Conferência de abertura: economia solidária e saúde mental. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005, p. 15-30. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/SAUDE_MENTAL_ECONOMIA_SOLIDARIA.pdf. Acesso em 13 nov. 2019.

DIMOV, T. **Participação de usuários da saúde mental em pesquisa**: a trajetória de uma associação de usuários. 2016. 260f. Tese (Doutorado em Psicologia Social do Trabalho) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-16092016-113405/publico/dimov_do.pdf. Acesso em 16 jan. 2021.

ELY, H. B. Estratégias metodológicas. In: CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional. **Educação popular e economia solidária**. Porto Alegre, 2017. p. 41-54. Disponível em: <http://camp.org.br/files/2017/11/Cartilha-Educa%C3%A7%C3%A3o-Popular-e-EcoSol-CFES-Sul.pdf>. Acesso em 01 fev. 2021.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **O FBES**. Disponível em: <https://fbes.org.br/o-fbes/>. Acesso em 08 jan. 2021.

FERRO, L. F.; MACEDO, M.; LOUREIRO, M. B. Economia Solidária, Saúde Mental e a prática do terapeuta ocupacional: relatos de participantes de um grupo de geração de trabalho e renda. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v, 23, n. 1, p. 101-116, 2015. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/648/589>. Acesso em 06 fev. 2019.

FILIZOLA, C. L. A.; TEIXEIRA, I. M. C.; MILIONI, D. B.; PAVARINI, S. C. I. Saúde mental e economia solidária: a família na inclusão pelo trabalho. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 418-425, abr., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n2/v45n2a16.pdf>. Acesso em 06 fev. 2019.

GAIGER, L. I. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 135-143.

GAIGER, L. I. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 79, p. 57-77, dezembro, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/725>. Acesso em 19 out. 2020.

GIGANTE, M. P. **Perfil das oficinas de geração de trabalho e renda no âmbito da atenção psicossocial no Brasil**. 2011. 68f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2011. Disponível em: http://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/MARISA.GIGANTE_Perfil-das-Oficinas-de-Gera%C3%A7%C3%A3o-de-Trabalho-e-Renda-no-%C3%82mbito-da-Aten%C3%A7%C3%A3o-Psicossocial-no-Brasil.pdf. Acesso em 13 jul. 2019.

GODOY, T. M. P. **O espaço da economia solidária: a autogestão na reprodução das relações sociais e os limites da emancipação social**. 2009. 253f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/104395>. Acesso em 05 jan. 2021.

GODOY, T. M. P. Economia solidária e território: produção de espaços democráticos e participativos. **Outra Economia**, v. 8, n. 15, p. 260-268, jul-dez, 2014. Disponível em:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2014.815.11/4398>. Acesso em 19 nov. 2020.

GUEDES, A. C.; KANTORSKI, L. P.; PEREIRA, P. M.; CLASEN, B. N. *et al.* A mudança nas práticas em saúde mental e a desinstitucionalização: uma revisão integrativa. **Rev. Eletr. Enf.** [online], v. 12, n. 3, p. 547-553, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/8198/7875>. Acesso em 29 maio 2019.

HIRDES, A. Autonomia e cidadania na reabilitação psicossocial: uma reflexão. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 165-171, fev., 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v14n1/a22v14n1.pdf>. Acesso em 14 abr. 2020.

INSS. Instituto Nacional do Seguro Social. **Benefício assistencial à pessoa com deficiência (BPC)**. Internet. Site. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/beneficios/beneficio-assistencia-a-pessoa-com-deficiencia-bpc/>. Acesso em 03 set. 2020.

INTECOOP. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Universidade Federal de Itajubá. Cartilha de formação de grupos. Módulo I. **O trabalho humano, história do capitalismo e economia solidária**. Internet. Site. Disponível em: https://portal.toledoprudente.edu.br/upload/usuarios/2896/aulas/Cartilha_trabalho_humano.pdf. Acesso em 31 ago. 2020.

KINKER, F. S. **Fragmentos de uma sociabilidade emergente: a trajetória do Núcleo do Trabalho do Programa de Saúde Mental de Santos (1989-1996)**. 2011. 271f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3364/1/Fernando%20Sfair%20Kinker.pdf>. Acesso em 22 nov. 2020.

KINKER, F. S. Enfrentamentos e construção de projetos de trabalho para a superação da laborterapia. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 49-61, 2014. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/573/487>. Acesso em 06 fev. 2019.

LANCMAN, S. Psicodinâmica do trabalho. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. **Terapia ocupacional: fundamentação e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007, p. 271-277.

LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. **II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares**. Campinas, 20 de março de 2002. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf. Acesso em 26 out. 2020.

LECHAT, N. M. P.; RITTER, C.; LEMES, F. R. M.; SCHIRMER, T. Gestão de empreendimentos econômicos solidários na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, jan.-jun., 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/2042>. Acesso em 13 jan. 2021.

LIANZA, S.; HENRIQUES, F. C. (org.). **A Economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/livro_vers_o_digital.pdf. Acesso em 02 set. 2020.

LIMA, I. B.; SILVA, J. E.; CRUZ, S. S. Políticas públicas de saúde mental e economia solidária: construção de uma nova concepção. **Rev enferm UFPE [online]**, Recife, v. 7, n. esp, p. 1008-1015, mar., 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/11569/13553>. Acesso em 06 fev. 2019.

LOPES, R. E.; LEÃO, A. Terapeutas ocupacionais e os centros de convivência e cooperativas: novas ações de saúde. **Rev Ter Ocup Univ São Paulo**, v. 13, n. 2, p. 41-59, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13897/15715>. Acesso em 10 nov. 2020.

LOURENÇO, M. L. **Cooperativismo e subjetividade: um estudo das dimensões da autogestão, do tempo e da cultura solidária**. Curitiba: Juruá, 2008.

LUSSI, I. A. O. **Trabalho, reabilitação psicossocial e rede social: concepções e relações elaboradas por usuários de serviços de saúde mental envolvidos em projetos de inserção laboral**. 2009. 169 f. Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-29102009-135550/pt-br.php>. Acesso em 06 fev. 2019.

LUSSI, I. A. O. Emancipação social e terapia ocupacional: aproximações a partir das Epistemologias do Sul e da Ecologia de Saberes. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**. v. 13, n. 4, 1335-1345, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cadbto/v28n4/2526-8910-cadbto-2526-8910ctoEN2015.pdf>; Acesso em 02 fev. 2021.

LUSSI, I. A. O.; MATSUKURA, T. S.; HAHN, M. S. Reabilitação psicossocial: oficinas de geração de renda no contexto da saúde mental. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 284-291, 2010. Disponível em: http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/84/185-192.pdf. Acesso em 17 mar. 2019.

LUSSI, I. A. O.; MORATO, G. G. O significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da economia solidária. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 20, n. 3, p. 369-380, 2012. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/681/395>. Acesso em 06 fev. 2019.

LUSSI, I. A. O.; PEREIRA, M. A. O. Empresa social e economia solidária: perspectivas no campo da inserção laboral de portadores de transtorno mental. **Rev Esc Enferm USP**, v. 45, n. 2, p. 515-21, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n2/v45n2a29.pdf>. Acesso em 06 fev. 2019.

LUZIO, C. A.; L'ABBATE, S. A reforma psiquiátrica brasileira: aspectos históricos e técnico-assistenciais das experiências de São Paulo, Santos e Campinas. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 10, n. 20, p. 281-298, dez., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/icse/v10n20/02.pdf>. Acesso em 12 set. 2019.

MANCE, E. Políticas públicas para o desenvolvimento econômico-solidário do Brasil. I Conferência Nacional de Economia Solidária. In: **Formação de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária: manual técnico**, 2008. Disponível em: http://rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2015/11/cartilha_aluno_textos_apoio_e_compl_econsol_politicas-1.pdf. Acesso em 26 out. 2020.

MÂNGIA; E. F.; NICÁCIO, F. Terapia Ocupacional em Saúde Mental: tendências principais e desafios contemporâneos. In: DE CARLO, M. M. R.; BARTALOTTI, C. C. (org.). **Terapia Ocupacional no Brasil – fundamentos e perspectivas**. São Paulo: Plexus, 2001, p. 63-80.

MÂNGIA, E. F.; NICÁCIO, F. III Conferência Nacional de Saúde Mental: efetivar a reforma psiquiátrica. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. i-ii, jan./abr., 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13887/15705>. Acesso em 30 out. 2019.

MARINHO, D. M. **Acompanhamento terapêutico: caminhos clínicos, políticos e sociais para a consolidação da Reforma Psiquiátrica brasileira**. 2009. 140f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7134/tde-14082009-092412/publico/Debora_Marinho.pdf. Acesso em 17 set. 2020.

MARTINS, R. C. A. Saúde mental e economia solidária: construção democrática e participativa de políticas públicas de inclusão e econômica. In: CORTEGOSO, A. L.; LUCAS, M. G. (org.). **Psicologia e economia solidária: interfaces e perspectivas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, p. 245-262.

MARTINS, R. C. A. **Cooperativas sociais no Brasil: debates e práticas na tecitura de um campo em construção**. 2009.193f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4276/1/2009_RitadeCassiaAndradeMartins.pdf. Acesso em 06 fev. 2019.

MARTINS, R. C. A. **Saúde mental, economia solidária e cooperativismo social: políticas públicas de reconhecimento e acesso ao trabalho (2004-2013)**. 2014. 311f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19284/1/2014_RitadeC%3a1ssiaAndradeMartins.pdf. Acesso em 06 fev. 2019.

MARTINS, R. C. A. Reformas psiquiátricas e o processo de ressignificação do trabalho de saúde mental. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 11, n. 2, p. 96-116, ago. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v11n2/a07.pdf>. Acesso em 12 jun. 2019.

MAZARO, L. M. **Economia solidária e inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental**: identificando potencialidades e fragilidades. 2017. 226f. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9119/DissLMM.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 06 fev. 2019.

MAZARO, L. M.; MATSUKURA, T. S.; LUSI, I. A. O. Economia solidária como estratégia de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental: panorama nacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, n. 1, p. 127-146, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cadbto/v28n1/2526-8910-cadbto-2526-8910ctoAO1880.pdf>. Acesso em 13 ago. 2020.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MELO, A. A ação local dos cidadãos como forma de resistência à nova onda de colonização global: o caso da Associação In Loco no Sul de Portugal. *In*: SANTOS, B. (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 435-471.

MENDES, S. M. O. **Saúde mental e trabalho**: transversalidade das políticas e o caso de Juiz de Fora. 2007. 164f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007. Disponível em:

<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2890/1/silviamariadeoliveiramendes.pdf>. Acesso em 06 fev. 2019.

MILIONI, D.B. **A experiência de trabalho de usuários de um CAPS, integrantes de um empreendimento solidário**: construindo vidas e possibilidades. 2009. 111f.

Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3211/2764.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 06 fev. 2019.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v.9, n. 3, p. 239-262, jul./set., 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>. Acesso em 39 jul. 2019.

MORAES, R. C. P.; CASTRO-SILVA, C. R. Sentidos e processos psicossociais envolvidos na inclusão pelo trabalho na saúde mental. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 748-762, set., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n3/1982-3703-pcp-36-3-0748.pdf>. Acesso em 05 fev. 2019.

MORATO, G. G. **Atuação dos terapeutas ocupacionais em iniciativas de geração de trabalho e renda no âmbito da saúde mental: estudo sobre a realidade do estado de São Paulo.** 2014. 201f. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/6885/5812.pdf?sequence=1&isAlloved=y>. Acesso em 23 out. 2019.

MORATO, G.G.; LUSSE, I.A.O. A prática do terapeuta ocupacional em iniciativas de geração de trabalho e renda: contribuição dos fundamentos da profissão e das dimensões da categoria trabalho. **Rev Ter Ocup Univ São Paulo**, v. 16, n. 1, p. 66-73, 2015a.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/84376/96373>. Acesso em 06 fev. 2019.

MORATO, G. G.; LUSSE, I. A. O. Iniciativas de geração de trabalho e renda, economia solidária e terapia ocupacional: aproximações possíveis e construções necessárias. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v.23, n.4, p. 733-745, 2015b. Disponível em:

<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1401/661>. Acesso em 06 fev. 2019.

MORATO, G.G.; LUSSE, I.A.O. Caracterização de iniciativas de geração de trabalho e renda destinadas a usuários de serviços de saúde mental e aproximação com a economia solidária: a realidade do Estado de São Paulo. **Rev Ter Ocup Univ São Paulo**. São Paulo, v. 26, n. 3, p. 336-44, set/dez, 2015c. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/104976>. Acesso em 26 out. 2020.

MOTA, T. D. **As necessidades de saúde da perspectiva dos usuários de um serviço comunitário de saúde mental.** 2007. 117f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7134/tde-20042007-101132/publico/Taia_Duarte.pdf Acesso em 06 fev. 2019.

MOURA, M. S.; SILVA, A. C.; CAMPOS, M. M.; CANDEIAS, E. W. L. L. A autêntica autogestão: os desafios do trabalho autogestionário em uma associação de catadores de materiais recicláveis localizados em Palmeira dos Índios – Alagoas. In: **Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária**, 1, 2015, São Carlos. Anais... São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Disponível em: <http://www.conpes.ufscar.br/anais>. Acesso em 31 ago. 2020.

NICÁCIO, M. F. S. **O processo de transformação da saúde mental em Santos: desconstrução de saberes, instituições e cultura.** 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/4015>. Acesso em 27 jun. 2019.

NICÁCIO, M.F.S. Reforma psiquiátrica, direito ao trabalho e emancipação. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde Mental e Economia Solidária: inclusão social pelo trabalho.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005, p. 75-79. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/SAUDE_MENTAL_ECONOMIA_SOLIDARIA.pdf. Acesso em 13 mar. 2019.

NICÁCIO, M. F. S.; KINKER, F. S. O desafio de viver fora: construindo a cooperativa paratodos. In: CAMPOS, F. C. B.; HENRIQUES C. M. P. (orgs.). **Contra a maré à beira mar: a experiência do SUS em Santos**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 167-177

NICÁCIO, M.F.S.; MÂNGIA, E. F.; GHIRARDI, M. I. G. Projetos de inclusão no trabalho e emancipação de pessoas em situação de desvantagem: uma discussão de perspectivas. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 62-66, maio/ago., 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13961/15779>. Acesso em 19 ago. 2020.

NOVAES, F. A. M. A economia solidária como estratégia para emancipação humana. **Revista de Ciências Gerenciais**. v. 16, n. 24, p. 133-144, 2012. Disponível em: <https://revista.pgskroton.com/index.php/rcger/article/view/1952>. Acesso em 28 dez. 2020.

NuMI EcoSol/UFSCar. Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária, 2020. Internet. Site. Disponível em: <http://www.numiecosol.ufscar.br/numi-ecosol>. Acesso em 27 jul. 2020.

NUNES, J. A.; LOUVISON, M. Epistemologias do Sul e descolonização da saúde: por uma ecologia de cuidados na saúde coletiva. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v29n3/1984-0470-sausoc-29-03-e200563.pdf>. Acesso em 18 jan. 2021.

NUNES, J. A.; SIQUEIRA-SILVA, R. Dos “abismos do inconsciente” às razões da diferença: criação estética e descolonização da desrazão na Reforma Psiquiátrica Brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 208-237, dez., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/v18n43/1517-4522-soc-18-43-00208.pdf>. Acesso em 15 jul. 2020.

OLIVER, F. C.; TISSI, M. C.; AOKI, M.; VARGEM, E. F.; TAÍSA, G. F. Oficinas de trabalho – sociabilidade ou geração de renda? **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 86-94, set./dez., 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13902/15720>. Acesso em 14 nov. 2020.

OLIVEIRA, F. B.; MOREIRA, M. R. C.; LIMA JÚNIOR, J. F.; NASCIMENTO, D. C. *et al.* Articulação das políticas públicas de saúde mental e economia solidária - iniciativas de geração de trabalho e renda. **HOLOS**, ano 34, v. 6, p. 130-140, 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5233/pdf>. Acesso em 06 fev. 2019.

PACHECO, J. L. Inclusão social através do trabalho. In: CORTEGOSO, A. L.; LUCAS, M. G. (org.). **Psicologia e economia solidária: interfaces e perspectivas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, p. 219-224.

PACHECO, M. L. **Saúde mental e economia solidária: trabalho como dispositivo de autonomia, rede social e inclusão**. 2013. 182f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15182/1/2013_MilenaLealPacheco.pdf. Acesso em 06 fev. 2019.

PAULON, G. B. F. S. Rede de Economia Solidária no município de dourados-MS: uma análise sobre a participação das mulheres. **Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder**, Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST17/Grazihely_Berenice_Fernandes_dos_Santos_Paulon_17.pdf. Acesso em 27 out. 2020.

PEDROZA, A. P.; OLIVEIRA, F. B.; FORTUNATO, M. L.; SOARES, P. F. C. Articulação saúde mental e economia solidária: relato de projeto de inclusão social. **Rev Rene**, v. 13, n. 2, p. 454-462, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/3955/pdf>. Acesso em 06 fev. 2019.

PEREIRA, E. C.; COSTA-ROSA, A. Problematizando a Reforma Psiquiátrica na atualidade: a saúde mental como campo da práxis. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 1035-1043, dez., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21n4/v21n4a20.pdf>. Acesso em 06 fev. 2019.

PEREIRA, M. O. **Análise da política do Ministério da Saúde do Brasil para a atenção integral dos usuários de álcool e outras drogas**. 2009. 278f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-11012010-145632/publico/Maria_Odete_Pereira.pdf. Acesso em 06 fev. 2019.

PEREIRA, M. O.; BARROS, S.; OLIVEIRA, M. A. F. Reflexão acerca das políticas públicas brasileiras na óptica do pós-colonialismo. **Rev enferm UFPE [online]**, v. 4, n. 2, p. 283-291, abr./jun., 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/6210/5458>. Acesso em 06 fev. 2019.

PINHO, K. L. R. **Economia solidária e a produção de cidadania na saúde mental: um estudo dos dispositivos de inclusão social pelo trabalho no estado de São Paulo**. 2015. 134f. Dissertação (Mestrado em Ciência Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7650/DissKLRP.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 06 fev. 2019.

QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 473-514.

RECRIART. Reciclando e Fazendo Arte. Internet. Site. Disponível em: <https://www.facebook.com/recriartempreendimento/>. Acesso em 20 dez. 2019.

RIBEIRO, M. C.; MACHADO, A. L. A Terapia Ocupacional e as novas formas do cuidar em saúde mental. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 19, n. 2, p. 72-75, maio/ago., 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/14031/15849>. Acesso em 06 fev. 2019.

RODRIGUES, A. C.; YASUI, S. Oficinas de geração de trabalho e renda na atenção psicossocial: reflexões sobre um equipamento e suas produções de cuidado. **Cad. Bras. Saúde Ment.**, Florianópolis, v. 8, n. 20, p. 1-23, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cbsm/v8n20/v8n20a02.pdf>. Acesso em 06 fev. 2019.

RODRIGUES, R.C.; MARINHO, T.P.C.; AMORIM, P. Reforma psiquiátrica e inclusão social pelo trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, p. 1615-1625, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v15s1/073.pdf>. Acesso em 06 fev. 2019.

RODRÍGUEZ, C. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, B. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 329-367.

ROJO, P. T.; FILIZOLA, C. L. A. Construindo sentidos e possibilidades: a experiência da equipe de incubação de um empreendimento solidário. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 46, n. 5, p. 1109-1116, out., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reusp/v46n5/11.pdf>. Acesso em 06 fev. 2019.

ROJO, P. T.; FILIZOLA, C. L. A.; ZERBETTO, S. R.; CORTEGOSO, A. L. A experiência de incubar um empreendimento solidário formado por usuários de saúde mental. **Revista Ciência & Saúde**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 107-116, jul./dez., 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faenfi/article/view/10364/8200>. Acesso em 06 fev. 2019.

ROTELLI, F. Dall'ergoterapia all'impresa sociale. In: TORRESINI, L. (org.). *Il lavoro rende liberi?: dall'ergoterapia all'istituzione inventata*. Roma: Sapere, 2000. p. 178-90.

SANTANA JÚNIOR, G. Economia Solidária nos Trópicos. **IV Encontro Internacional de Economia Solidária “Educação, Política e Integração da América Latina**. Núcleo de Economia Solidária – USP, 2006. Disponível em: <http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/anais%20IV/artigos/Capitalismo%20Contempor%C3%A2neo,%20Socialismo%20e%20Economia%20Solid%C3%A1ria/ECONOMIA%20SOLID%C3%81RIA%20NOS%20TR%C3%93PICOS.pdf>. Acesso em 27 ago. 2020.

SANTIAGO, E.; YASUI, S. Saúde mental e economia solidária: cartografias do seu discurso político. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 3, p. 700-711, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n3/1807-0310-psoc-27-03-00700.pdf>. Acesso em 06 fev. 2019.

SANTOS, A. M.; CARNEIRO, V. G. O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade. **E-cadernos CES**, n. 02, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1260>. Acesso em 08 jan. 2021.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício de experiência**. Porto: Afrontamento, 2000.

SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, B. S. Poderá o direito ser emancipatório? **Revista Crítica de Ciências Sociais**. N. 65, p. 3-76, maio 2003a. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/podera_o_direito_ser_emancipatorio_o_RCCS65.PDF. Acesso em 23 nov. 2020.

SANTOS, B. S. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, B. S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, B. S. Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *In*: SANTOS, B. S. (org.). **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010a. p. 93-137.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, B. S. e MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010b. p. 31-83.

SANTOS, B. S. A ecologia de saberes. *In*: SANTOS, B. S. (org.). **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010c. p. 137-165.

SANTOS, B. S. A construção intercultural da igualdade e da diferença. *In*: SANTOS, B. S. (org.). **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010d. p. 277-316.

SANTOS, B. S. **Se Deus fosse um ativista dos seres humanos**. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, B. S. **Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial**. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/81474/1/Construindo%20as%20Epistemologias%20do%20Sul_Vol%201.pdf. Acesso em 24 nov. 2020.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. Introdução. *In*: SANTOS, B. S. e MENESES, M. P. (Ed.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 15-27.

SANTOS, B. S.; RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. *In*: SANTOS, B. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 23-77.

SANTOS, L. B. H. **Inclusão social pelo trabalho**: estudo comparativo entre as políticas públicas de saúde mental do Brasil e da Inglaterra. 2016. 123f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-12052017-161633/publico/VERSAO_CORRIGIDA_LIGIA DISSERTACAO_01_de_setembro_2016.pdf. Acesso em 06 fev. 2019.

SANTOS, N. S.; ALMEIDA, P. F.; VENANCIO, A. T.; DELGADO, P. G. A autonomia do sujeito psicótico no contexto da reforma psiquiátrica brasileira. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 20, n. 4, dez, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932000000400006&script=sci_arttext. Acesso em 22 out. 2020.

SARACENO, B. Reabilitação psicossocial: uma estratégia para a passagem do milênio. In: PITTA, A.M.F. (org.). **Reabilitação psicossocial no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2001a, p. 13-18.

SARACENO, B. **Libertando identidades**: da reabilitação à cidadania possível. 2. ed. Belo Horizonte: Te Corá – Instituto Franco Basaglia, 2001b.

SARTORI, L. Cooperativismo Social: notas etnográficas sobre a invenção e regulação de políticas públicas. **Ponto Urbe [online]**, n. 8, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1846>. Acesso em 06 fev. 2019.

SAYEG, E. **Desafios da intersectorialidade entre trabalho e saúde mental**. 2017. 150f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/19881/2/Evelyn%20Sayeg.pdf>. Acesso em 06 fev. 2019.

SCHUSTER, H. A. F. **Autogestão**: um caminho para a emancipação do trabalhador nas cooperativas de produção? 2004. 219f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2134>. Acesso em 27 dez. 2020.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. São Paulo: Record, 2001.

SILVA, A. L. A. **O Projeto Copiadora do CAPS**: do trabalho de reproduzir coisas à produção de vida. 1997. 160f. Dissertação (Mestrado em enfermagem) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7137/tde-04062003-124644/publico/Analuisa.pdf>. Acesso em 24 nov. 2020.

SILVA, A. P. D.; FERIGATO, S. H. Saúde mental e trabalho: diálogos sobre direito, desejo e necessidade de acesso. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, v. 25, n. 4, p. 803-816, 2017. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1689/914>. Acesso em 06 fev. 2019.

- SILVA, E. W. Trabalho solidário e direitos humanos. **XIX Jornada de Pesquisa**. São do Conhecimento – ciência, tecnologia e desenvolvimento social. Unijuí, 2014. Disponível em:
<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/3760>
. Acesso em 28 out. 2020.
- SILVA, F. Gestão da subjetividade e novas formas de trabalho: velhos dilemas e novos desafios. In: BENINI, E. (org.). **Gestão pública e trabalho associado**: fundamentos e perspectivas. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- SILVA, L. E. O sentido e significado sociológico de emancipação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, n. 11, v. 3, set./dez. 2013. Disponível em:
<http://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/8924/13299>. Acesso em 19 set. 2020.
- SILVA, L. G.; CORTEGOSO, A. L.; LUSSI, I. A. O. Da orientação profissional à inserção laboral de usuários de serviços de saúde mental em empreendimentos econômicos solidários. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 22, n. 2, p. 271-283, 2014. Disponível em:
<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/766/534>. Acesso em 06 fev. 2019.
- SILVA, P. M. C. **A trajetória do portador de sofrimento psíquico no processo de desinstitucionalização**: história oral. 2012. 167f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em:
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5120/1/arquivototal.pdf>. Acesso em 06 fev. 2019.
- SILVA, T. C. União Geral de Cooperativas em Moçambique: um sistema alternativo de produção? In: SANTOS, B. (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 401-434.
- SINGER, P. Alternativas da gestão social diante da crise do trabalho. In: RICCO, E.M.; RAICHELIS, R. **Gestão social**: uma questão em debate. São Paulo: PUC-SP, 1999, p. 55-66.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (org.). **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003a. p. 11-28
- SINGER, P. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003b, p. 116-125.
- SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 83-129.

SINGER, P. Economia solidária: entrevista com Paul Singer. **Estud. av.**, São Paulo, v.22, n. 62, p. 289-314, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf>. Acesso em 27 jul. 2020.

SINGER, P. Políticas públicas da secretaria nacional de economia solidária do ministério do trabalho e emprego. **Mercado de Trabalho**, v. 39, p. 43-48, maio, 2009. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4788/1/bmt39_06_ES1Paul.pdf. Acesso em: 03 set. 2020.

SINGER, P.; SCHIOCHET, V. Economia solidária e saúde mental: a construção da política nacional de cooperativismo social. *In*: PINHO, K. L. R.; PINHO, L. P.; LUSSI, I. A. O.; MACHADO, M. L. T. (org.). **Relatos de experiências em inclusão social pelo trabalho na saúde**. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2014.

SINGER, P.; SOUZA, A. R; (org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

TAGLIAFERRO, P. **Enfrentando desafios e construindo possibilidades: a experiência da equipe no processo de incubação de um empreendimento solidário formado por usuários de um CAPS**. 2011. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3230/3522.pdf?sequence=1&isAlloved=y>. Acesso em 26 out 2020.

TEIXEIRA, D. L. P.; SOUZA, M. C. A. F. Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 65-72, dez. 1985. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901985000400007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 03 nov. 2020.

TENORIO, F. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceitos. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 25-59, abr., 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v9n1/a03v9n1.pdf>. Acesso em 19 jul. 2019.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, p. 38-46, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea07.pdf>. Acesso em 24 nov. 2020.

TORRES, A. E. Educação popular e economia solidária: uma parceria potente na luta política. **II CONPES – Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária: solidariedade em trabalho, relações de gênero e preservação ambiental**. 26 a 28 de setembro de 2018. São Carlos, SP, Brasil. Disponível em: http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt1/sessao-1/torres_ana_eldia.pdf. Acesso em 01 fev. 2021.

TYGEL, D. **Envolver o mundo com o cooperativismo social**. Aportes ao texto: Valmor Schiochet. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. Disponível em:

<https://marista.edu.br/ims/wp-content/uploads/2017/07/2-Envolver-o-mundo-com-o-Cooperativismo-Social.pdf>. Acesso em 22 jun. 2020.

TYKANORI, R. Contratualidade e reabilitação psicossocial. *In*: PITTA, A. M. F. (org.). **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 55-59.

VERONESE, M. V. Subjetividade, trabalho e economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 153-167, mar., 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/416>. Acesso em 19 abr. 2020.

VERONESE, M. V.; ESTEVES, E. G. Identidade e economia solidária: sobre o processo de construção identitária no trabalho autogestionário. *In*: HESPANHA, P.; SANTOS, A.M. (org.). **Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas**. Coimbra: Almedina, 2011, p. 151-167.

ZITKOSKI, J. J. Educação popular e economia solidária: um diálogo possível e necessário. **Diálogo**, Canoas, n. 17, p. 97-106, jul-dez, 2010. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diálogo/article/view/62/81>. Acesso em 01 fev. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO - PROFISSIONAL

DADOS DA PESQUISA

Nome: Histórias de vida de pessoas em sofrimento psíquico (re)inseridas no trabalho por meio da economia solidária.

Pesquisadora responsável: Lisabelle Manente Mazaro

Orientadora: Profa. Dra. Isabela Ap. de Oliveira Lussi

Local e Duração da Entrevista:

DADOS DO PROFISSIONAL

Nome Completo:

Data do Nascimento:

Endereço Atual Completo (rua, nº, bairro, cidade):

Documento de identidade:

Formação:

INTRODUÇÃO

Apresentação da pesquisadora e explicação sobre a pesquisa, objetivos e etapas. Apresentar o TCLE e solicitar assinatura.

DESENVOLVIMENTO

1. Como surgiu a ideia da criação do Recriart? Sob quais demandas e expectativas? Qual era o objetivo inicial?
2. Como se deu o início das atividades? O que vocês produziam? Qual espaço físico utilizavam? O que tinham de material e/ou equipamento?
3. Com quantas pessoas o Recriart iniciou as atividades, incluindo todos os atores envolvidos (pessoas em sofrimento psíquico, profissionais, outros)?
4. Qual foi o percurso do grupo ao longo dos anos, com riqueza de detalhes a fim de traçarmos a linha do tempo do Recriart?
5. Como está o funcionamento nos dias atuais? Quantos membros? Quais atividades desenvolvem? Qual apoio o grupo recebe?
6. Quais as maiores dificuldades enfrentadas?

7. Quais as principais mudanças que você observa no grupo?
8. Quais são as expectativas para o futuro?
9. O que mais gostaria de acrescentar sobre suas memórias para este estudo?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO - MEMBROS DO RECRIART

INTRODUÇÃO

Apresentação da pesquisadora e explicação sobre a pesquisa, objetivos e etapas.
Apresentar o TCLE e solicitar assinatura.

Nome: Histórias de vida de pessoas em sofrimento psíquico (re)inseridas no trabalho por meio da economia solidária.

Pesquisadora responsável: Lisabelle Manente Mazaro

Orientadora: Profa. Dra. Isabela Ap. de Oliveira Lussi

Local e Duração das Entrevistas:

DADOS DO COLABORADOR

Nome Completo:

Data de Nascimento:

Com quem reside:

Escolaridade:

Fez algum curso técnico:

Qual:

Quando começou a frequentar o Recriart:

DESENVOLVIMENTO

1. Conte-me sobre sua trajetória de vida antes de entrar no Recriart (considerando também a história ocupacional pregressa).
2. Como se deu o processo de escolha/entrada no Recriart? Qual foi sua motivação.
3. Conte-me sobre sua trajetória desde que entrou no Recriart.
4. Como está sendo sua vivência de trabalho no Recriart? O que significa para você?
5. Você acha que ocorreram mudanças na sua vida desde que passou a fazer parte do Recriart? Conte-me sobre essas mudanças.
6. Como você descreve sua experiência de trabalho na economia solidária (sobre o ambiente de trabalho, as discussões e decisões em grupo, a retirada, a participação nas feiras etc.)?
7. O que mais gostaria de acrescentar sobre suas memórias para este estudo?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PROFISSIONAL

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa de doutorado “*Histórias de vida de pessoas em sofrimento psíquico (re)inseridas no trabalho por meio da economia solidária*”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional (PPGTO) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob orientação da Profa. Dra. Isabela Aparecida de Oliveira Lussi. O objetivo geral da pesquisa é compreender como os participantes do Recriart percebem os impactos da sua vivência nesse espaço de trabalho em sua trajetória de vida.

Os critérios de inclusão dos participantes na pesquisa foram: fazer parte da equipe de incubação do grupo desde o início e que continue acompanhando o grupo até o momento atual, ininterruptamente; aceitar participar do estudo; e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as questões de uma entrevista, que poderá acontecer em um único encontro ou múltiplos, a depender de cada participante. A previsão de duração de cada entrevista será de acordo com a sua disponibilidade, não devendo ultrapassar 02 horas e 30 minutos. A entrevista deverá ser gravada em áudio e posteriormente transcrita na íntegra. A pesquisadora ainda fará anotações em um diário de campo que fará parte do material a ser analisado.

As questões da entrevista foram elaboradas a fim de delinear a história do Recriart desde seu início até os dias atuais, traçando sua linha do tempo. Sua participação nesta pesquisa não trará benefícios diretos a você, entretanto, contribuirá para a obtenção de dados que serão utilizados para fins científicos.

Sua participação nesta pesquisa não é obrigatória. A qualquer momento você poderá desistir de participar, retirando seu consentimento. Além disso, sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com o serviço a que está vinculado(a).

A participação na pesquisa não acarretará em despesas para você. Também não haverá nenhuma forma de remuneração por sua participação. Entretanto, eventuais despesas com transporte e alimentação decorrentes da sua participação na pesquisa, serão ressarcidas pela pesquisadora. Você também tem o direito de buscar indenização diante de eventuais danos que essa participação puder lhe causar.

Os riscos relacionados à sua participação nesta pesquisa são mínimos, como: possível desconforto e/ou indisposição diante das questões levantadas durante sua colaboração no estudo ou sentir-se tenso ou um pouco ansioso(a) ao responder alguma questão mais específica que faz parte da coleta de dados. Caso isso ocorra, você possui total liberdade de não responder às questões e conversar com a pesquisadora para falar sobre o desgaste, possibilidade de continuidade ou não na pesquisa, dentre outros pontos que possam diminuir os riscos. Contudo, acredita-se que tal risco se justifique pela importância do benefício esperado, isto é, contar a história do Recriart desde sua origem em agosto de 2006 até os dias atuais.

Para a minimização dos riscos na coleta de dados, disponibilizamos o contato telefônico e por correio eletrônico, caso necessite de maior espaço de diálogo por algum sentimento de desconforto e/ou indisposição decorrente do processo. A pesquisadora estará disposta a lhe oferecer suporte e acolhimento em situações de desconforto ou constrangimento, como também esclarecimentos durante o curso da pesquisa, a respeito dos procedimentos adotados por este estudo.

Os dados das entrevistas serão armazenados em acervo pessoal da pesquisadora. Esse conjunto de dados irá compor uma parte dos resultados da pesquisa, sendo utilizados para elaboração de relatórios parcial e final da mesma, além de poderem ser divulgados em publicações científicas e acadêmicas. Para preservação da sua identidade, seu nome sempre estará em sigilo, sendo substituído por códigos numéricos.

Você poderá acompanhar os resultados do estudo durante qualquer etapa, sempre que solicitado. A pesquisadora se compromete a utilizar os dados coletados somente para o objetivo relacionado a este estudo e descrito neste termo de consentimento. Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso à pesquisadora para esclarecimento de eventuais dúvidas.

O presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi elaborado em duas vias. Deverá ser rubricado em todas as páginas pelo(a) participante e pela pesquisadora e, ao final, ser assinado por ambos. Você receberá uma via deste termo onde consta o contato da pesquisadora responsável, podendo tirar dúvidas sobre sua participação e sobre o projeto, agora ou a qualquer momento.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que tem por

finalidade cumprir e fazer cumprir as determinações da Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde no que diz respeito aos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, sob a ótica do indivíduo e das coletividades e que funciona na Pró-Reitoria de Pós- Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luís, km 235 – Caixa Postal 676 - CEP: 13.565-905 – São Carlos/SP. Telefone: (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br.

Informações da Pesquisadora Principal para contato:

Nome: Lisabelle Manente Mazaro

Endereço: Rodovia Washington Luís, km 235 – Caixa Postal 676 - CEP: 13.565-905 – São Carlos/SP.

Contato: (17) 98146-4568

E-mail: lisabellemazaro@hotmail.com

_____, _____ de _____

Lisabelle Manente Mazaro
Pesquisadora Responsável

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MEMBROS DO RECRIART

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa de doutorado “*Histórias de vida de pessoas em sofrimento psíquico (re)inseridas no trabalho por meio da economia solidária*”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional (PPGTO) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob orientação da Profa. Dra. Isabela Aparecida de Oliveira Lussi. O objetivo geral da pesquisa é compreender como os participantes do Recriart percebem os impactos da sua vivência nesse espaço de trabalho em sua trajetória de vida.

Você está sendo convidado(a) para participar dessa pesquisa por ter sido indicado pela equipe de incubação, como um dos membros mais antigos do grupo, isto é, fazer parte do grupo desde seu início ou desde os primeiros momentos de constituição. Sua participação nesta pesquisa consistirá, após o seu consentimento, em responder as questões de uma entrevista, que poderá acontecer em um único encontro ou múltiplos, a depender de cada participante. A previsão de duração de cada entrevista será de acordo com a sua disponibilidade, não devendo ultrapassar 01 hora e 30 minutos. A entrevista deverá ser gravada em áudio e posteriormente transcrita na íntegra. A pesquisadora ainda fará anotações em um diário de campo que fará parte do material a ser analisado.

As questões da entrevista foram elaboradas para que a pesquisadora identifique, nas histórias de vida, os impactos da vivência do trabalho na perspectiva da Economia Solidária, na concepção dos próprios participantes. Sua participação nesta pesquisa não trará benefícios diretos a você, entretanto, contribuirá para a obtenção de dados que serão utilizados para fins científicos.

Sua participação nesta pesquisa não é obrigatória. A qualquer momento você poderá desistir de participar, retirando seu consentimento. Além disso, sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com o serviço a que está vinculado(a).

A participação na pesquisa não acarretará em despesas para você. Também não haverá nenhuma forma de remuneração por sua participação. Entretanto, eventuais despesas com transporte e alimentação decorrentes da sua participação na pesquisa, serão ressarcidas pela pesquisadora. Você também tem o direito de buscar indenização diante de eventuais danos que essa participação puder lhe causar.

Os riscos relacionados à sua participação nesta pesquisa são mínimos, como: possível desconforto e/ou indisposição diante das questões levantadas durante sua colaboração no estudo ou sentir-se tenso ou um pouco ansioso(a) ao responder alguma questão mais específica que faz parte da coleta de dados. Caso isso ocorra, você possui total liberdade de não responder às questões e conversar com a pesquisadora para falar sobre o desgaste, possibilidade de continuidade ou não na pesquisa, dentre outros pontos que possam diminuir os riscos. Contudo, acredita-se que o risco se justifique pela importância do benefício esperado, isto é, a identificação dos impactos oriundos da vivência de trabalho na perspectiva da Economia Solidária na trajetória de vida de pessoas em sofrimento psíquico a partir da narrativa das próprias pessoas, algo escasso em pesquisas nacionais.

Para a minimização dos riscos na coleta de dados, disponibilizamos o contato telefônico e por correio eletrônico, caso necessite de maior espaço de diálogo por algum sentimento de desconforto e/ou indisposição decorrente do processo. A pesquisadora estará disposta a lhe oferecer suporte e acolhimento em situações de desconforto ou constrangimento, como também esclarecimentos durante o curso da pesquisa, a respeito dos procedimentos adotados por este estudo.

Os dados das entrevistas serão armazenados em acervo pessoal da pesquisadora. Esse conjunto de dados irá compor uma parte dos resultados da pesquisa, sendo utilizados para elaboração de relatórios parcial e final da mesma, além de poderem ser divulgados em publicações científicas e acadêmicas. Para preservação da sua identidade, seu nome sempre estará em sigilo, sendo substituído por códigos numéricos.

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso à pesquisadora para esclarecimento de eventuais dúvidas. Você também receberá uma via do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, rubricado em todas as páginas por você e pela pesquisadora e, ao final, ser assinado por ambos, onde consta ainda o contato da pesquisadora responsável. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que tem por finalidade cumprir e fazer cumprir as determinações da Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde no que diz respeito aos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres

humanos, sob a ótica do indivíduo e das coletividades e que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luís, km 235 – Caixa Postal 676 - CEP: 13.565-905 – São Carlos/SP. Telefone: (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br.

Informações da Pesquisadora Principal para contato:

Nome: Lisabelle Manente Mazaro

Endereço: Rodovia Washington Luís, km 235 – Caixa Postal 676 - CEP: 13.565-905 – São Carlos/SP.

Contato: (17) 98146-4568

E-mail: lisabellemazaro@hotmail.com

_____, _____ de _____

Lisabelle Manente Mazaro
Pesquisadora Responsável

Nome do(a) Participante da Pesquisa: _____

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

APÊNDICE E – CARTA DE CESSÃO

Eu, _____,
portador(a) do RG número _____, declaro para os devidos
fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada(s) no(s) dia(s)
_____ e transcrita para a pesquisadora Lisabelle
Manente Mazaro, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional
da Universidade Federal de São Carlos, usá-las integralmente, sem restrições de prazos e
limites de citações, desde a presente data.

Não autorizo o uso de terceiros ouvi-las e usar citações, ficando vinculado o
controle à pesquisadora acima citada, que tem a guarda da mesma.

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente.

São Carlos, _____ de _____ 2019.

Assinatura

ANEXO

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: HISTÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS COM SOFRIMENTO PSÍQUICO (RE)INSERIDAS NO TRABALHO POR MEIO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Pesquisador: Lisabelle Manente Mazaró

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 08623319.0.0000.5504

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional - PPGTO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.259.508

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, do tipo história oral, cujo objetivo é compreender como os participantes do Recriart percebem os impactos da sua vivência nesse espaço de trabalho em sua trajetória de vida.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender como os participantes do Recriart percebem os impactos da sua vivência nesse espaço de trabalho em sua trajetória de vida.

Objetivo Secundário:

- Descrever a linha do tempo do Recriart desde sua origem até os dias atuais;
- Identificar, nas narrativas dos colaboradores, como se deu seu processo de inclusão no trabalho na perspectiva da economia solidária;
- Verificar quais mudanças ocorreram na trajetória de vida dessas pessoas, bem como descrever seus impactos, identificados pelos próprios colaboradores;
- Analisar se a inclusão na economia solidária contribuiu para ressignificar e fortalecer a identidade como pessoa que exerce o direito ao trabalho.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.505-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3361-2683

E-mail: cep@umanon@ufscar.br



Continuação do Parecer: 3.259.506

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios estão ponderados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de pesquisa relevante para a temática específica. Os documentos estão de acordo com as Resoluções 466/12 e 510/16.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Este Comitê solicitou em parecer anterior, que a pesquisadora revisse os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, inserindo o tempo aproximado de duração das entrevistas e se esta seria gravada por áudio ou somente anotada em diário de campo. A pesquisadora reviu e esclareceu o tempo de duração das entrevistas, as quais serão gravadas por áudio e anotadas em diário de campo.

A pesquisadora anexou a Carta de Autorização da Instituição onde ocorrerá a pesquisa e serão recrutados os participantes; folha de rosto; documento sobre informações básicas do projeto; instrumentos de coleta de dados; projeto de pesquisa;

Recomendações:

Este Comitê recomenda à pesquisadora que os campos de assinaturas do participante e das pesquisadoras dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido fiquem na mesma página, junto à redação textual.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1295215.pdf	27/03/2019 10:25:27		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_profissionais_revisto.pdf	27/03/2019 10:23:47	Lisabelle Manente Mazaro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_membros_do_recriart_revisto.pdf	27/03/2019 10:23:37	Lisabelle Manente Mazaro	Aceito

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
 Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-906
 UF: SP Município: SÃO CARLOS
 Telefone: (16)3361-0823 E-mail: cep.humanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 3.258.506

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_revisto.pdf	27/03/2019 10:23:26	Lisabelle Manente Mazaro	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	08/02/2019 15:45:39	Lisabelle Manente Mazaro	Aceito
Outros	roteiro_de_entrevista_membros_do_recr lart.pdf	07/02/2019 19:06:51	Lisabelle Manente Mazaro	Aceito
Outros	roteiro_de_entrevista_profissionais.pdf	07/02/2019 19:07:06	Lisabelle Manente Mazaro	Aceito
Outros	carta_de_autorizacao.pdf	07/02/2019 19:06:26	Lisabelle Manente Mazaro	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 11 de Abril de 2019

Assinado por:
Priscilla Hortence
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-906
UF: SP Município: SAO CARLOS
Telefone: (16)3361-9933 E-mail: cephumanos@ufscar.br